



COLEÇÃO TESES
E DISSERTAÇÕES
PPHIST

PREFEREM-SE PORTUGUÊS(AS)

TRABALHO, CULTURA E MOVIMENTO SOCIAL
EM BELÉM DO PARÁ (1885-1914)

Edilza Joana Oliveira Fontes

EDILZA JOANA OLIVEIRA FONTES

PREFEREM-SE PORTUGUÊS(AS):
TRABALHO, CULTURA E MOVIMENTO SOCIAL EM
BELÉM DO PARÁ (1885-1914)

1ª Edição

Belém - Pará



2016

COMITÊ EDITORIAL

Presidente

José Miguel Martins Veloso

Universidade Federal do Pará - UFPA
Belém - Pará - Brasil

Diretora

Cristina Lúcia Dias Vaz

Universidade Federal do Pará - UFPA
Belém - Pará - Brasil

Membros do Conselho:

Ana Lygia Almeida Cunha

Universidade Federal do Pará - UFPA
Belém - Pará - Brasil

Dionne Cavalcante Monteiro

Universidade Federal do Pará - UFPA
Belém - Pará - Brasil

Maria Ataíde Malcher

Universidade Federal do Pará - UFPA
Belém - Pará - Brasil



Universidade Federal do Pará

Reitor

Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-reitor

Gilmar Pereira da Silva

Pró-reitor de Ensino de Graduação

Edmar Tavares da Costa

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Rômulo Simões Angélica

Pró-reitor de Extensão

Nelson José de Souza Júnior

Pró-reitor de Relações Internacionais

Horacio Schneider

Pró-reitor de Administração

João Cauby de Almeida Júnior

Pró-reitora de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal

Karla Andreza Duarte Pinheiro de Miranda

Pró-reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Raquel Trindade Borges



centro de
Memória
da Amazônia - UFPA

Copyright © 2016 Editora EditAedi

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, por qualquer processo, sem a permissão expressa dos editores

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Fontes, Edilza J. O.

Preferem-se português(as): Trabalho, cultura e movimento social em belém do pará (1885-1914) - Belém - PA: EditAedi, 2016, 156p.

e-ISBN: 978-85-65054-47-8

1. História 2. Imigração portuguesa. 3. Trabalho
4. Cultura 5. Movimento Social
I. Fontes, Edilza J. O. II. Título.

Todos os direitos reservados por:
Editora EditAedi
Rua Augusto Corrêa, 01 - Guamá.
66075-110 - Belém - PA - Brasil
Fones: (91) 3201-7613/ 3201-7834
Email: editora.aedi@gmail.com

Editoração da versão Ebook e Capa:
Elaynia C. V. Ono
Email: elayniaono@hotmail.com

PREFEREM-SE PORTUGUÊS(AS):
TRABALHO, CULTURA E MOVIMENTO SOCIAL EM
BELÉM DO PARÁ (1885-1914)

EDILZA JOANA OLIVEIRA FONTES

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. OS PROJETOS IMIGRANTISTAS NO PARÁ: PROPAGANDA, LEGISLAÇÃO E RELAÇÕES DE CLASSE	11
1.1. Os Projetos Imigrantistas.....	11
1.2. Propaganda e Imigração	21
2. IMIGRANTES PORTUGUESES EM BELÉM DO PARÁ (1885-1914)	33
2.1. A Imigração Portuguesa para o Brasil.....	33
2.2. A Distribuição dos Portugueses no Brasil.....	37
2.3. Os Portugueses no Pará	39
2.3.1. A Estrutura Ocupacional dos Portugueses em Belém	46
2.3.2. Estrutura Familiar dos Portugueses Habilitados.....	54
2.3.3. Procedência dos Imigrantes Portugueses Habilitados	57
2.3.4. Moradia dos Portugueses por Municípios	62
2.3.5. Nível de Instrução dos Portugueses.....	63
2.3.6. Faixa Etária e Sexo dos Portugueses:	64
2.3.7. Moradia dos Portugueses Habilitados	66
3. PREFEREM-SE PORTUGUESES(AS):	
MERCADO DE TRABALHO, NACIONALIDADE E CULTURA EM BELÉM DO PARÁ (1885 -1914).....	70
3.1. Construindo uma Cultura do Trabalho	71
3.1.1. Conflitos entre Trabalhadores Nacionais e Portugueses	75
3.1.2. Cultura e Processo de Trabalho.....	78
3.2. A Briga pela Freguesia	83
3.3. A Violência da Polícia.....	85
3.4. Morar Junto e Trabalhar com Patrícios	86
4. PREFEREM-SE PORTUGUESES(AS):	
MERCADO DE TRABALHO, NACIONALIDADES E ANÚNCIOS EM BELÉM DO PARÁ (1885-1903).....	91
5. OS IMIGRANTES PORTUGUESES EM BELÉM:	
GREVES, MOVIMENTOS SOCIAIS E AS ORGANIZAÇÕES DOS TRABALHADORES (1885-1914)	102
5.1. As Associações Beneficentes	102
5.2. A República e as Greves.....	105
5.3. Antônio Lemos e os Ambulantes Portugueses	111
5.4. A Repressão ao 1º de Maio de 1902.....	116
5.5. Os Caixeiros em Belém	118
5.6. As Greves e os Anarquistas.....	123
5.7. Os Estatutos das “Uniãoes”	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
FONTES	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147



INTRODUÇÃO



Este trabalho tem como objetivo discutir temas como imigração, processo de trabalho e formação da classe operária em Belém. Não é uma pesquisa sobre uma categoria, ou de um tipo de orientação político ideológica no movimento dos trabalhadores. E o estudo de imigrantes portugueses pobres, trabalhadores de pequenos estabelecimentos em um período específico da história de Belém, capital do Pará, na virada do século XIX para o XX.

O que me orientou para escolher o período de 1884 a 1914 foi a necessidade de entender a conjuntura da efervescência da sociedade da Amazônia do ponto de vista da formação de um mercado urbano, por ser um tema inexplorado pela historiografia sobre a região. A grande maioria dos trabalhos concentram-se, no mesmo período, discutindo a urbanização de Belém. O período indica profundas mudanças históricas no que diz respeito às organizações sindicais e a formação da classe operária no Estado.

Outra razão é que não há qualquer estudo que discutisse os projetos imigrantistas para a região, que dessem um perfil destes imigrantes portugueses que vieram para a Amazônia. O estudo presente pretende contribuir para o conhecimento da Amazônia, discutindo questões que não estão restritas às fronteiras regionais.

Não buscamos perceber outras experiências em uma escala micro como a região¹, mas perceber outras possibilidades, outros caminhos que imigrantes portugueses escolheram diante de desafios novos. Procuramos estabelecer o diálogo com outras experiências de imigrantes no Brasil, o que sem dúvida enriqueceu o debate e a compreensão de uma dada conjuntura.

A escolha de imigrantes portugueses se fez pela necessidade de discutir a formação de um mercado de trabalho em Belém. A historiografia local indica a urbe como uma cidade cosmopolita e, portanto locus de variadas experiências onde se cruzaram nacionalidades e se reelaboraram novas identidades.

Portugueses vivendo em uma cidade portuária, por onde escoava toda a mercadoria para o interior da região e “porta” das exportações da borracha para o mundo.

Uma cidade onde os bancos, as casas aviadoras e as empresas vinculadas às prestações de serviços urbanos exigiram a formação de um mercado de trabalho, que estava aberto para dialogar com os movimentos internacionais, no que diz respeito as várias formas de organização dos trabalhadores.

¹ Ver sobre esta questão, Geertz, Clifford. A **Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1989. pag. 32-9 e C. F. Gribaldi, Maurizio. “**Escala e Pertinência**”. IN: REVEL, Jacques. (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1.998. pag. 121- 49.

Tentamos discutir elementos de uma cultura do trabalho vinculada a imigrantes portugueses pobres e como eles articularam suas lutas, para defesa do que eles consideravam seus “direitos”. Uma cultura do trabalho que foi possível visualizar com manifestações públicas, onde as organizações coletivas expressaram, especificidades dos processos de trabalho de várias categorias.

Procurei perceber os significados que estes imigrantes deram às suas vidas. Trabalho difícil de realizar já que os sujeitos estudados deixaram poucos registros sobre suas experiências, o que nos obrigou a “ouvi-los” a partir de várias fontes, que na hora da sua produção não tinham por objetivo registrar seus desejos e pensamentos.²

No primeiro capítulo discutimos os vários projetos imigrantistas no Pará e a propaganda republicana para atrair a mão-de-obra estrangeira. Neste capítulo estou interessada em discutir a imagem da Amazônia, que foi divulgada para o exterior, buscando entender a historicidade da construção da imagem de uma região vazia, porém possível de se tornar uma área civilizada. Discutimos a utilização de noções de progresso, civilização, ordem e sociedade industrial por parte dos governos do Pará e de intelectuais paraense e de como estas construções serviram para estabelecer políticas excludentes.

No segundo capítulo discutiremos dados sobre imigrantes portugueses no Pará. Usamos basicamente

fichas de habilitações do Consulado Português no Estado. Elaboramos um banco de dados e cruzamos informações como profissões e idade e, a partir dos dados coletados, construímos nossos gráficos. Tentamos observar a constância de várias características da imigração portuguesa para o Brasil no período, estabelecendo o diálogo com a historiografia brasileira sobre o assunto. Este diálogo por mais que pequeno foi feito também com a historiografia lusa.

No terceiro capítulo tento discutir o mundo do trabalho de imigrantes portugueses, que viviam em pequenos estabelecimentos e em empresas prestadoras de serviços públicos. Procuro discutir uma certa cultura do trabalho construída por imigrantes portugueses, que a partir das vivências no mundo do trabalho solidificaram um modo de viver em Belém.

O quarto capítulo discute a “preferência” por portugueses e portuguesas para empregos no comércio e em casas particulares. Analisamos os anúncios de jornais e procuramos compreender os critérios de seletividade dos patrões para preencher certos tipos de empregos, no início do século XX, em Belém do Pará.

O quinto capítulo discute o movimento sindical em Belém e a participação de imigrantes portugueses nestes movimentos. Debates a construção de uma identidade de classe e as várias correntes organizativas que os imigrantes portugueses participaram.

2 GUINZBURG, Carlo. **O Inquisidor como Antropólogo**. IN: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero, 1984.

1. OS PROJETOS IMIGRANTISTAS NO PARÁ: PROPAGANDA, LEGISLAÇÃO E RELAÇÕES DE CLASSE

1.1. OS PROJETOS IMIGRANTISTAS

No momento histórico da crise gerada pelo fim da escravidão brasileira, os debates acerca das relações de trabalho foram acalorados. No Pará, o debate sobre a falta de braços é intensificado no pós-Cabanagem, quando autoridades e fazendeiros exerceram políticas de controle e reorganização do trabalho, legislando sobre os chamados Corpos de Trabalhadores, que estabeleciam formas compulsórias de recrutamento e aplicação da força de trabalho não-escravo,

A análise dos projetos apresentados pelos vários setores econômicos no Parlamento, indicavam diversos caminhos para constituição de um mercado de trabalho assalariado ou não-escravo no Pará. Uma das propostas apresentadas foi a substituição do trabalho escravo, pelo trabalho do imigrante europeu³. A possibilidade de atrair para a Região Norte parte da corrente imigratória, que se dirigia para outros Estados vinha ao encontro do sonho de construir na Amazônia uma civilização nos moldes das sociedades da Europa Ocidental.

Os diversos governos da Província⁴, ao longo de muitos anos, discutiram a questão da decadência da agricultura e, a consequente, carência de produtos alimentícios para a população, como resultado da escassez de mão-de-obra para aquele fim. No Relatório de Governo, de Abel Graça,

presidente da Província, o tema da imigração é tratado como uma forma de afirmar a necessidade de atração de mão-de-obra de trabalhadores estrangeiros, dada à esperada extinção da escravidão. O presidente discute a experiência fracassada da implantação de uma colônia de norte-americanos nas proximidades de Santarém, sob a direção do major Hastings, que recebera do governo imperial a concessão de 60 léguas quadradas de terras e, uma “avultosa”, quantia em dinheiro, muito embora na colônia ficasse com poucas famílias⁵.

3 A diminuição da dependência ao trabalho escravo é tema de debate, desde os meados do século XIX entre os plantadores de café da Baixada Fluminense e do Oeste Paulista ver STOLCK, Verna; HALL, Michael M. *A Introdução do Trabalho Livre nas Fazendas de Café de São Paulo*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo. v. 6, 1984. p. 80-120. No Pará o debate sobre a falta de braços para a agricultura após o fim da Cabanagem, ver: FULLER, Cláudia. “Companhias de Trabalhadores: uma análise a respeito dos problemas relativos à mão-de-obra livre em meados do século XIX paraense”. In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth, et alii. *Trabalho e Sociedade, Amazônia — século XVIII e XIX*. Encontro 1. Belém: NAEA/UFPa, pag. 46-7.

4 AMARAL, Angelo Thomaz. *Relatório de Governo do Presidente da Província*. Pará, Typ. do Diário do Grão-Pará, 1861, pag. 62. Neste relatório, o presidente pedia ajuda para o caso, pois “necessitava-se tirar a agricultura da rotina que a entorpece”.

5 PARÁ. *Governo. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na segunda sessão da 17a, Presidência da Província*. Pará. Typ. do Diário do Grão-Pará, 1871. pag. 68.

O presidente também indicava, que havia na capital da Província e em alguns pontos do interior, bons imigrantes que viviam de suas indústrias e trabalho. Informava ainda sobre a vinda de 18 (dezoito) pessoas inglesas, que pretendiam estabelecer uma colônia industrial e agrícola, em Santarém, e que para o presidente seria um bom exemplo, já que viveriam “às suas custas” e promoveriam seus próprios interesses, sendo úteis ao país onde se estabeleceriam.

Abel Graça mostrava-se preocupado com os oportunistas, que na Europa desejavam ganhar dinheiro com a vinda de imigrantes para o Brasil. Dentre estes estaria o Sr. Teixeira de Farias, que em 1867, apresentava uma proposta ao governo da Província, de instalação de uma colônia pelo sistema de enfiteuse, tendo inclusive, publicado em jornal de Barcelona um anúncio convidando imigrantes à virem se estabelecer em uma colônia, a ser fundada no Pará, facilitando-lhes transportes. O cônsul do Brasil, em Barcelona declarou, no mesmo jornal, que o governo imperial não tinha autorizado a instalação da dita colônia. O Sr. Farias reclamou contra a declaração que, no entanto, foi reafirmada pelo ministro brasileiro residente na Espanha. Isso tudo foi registrado no relatório de Abel Figueiredo, que concluiu seu comunicado lembrando a necessidade de promover a imigração para a Província como único meio de prepará-la para o futuro:

“A imigração trazendo braços e os hábitos do trabalho inteligente desenvolverá os elementos naturais de riqueza e fará surgir a agricultura quase moribunda entre nós. Com a imigração temos tudo a ganhar e nada a perder, sem ela é difícil ganhar alguma coisa e, pelo menos, perderemos muito tempo”.⁶

Seria pela imigração estrangeira que o trabalho inteligente e a riqueza chegassem ao Pará. Para Abel Graça, o projeto de desenvolvimento da Província estaria atrelado à imigração, visto que havia a necessidade da existência de um braço disponível que viesse atender às demandas produtivas com o fim próximo da escravidão. Mas, fala de uma outra mão-de-obra, no mesmo relatório, quando afirma que este dá mais importância a catequese e a civilização dos índios, do que à colonização estrangeira.

“Porque o colono quando pisa o nosso solo, sente logo às mãos efeitos de um clima para ele desconhecido, é logo atacado de moléstias própria do país e tornar-se inerte para o trabalho. Com o índio não acontece isto: — habituado ao mal clima, ao frio e ao calor, fazendo uso de alimentos selvagens, sem roupa para cobrir-se”.⁷

O presidente deixa claro que o índio seria o mais adequado a extração da borracha, ele pensa o índio como o único trabalhador preparado para enfrentar o “mal clima”. Para ele a região é adversa, há um clima inadequado ao estrangeiro.

Podemos observar que a elite política e agrária do Grão-Pará, pretendia ver solucionada a questão da falta de braços pela constituição de um mercado de trabalho numeroso, disciplinado e dependente. Para alcançar este objetivo, os vários governos da Província procuraram implementar uma série de políticas públicas, que iam desde a promoção da imigração subvencionada pelo Estado, passando pela tentativa de utilização do indígena, a elaboração de Códigos de Posturas Municipais, destinados a controlar os hábitos e profissões na cidade; regulamentação de contratos para a subvenção de imigrantes e a administração das colônias agrícolas.

Uma discussão da formação de um mercado de trabalho no Pará passou pela possibilidade da utilização do indígena. Aliás, tentativas como esta aconteceram desde o tempo do Diretório e, pelo que observamos, no relatório do Presidente Abel Figueiredo, esta política de domesticação do indígena, com vistas a transformá-lo em um trabalhador sob a ética do capital, ainda era pensada como possibilidade de resolver o problema da “falta de braços” para a agricultura na região.

O relatório expressa, ao nosso ver, os vários interesses em jogo para a obtenção de mão-de-obra para a agricultura e/ou para o setor extrativo. Bárbara Weinstein analisa que a elite não pensava em um só projeto quanto à utilização de braços, divergindo sobre que setor produtivo seria o prioritário para alocação dos trabalhadores: o extrativo ou o agrícola. Ao mesmo tempo, a maior parte da mão-de-obra que aportava em Belém e que poderia ser aproveitada na agricultura, direcionava-se à extração da borracha.⁸

6 Idem.

7 Idem.

8 WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920)*. Trad. Lobo I. de Oliveira. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1993. pag. 123.

O debate nos jornais paraenses⁹ indicavam que os defensores da imigração européia para o Estado eram acusados de obterem vantagens econômicas e políticas com a entrada de novos colonos. As dificuldades da Província também eram argumentos contra a imigração europeia. A Província também era vista com pouco poder político junto ao Império para garantir verbas para subvenção da imigração no Pará, além de que a extração do látex das seringueiras era vista como principal atividade econômica, e as atividades advindas desta economia eram pouco atrativas para o imigrante europeu.

A imigração espontânea era defendida por setores vinculados à economia da borracha, que colocavam-se contra o sistema de núcleos coloniais, por entenderem que estes espaços eram centros conservadores das tradições dos imigrantes, criando dificuldades de assimilação para o fortalecimento da nação. O redator do “Diário de Belém” era contra a instalação de trabalhadores europeus na colônia de Benevides, onde havia favor demasiado do governo provincial para os imigrantes. Comparando São Paulo ao Pará, o redator do “Diário de Belém” afirmava:

“Aqui tudo é achatado, estreito, pequeno, porque tudo e todos são dominados pelas considerações pessoais e datados no interesse dos partidos e da capangagem; em São Paulo, procura-se um objetivo levantado e nobre e as ideias substituem os homens, sobrepondo o interesse das causas públicas ao dos partidos. Procedemos por modo idêntico, e, deixando na sombra os indivíduos, cogitamos do que interessa a coletividade, preparando o futuro da Província e lançando os fundamentos de sua civilização. As gerações que passam não são mais que administradoras de gerações por vir”.¹⁰

Este artigo evidencia as opiniões sobre o exercício do poder político em São Paulo e na Província do Pará, ou a imagem construída de que em São Paulo os interesses pessoais estariam já separados das políticas na Província. Haveria, então, a separação do privado e do público, o mesmo não acontecendo na Província do Pará, onde a “capangagem” era o instrumento utilizado pelos políticos, assim como os recursos aos favores dos cofres públicos, para seus interesses pessoais. Os partidos seriam espaços, também, dos interesses pessoais, sobrepondo-se ao programa para a implantação de uma civilização na região. A vinda de imigrantes europeus deveria ser, segundo o jornalista, uma tarefa da administração provincial junto com os fazendeiros.

Em 5 de dezembro de 1885, a Lei n. 1232, autorizava a Presidência da Província a realizar o embarque de imigrantes

para a Província. Com base nesta lei o cônsul brasileiro na Inglaterra foi autorizado a proceder o embarque de famílias escocesas para a Província, bem como a propaganda em prol da imigração para o Grão-Pará:

“Com os documentos que agora são remetidos ao sr. Silva Paranhos, estar Sua Excelência habilitado para uma propaganda discreta como é necessária para que tenha nos bons imigrantes. A grande escolha, na matéria está no sucesso completo dos primeiros imigrantes para consegui-lo tão inteiro, como convênio não é suficiente a nossa lealdade para com os imigrantes e sim, que estes sejam escolhidos no seio do trabalho em círculo honesto, gente imaculada conforme a expressão do sr. Sant’Anna Nery, porque ao lixo das cidades da Europa, aos deslocados da dignidade e da honra, nada há que satisfaça. É por isso que deve ser discreta a nossa propaganda na Europa e mais discreta ainda a aceitação de imigrante. É neste sentido que mais precisamos do esforço do sr. Silva Paranhos e de todos os nossos agentes na Europa é neste empenho que solicitamos o seu concurso”.¹¹

O articulista não ânsia por qualquer imigrante, mas por um certo tipo de imigrante, “honesto, trabalhador, imaculado, não o lixo das cidades européias”. A propaganda deve ser discreta para esta “boa gente”. Mas, o *Diário do Grão-Pará*, discorda do artigo acima e, no dia 8 de julho de 1887, em artigo intitulado “Pelo formalismo”, transcrito pelo *Diário de Notícias*, o redator afirmava que era preciso não fazer grande propaganda pela imprensa, por brochuras, mas estabelecer agências, fazer conferências, exposições de produtos amazônicos coordenados por pessoas habilitadas.

A discussão sobre qual imigrante seria melhor para a Província do Pará era outro debate na sociedade local.

“POVOAMENTO

Somos pelo povoamento d’esta fértil região, seja de que modo for. Que se faça o povoamento, eis a nossa ideia, seja pela imigração estrangeira, seja pelo elemento nacional.

9 QUEIROZ, Jonas Marçal. Trabalho Escravo, *Imigração e Colonização no Grão-Pará*. mimeo. Em artigo apresentado no 1º Encontro Regional da ANPHU/Pará, discute as posições da imprensa em relação à imigração estrangeira para a Província estabelecendo uma relação entre imprensa e partidos. O autor trabalha com a possibilidade da representação política dos partidos em cada jornal e na medida em que estes partidos fossem do governo, os referidos jornais passavam a defender as propostas de apoio ou não à imigração estrangeira. Trabalho com boa parte (12s fontes jornalísticas que o professor Jonas trabalhou, mas, diferentemente dele, não analiso os jornais como estruturas de reflexo de outras estruturas, no caso as partidárias. Outra divergência com o artigo é que os partidos no Pará não eram comunidades de Interesses articulados ou projetos bem definidos de desenvolvimento para a região. Um bom exemplo disso é o mitológico Antônio Lemos, que foi do Partido Liberal durante o Império e, no ano da proclamação da República, deu apoio ao novo regime.

10 Diário de Belém. 4. abr., 1886.

11 Diário de Belém. 12. fev., 1886. (Grifo no original)

Nós de modo algum, combatemos a imigração estrangeira, mas as experiências de muitos annos, os factos observados, a opinião de pessoas competentes por nós citadas, demonstram categoricamente que a Amazônia será povoada pelo elemento nacional antes que pelo estrangeira

Mas, perguntamos, que se atreverá a negar esta nossa asserção, filha da experiência e da observação, e não emitida leviamente, com o fim único de fazer écho?...

O único estrangeiro, que vem para o Pará e que aqui se acclimata, é o portuguez; o portuguez não estranha o clima, adopta os nossos costumes e não tarda em fazer família com a nossa família

Mas não passa d'isso, o portuguez ou é commerciante, ou é catraieiro.

O francez, inglez, allemão, etc., etc., esses não são nada. Quando muito, empregam-se em industrias, alias muito preciosas, como relojoarias, etc., etc.

Os brasileiros, emigrados de outras Províncias, é que tem dado impulso benéfico á nossa população.

O que em a colônia Benevides?

Essa colônia foi atada pelo presidente Benevides, que mandou vir, á custa de enorme sacrificio do Estado, imigrantes allemães, italianos, franceies, etc., etc.

Instalados na colonia, não tardaram a zarpar para esta capital abandonando todos os largos favores do governo, para virem aqui esmolar á caridade pública ou empregar-se na gatunagem, com raras excepções.

Em 1878, estando na presidência o exm sr. Dr. Bandeira de Mello, nós, que ora redigimos este diário, pedimos-lhe pela imprensa, que encaminhasse os retirantes cearenses para essa colonia, distribuindo-lhes lotes de terra.

Elle assim o fez, e o resultado foi o mais satisfactorio, não deixando nada a desejar.

Eis porque nós aconselhamos ao governo, a que se aproveite da população nacional, em preferéncia á estrangeira, porque nós findamos na experiência e na observação dos factos.

Entretanto, não somos contra a imigração estrangeira; tomaremos nós que ella viesse em grande escala".¹²

O articulista expressa opiniões sobre os imigrantes, estabelecendo uma relação entre nacionalidade e trabalho. Para ele, o português é o único que se aclimataria e se fixaria, muito embora gostasse do trabalho agrícola. Percebe-se um projeto de vinculação do imigrante ao trabalho no campo. O autor do artigo não aceita outros imigrantes. Para ele, o trabalho na indústria não interessa para o Estado. A discussão de um mercado de trabalho assalariado e industrial não é o objetivo da imigração, não é para este setor que devem-se dirigir os imigrantes. A falta de braços é na agricultura. Por isso, o imigrante deveria ter habilidade no trato com a terra. O comércio e o trabalho do porto já estariam satisfeitos com os imigrantes portugueses. Alemães, franceses e ingleses não nos interessariam. O articulista desconhece as experiências com imigrantes no Sul do país na área da agricultura, e argumenta com a não-adaptação ao trabalho no campo. O perigo de aumentar a "gatunagem" e a criminalidade era outro argumento

que se contrapunha à imigração estrangeira.

Observamos que estas "características" morais não são expressas em relação aos imigrantes nacionais. Estes são apresentados, no artigo, como trabalhadores agrícolas, disciplinados e os principais povoadores da região. Nosso jornalista não se coloca contrário à vinda de imigrantes europeus, acredita que eles vinham, mas de forma espontânea.

Nosso jornalista acreditava no cearense como ideário de trabalho e responsável pelo povoamento e pela construção da civilização na região, contrário ao que observamos na maioria das falas e relatórios dos presidentes da Província, nas publicações dos governos e em parte da imprensa do período.

Entretanto, essa inversão não é colocada como contradição inconciliável com a vinda do imigrante nacional. Neste artigo, podemos inferir uma certa articulação entre os dois projetos de desenvolvimento na região e que, provavelmente, o nosso articulista estava vinculado aos setores da extração da borracha.

Em artigo do *Diário de Notícias* o jornalista é contra a vinda de imigrantes italianos para o Grão-Pará:

"Em primeiro lugar a imigração italiana não provam bem em nossa terra, desse país se tem feito.

O povo italiano vive mais do ideal do que do real, alimenta-se mais da cabeça do que dos braços, e nós, de que precisamos é exatamente de braços e não de cabeça que já temos até de sobra

Havemos uma vista rápida em nossa cidade, sobre os poucos italianos que ali existem.

Em que se empregam? Ou são mascates, ou tocadores de realejo, ou carcamanos, ou engraxadores.

Não se atiram à lavoura, nem à agricultura, no entanto vasto terreno se lhes oferece, desafiando a sua criatividade"¹³

Para o articulista, os italianos não têm por hábito a agricultura, abandonam os lotes e gostam de viver na cidade, além de afirmar que os alemães eram os melhores colonos por serem laboriosos, industriais, sábios, artistas e ilustrados. Além do artigo, ao expressar determinadas imagens construídas sobre aptidões nacionais em relação ao trabalho, fica explícito o projeto de alocação dos imigrantes quando aqui chegassem.

Os defensores da imigração europeia no Pará, diferente do Estado de São Paulo, tinham como proposta que os imigrantes fossem pequenos agricultores para produzirem,

12 *Povoamento da Amazônia In: Diário de Notícias*. 17. Ago., 1889.

13 *O Povoamento*. In: *Diário de Notícias*. 5, jul., 1887.

principalmente, alimentos para a região urbana de Belém e para os barracões do interior do Estado. A vinda destes imigrantes deveria ser para o trabalho da lavoura, não para o trabalho na cidade, além de que o articulista já demonstrara um certo temor que os ideais dos italianos fossem transportados para o Estado, o que para o articulista não era desejável.

“A tentativa feita pelo Ex.mo. Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe no sentido de aumentar o número de braços ativos da Província, com a introdução de uma forte corrente imigratória não obteve infelizmente o êxito desejado.

Um grupo de trabalhadores madurenses cujas aptidões e boa vontade foram certamente mal escolhidas, desanimou no dia imediato a chegada, ante as dificuldades que lhes parecia oferecer a vida agrícola nesta Província.

Outro grupo de trabalhadores escoceses cujas despesas de transportes já haviam sido autorizados pela administração da Província declinou também essa oferta.

Por hora, parece-nos de pouca esperança de ver renovadas com vantagens estas patrióticas tentativas”.¹⁴

Este artigo, publicado no *O Liberal do Pará*, em janeiro de 1888, expressa as incertezas de uma bem-sucedida vinda de imigrantes para a região. O articulista discute os critérios de escolha dos trabalhadores e as dificuldades “determinadas” pelo meio ambiente, assim como, aponta para uma imagem construída sobre a região, motivo para a não-vinda dos imigrantes.

A tese defendida por setores vinculados à economia agrícola em decadência em face da expansão da borracha e expressa no “Diário de Notícias” era que os imigrantes cearenses seriam mais fáceis de serem atraídos para a agricultura.¹⁵ Apontava o jornal, em artigo do dia 16 de junho de 1888, que a imigração estrangeira para a região estava sendo feita através de experiências fracassadas, gastando o dinheiro público e que a imigração deveria ser reforçada deveria ser a cearense, que não havia recebido do governo orientação e apoio.

O imigrante estrangeiro, principalmente o europeu, será o preferido pelos governos em virtude de sua boa utilização como mão-de-obra no Sul do país e pelos objetivos do projeto agrícola no Pará.

A defesa de que os imigrantes cearenses serviam para a agricultura, que os imigrantes europeus não fariam a opção pelo Pará, em detrimento de outras Províncias brasileiras, a impossibilidade da aclimação do europeu e, por fim, as incertezas em relação a seu caráter e aptidões para o trabalho agrícola eram teses defendidas pelos setores vinculados à extração da borracha. *O Diário de Notícias*¹⁶ reivindicava uma política de atração dos imigrantes cearenses por parte do

governo da Província, visando aproveitá-los para o trabalho nos seringais.

“O Amazonas nada sofreu com a abolição; pelo contrário lucrou muito porque limpou-se e abriu seus portos a livre imigração europeia.

A Lei do Trabalho Rural vai espontaneamente aparecendo como no Ceará. Não sou eu entretanto que vai questionar a necessidade de leis que garantam o trabalho livre que acabem com os vagabundos que infestam (sic) as nossas ruas.

É na necessidade educar o povo para o trabalho e, em um país onde não existe sequer o embrião dessas educações, obrigá-lo como trabalho.

O povo ocioso mata a pátria”.¹⁷

O artigo acima foi publicado no *Diário de Notícias*, em 10 de julho de 1887, na “Entre Colunas” e defendia uma legislação que reprimisse a ociosidade e a vadiagem. A abolição no Amazonas teria acabado com a “mancha da escravidão” e, em contraposição, colocou o trabalho livre do imigrante europeu como sendo a saída para a constituição do mercado de trabalho assalariado no país.

No artigo transparece a preocupação com a disciplinalização de um mercado de trabalho em formação e a punição aqueles que não tinham o assalariamento como objetivo de vida. Ao trabalhador liberto era negada a possibilidade de se pensar como pequeno proprietário ou autônomo. A recusa em se assalariar era entendida como possibilidade de vadiagem que deveria ser reprimida. A educação no trabalho era necessária, mas em futuro ainda distante. No momento era necessário obrigar o povo ao trabalho, já que a própria pátria estava em perigo, por uma possível ociosidade dos futuros libertos.

Os governos teriam que estabelecer medidas necessárias para construir um mercado de trabalho não escravo no país, onde os braços disponíveis teriam que ser cada vez mais produtivos. A questão sobre que tipo de imigração implementar é um dos debates estabelecidos, no fim do século XIX, articulado com a discussão da imigração nordestina para a Província do Grão-Pará.

14 *O Liberal do Pará*. 16.Jan., 1888.

15 Este jornal defendia a imigração cearense e estava vinculado ao Partido Liberal.

16 *O Diário de Notícias*, foi fundado em 1880 por João Campbell e fechou em 1894.

17 Entre Colunas. In: *Diário de Notícias*. 10.Jul., 1887.

O debate sobre a utilidade do nordestino reflete o preconceito em relação ao trabalhador nacional. Estes eram culpados pelo pouco progresso das colônias agrícolas, por serem:

“retirantes, sem apego ao trabalho e sem conhecimentos. Bem diferente da colônia dos americanos que lhe ficava perto e que podia ter servido de modelo, caso os seus habitantes quisessem mesmo tirar da terra, o que ela oferecia dadivosamente”.¹⁸

Para Tristão de Alencar Araripe, presidente da Província, na fala que fez a sessão extraordinária da Assembléia Provincial, o cearense não tem educação e só desgasta a terra, “é o homem mau de machado e do fogo”¹⁹. Ele não seria o tipo de agricultor que serviria para os propósitos agrícolas do Pará. Araripe mandou publicar um livro com informações para os imigrantes e fundou, em 1885, a Sociedade Paraense de Imigração,²⁰ que estabelecia a necessidade de colônias agrícolas para alocar esses imigrantes. Todas as facilidades para a locomoção desses imigrantes seriam feitas pelo governo paraense e os recursos seriam oriundos de ajuda do governo imperial, tais como, as concessões de créditos para despesas de transportes dos imigrantes. O então presidente da Província Tristão Araripe afirmava:

“A Província do Pará é uma dis que, no vasto território brasileiro, se acha em melhores condições para receber uma forte corrente de imigração estrangeira... pois sempre me pareceu muito exclusiva a opinião de que só a agricultura constitui a riqueza e felicidade dos povos. A extração da borracha é incontestavelmente trabalho mais bem remunerado que qualquer agrícola.

Plante o colono o arroz, o milho, o algodão e outros produtos agrícolas, que para todos encontrará preços muito superiores aos de qualquer Província do Brasil. Mas plante também a goma elástica, porque bastar-lhe-á plantar 100 árvores, o que é muito pouco, em cada ano, para ao cabo de 20 anos ter uma grande fortuna”.²¹

Diferentemente do que produziu a historiografia paraense, os defensores da imigração estrangeira para o Pará, não eram economicamente contrários à extração da goma elástica. A fala de Araripe é simbólica em relação a esta questão na medida em que defende a economia extrativa e a vinda de imigrantes, ao mesmo tempo, que defendia um projeto para o trabalho destes imigrantes que não estava vinculado à extração da goma elástica por entender que nos seringais, aos quais destinavam-se os cearenses, haviam papéis bem definidos para cada trabalhador. Ao seringal deviam ir os nordestinos, para os núcleos coloniais o imigrante.

Os setores econômicos e políticos que pretendiam uma diversificação da economia local, não encaravam a extração

da borracha com um obstáculo para o desenvolvimento da agricultura no Pará. Não percebemos qualquer ação política por parte dos governos, no Império e na República, de tolhimento das atividades extrativas, ações de cerceamento, de controle do espaço dos seringais, ou de controle da exploração da força de trabalho dos cearenses.

Pelo contrário, o setor extrativista esteve sempre muito à vontade para exercer suas atividades. No nosso entendimento os defensores da atividade agrícola chamavam muita atenção para a dependência da economia paraense, em relação à extração da borracha e propunham um desenvolvimento agrícola que viesse socorrer a falta de alimentos no Estado. Para este setor, o trabalhador paraense era culpado pela não-fixação da nossa economia.

“Em vez de cuidarem da lavoura, que daria vida, energia e influencia ás povoações, obrigando a capital a remetter-lhes avultadas sommas de dinheiro em troco dos gêneros cultivados: os habitantes desprezam estes poderosos recursos a pretexto de falta de braços; applicam os que lhes restam unicamente á extracção de drogas, principalmente da borracha, sem reservarem nenhum para a lavoura, não ha duvida que a borracha, em quanto reservar o preço excepcional a que tem chegado, dá de sobra aos habitantes, para se vestirem e se alimentarem, mas esta vantagem para o tempo presente traz consigo um grande mal inevitável para o futuro da Província

Já hoje começa a descobrir-se parte desse grande mal futuro; os habitantes do interior, compram na capital a farinha, o arroz, o café, o assucar, o peixe, enfim todos os gêneros alimentícios, que cada um podia ter de sóbra em sua casa!

18 Diário de Belém. 5. out., 1887.

19 ARARIPE, Tristão de Alencar. *Dados Estatísticos e Informações para os Imigrantes*. Pará. In: *Diário de Notícias*, 1886. Em 1886, quando o presidente da Província decidiu enviar 100 açorianos para Bragança Aqui chegando, os açorianos se recusaram a tomar o destino que lhe fora determinado. A Sociedade Paraense de Imigração, que tinha por objetivo promover a introdução do imigrante europeu na Província, foi concebida por Tristão Araripe, nos moldes das que existiam em São Paulo e no Rio de Janeiro.

20 Várias autoridades compareceram ao evento, tais como o bispo Dom Macedo Costa, o senador Gomes do Amaral, que juntamente com o Presidência da Província, compuseram a mesa que dirigiu os trabalhos de fundação. Fala com que o conselheiro Tristão de Alencar Araripe, presidente da Província abriu a sessão extraordinária da Assembléia Provincial, em 05 de novembro de 1885.

21 ARARIPE, Tristão de Alencar. *Op. cit.*, 1886, pag. 21.

E isto nada menos do que uma demonstração da decadência da agricultura da Província; e como em alguns municípios já a agricultura está extinta, e a própria capital já importa de outras províncias quantidades consideráveis de farinha, milho, arroz e café, que outrora ella recebia do interior, pôde-se ter uma idéa dos resultados futuros, reservados a Província, si a população continuar, como é provável, a entregar-se exclusivamente na extracção dos produtos naturaes com completo abandono da agricultura”.²²

Os setores ligados à agricultura reclamavam sempre da falta de investimentos na área. Eles tentavam mostrar a importância da produção de alimentos para o mercado consumidor, principalmente para a capital. O discurso de crítica às atividades extrativistas era um argumento político para a obtenção de verbas do erário público. Esse argumento era também o elemento diferenciador em relação aos “outros”, ou seja, a agricultura era a atividade que se pressupunha a consolidação definitiva de uma sociedade civilizada. A extração da borracha era uma atividade “passageira” e que não traria futuro para a região.

No rastro destes dois projetos, havia um consenso: a falta de braços para extração da borracha e para a agricultura. Os projetos de imigrantes estrangeiros estariam de acordo com o setor vinculado a agricultura. Já a vinda dos cearenses atendeu ao setor extrativo. Os dois projetos não eram excludentes.

Em ofício dirigido ao presidente da Província, o conselheiro Francisco José Cardoso Júnior²³, datado de 12 de novembro de 1887, o ministro dos Negócios da Agricultura informava que em vista do contrato firmado com Frederico José de Sant’Anna Nery²⁴ para fazer propaganda na Europa em favor da imigração, o governo imperial só poderia conceder algum auxílio para o serviço de imigração, programa desenvolvido pelo governo provincial. Oferecia o governo central um auxílio de receber e agasalhar os imigrantes na capital do Império, por cinco dias, e na concessão de algum crédito para as despesas necessárias com transporte dos mesmos até o estabelecimento a que se destinarem. Aconselhava, também, que os contratos de agenciadores de imigrantes fossem aprovados pelo governo geral e negava o pedido de pagamento de passagens da Europa para o Rio de Janeiro, para os imigrantes destinados ao Pará, responsabilizando-se pelo pagamento só de terça parte das despesas.

Na fala do conselheiro Francisco José Cardoso Júnior, de 20 de outubro de, 1887, este afirmava que como todos os países da América Latina, o Brasil necessitava de:

“Uma corrente bem dirigida de imigrantes, que venha explorar as nossas riquezas naturais, dando-lhes valor perante os grandes mercados do mundo pelas transformações que nelia opera um trabalho inteligente e uma industria de ação com os progressos científicos”.²⁵

Para ele é desnecessário insistir na necessidade da imigração e todos devem cuidar para que ela ocorra. A região estaria “à espera” do trabalho inteligente da indústria que aqui deveria ser implantada. Discorda, também, da idéia de que só as Províncias do sul do Império estariam preparadas para receber a imigração européia, principalmente devido ao clima, impossibilitando a região “*Norte do Brasil para servir de centro ao desenvolvimento da população estrangeira*”.²⁶

O conselheiro também discordava de que a região amazônica fosse inóspita, cheia de moléstias, epidemias e endemias que, para ele, eram doenças exportadas. Apontava que o governo do Império tinha a mesma opinião dos “detratores” da Amazônia por:

“só empregando a sua atividade para o povoamento do sul do império, de modo que a nossa Província ficaria condenada a esperar que a ação lenta do tempo viesse influenciar no desenvolvimento dos variadíssimos gêneros de industria que offerece na exploração das imensas riquezas que produz em seu seio”.²⁷

Na fala do conselheiro²⁸ notamos que a crítica ao governo geral era muito forte e refletia, no fim do Império, o pensamento da elite do Estado em relação à concentração dos recursos financeiros no sudeste do país e a centralização política do Império brasileiro.

22 PARÁ. Governo. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na segunda sessão da 17ª Presidência da Província. In: Diário do Grão-Pará, 1871. pag. 49.

23 Idem.

24 Frederico José de Sant’Anna Nery fundador, na Europa (Paris), ria Sociedade Internacional de Estudos Brasileiros. Paraense e conhecido por Barão de Sant’Anna Nery, bacharel em Letras e Artes na França e em Direito pela Universidade de Pádua, na Itália, jornalista e diplomata_ Autor de várias obras, entre elas: *La Civilization datis l’Amazonas*, 1984; *Le Jmigration et Immigration Fundant les Dermirs Années*, 1982; *Dicionário das Tribos Indígenas do Brasil*, 1983; *Le Pays des Amazonie e Falklore Brasileiro*.

25 Idem.

26 Idem.

27 Idem.

28 Felizmente a Iniciativa provincial tomou para si a honrosa tarefa de constituir-se “em poderoso propulsor do movimento” e Assembléia Legislativa do Pará, compreendendo todo o alcance da questão, votam no orçamento de 1886 a verba de 100 contos de réis para a imigração, verba que foi conservada no orçamento hoje em vigor”. PARÁ. Governo. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na Segunda sessão da 170 Presidência da Província. Pará, Typografia do Diário do Grão-Pará, 1871. pag. 49.

Observamos, também, um certo ressentimento em relação ao governo central. Uma política de colonização agrícola e de imigração na Província do Grão-Pará, no fim do Império só seria possível com os subsídios do governo central, dada a situação econômica da Província que arrecadava pouco em relação à exportação da borracha que crescia, todo ano, embora a taxa dos impostos beneficiasse mais os cofres do Império.²⁹

Na fala do conselheiro Francisco José Cardoso Júnior a elite da Província deveria “tomar para si” a iniciativa de desenvolver a imigração para atenuar a escassez crônica de alimentos, principalmente na capital da Província, estruturando uma economia agrícola com base na pequena propriedade. Esta proposta de desenvolvimento não entrava em conflito com a economia extrativa de borracha na medida em que não disputava com ela as terras dos seringais, tampouco os financiamentos das casas aviadoras e a utilização da mão-de-obra do imigrante cearense.

Na verdade, o projeto político defendido pelas elites paraenses para a imigração era um projeto auxiliar, complementar ao desenvolvimento da economia da borracha, pois atuaria na produção de alimentos para os centros urbanos e para os barracões dos seringais.

Segundo Bárbara Weinstein³⁰, Lauro Sodré forneceu gratuitamente, ou a baixo preço, lotes de terras para colonização fora das áreas de propriedades fundiárias dos grandes proprietários rurais e/ou das fazendas de criação de gado do Marajó. As colônias para os imigrantes também não foram fixadas, nos distritos ou municípios de extração da borracha. Os republicanos entre eles Lauro Sodré, “*não realizam a reforma agrária para estimular a colonização*”.³¹

Nas propagandas oficiais, no Império e na República, percebemos que há um projeto para o imigrante europeu vinculando-o às atividades agrícolas no Estado. Aliás, a cidade de Belém é muito ressaltada, como espaço higienizado e os municípios onde ficavam os núcleos coloniais são “escondidos” nestas publicações. Como a implantação dos núcleos colônias não disputava as terras dos seringais, o projeto imigrantista não foi objeto de divergência acirrada com o setor extrativo.

Outro elemento que era fundamental nesta estrutura é que a imigração estrangeira colocava a possibilidade cada vez maior da miscigenação e, de acordo com o pensamento da elite intelectual e política da época, fazia parte do projeto civilizatório para a região.

Os governos provinciais do Pará tentaram estabelecer núcleos coloniais e deram início à, construção da Estrada de Ferro de Bragança³² para viabilizar a imigração, mas não foi possível desenvolver grandes projetos dada a falta de recursos, advinda da centralização fiscal do Império. O desejo de maior autonomia e de maior participação nas receitas advindas da exportação da borracha e a falta de atenção do governo central para com a região fizeram com que as críticas ao governo imperial fossem acirradas.

Em 15 de julho de 1887, em ofício à *Sociedade Central de Imigração*, o governo da Província tentou demonstrar que o Pará e o Amazonas tinham condições de atrair uma corrente de imigrantes europeus e comunicou ter contratado o Sr. Sant’Anna Nery, para a propaganda na Europa. Falando sobre o contrato firmado com o Dr. Sant’Anna Nery, o conselheiro Francisco José de Cardoso Júnior afirmava:

“Reconheci a sua vantagem por mais de um ponto de vista. Em primeiro lugar ocupa nela um papel salientadíssimo a propaganda, condição absolutamente indispensável para que na Europa se possa fazer alguma coisa de sério sobre a imigração”.³³

Além da fundação da agência central em Paris, que poderia ter filiais em outras cidades da Europa, o Sr. Sant’Anna Nery era obrigado a fazer propaganda necessária para atrair os imigrantes e tornar conhecidas as condições da Província por meio de conferências, publicações e de um guia para os imigrantes. Estabeleceu também que deveria haver uma exposição permanente dos produtos paraenses na sede da agência central em Paris. O registro e o controle daqueles que quisessem vir para o Pará, deveria ser feito pela agência, assim como adiantar o “estritamente necessário” para os gastos com transportes até o porto de onde saíam para o Brasil, para que os imigrantes tivessem condições de chegar à Amazônia.

29 Idem.

30 WEINSTEIN, Bárbara. *Op. cit.* 1993. pag. 158.

31 Idem.

32 A Estrada de Ferro de Bragança ligava Belém à cidade de Bragança, atravessando vários municípios do Estado. A via férrea só foi concluída no governo de Augusto Montenegro.

33 *Ofício do Presidente da Província*, Francisco José Cardoso Júnior à Sociedade Central de Imigração.

O Estado se comprometia, também, em pagar a passagem da Europa até o Brasil. Os recursos para tal pagamento deveriam ser sacados na conta da *Delegacia do Tesouro Nacional em Londres*. O Sr. Sant'Anna Nery receberia pelos serviços a quantia de vinte e seis contos de réis por ano, em prestações de seis contos e quinhentos mil réis, efetuadas no princípio do trimestre, prestando o contratante contas circunstanciadas ao *Tesouro Provincial*, a quem remeteria um balancete com demonstração de documentos que comprovassem as despesas efetuadas. O Sr. Sant'Anna Nery receberia como indenização dos seus serviços, na qualidade de agente da imigração a importância de seis contos de réis debitados dos vinte e seis contos de réis recebidos.

Em carta endereçada ao presidente da Província, Sant'Anna Nery, já em 1887, afirmava que antes mesmo de regressar à Europa divulgou o contrato que havia firmado com a Província do Grão-Pará para a propaganda em prol do povoamento. Pois, para ele só “*carece de braços para patentear ao mundo as riquezas que encerra seu solo*”.³⁴ Comunicava, também, nessa missiva, que ao desembarcar em Paris, alugou um estabelecimento para a *Agência de Imigração* de acordo com a cláusula 1, do contrato de 12 de junho de 1887, que o local escolhido ficaria num dos bairros mais concorridos de Paris.

Sant'Anna Nery preparou também uma comunicação intitulada *Notícia sobre o Pará* que fria divulgar no Congresso das Câmaras Sindicais por ser um encontro bastante representativo de diferentes países da Europa. A *Notícia sobre o Pará* versava sobre o comércio da Província do Pará, durante o ano de 1886, e resumia os dados contidos do relatório da *Associação Comercial do Pará*. Escrevia contando sobre a exposição de propaganda do Pará na Europa. As seções da exposição compreenderiam a relação de matérias-primas que o Pará poderia fornecer para a industrialização, tentando demonstrar a viabilidade econômica da região. O objetivo de Nery era preparar uma corrente migratória que tivesse amplo conhecimento da região. Esses seriam escolhidos “*entre a população rural mais moralizada e diligente*”³⁵. Cobrava da Província, ainda, medidas administrativas para o recebimento desses imigrantes, tais como: agasalho e fácil colocação dos mesmos quando chegarem ao Estado.

A preocupação também com a propaganda na Europa para atrair imigrante é objetivo da cláusula IV do contrato, feito com o Dr. Eráclio Vespaziano Fiock Romano, que visava

a introdução de imigrantes no Pará. Este contrato estabelecia que o objetivo era a introdução de cinco mil europeus do norte da Espanha ou Portugal. Segundo a cláusula deste contrato os imigrantes deveriam ser:

“morigerados, sadios, robustos, mecânicos, artistas, operários, dados ao serviços da lavoura, de idades nunca excedentes a 45 anos, salvos se forem chefes de família, constituídos estas pelo menos duas terças partes do número total obrigando-se o contratante a embarcar por sua conta os imigrantes que não se acharem nessas condições”.³⁶

O contratante obrigava-se a fazer propaganda do Pará na Europa por meio de publicações de jornais, pela imprensa e distribuir, gratuitamente, o guia dos imigrantes onde se teria informações sobre as condições e vantagens de vir para a Província do Pará através de dados estatísticos e coreográficos da Província. Ela não recebeu os recursos necessários do governo imperial e a Assembléia Legislativa Provincial não aprovou o contrato para alocação de imigrantes feito com Sant'Anna Nery.

“(...) Deixemos que a onda imigratória do estrangeiro venha espontaneamente, quando se a capacitar de que na Amazônia vem encontra todos os benefícijs; quando se convencer de que nosso clima não atrofiador, o nosso território não é pestilento, a nossa civilização não é semi bárbara, a nossa religião não é intolerante”.³⁷

Este artigo é um exemplo de como parte da intelectualidade do Pará via os projetos imigrantistas e denuncia os preconceitos em relação à Amazônia na Europa. Neste artigo, evidenciava-se a crença de que na Europa a imagem que se tem da região é de que se morria de moléstias, que é terra de índio, que não era possível viver no clima e na umidade da região e que nossos costumes religiosos não respeitavam a diferença.

Esses seriam também os motivos, segundo o jornal, que justificavam em parte a não permanência de estrangeiros no Pará. A imigração estrangeira era considerada cara se comparada com a imigração cearense, devendo o governo encaminhá-la para a lavoura e não deixar que os nordestinos fossem seduzidos pelo sonho do enriquecimento fácil da extração da borracha.

34 *Carta de Sant'Ana Arecv de 12 .out., 1887*. Para o Presidente da Província.

35 Idem.

36 ROMANO, Fiock. Receberia doze libras esterlinas e dez *shillings* por imigrante adulto e metade por menos de três a doze anos. Este contrato também não foi efetivado por falta de recursos do Império. Termo de Contato que assina o Dr. Fiock Romano para a Introdução de imigrantes, 1888.

37 Diário de Notícias 3, out., 1887.

Neste momento, as teses sobre a não aclimação de estrangeiros na Amazônia estavam calcadas em teorias evolucionistas e deterministas que percebiam a história como resultado do meio ambiente e de heranças raciais. Na verdade, as questões fundamentais no fim do século XIX, no Brasil, eram a busca da nacionalidade e a definição da identidade nacional, neste sentido, tornava-se urgente a construção de uma imagem positiva do país.

Tendo como científica a crença na hierarquia das raças, as explicações da realidade brasileira colocavam o problema da miscigenação como um desafio para alcançar o Brasil branco. Sylvio Romero diz que a história do Brasil deve ser a história do mestiço “*resultante de cinco fatores: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imigração estrangeira*”.³⁸ A intensificação à imigração estrangeira consistia em uma das medidas para a superação da crise gerada pela abolição e as discussões a esse respeito tomaram conta da imprensa no Pará.³⁹

O debate sobre a imigração foi amplo e levantou uma série de questões⁴⁰, entre elas a disputa por um mercado de trabalho europeu. Isto levou os Estados do sul do país a realizarem intensa propaganda contra a imigração para o norte, visto que, essa era a saída da lavoura do sul e sudeste do país. Havia uma disputa pelas verbas destinadas à subvenção da imigração no final do Império e depois nos primeiros governos republicanos. Como exemplo, o governador Lauro Sodré, na mensagem de 1895.⁴¹ reclamava da campanha de descrédito ao Pará promovida pelos Estados do sul do país, esse, segundo suas palavras, seria um dos maiores empecilhos ao projeto imigrantista do Pará.

A preocupação em construir uma imagem positiva da região foi uma questão central, na virada do século XIX, e colocou governos, jornalistas, intelectuais, seringalistas, comerciantes e agricultores expressando suas opiniões sobre a região e suas necessidades.

38 LEITE, Dante Moreira “Memória e História”. *Enciclopédia Enaudi*. Porto, Imprensa Nacional. 1984. pag. 186.

39 Ver QUEIROZ. *Op. cit.* Mimeo.

40 Após a República é o governo de Lauro Sodré que estabelece uma política de imigração para o Estado: imigração estrangeira. Neste sentido cria a Repartição de Obras Públicas. Terras e Colonização. No dia 30 de outubro de 1894, o Poder Legislativo do Estado criou a Lei n. 223, que autorizou o governo a promover a introdução de estrangeiros em território paraense. Segundo essa lei, deveriam ser prioritariamente, agricultores ou industriais. Pelo decreto n. 410, de 8 de outubro de 1891, o governo paraense começou a regular e alienar terras devolutas, situadas dentro dos limites do Estado. O governo de Lauro Sodré assina vários contratos com particulares para a introdução de imigrantes no Estado, como o contrato assinado com o Sr. Júlio Benevides, procurador de uma dita Sociedade Oriental de Imigração, que se comprometia em introduzir três mil imigrantes japoneses.

41 Mensagem dirigida pelo governador Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em 1895.

1.2. PROPAGANDA E IMIGRAÇÃO

Em 1900, foi mandado organizar, pelo governador do Estado do Pará, Dr. José Paes de Carvalho⁴² uma brochura chamada *O Pará em 1900*, para comemorar os 400 anos de descobrimento do Brasil. Esta brochura foi organizada de forma que homens de letras, do final do século XIX, falassem sobre o Pará. A introdução foi feita pelo Barão de Sant’Amia Nery; a parte de *Geografia Física*, pelo Barão de Marajó⁴³, a de *Reinos da Natureza*, pelo Dr. Emílio Goeldi⁴⁴, a sessão sobre *Meteorologia e Climatologia* foi escrita pelo Dr. Gonçalo Lagos⁴⁵ uma outra parte sobre *Natalidade, Nupcidade e Mortalidade*, pelo Dr. J. Godinho⁴⁶, a parte sobre *Higiene* foi escrita pelo Dr. Américo Campos⁴⁷ que escreveu também notícias sobre a *Patologia Médica do Pará*; sobre *Etimografia* quem escreve é José Veríssimo⁴⁸ e a parte sobre *Geografia Política do Pará*, pelo Dr. Inácio Moura.⁴⁹ Há ainda uma sessão sobre *Notícias Históricas* assinada por Artur Viana⁵⁰ e, por fim, uma parte sobre a *Imprensa do Pará*, de Paulino de Brito.⁵¹

A publicação foi organizada com o objetivo de divulgar o Estado, tentando acabar com a imagem de que no Pará era impossível prosperar uma sociedade “civilizada”. Na introdução, o Barão de Sant’Anna Nery parabenizava o Estado por aproveitar a data de 1900, para divulgar suas riquezas “*expressando dessa maneira o seu passado o seu presente e projetando o seu futuro*”.⁵² O referido autor, afirmava que poucos Estados eram tão desconhecidos como o Pará e que ele mesmo muito fizera para debater esta ignorância através de livros, álbuns e mapas. Para ele a administração do Estado tinha feito uma propaganda fácil e eficaz e que o estrangeiro teria vindo para a região conhecer um “misterioso País da Borracha”.⁵³ E ressaltava ainda, que para o resto do país, principalmente para a Região sul:

“Nós os paraenses, somos ainda, por mais estrondosos que tenham sido os nossos projetos o cidadão de arco e flecha ludibriados pelo um estadista galhofeiro do tempo do império, — os seringueiros “matutos” e endinheirados, de quem a opereta está prestes a fazer troça, — os caboclos anêmicos e algum tanto beribéricos que vivem ou, melhor, vegetam em estufa equatorial”.⁵⁴

Podemos observar que há uma tensão social no texto do *O Pará em 1900*. Os intelectuais procuram o tempo inteiro demonstrar o grau de progresso e civilidade alcançado pelo Estado, contrapondo-se a uma imagem projetada da região de terra de índio, insalubre e pestimosa. Observamos também, que as publicações comemorativas fazem parte de uma política

de propaganda do Estado do Pará, que disputa o mercado de trabalho com outros Estados brasileiros e que ao mesmo tempo tenta se afirmar como uma região próspera e civilizada. Na introdução, Sant’Anna Nery deixa bem claro esta disputa. E que, para ele, o estrangeiro já teria percebido a riqueza do Estado e o nordestino tinha como referencial a região amazônica, quando queria amenizar a sua vida no nordeste, devido à seca ou quando era atraído pelo lucro do ouro vegetal que florescia em solo paraense. Em contraponto a isto, para ele, o brasileiro do sul continuava a ter uma visão distorcida e ignorante da Amazônia.⁵⁵

42 Paraense, filósofo e matemático, formado em Coimbra, diretor de Obras Públicas da Província, deputado provincial pelo Partido Liberal, deputado no Parlamento Nacional, presidente da Província do Amazonas, presidente da Província do Pará de 1879 a 1881. Proclamada a República, foi eleito presidente da Câmara e Intendente municipal de Belém e senador e presidente do Senado Estadual. Publicou várias obras: *Estudo Coreográfico sobre o Pará, Do Amazonas ao Sena e As Regiões Amazônicas*.

43. Paraense, filósofo e matemático, formado em Coimbra, diretor de Obras Públicas da Província, deputado provincial pelo Partido Liberal, deputado no Parlamento Nacional, presidente da Província do Amazonas, presidente da Província do Pará de 1879 a 1881. Proclamada a República, foi eleito presidente da Câmara e Intendente municipal de Belém e senador e presidente do Senado Estadual. Publicou várias obras: *Estudo Coreográfico sobre o Pará, Do Amazonas ao Sena e As Regiões Amazônicas*.

44 Suíço, naturalista e diretor do Museu Paraense em 1894 a convite do governador Lauro Sodré. Publicou *As Maravilhas da Ilha do Marajó, Os Mamíferos do Brasil, Breves Notícias de Vermes Interessantes do Brasil*, entre outras escreveu sobre mosquitos, formigas, borboletas, sobre os índios da foz do Amazonas, sobre quilombos, aves, cigarras, sobre as Amazonas, sobre as cavernas funerárias artificiais dos índios do Oiapoque. Reestruturou o Museu Paraense e organizou uma equipe de colaboradores para pesquisas na região.

45 Médico, Inspetor sanitário e diretor do Serviço de Higiene do Pará. Atuou no combate à febre negra em Belém em 1903.

46 Idem.

47 Idem.

48 Literato e Jornalista. Publicou vários livros e fundou várias revistas, entre elas a *Revista Amazônica*. Diretor de Instrução Pública do Pará entre 1890-91, quando publicou a *Instrução Pública no Estado do Pará e Estudos Brasileiros*. Publicou a revista *Educação Nacional*, em 1891. Em 1892 foi diretor do Ginásio Nacional, atual. Pedro II. Fundador da Academia Brasileira de Letras. Foi diretor da Escola Normal e dedicou-se à crítica literária de publicações nacionais. Publicou várias obras com temas amazônicos. No governo Paes de Carvalho defendeu o Pará na questão de limites com o Amazonas.

49 Engenheiro Civil, jornalista e abolicionista. Construtor da Ferrovia Belém-Bragança. Autor de várias obras, entre elas *De Belém a São João do Araguaia - Vale do Tocantins*, publicada em 1910..

50 Farmacêutico e Jornalista. Publicou vários livros, entre eles *Pontos da História do Pará e As Epidemias no Pará em 1906*; professor de Ciências Naturais e 1ª Estória no Liceu de Artes e Ofícios Benjamim Constan e diretor do Arquivo Público.

51 Jornalista e historiador. Fundador de vários jornais em Belém.

52 *O Pará em 1900. Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil*. Publicação comemorativa feita pelo governo do Estado do Pará.

53 Idem.

54 Idem.

55 Idem.

Sant'Anna. Nery faz-se valer das várias viagens feitas por estrangeiros à região amazônica, indo desde a viagem de Vicente Yanêz Pinzon⁵⁶, em 1494, passando por Henri Coudreau⁵⁷, Henry Watter Bates⁵⁸ e Agassiz⁵⁹ para mostrar que todos esses estrangeiros decantaram a natureza amazônica e combateram os preconceitos existentes contra o clima. Afirma também que a verdadeira propaganda são os vinte mil europeus que o Dr. Paes de Carvalho fez entrar no Estado:

“Esse é o elogio produtivo. A esses anônimos deverá um dia o Pará a glória de provar que a aclimação da raça branca pode tomar-se uma realidade na América”.⁶⁰

Na seção sobre *Meteorologia e Climatologia Médica do Estado do Pará*, escrita pelo Dr. Gonçalo Lagos, recorre-se à opinião de homens ilustres da ciência da época, que percorreram a região Amazônica, para afirmar a viabilidade de uma visão saudável nos trópicos. Este recurso é o contraponto aos “detratores gratuitos da região”⁶¹ que clamavam que o clima do Estado era impróprio, ardente e portanto inviabilizados de atividades produtivas nas terras do Pará.

Um exemplo é Agassiz, que, na *Voyage ao Brésil*⁶², afirmava que a grande corrente dos ventos gerais entra na Planície Amazônica e produz uma evaporação. A temperatura baixa, o solo não esquentava indefinidamente e uma ação refrigeradora tomava o clima agradável. Outro elemento seria as chuvas abundantes, que moderavam os efeitos da irradiação solar e não são verificadas secas. A região é descrita como fértil pelas várias camadas de terra vegetal advinda da decomposição das matérias vegetais.

Gonçalo Lagos discute a “*superioridade do clima do Pará no ponto de vista da salubridade e habitabilidade do seu solo*”.⁶³ Defende a tese de que as influências do clima para um meio ambiente são fisiológicas ou patológicas, ressaltando a adaptação do homem a qualquer clima com certos cuidados que a ciência aconselha. Ele defende a aclimação de povos de outros continentes na região e critica os “insensatos” e os “ignorantes” por atacarem o clima do Pará. Discorda da possibilidade de moléstia, “*principalmente a da febre amarela*”⁶⁴, que para ele foi importada, não sendo uma endemia da Amazônia nem do Brasil.

Percebe-se que Gonçalo está defendendo a tese que advoga a possibilidade da aclimação. Gonçalo sabe que fala diretamente para o imigrante, ou para autoridades estrangeiras envolvidas com a imigração e por este motivo destaca a febre

amarela das doenças, por ser a que mais atingiu os estrangeiros. Pará Gonçalo, o clima não provoca doenças, mas as ações do homem quando entra em desequilíbrio com o meio ambiente. O Dr. Gonçalo Lagos se opõe ao determinismo climático, corrente geográfica atribuída a Ratzel, em livro publicado em 1882, cujo objetivo era definir as influências que as condições naturais exercem sobre a humanidade. Esta corrente geográfica advoga a tese que a “*natureza influencia a própria constituição social, pela riqueza que propicia, através dos recursos do meio em que está localizada a sociedade*”⁶⁵, e ainda:

“O determinismo geográfico advogava a tese de que o desenvolvimento cultural de uma nação seria totalmente condicionado pelo meio”.

Para os autores dessa escola era suficiente a análise das condições físicas de cada país para conhecimento de sociedade e do futuro do lugar “dá-me o clima e o solo que lhe direi de que nação se fala”.⁶⁶

Segundo Ratzel⁶⁷, a natureza é um meio para obter-se o progresso, ou seja, as influências que as condições naturais exercem sobre a evolução das sociedades é base para seu progresso. Há uma naturalização da história e uma redução do homem como ser biológico. Nosso intelectual está mais para as teses de Vital de La Blache⁶⁸, que vê o homem como agente em relação ao meio ambiente, buscando pensar a ação do homem sobre o meio. Assim o Dr. Gonçalo nega o caráter naturalista da ação do clima sobre os homens na Amazônia e ataca a concepção fatalista e mecanicista da relação entre os homens e a natureza. O homem atuaria sobre o meio, transformando-o. A própria Amazônia, neste debate, é vista como possibilidade para a criação humana, no caso dos imigrantes europeus que eram os sujeitos que se pretendiam atrair para a região.

56 Vicente Yanêz Pinzon que alcançou a foz do rio Amazonas em março de 1500 e batizou-o de Santa Maria de La Mar Dulce.

57 COUDREAU, Henri. *Viagem ao Tapajós*. Rio de Janeiro, 1896; *Voyage cru Xingu*. Paris, 1899. Naturalista que junto com sua esposa, Odile Coudreau, percorreu a Amazônia deixando suas impressões sobre a região, seu clima, sua floresta etc.

58 Os cientistas Alfred Wallace e Henry Bates, que em suas obras *Viagem pelo Rio Amazonas e Negro* e *Um Naturalista no Rio Amazonas*, publicadas em 1835 e 1836, respectivamente, descreveram o rio Amazonas, os povos indígenas, o clima e os hábitos dos moradores da região.

59 AGASSIZ, Louis; AGASSIZ, Elizabeth. *A Journey In Brasil*. Boston, 1868.

60 O Pará em 1900. *Op. cit.* pag. 2.

61 Idem.

62 AGASSIZ, Louis; AGASSIZ, Elizabeth. *Op. cit.*, 1868.

63 O Pará em 1900. *Op. cit.* pag. 4.

64 Idem.

65 RATA -I, F. *O Solo, a Sociedade e o Estado*. Campinas: IFHC/UNICAMP, 1980. pag. 24.

66 Idem.

67 Idem.

68 VITAL DE LÁ BLACHIE, P. *Princípios de Geografia Humana*. Lisboa: Cosmos. 1956. pag. 58.

“Sendo assim, porque negar a possibilidade do aclimamento e da aclimação na região equatorial da América para os povos dos outros continentes?”⁶⁹

Em artigo assinado pelo Dr. Américo Campos, discute-se a *Higiene do Pará*⁷⁰, começando pela sua capital, Belém. A imagem da cidade é que ela é dotada de ruas largas e compridas, “sem becos ou viellas”⁷¹ uma cidade “fulgente portadora de luz, de calor chegando a todos os nossos lares”.⁷² Belém recebe a brisa da baía do Guajará que acalmaria a fadiga e o suor. O calor, a luz e o vento junto com as boas condições de higiene, como da cidade garantem uma vida próspera nesta parte dos trópicos.

O autor lembra também, os Códigos de Posturas municipais que eram as leis que estabeleciam as penalidades, fazendo questão de ressaltar que o calçamento da cidade era de boa qualidade como mandavam os Códigos. O leito das ruas era “marginado de calhas” para o “escoamento das águas pluviais”⁷³, buscando construir uma imagem de higiene da cidade. A empresa de limpeza pública é, segundo o autor, responsável por varrer diariamente todas as ruas e praças já calçadas e remover para o forno crematório o lixo de toda a cidade e os animais mortos, assim como trazer limpas bocas de lobo e as calhas das ruas. O forno crematório é apresentado como um dos grandes símbolos da modernidade de Belém.

Belém é apresentada como uma cidade onde o acesso ao mar é fácil, com praças ajardinadas e ruas arborizadas e iluminadas pela eletricidade. Suas praças são apresentadas como as mais belas da América do Sul, suas vias públicas largas são ladeadas por mangueiras, amendoeiras e palmeiras como as da travessa São José. “As estalagens, cortiços, tendendo a diminuir e estiro sujeitos a rigorosa vigilância”.⁷⁴

Há a preocupação em demonstrar que o governo administra e planeja a cidade. O artigo volta e meia lança mão de órgãos do governo preocupados com o governo da capital, como é o caso da *Comissão de Saneamento de Belém*. O autor vê com preocupação as fossas das casas que deveriam ser abrigadas e revestidas de duplas paredes de alvenaria. A preocupação com os hospitais, quartéis, colégios não servidos pela rede de esgoto é explicitada no artigo como uma questão de saúde pública que o governo municipal controlava através de fossas fixas, com sistema de lançamento das matérias fecais e águas em pontos criteriosamente escolhidos.

Percebemos a preocupação com as matérias fecais e seu destino. O articulista procura deixar bem claro que estas

não estariam contaminando o meio ambiente. Era necessário convencer da higiene e da limpeza da cidade, que desta forma evitaria a infecção de pessoas e afastaria o perigo das moléstias, como a febre amarela. O autor trabalha com a noção de possibilidade de infecção e por isto acredita que as condições locais estão salvas dos “miasmas”. Esta crença calça a necessidade de reformas urbanas da cidade de Belém:

“Por infecção se entendia a ‘ação exercida na economia por miasmas mórbidos’. Em outras palavras, a infecção se devia a ação que substâncias animais e vegetais em putrefação exerciam no ar ambiente. A infecção não atuava senão na esfera do foco do qual se emanavam os tais “miasmas morbíficos”. Era verdade que uma doença podia se propagar de um indivíduo doente a outro são, todavia, tal processo não acontecia propriamente por contágio: o indivíduo doente agia sobre o são ao alterar o ar ambiente que os circulava. A malária era tida como moléstia tipicamente infecciosa”.⁷⁵

Quando o articulista constrói a imagem de Belém com ruas largas e compridas, iluminadas e com a brisa da baía, está presente a idéia de um espaço urbano higienizado, sadio e fora dos perigos das infecções, como o vento, o calor e a luz quente no ar puro, onde os “miasmas” não parasitassem no ar. Quando o autor descreve as ruas com paralelepípedos, constrói a possibilidade de não haver contato com o chão, com a terra ou seja com as impurezas advindas do solo.

A cidade também é construída como um espaço urbano que tem um governo e que é administrada por um conjunto de princípios para torná-la “civilizada”. Fica claro que o controle da cidade e do espaço urbano passa por uma estrutura a ser montada com organismos e seções responsáveis por tomar decisões sobre as políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano, não deixando transparecer os sujeitos históricos interessados em controlar a cidade. Há uma “despolitização” da realidade histórica em nome da técnica.⁷⁶

O recurso aos “inspetores sanitários”, ao *Conselho Superior de Higiene*, à *Comissão de Saneamento de Belém* e à *Empresa de Limpeza Pública*, são formas de demonstrar que existem órgãos públicos responsáveis pela administração da

69 O Pará em 1900. *Op. cit.* pag.

70 Idem.

71 Idem.

72 Idem.

73 Idem.

74 Idem.

75 CHALFIOUB, Sidney. “Variola, Vacina e Vacinophobia”. In: *Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. pag. 169.

76 Idem.

cidade e que esta é feita do ponto de vista da ciência mais avançada do período. O discurso da higienização perpassa o texto o tempo todo. Nele as “casas” têm um modelo prévio de habitação preconcebido, as habitações coletivas são vigiadas e controladas, os estabelecimentos comerciais também e seus trabalhadores obrigados à matrícula na *Intendência Municipal*. A imagem construída da cidade de Belém revela o projeto político de uma parcela das elites paraenses que tentaram administrar a cidade sob o seu ponto de vista em nome da técnica e da ciência do período.

No artigo, há uma preocupação em explicitar a estrutura administrativa do Estado vinculada à política de higiene. O serviço de assistência pública é dirigido pelo próprio governador, cuja execução imediata era do *Conselho Superior de Higiene*. Havia uma *Inspetoria do Serviço Sanitário Municipal de Belém* e uma *Irmandade de Misericórdia*.

Podemos observar que os autores dos artigos acreditam que a administração da cidade de Belém e do Estado do Pará estariam baseados na “ciência” e isto dava apoio às ações “saneadoras” dos engenheiros e médicos que passariam a se encastelar e acumular poder na administração pública, especialmente após o golpe militar republicano de 1889.⁷⁷

O autor nos demonstra a originalidade da máquina burocrática montada para garantir a higiene dos espaços urbanos. A *Inspeção Geral do Serviço Sanitário do Pará*, zelava permanentemente pela higiene e saúde pública. Foi criada para fiscalizar rigorosamente tudo quanto é fiscalizável numa sociedade policiada. Deveriam defender a população contra as doenças contagiosas. Para cumprir esta função foi organizado o *Instituto Bacteriológico*, o *Instituto Vacinogênico*, a *Estatística Demografo-Sanitária*, *Laboratório de Análises Clínicas e Bromatológica*, o *Laboratório Farmacêutico*, o *Hospital de Isolamento*, o *Desinfetório Central*, os lazaretos e postos de quarentenas, a polícia higiênica e sanitária dos animais.

O autor demonstra, também, que os inspetores sanitários fazem toda a polícia higiênica da cidade profilática, para remover as causas do aparecimento de moléstias transmissíveis e a ação aressiva para a extinção de focos epidêmicos. Há um corpo de engenheiros que devem dar os pareceres sobre todas as questões relativas à engenharia sanitária. O autor mostra que há uma burocracia médico-sanitária montada com secretários, laboratoristas, veterinários, administradores de hospitais, desinfetores e guardas sanitários, ao todo cinquenta

profissionais. Podemos observar que toda uma máquina burocrática foi montada, por uma comissão de “médicos e engenheiros” que estariam fazendo um plano para saneamento total da cidade.

“O resultado dessas duas operações mentais é o processo de configuração dos pressupostos da Higiene como uma ideologia: ou seja, como um conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir o país ao “verdadeiro”, à “civilização”, implicam na despolitização da realidade histórica, a legitimização apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano. Esses princípios gerais se traduzem em técnicas específicas, e somente a submissão da política à técnica poderia colocar o Brasil no “caminho da civilização”. Em suma, tomava-se possível imaginar que haveria uma forma “científica” — isto é, “neutra”, supostamente acima dos interesses particulares e dos conflitos sociais em geral — de gestão dos problemas da cidade e das diferenças sociais nela existentes”.⁷⁸

Nesta parte, o “*Album de 1900*”, deixa-se claro a política urbanística implementada pelo Estado. O discurso higiênico não é só uma declaração de uma crença na possibilidade de construção de um espaço limpo, higienizado e policiado. Na verdade, revela o projeto de gestão do espaço urbano, no caso de Belém, pensando por parte das elites do Pará, aquela que neste momento monopoliza a administração estadual e municipal. O governador do Estado é o Dr. Paes de Carvalho⁷⁹, médico e administrador próximo aos grandes seringalistas e o intendente de Belém é José Antônio Lemos que neste momento controla o Partido Republicano e tem laços de proximidade bem fortes com os senhores dos seringais.⁸⁰

Belém neste momento é o espaço urbano remodelado para servir de palco a uma elite exportadora do látex. A modernidade é no sentido de transformar este espaço para a convivência das elites e de trabalho por parte da população mais pobre. O discurso da higiene era a fala de uma parte das elites, através destes intelectuais. Expressam um projeto de fazer a civilização nos trópicos e, para executá-lo, se faz em políticas públicas em nome da mais “moderna ciência”, era o jogo político que estas “políticas” favoreciam.

77 WEINSTEIN, *Op. cit.*, 1993. pag. 161.

78 CHALHOUB, *Op. cit.*, 1996. pag. 171.

79 Paes de Carvalho faz uma aliança política com Antônio Lemos e derrota Justo Chermont para seu sucessor no governo do Estado, apoiando Augusto Montenegro, candidato de Lemos, que governará o Estado por oito anos.

80 Lemos derrota os republicanos históricos por dentro do Partido Republicano do Pará. Consegue fazer isso com o apoio dos Intendentes Municipais que o apoiarão no projeto de remodelação do espaço urbano de Belém. Lemos governa a cidade por 14 anos representando os interesses dos seringalistas e da oligarquia pastoril do Marajó.

Nós estamos interessados em perceber nestes discursos a construção desta imagem da cidade de Belém, de espaço urbano, de floresta domesticada, do mercado de trabalho sem conflito, como forma de compreender a expressão da própria luta política no período. Luta política no sentido de disputa de um certo poder para implementar variadas “políticas públicas” que vinham beneficiar uma parte das elites econômicas do Pará. Ou seja, o estudo do *Álbum do Pará em 1900*, para nós, é o estudo da propaganda destas “políticas públicas” que sustentam práticas sociais excludentes e discriminadoras.⁸¹

O Barão de Marajó escreveu sobre a *Geographia Physica do Farás*⁸² para exaltar a sua extensão territorial e o “enorme desenvolvimento do curso de seus rios”. O artigo de *Geographia Physica* começa com uma introdução, logo após uma descrição da localização geográfica, população, vem uma seção sobre o clima, temperatura e salubridade, “*um intróito bem ao estilo da literatura médica do período*”.⁸³

Discute os limites e a extensão do Pará, que é exaltado como terceiro Estado do Brasil. Falando da população, recorre a um recenseamento de 1872, que afirma ser mal organizado, onde o Pará teria 275.237 habitantes e que, dados da imigração nordestina para o Pará e da imigração portuguesa, espanhola e italiana indicam que há seguramente 70.000 habitantes, em 1900, no Pará. Aqui ele já indica a entrada anual de 60 a 80 mil imigrantes portugueses. Esta argumentação é construída para provar a possibilidade da vivência de europeus nos trópicos. Apesar de reconhecer que não há um recenseamento consistente, chega a afirmar “com segurança” o número de habitantes do Estado.

Sobre clima, temperatura e salubridade o autor consegue argumentar que o clima do Pará é muito influenciado pelos rios e pela umidade. O articulista faz questão de afirmar a perfeita regularidade da temperatura. A recorrência aos viajantes é novamente utilizada para “diminuir errada opinião” sobre a Amazônia. Do geógrafo Maury é ressaltada sua opinião da extensão dos ventos gerais (alísios), e sua comparação com a costa africana, o que faz com que amenize o clima, “tornando-o agradável”. Wallace, H. Smith, Browp, Lindistame, Bates, Agassiz são lembrados para depor em favor do clima amazônico. Outra preocupação é o depoimento destes cientistas, no que diz respeito a não terem tido uma febre, ou o quanto é “agradável” o clima da

região, a “frescura”, ou o “brilho da atmosfera”, ou a “*odorífera doçura das noites*”, ou “*um clima gozado de uma temperatura tão regular*”.

De Bates recorta-se a afirmativa que não havia perigo à exposição ao ar da noite, viver em terrenos pantanosos ou a considerações sobre a temperatura igual, sempre ventando, a frescura do clima e as brisas marítimas o que ‘tornaram este clima um dos mais agradáveis do mundo’. O debate do autor é com as crenças correntes na época de que a região dos trópicos era propícia para as doenças endêmicas devido o seu clima. O testemunho de Crevaux, Wiener e Orton de que não sofreram de qualquer febre é emblemático em uma publicação de propaganda do Estado. O autor advoga a tese de que as epidemias são importadas para a região.

“Venha o povoamento desta imensa região e com seus benefícios e a profecia de Humboldt sobre o Amazonas se realizará, isto é, que cedo ou tarde a civilização do globo ali se encontrará e ao mesmo tempo o dizer Casteluau que esta bela Província (o Pará) virá a ser a mais rica da América Estas duas opiniões valem bem as calúnias dos invejosos”.⁸⁴

Percebemos que há uma busca muito grande de construir uma imagem sobre a viabilidade de se fazer nos trópicos a civilização, que os nossos intelectuais acreditavam ser possível no Pará. Por isso, a necessidade de se edificar uma imagem do Estado como a terra do progresso, do desenvolvimento e da prosperidade.

Esta postura dos intelectuais do Estado e do governante do Estado faz parte de uma política de se construir como pólo de desenvolvimento, na medida em que o Estado passa por um período de exportação do látex e o governo do Estado precisa do reconhecimento inclusive no exterior, para continuar a política de empréstimos externos.

O Estado foi apresentado com um território vasto, com uma grande costa, com fácil comunicação dada pela natureza, pelo seu sistema hidrográfico, fazendo contato com os outros Estados e com os países da América Latina. Os campos de pastagem do Estado são vistos como promissores para criação de gado, podendo em um futuro ultrapassar os do Rio Grande do Sul e a floresta oferece a oportunidade de extração vegetal e terras disponíveis para plantação.

81 Como propaganda, *O Pará em 1900* expressa o projeto das elites que controlavam o Estado e é um excelente material para análise do pensamento dos intelectuais do Pará do século XIX.

82 O Pará em 1900. *Op. cit.* pag. 3.

83 Idem.

84 Idem.

A insistência em detalhar as vias de comunicação, a navegabilidade dos rios, os produtos nativos, a possibilidade de produção e escoamento das mercadorias é o eixo central do artigo, ou seja, há uma tese central na apresentação dos dados, na forma de organizá-los, que é a construção permanente do Estado do Pará como terra do “progresso” e do “por vir”.

Outro texto, assinado pelo Dr. Emílio A. Goeldi, cujo título já expõe a intenção do artigo ‘Reinos da Natureza, encarados do ponto de vista prático’. O autor começa a abordagem do mundo animal do ponto de vista da possibilidade da alimentação possível para os habitantes do Estado. Discutindo a abundância das espécies amazônicas e as várias formas de acesso à alimentação há uma imagem de uma terra farta em recursos alimentares.

O caráter “essencialmente prático” deste artigo é lembrado, pelo autor para justificar o “prisma utilitário” de como os assuntos são testados. Há um acento muito grande nos fatores alimentares e nos recursos animais oferecidos pela floresta. Quando fala dos crustáceos, resalta as possibilidades de comercialização; quando fala nos insetos a pergunta feita para organizar a exposição é: quais os que são possíveis de “manifestar e direta utilidade para os homens?” e a escolha recai nas abelhas indígenas como fornecedoras do mel aromático e cera abundante.

O articulista quando começa falando do reino vegetal, explicando que fará um “ensaio de orientação sumária sobre vegetais”, com importância econômica para indústria extrativa, apresenta a borracha como carro-chefe, demonstra que dos 54 municípios do Estado do Pará 47 são produtores extrativos de borracha e que em 1898 esta extração representa 3/4 do total das rendas públicas e 25% de imposto estadual de exportação.

Depois da borracha a castanha-do-pará é apresentada como o produto de exportação com larga escala para ser melhor explorada. Outros frutos foram mencionados como possíveis de serem explorados: os óleos vegetais extraídos da variada flora amazônica e que seriam possíveis fatores de renda.

Outros assuntos tratados são os produtos farmacêuticos fornecidos pelas “matas amazônicas”. Produtos como guaraná, o cumaru, salsaparrilha, são exemplos da possibilidade de exploração da flora amazônica. Uma possível indústria de alimentos poderia ser desenvolvida a partir dos frutos da floresta como o cupuaçu, o bacuri, o urutu, o jenipapo e o muruti. A indústria têxtil teria também grande desenvoltura

com matérias-primas como as piaçava, assim como a indústria moveleira seria bastante beneficiada com as madeiras da região, tais como acapu, cedro etc.

Estes materiais foram apresentadas como capitais inertes e que estavam a muito tempo com dificuldades de exploração, por ser a borracha o único produto que tinha atenção da indústria extrativa na Amazônia. Os caracteres geológicos do Estado são organizados de modo a apresentar uma natureza exuberante que necessitava ser explorada, em um Estado que se prometia para o futuro. Esta convicção do articulista estava baseada na posição geográfica e nas condições físicas da região, que para ele eram os principais fatores para o desenvolvimento e para a riqueza do Estado do Pará, que deste ponto de vista, seria “o primeiro do Brasil”.

Outro eixo temático no artigo é o reforço da ideia da utilização da caça aos animais da floresta como fator econômico, dada a venda de peles nos mercados consumidores da América do Sul. como pacas, capivara, onças pintada, cutias, antas, veados, galináceos e o pato-bravo.

Sobre o reino mineral, o autor indicou que foi inicial a exploração no Pará, dado o privilégio da extração da borracha. Fala da extração do sal em Salinas, do ouro nos rios guaranis, e nas cabeceiras do rio Gurupi na divisa com o Maranhão. Sobre Belém citou a exploração do barro o “*que fez surgir muitas olarias, que não satisfazem às necessidades da capital pela falta de braços para industrialização*”. Outro produto citado é o sal marinho, em Salinas e termina o artigo acreditando na abertura de novas fontes de riquezas e prosperidade econômica na região.

Havia uma tendência muito forte da construção de uma floresta domesticada. O Barão de Marajó e o Dr. Emílio Goeldi articularam seus artigos buscando apresentar uma floresta disponível às ações humanas, à espera da civilização. A floresta amazônica, ou a mata foi apresentada como um celeiro pronto à ação daquele que se dispusesse a trabalhar, a usufruir dos seus bens. Esta floresta não apresenta um perigo, é um espaço completamente desabitado e cheia de riquezas. É, nos dizeres de Euclides da Cunha, “A última página do Gênesis que falta ser virada”⁸⁵. A Região Amazônica não é apresentada como um inferno verde, mas como um paraíso à espera de ser descoberto.

85

A proximidade geográfica com a Europa, a facilidade de comunicação através dos rios com o continente americano e com o resto do Brasil era um argumento forte para demonstrar a possibilidade de escoamento da produção e para comunicação com o mundo civilizado”.

Era necessário convencer que a vinda para a região não pressupunha o isolamento do mundo. A crença que a civilização necessita ser criada, inventada, introduzida neste paraíso tropical é muito recorrente em todos os artigos. Os articulistas, ficavam o tempo todo demonstrando que não faltará alimentação, que não havia perigo de ataques de animais selvagens, que o clima é um dos fatores do meio ambiente, e mais: que os ventos, os rios, a umidade do ar contribuem para amenizar o calor e viabilizar a vida nos trópicos.

Há uma tentativa o tempo todo de reafirmar a proximidade geográfica com a Europa, por ser este o continente que interessa estabelecer uma linha de comunicação com quem se quer constituir uma herança cultural e uma identidade política. As referências à América do Norte são no sentido de comparação de seu clima, e de seus rios em relação aos da Região Amazônica.

Nestas comparações, o continente americano e o africano são sempre referências negativas, para reafirmar as peculiaridades extra-climáticas da região. Construir a floresta como um espaço possível de viver pelo europeu e à espera de suas atividades. O recurso a L. Agassiz fora para reforçar a tese da construção da civilização, não citando a visão pessimista do viajante em relação ao “atraso” da sociedade brasileira devido a sua composição étnica e racial.

Os autores trabalharam uma noção de progresso e civilização que deveriam ser implantados na região por habitantes da Europa. A noção da evolução social, de progresso e civilização, está profundamente presente nos artigos. A região foi vista como terra vazia e exuberante. Há um discurso evolucionista como análise social que leva à inevitabilidade do progresso.

O Dr. J. Godinho escreve o artigo “*Notícia sobre a natalidade, a núpcia e a mortalidade em Belém, no quinquênio de 1895 a 1899*”. O autor começa comentando que, dos nascimentos registrados, pode-se notar um aumento dos nascimentos em Belém, além de que a falta de um recenseamento detalhado, impossibilitava, entre outros elementos estatísticos, um conhecimento da composição da população por idades, bem como o número de mulheres em idade de “procriação”. O artigo discutia o cálculo da natalidade por habitante fazendo a

comparação do número de nascimentos com o da mortalidade. Ficamos sabendo que o número dos mortos excede à dos nascidos, em 4.322, no quinquênio de 1895 a 1899, e que o número de casamentos registrados no período foi de 2.080.

Chamava atenção para a questão do casamento no religioso, o qual não era hábito de ser acompanhado de registro civil. Quanto à mortalidade do período, ficamos sabendo que o ano de 1889 apresenta uma mortalidade de 48,06%, percentual de 29,40% sobre a mortalidade geral de 4.806 pessoas, a maior do quinquênio.

Observamos, também, que as causas dos óbitos classificados por grupos de moléstias, tende a mostrar a malária, em primeiro lugar; a febre amarela, com 1.190; a tuberculose, com 1.233; dentre outras doenças, sendo que as moléstias zimóticas representavam 40,6% da mortalidade geral do período e a febre amarela ocupava o terceiro plano na lista mortuária.

“Tendo-se constituído, desde muito, o pesadelo do estrangeiro que pela vez primeira aporta as nossas plagas o mal de São, poupando aos nacionais, entre nós, ataca ao estrangeiro não aclimado, mas somente na capital e em proporção, relativamente pequena, ao grande número de entrados. No interior do Estado o tifo americano é desconhecido mesmo do estrangeiro recém-vindo, que para ali vai estabelecer domicílio.

Conquanto já tenha o tifo icteróide conquistado, na capital do Pará, os fóros de endemia não tem todavia grassado entre nós com intensidade igual a manifestada em outras cidades do Sul do País ou do Estrangeiro”.⁸⁶

A malária foi a doença de maior incidência na mortalidade geral (16%), contraídos por indivíduos fora da cidade, seguida da tuberculose com 1.233 óbitos (7,5%). A febre amarela ocupava o terceiro lugar com (7,0%). Para o autor esta última era o “*pesadelo do estrangeiro, por poupar aos nacionais e atacar os imigrantes que chegam pela primeira vez. Esta doença é ressaltada para afirmar que não há endemias nas mesmas proporções que no sul do país e, também, no estrangeiro. O beribéri (3,3%), a varíola, o sarampo, são outras doenças apontadas no artigo*”.

A explicação para as causas das doenças endêmicas foi analisada pelo autor, que descarta as explicações deterministas que as vinculavam ao clima. O argumento do autor foi que os estudos das observações meteorológicas feitas no Museu Paraense, e as variações atmosféricas continuam as mesmas no quinquênio, o que demonstrava não “*poder atribuir influência sobre o excesso de mortalidade*”.

Para o autor, o aumento da mortalidade se explicava pelo crescimento da população pela aglomeração dos habitantes, pela falta de moradia na capital do Estado, falta de higiene dos habitantes, condições sanitárias, de leis, e pela falta de abundância de águas e alimentação adequadas. Ele acreditava que alguns dos fatores tendiam a desaparecer com medidas de higienização adequadas pelo “*progresso material da cidade*” e ressaltava as melhorias para “*tornar a cidade de Belém uma das mais saudáveis do Brasil*”.

Percebemos que o autor trabalhava criticando os hábitos de moradia em habitações com grande número de pessoas, que para, ele estas habitações seriam nocivas à sociedade e prováveis focos de irradiação de epidemias.

Para o autor, a discussão da salubridade pública, das condições higiênicas dos habitantes e da cidade era o caminho para a saúde do povo. O articulista falou que a razão da propagação da febre amarela foi por infecção devido à ação de “miasmas” que poderiam infectar o meio ambiente e, por isso advogava medidas para transformar as condições sanitárias da capital. Percebemos a defesa das reformas urbanas na cidade como ação necessária para acabar com a febre amarela. Ao defender como medida para acabar com as doenças, reformas no espaço urbano o autor do artigo assumiu a postura de atribuir o aparecimento das moléstias às ações de “miasmas no ar ambiente”.

“As dificuldades em determinar com qualquer precisão as origens e a composição dos miasmas fez com que os infeccionistas, especialmente nas cidades, colocassem todo o ambiente — e as ‘classes perigosas’ nele presentes — sob suspeição e constante inspeção. Os infeccionistas ou anticontagionistas, na verdade, produziram o arcabouço ideológico básico das várias reformas urbanas que varreram as cidades ocidentais na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas deste século”.⁸⁷

O Dr. Américo Campos⁸⁸ começou o seu artigo intitulado *Notícias Sobre a Patologia Médica do Pará*. Podemos observar que para ele a floresta amazônica era o paraíso na terra. Ele atenuava esta imagem do paraíso amazônico, reconhecendo que “*males nos afligem: a malária, a tuberculose e a febre amarela*”.

Admitia que morria um número considerável de pessoas que para ele foram fatores de “nosso progresso”. Males descritos como exportados, não sendo resultado do solo da Amazônia e tampouco do seu clima. O Dr. Américo defende, ainda, como causa das moléstias, não os fatores deterministas do meio ambiente, como o clima, por exemplo, mas sendo

resultado da ação do homem que não toma todos os cuidados com a higiene.

Para o articulista, as cidades amazônicas não seguiram as regras científicas, os habitantes não tomavam as precauções de higiene, observadas em leis. As autoridades da justiça deveriam punir os infratores, por menor que fosse o delito e obrigar os habitantes a cumprir a disposição dos códigos de posturas ou dos regulamentos sanitários. Só desta forma o articulista via a possibilidade de eliminar as moléstias.⁸⁹

O Dr. Américo defendia a tese da necessidade de uma intervenção no espaço urbano, feita pelo poder público. Acredita também, que as causas das moléstias adviam da ação humana em contato com o meio ambiente, ele era um infectologista e por esta razão percebia a vida, a partir da ação higiênica e saneadora das moléstias. Quando falava do clima era para ressaltar sua amenidade. Defende que o homem deve “educar-se” para remover “os focos que possam originar epidemias”.

Havia uma crença que seria possível, a partir de estudos de engenheiros e sanitaristas, ter-se um plano completo do solo de Belém que indicaria as obras necessárias ao “saneamento perfeito desta capital”. Só após este estudo, que deveriam ser de acordo com os “*preceitos científicos e as exigências do nosso meio, a mortalidade descera sensivelmente*”.

Sobre a febre amarela o autor nos indica que se concentrava em Belém, e que o governo estadual, como recurso “profilático” recebia os imigrantes em hospedarias, fazendo as turmas seguirem diretamente para as colônias. A febre amarela foi constituída como uma moléstia que “atacou os recém-chegados, os menos aclimatados”.

Como o “controle” não era perfeito, parte destes imigrantes viriam para a capital, outros abandonavam as colônias e, chegando à cidade, moravam em casas “anti-higiênicas”, sem espaço, luz e limpeza, alimentavam-se mal, não asseavam convenientemente o corpo, e “*expõe-se ao prazer escolher os organismos de grande robustez para cruel e rapidamente abate-los*”.⁹⁰

87 CHALHOUB. *Op. cit.*, 1996. pag. 198.

88 CAMPOS, Américo Médico sanitaria, Inspetor do Serviço Sanitário de Belém. Atuou no combate às várias epidemias na capital.

89 O Pará em 1900. *Op. cit.* pag. 11.

90 Idem.

O que observamos é que o Dr. Américo advogava a tese da infecção por “miasmas”, ao mesmo tempo em que referenciava práticas dos defensores das teses médicas do contágio, na medida que o afastamento da capital permitiria a não- contaminação. O Dr. Américo também via o clima como um fator determinante para a sobrevivência nos trópicos. Para ele seria necessário um período de “aclimatação” para o corpo.

Outro aspecto a ser ressaltado é que estes autores não estão simplesmente defendendo teses meramente “científicas”, na verdade estão defendendo os princípios de práticas políticas, definidores de políticas públicas. Há uma vivência, uma experimentação de tais teses e estas políticas são efetivadas por governantes, no caso o Dr. Paes de Carvalho, médico, e por um conjunto de “doutores”, de “cientistas” que exerceram o poder em nome de um discurso “civilizado”, mas que na verdade estabeleciam formas descriminadoras de administrar a cidade.

É José Veríssimo quem escreve sobre *Ethnographia*, que apresentou a explicação sobre a formação da população paraense, a partir dos elementos étnicos: o branco, o negro e o índio e “do cruzamento destas três raças resulta o que podemos chamar de o povo paraense”.

Para Veríssimo, o branco é o fator mais importante na constituição do povo paraense, por “*ter lhe dado a língua, a religião, a cultura e a civilização*”. O autor passa o artigo inteiro demonstrando que do ponto de vista “ethnographico” foi o índio o fator preponderante. Veríssimo trabalhou com a noção de índios “puros”, os tapuios. Para ele, Belém deveria ser o lugar onde a “raça superior” fosse mais preponderante dentro da população de 12.467, e não era. O que prova, para o autor, o quanto o homem branco não contribuiu largamente para a constituição da população paraense, mas há uma:

“persistência de uma civilização selvagem, esta sobrevivência como lhe chamam os etnólogos, explica-se pela facilidade com que os portugueses se adaptaram ao meio e se utilizaram em seu proveito, sem quase nenhum preconceito de raça e de cultura, não só do gentil, mas das mesmas condições da sua vida material diante as formas que se processaram os cruzamentos, no que resultam em índios civilizados”.⁹¹

Nosso intelectual hierarquiza as “raças” colocando os homens brancos como superiores. Ele reclamou do pouco curso da gente branca na constituição da população paraense e indicou dificuldades de definir os não-brancos. Informa que no recenseamento, de 31 de dezembro de 1890, onde o Pará aparece com 328.453 habitantes, sendo 128.813 brancos,

22.193 negros, 65.495 caboclos e 111. 958 mestiços.

“No Pará como em todo o Brasil, esta mestiçagem é de duas espécies, a que procedeu dos cruzamentos entre raças e variedades diversas e a que resultam das influências físicas e sociais sobre os topos, puros e seus produtos”.⁹²

Veríssimo acreditava que só um verdadeiro estudo científico, com observações rigorosas, exatas e fiéis indicariam as variedades dos cruzamentos e subcruzamentos e formulariam leis. Ele trabalhou com a noção de “raças puras” e os seus cruzamentos, onde a Amazônia era vista como um “laboratório de mestiçagem”.

Para ele, a mestiçagem também era resultado da “ação física e social do meio” e um problema a ser resolvido. Os mamelucos e os tapuios eram os principais elementos étnicos da população, e com o mestiço não se podia esperar “*desta gente, sem atividade, sem ambição, sem energia, sem caráter*”, a construção de uma civilização. Para o articulista “esta gente” teria que ceder o passo à “gente mais apta” para as competências de uma região que, no seu entender, necessita ser explorada e aproveitada. Como ele estava escrevendo em um instrumento de propaganda do governo, com objetivos claros de atrair imigrantes, é simbólica a análise etnográfica de Veríssimo, na medida em que ele coloca a responsabilidade, ou melhor, como única possibilidade de construção da civilização para a região, o trabalho do homem branco. Para Veríssimo, o “*cearense, é mais próximo do branco, e mais acostumado ao trabalho*”, industrioso, provido, mais previdente que o paraense.

“O cearense começa na Amazônia a obra da eliminação do mestiço indígena, e servirá talvez de elo, ou melhor de transição entre essa gente e elementos europeus que a política paraense bem inspirada procura atrair para esse ferracíssimo torrão”.⁹³

Veríssimo apresentou um povo mestiço com possibilidade de aperfeiçoamento. Ele acreditava que os cruzamentos com o cearense levariam ao branqueamento e à depuração da sociedade. Para ele o progresso e a civilização só seriam possíveis se a mestiçagem fosse vencida. Para vencer este “mal” os imigrantes deveriam ser “atraídos” para a região. O trabalho de acabar com a miscigenação era para o autor uma missão dos governantes. Caberia a eles a obra da eliminação do mestiço indígena e do próprio indígena, através de políticas de mistura de raças, costumes e hábitos.

91 Idem.

92 Idem.

93 Idem.

Veríssimo defendeu a imigração como uma política do governo paraense para “modificar a sua população”, fazendo nela predominar, em mais ou menos tempo, o elemento branco. Veríssimo não assumiu sua posição como preconceito de raça, por não ser, segundo ele, parte da sua “estirpe” e defende suas opiniões como “científicas”. Para ele, a raça de civilização e do progresso é a branca. O Pará só poderá alcançar a hegemonia com superioridade se o elemento branco predominar. Veríssimo não chega a defender o extermínio desta população mestiça, e sim “*tirar maior proveito das sociedade a força natural que lhes é própria*”. Vê o autor nesta população a resistência ao clima, a docilidade, o desbravamento de matas e rios, a colheita de frutas, da borracha e seus trabalhos de agricultura: seringueiros, pescadores etc. Mas sem esperar que, a partir dela venha a ter uma civilização no Estado:

“Mas não há como assentar sobre essa gente uma verdadeira civilização, que, como se verifica já hoje, seria sempre uma civilização de superfície, de -uma tênue camada superior de raça e educação branca, fixada na capital e em algum outro raro centro de população, alheia de fato á massa do povo, política e economicamente explorada e incapaz de resistência e de ação.

O mesmo interesse dessas raças, se raças de podem chamar, e do Estado, está aconselhando que, sem nenhuma idéia desumana de extermínio, novos cruzamentos com a branca venham ativar, pela seleção natural, o advento definitivo da raça superior na população paraense.

E nem haja medo que esse cruzamento se não faça; o meio social paraense, como numerosos exemplos provam, já tem força bastante para anular nos estrangeiros os preconceitos de raça, e demais as mestiças tem feitiços e aquela natureza voluptuosidades verdadeiramente irresistíveis”.⁹⁴

Veríssimo não dá muita importância à presença de negros na região, tendo como predominante a “raça” indígena, ou seus descendentes mestiços na formação do povo paraense. Ao público a quem se destina *O Pará em 1900* passa a idéia que a região era pouco povoada e sem a presença de negros e dentro deste vazio haveria uma floresta repleta de riquezas à espera da civilização. Este espaço não teria sido explorado pelo trabalho industrial e por isso seu atraso cultural e econômico.

O Pará em 1900, um livro editado no fim do século XIX, como veria contada a história do Estado? Será que expressaria as visões de mundo dos variados sujeitos históricos? Ou será que a história contada nele foi “construída” para atrair os europeus? Se foi, a questão se torna intrigante em saber que tipo de história pode servir de atrativo no início do século, para vinda de homens “morigerados” e -”pacíficos”? Muitos são

os caminhos da história e a análise que agora apresentamos, pretende ver os objetivos de Arthur Vianna ao escrever *Notícias Históricas* e discutir estes objetivos como projetos políticos de sua época e a partir deles entender os cortes cronológicos, os sujeitos privilegiados, as ausências, os marcos históricos, as datas e heróis.

Arthur Vianna escreve *Noticias Históricas* buscando o mito da origem da sociedade paraense. A construção histórica que o autor percorre é no sentido de perceber como se deu a formação do povo paraense. O início de sua história já denuncia o propósito do historiador de discutir a história da região, a partir das viagens de europeus na Amazônia. É a partir deles que Vianna explica a história em questão. Vianna ao explicar a colonização da Amazônia, a insere em uma política do império ultramarino português que tardiamente despertou para sua colonização:

“O Pará devia receber os primeiros colonos portugueses pela expansão geographica e colonial dos conquistadores.

Depois de expulsos os franceses do Maranhão, Francisco Caldeira Castelo Branco partiu, por ordem de Alexandre de Moura, com duzentos homens mais ou menos, para ocupar as terras do Amazonas e expulsa os holandeses e ingleses, que contava estarem estabelecidos ai. Saíram os expedicionários do Maranhão em 25 e Dezembro de 1615, e, entrando pelo rio Pará, chegaram á Bahia de Guajará em fins ou princípios de Fevereiro de 1616, numa ponta de terra da margem direita da Bahia, construíram os portugueses o seu abarracamento e um forte de madeira que chamaram Presépio, á nascente cidade deram a denominação de Nossa Senhora de Belém, e colocaram-na sob o patronato de Nossa Senhora da Graça”.⁹⁵

Nesta lógica o que percebemos é que nas *Notícias Históricas*, sobre o Pará, Arthur Vianna explica a formação do povo paraense, a partir da chegada dos europeus. Em um primeiro momento como exploradores, cujo exemplo são os espanhóis, franceses e ingleses e só com a presença dos portugueses começa a colonização.

Nesta explicação, em nenhum momento o autor discute as relações entre exploradores e indígenas, ou entre jesuítas e indígenas. Reafirma o tempo todo a relação entre exploradores e colonizadores (estes os portugueses) e entre jesuítas e colonos na Província do Pará. Chega inclusive a defender uma possível origem européia do indígena amazônico.

94 “Ethnowaphia”. In: *O Pará em 1900. Op. cit.* pag. 144.

95 “O Pará em 1900”. *Op. cit.* pag. 10.

Nesta perspectiva Arthur Vianna “associa o processo de conquista e colonização portuguesa da Região Amazônica ao estabelecimento de uma economia extrativista, assentada na exploração da mão-de-obra indígena”.⁹⁶ Este ressalta as atividades de aprisionamento do indígena, a coleta e comercialização das “drogas do sertão”, o sistema de constituição das missões e da construção das fortificações militares na região. Destaca também, os problemas de limites com as Guianas e vê a ocupação portuguesa na região como a única atividade econômica com base na exploração de trabalho indígena

O autor, ao mencionar os índios, cita as tribos, critica a escravidão indígena, mas não discute suas relações com os colonos. Outro assunto que o autor destaca é a “reação nativista” discutindo a “Adesão do Pará à Independência”, depois discute a “Cabanagem”. Neste momento, o autor constrói a idéia de anarquia na Província e que dada a divisão nas elites é que foi possível a eclosão da “guerra civil” que se denominou Cabanagem. A opressão das autoridades regenciais, o despotismo das elites fez com que houvesse a “sedição anárquica”.⁹⁷ O autor ao relatar as lutas dos cabanos classifica-os de assassinos, facínoras, rebeldes, anárquicos, incendiários e infames.

“Os irmãos Angelim (Eduardo e Geraldo), os irmãos Vinagre (Antonio, Manoel, Raymundo e José), os irmãos Aranha (João e Germano), José Bernadino Nunes, Lourenço Antonio Gomes e outros, excitados pelo ódio, sequiosos de vingança, reuniram grande numero de homens, na sua maior parte de sentimentos baixos e vis, tramaram não só a deposição do presidente e do comandante das armas, mais ainda a sua morte, o assassinato daqueles que o odiavam e temiam.

Ao amanhecer do dia 7 de janeiro de 1835, os cabanos invadiram a cidade, tomaram o quartel dos caçadores e da artilharia (situado na praça Saldanha Marinho, antigo Largo do Quartel), assassinaram cobardemente a Lobo de Souza e Silva Santiago, apossaram-se do arsenal de guerra, saquearam o edificio da maçonaria (no Largo do Quartel, hoje Praça Saldanha Marinho), mataram e roubaram infamemente”.⁹⁸

Depois, o autor preocupa-se em demonstrar que a prioridade foi de restabelecer a ordem através das forças da legalidade, feitas por Soares Andréa que com energia férrea maneja os poderes da presidência da Província que “não teve irresoluções nem trepidou diante do extermínio dos infames assassinos”.⁹⁹ Para o autor o restabelecimento da legalidade custou muito sangue: mas foi duradouro e eficaz.

A “Questão Religiosa e a Abolição” é outro assunto estudado, a partir do qual o Dr. Vianna discute resumidamente as divergências de D. Macedo Costa com a maçonaria no Pará e conclui suas *Notícias Históricas* descrevendo a abolição da

escravatura no Pará e o advento da República.

Arthur Vianna deixa claro a tranquilidade política que “reina” no Estado, onde as divergências são de ideias e resolvidas neste campo. Ao descrever o processo abolicionista e republicano no Estado, o autor faz questão de frisar que no Pará as ideias abolicionistas e republicanas já haviam criado um enraizamento e o fim da escravidão e da monarquia tiveram o aceite de todo o povo do Pará. A harmonia é a característica da “nossa história”, resultado da paz na Província.

É da pena do Dr. Paulino de Brito que sai o artigo *A imprensa no Pará*, segundo ele “em parte alguma, talvez, mais do que no Pará, se verifica a observação do costume”. O Dr. Paulino de Brito discute a imprensa no Pará procurando ressaltar a vida intelectual da cidade e a modernidade de uma sociedade que já contava com vários órgãos de imprensa para o debate da modernidade e da civilização nos trópicos.

A imprensa é apresentada como livre, sem interferência dos governos, moderna, diária e profundamente intelectual. É ressaltado o contato com o mundo a partir dos telégrafos dos jornais e o conhecimento por parte da população paraense de todas as notícias que ocorrem no mundo. O artigo sobre *Geografia Política do Estado do Pará*, foi escrito pelo Dr. Ignácio Moura. Neste artigo, ressalta-se as noções gerais e a constituição política descrevendo-se a separação entre os três poderes suas organizações internas. Ressalta-se a Instrução Pública, as escolas, a divisão jurídica, a divisão policial, as federais e a divisão municipal e cidades principais.

O Dr. fala também de religião e cultos descrevendo o Estado como católico, mas tolerante com as outras religiões: “somos, resumidamente, um povo feliz e florescente”, sem secas, com chuvas diárias irrigadoras de terra, com temperaturas permanentes. As belezas do rio Amazonas banhando a sétima parte do Brasil é ressaltada, a floresta possui as mais ricas madeiras, a fauna mais bizarra e mais bela à espera de ser industrializada. Os minérios, como ouro, prata e diamantes “dormem à espera do primeiro explorador que as vá procurar”.

Esta visão do “paraíso” é reforçada com citações sobre as receitas da extração de cacau, de borracha (o ouro vegetal), do couro, das penas de aves. O Pará é comparado com a

96 NETO, José Maia Bezerra. *Escravidão Negra no Grão — Pará Sécs. XVII-XIX*; Belém: Paca-Tatu, 2001, pag. 36.

97 Idem.

98 Idem.

99 O Pará em 1900. *Op. cit.* pag. 25.

Austrália e a África, onde aparece superando a produção de ouro e diamantes destes continentes só com os produtos da floresta. A comunicação dos rios é apresentada como perfeita e o porto de Belém um dos meios visitados da região. O Estado era ponto de intercâmbio comercial com o mundo e o autor ressalta que este “paraíso” não é só na questão econômica, mas a “educação moral e cívica” do povo do Pará “*é das mais lisonjeiras*” e o “operário é, um homem moralizado, sem vícios e independente”. A sociedade paraense é apresentada como ordeira e com poucos crimes:

“Um povo, com taes coefficients de valorização financeira, pode enfrentar a resolução de todos os problemas do século próximo, seguro da sua elevação e firma na sua futura onnipotencia”.¹⁰⁰

O Dr. Inácio Moura articulou seu artigo, a partir da vontade de demonstrar que a vinda de imigrantes europeus iria contribuir para desenvolver uma sociedade já em fase de construção. A crença na civilização nos trópicos é apresentada pelo articulista que ressalta a construção da sociedade paraense nos seus aspectos harmoniosos. Nesta construção não há lugar para o conflito de interesses, para lutas de classes, para exploração do trabalho e para a criminalidade. Ao imigrante é oferecido um paraíso tropical onde os homens trabalham e distribuem as rendas do seu trabalho visando o bem comum.

O Pará em 1900 não é um único exemplo da propaganda oficial visando atrair os imigrantes para a região, nós o escolhemos por considerá-lo uma excelente fonte para análise, já que reunia grande parte da intelectualidade da época. Mas a propaganda do Pará na Europa foi expressa várias vezes em outros álbuns. Em 1908, o governador da Província, Dr. Augusto Montenegro, mandou publicar o *Álbum do Estado do Pará*, onde Mattoso declara:

“O Pará não aguarda para desenthesourar as suas riquezas senão população, capitaes e tempo. Para aumento da população há incentivos naturaes que deslumbram os capitaes, hão forosamente afluír para onde avultar o premio do trabalho, o tempo não se mede mais no nosso século. Tudo é, por em evidencia esta opulentissima região de uberidade quasi inverossimel, estes thesouros inertes para cuja colheita basta estender os braços a apanhar com as mãos”.¹⁰¹

Em uma publicação do ano de 1895, para espanhóis da Península Ibérica e das Ilhas Baleares e Canárias, várias autoridades expressam suas opiniões:

“Devemos atrair à nuestra tierra ima colonizacion inteligente y laboriosa que verga á saccar proveirho de nuestras materias primas, y do hermos (...)

Ignacio B. de Mauro

Sólo de la emigracion, sólo de la poblacion de estas grandes tierras, depende ei desarrolo de las ftrazas vivas que em prodigiosa abundancia ofrece la natureza, para que se realice Ia profecia de Humboldt (...)

Lauro Sodré.”¹⁰²

100 *O Pará em 1900. Op. cit.* pag. 13.

101 MATTOSO, E.. *Álbum do Estado do Pará*. Paris: Impremier e Chaponet. 1908. pag. 20.

102 *Informacion a los Españoles que desear emigrar al Estado Del Pará*, Escritório de Emigración de España e las Ias Baleares y Canadas Al Estado Dei Para en la Republica dei Brasil, 1895, pag. 7.

2. IMIGRANTES PORTUGUESES EM BELÉM DO PARÁ (1885-1914)

2.1. A IMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL

Sérgio Miceli, na apresentação da obra *Historiografia da Imigração para São Paulo*¹⁰³, comenta o tardio reconhecimento da problemática da Imigração para as Américas como um objeto e um campo de análises dos estudos sobre trabalhadores nos países americanos. Opinião também foi expressa por Mirian Halpern:

“Por motivos vários, um deles muito surpreendente, era a falta de consciência, que até uns dez anos atrás existia no principal país americano de destino, o Brasil, acerca da dimensão da componente portuguesa na imigração: não faltavam estudos sobre os italianos, espanhóis, até japoneses ou iueoSlavos. A imigração portuguesa era, pelo contrário, mal conhecida e a componente demográfica de origem portuguesa era encarada como uma espécie de herança dos tempos coloniais. Que a situação começou a mudar atestam-no as comunicações sobre os portugueses em várias regiões do Brasil”¹⁰⁴.

Os estudos sobre imigração e imigrantes no Brasil são desiguais em relação as nacionalidades abordadas, sendo que as imigrações italianas e japonesas constam com maior número de estudos. Esta desigualdade é mais visível se levarmos em consideração a característica da imigração portuguesa que foi mais intensa do que todas as outras.

Ana Scott¹⁰⁵, argumenta com vários elementos para justificar o tardio estudo da imigração portugueses para o Brasil. Um deles é a não utilização dos “mesmos mecanismos

de inserção na sociedade receptoras que eram empregadas pelos outros imigrantes”, acrescidos da língua comum entre brasileiros e portugueses e a rede informal de solidariedade e inserção no mercado de trabalho constituídos por imigrantes portugueses. No nosso entendimento, estes elementos não explicam a lacuna dos estudos, mas aceitação nos meios acadêmicos da noção de irmandade” que possibilitou por algum tempo não se pensar a imigração portuguesa como uma problematização dentro dos estudos dos estrangeiros no Brasil. O português não foi pensado como um “outro”¹⁰⁶. Além de que durante um longo tempo, a história do Brasil foi construída a partir de São Paulo o que permitiu pensar nos italianos como o clássico migrante para o Brasil.

103 BONS, Fausto. *Historiografia da Imigração para São Paulo*. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1991

104 PEREIRA., Mirian Halpern. *Emigração/Imigração em Portugal*. Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Século XIX-XX), 1993. p. 11

105 SCOTT, Ana Silva. Verso e Reverso da Imigração Portuguesa: O caso de São Paulo entre as décadas de 1820 a 1930. IN: *Revista OCEANOS*, n. 44, out./dez_ Lisboa: CNCDP, 2000

106 Acerca da noção do “Outro” Ver em vários trabalhos da Antropologia cultural, entre eles vale destacar a obra: DA MATTA, Roberto. **Relativizando:** uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco. 1991; GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1989.

IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA PARA O BRASIL (1890-1900)						
Ano	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Alemães	Outros	Total
1880	12101	12.936	1.275	2.835	1.658	30.355
1881	3.144	2.705	2.677	1.851	1.171	11.548
1882	10.621	12.428	3.961	1.804	775	29.589
1883	12.509	15.724	2.660	2348	774	34.015
1884	8.683	10.502	710	1.719	1.960	23.574
1885	7.711	21.765	952	2.848	1.548	34.724
1886	6.287	20.430	1.617	1114	2202	31650
1887	10.205	40.157	1.766	1.147	1.657	54.932
1888	18.289	104.353	4.736	782	3.910	131060
1889	15.240	36.124	9312	1.903	1186	65.165
1890	25.174	31275	12.008	4.812	33.550	106.819
1891	32.349	132326	22.146	5.285	23.133	215239
1892	17.797	55.049	10.471	1 800	1.789	85.906
1893	28.986	58.552	38.998	1.368	4.685	132.589
1894	17.041	34.872	5.986	790	1.493	60.182
1895	36.055	97344	17.641	973	12.818	164.831
1896	22.299	96.505	24.154	1.070	13.395	157.423
1897	13.558	104.510	19A66	930	6.402	144.866
1898	15.105	49.086	8.024	535	4.112	76.862
1899	10.989	30.846	5.299	521	5.855	53.610
1900	8.250	19.671	4.834	217	4.835	370.807
Total	332.293	987.160	199.193	36.202	129.908	1.684,756
Total (%)	20%	59%	12%	2%	8%	100%

Como evidencia o quadro, a tendência global da imigração portuguesa. Entre 1890 e 1900, é de um crescimento contínuo. Só a primeira Guerra Mundial veio por termo, temporariamente, a esta rápida progressão. Houve grandes picos de imigração portuguesa em 1872, 1883, 1889, 1893 1895. 1907 e 1912. Os estudos sobre esta imigração indicam que a queda da imigração portuguesa para o Brasil foi em 1892.¹⁰⁷

Leite¹⁰⁸ aponta que era quase exclusiva a imigração portuguesa para o Brasil, durante segunda metade do século XIX e início do XX¹⁰⁹. Há estudos que discutem como uma das razões para a imigração o “mito da fortuna”¹¹⁰. O Brasil, foi a terra da promessa para o imigrante português. Muitos vinham ganhar a vida no Brasil. fazer fortuna, com o objetivo de voltar para Portugal. A imigração portuguesa no fim do século XIX, trouxe para o Brasil pessoas pobres, originárias do norte e nordeste de Portugal, vindas do Moinho, D’Ouro e Trás

dos Montes. Os portugueses se concentraram em atividades no pequeno comércio urbano, ou engrossaram o mercado de trabalho urbano.

Segundo José Matoso,¹¹⁰ havia um Portugal no Brasil formado pelos imigrantes. Nos anos de 1912 e 1913, a imigração das Províncias do norte de Portugal provocou taxas negativas de crescimento populacional. a maioria dos imigrantes (82%), dirigiam-se para o Brasil. Tenderam a construir um grupo fechado mais ou menos organizado,

107 PEREIRA, Op. cit. 1993. p. 13-15.
108 LEITE, Joaquim da Costa. **O Brasil e a Imigração Portuguesa (1855-1914)**. IN: Fausto, Boris. Fazer a América São Paulo: Editora da USP. p. 177.
109 FAUSTO, Boris. Op. cit., p. 180.
110 PEREIRA, Mirian Halpern. “Uberdade e Construção na Emigração Portuguesa (1850-1930)”. IN: **Emigração/Imigração em Portugal**. Actas do Colóquio Internacional Sobre Imigração e Imigração em Portugal (Século XIX-XX). Fragmentos, 1993. Este mito estaria articulado com o mito do retomo. Lisboa: Fragmentos, 1993.

que procurava manter uma identidade e fortes ligações com o país de origem. Daqueles que aqui chegavam, 30% retornavam. Predominavam os homens adultos, solteiros, com grande Como evidencia o quadro, a tendência global da imigração portuguesa. Entre 1890 e 1900, é de um crescimento contínuo. Só a primeira Guerra Mundial veio por termo, temporariamente, a esta rápida progressão. Houve grandes picos de imigração portuguesa em 1872, 1883, 1889, 1893 1895. 1907 e 1912. Os estudos sobre esta imigração indicam que a queda da imigração portuguesa para o Brasil foi em 1892.¹¹¹

Leite¹¹² aponta que era quase exclusiva a imigração portuguesa para o Brasil, durante segunda metade do século XIX e início do XX¹¹³. Há estudos que discutem como uma das razões para a imigração o “mito da fortuna”¹¹⁴. O Brasil, foi a terra da promessa para o imigrante português. Muitos vinham ganhar a vida no Brasil. fazer fortuna, com o objetivo de voltar para Portugal. A imigração portuguesa no fim do século XIX, trouxe para o Brasil pessoas pobres, originárias do norte e nordeste de Portugal, vindas do Moinho, D’Ouro e Trás dos Montes. Os portugueses se concentraram em atividades no pequeno comércio urbano, ou engrossaram o mercado de trabalho urbano.

Segundo José Matoso¹¹⁵, havia um Portugal no Brasil formado pelos imigrantes. Nos anos de 1912 e 1913, a imigração das Províncias do norte de Portugal provocou taxas negativas de crescimento populacional. a maioria dos imigrantes (82%), dirigiam-se para o Brasil. Tenderam a construir um grupo fechado mais ou menos organizado, que procurava manter uma identidade e fortes ligações com o país de origem. Daqueles que aqui chegavam, 30% retornavam. Predominavam os homens adultos, solteiros, com grande manter uma identidade e fortes ligações com o país de origem. Daqueles que aqui chegavam, 30% retomavam_ Predominavam os homens adultos, solteiros, com grande ocupação no comércio a retalho nas grandes cidades. Os portugueses foram, dentre os imigrantes os que menos casavam com as brasileiras; fundaram escolas, jornais, hospitais, bibliotecas, clubes e outros tipos de associações. Entre 1860 e 1890, tinham saído de Portugal cerca de 400.000 imigrantes, e só na década de 1890, 305.000 imigrantes. Em 1890, Oliveira Martins¹¹⁶ calculava entre 150.000 e 200.000 imigrantes portugueses no Brasil.

Portugal registrou no século XIX, um grande crescimento demográfico devido a concentração na distribuição das terras, principalmente na região norte¹¹⁷, densamente povoada, com presença marcante de minifúndios. A produção do vinho do Porto não tinha uma indústria implantada em todo país, o que não permitia empregar todos os trabalhadores que foram excluídos da agricultura. Acrescidos a isto, uma elevada taxa de natalidade e a diminuição gradual da taxa de mortalidade, são elementos que faziam crescer a necessidade de buscar novos horizontes para uma parcela da população de Portugal.¹¹⁸

A imigração de Portugal era uma das mais elevadas da Europa. Havia elevadas taxas de fertilidade e fortes redes sociais de parentesco no Brasil que constituíam o principal fator de incentivo a imigração¹¹⁹. Em 1888, ultrapassava 20.000 o número de imigrantes para o Brasil, devido a crise na agricultura portuguesa. Vinham fugindo da proletarização. A crise na colheita de cereais e a conversão dos campos de cultivo em áreas de milho, base da dieta alimentar da região do Minho. O fim da escravidão, a proclamação da República, os salários mais altos que os de Portugal a crença que poderiam ser pequenos proprietários agrícolas e a fuga do serviço militar eram atrativos para a vinda para o Brasil.

111 PEREIRA, Op. cit. 1993. p. 13-15.

112 LEITE, Joaquim da Costa. **O Brasil e a Imigração Portuguesa (1855-1914)**. IN: Fausto, Boris. *Fazer a América* São Paulo: Editora da USP. p. 177.

113 FAUSTO, Boris. Op. cita, 13_180.

114 PEREIRA, Mirian Halpern. “Uberdade e Construção na Emigração Portuguesa (1850-1930)”. IN: **Emigração/Imigração em Portugal**. Actas do Colóquio Internacional Sobre Imigração e Imigração em Portugal (Século XIX-XX). Fragmentos, 1993. Este mito estaria articulado com o mito do retomo. Lisboa: Fragmentos, 1993.

115

116 VIANNA, Oliveira. **O Povo Brasileiro e sua Evolução**. IN: *Introdução. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brazil. Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio*. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922.

117 KLEIN, Herbert S. Op. cit., 1993. p. 235-265.

118 KLEIN, Herbert. Op. cit. p. 236.

119 KLEIN, Herbert Op. cit. p. 237.

“Deve-se ainda considerar que, além de o Brasil oferecer as vantagens da mesma língua e religião, os salários eram mais altos no Rio de Janeiro do que em São Paulo (os dois mercados de mão-de-obra mais dinâmicos do Brasil) e do que em Portugal. A dificuldade de acesso à teia, a limitada oportunidade de trabalho urbano, em virtude do lento processo de instalação do capitalismo, a precária condição de vida e de saúde pública, o risco do serviço militar no país natal e os atrativos já mencionados do Brasil, faziam o emigrante arrostar a exploração nos preços das passagens, os riscos da travessia do oceano em condições de falta de higiene, espaço e alimentação adequados, os abusos dos agentes e companhias de engajamento nos preços do transporte e nos contratos de trabalho, a dificuldade de controle do cumprimento das leis e contratos no Brasil, pelos cônsules portugueses. No caso da migração clandestina Os riscos e abusos ainda eram maiores.”¹²⁰

A análise da população de Portugal em 1896, indica que 67,5% da mão de obra era agrícola, esta característica continua até 1911 quando a mão-de-obra apresenta um percentual de 57,4%¹²¹ de agricultores. Os portugueses que imigravam, prioritariamente, eram das províncias do norte. A Província do Minho, considerada o centro da nacionalidade portuguesa¹²², era a mais importante área de imigração, seguida pela Beira Litoral e Distrito do Porto¹²³.

Os portugueses que vieram desta região já estavam semi-proletarizados, eram também trabalhadores artesanais com atividades em manufaturas e indústrias próximas de suas posses agrícolas. Desenvolviavam, também, atividades nas oficinas das fazendas. Os imigrantes, já com os laços bastante corroídos em relação a sua condição camponesa, eram adultos do sexo masculino que se acostumaram a mandar para Portugal remessas de adultos do sexo masculino que se acostumaram a mandar para Portugal remessas de dinheiro da sua poupança para ajudar a família. Estes imigrantes, recusaram-se a trocar de nacionalidade quando da proposta do Governo Republicano do Brasil em 1890.

Em janeiro de 1890, pode-se perceber o exaltado patriotismo dos imigrantes portugueses ao Brasil. A notícia do Ultimato seguiu-se uma gama de reuniões das associações portuguesas dos vários Estados, que chegou a Portugal sob a forma de mensagens e notícias. Encontramos nos jornais de Belém comunicados do Cônsul Português avisando que o Consulado ficaria aberto o dia inteiro e daria toda a assistência para os súditos portugueses que quisessem continuar com a nacionalidade lusa.¹²⁴

120 LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **Imigração Portuguesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2001.

121 Idem p. 18-19.

122 Idem p. 22-23.

123 Idem p. 29.

124 “Consulado de Portugal Em virtude do art. 1º do Decreto de 15 do corrente mês, aplicativo 15 de dezembro do anno passado. ambos do Governo Provisório do Brazil, este Consulado avisa aos sudditos portugueses que se achavam nega Província no dia 15 de novembro passado e queiram manter a sua nacionalidade e ainda não tenham feito a declaração respectiva na Intendência Municipal. o podem fazer neste Consulado até o dia 15 de junho próximo vindouro, data da terminação do prazo; para cujo efeito expediente deste Consulado começará à 8 horas da manhã e terminará às 5 horas da tarde nos dias úteis_ Consulado de Portugal no Pará, 2 de maio de 1890. - O Chanceler Vice-Consul encarregado do Consulado, J.C. da Rocha Franco”. IN: **A República**. 31 de maio de 1890.

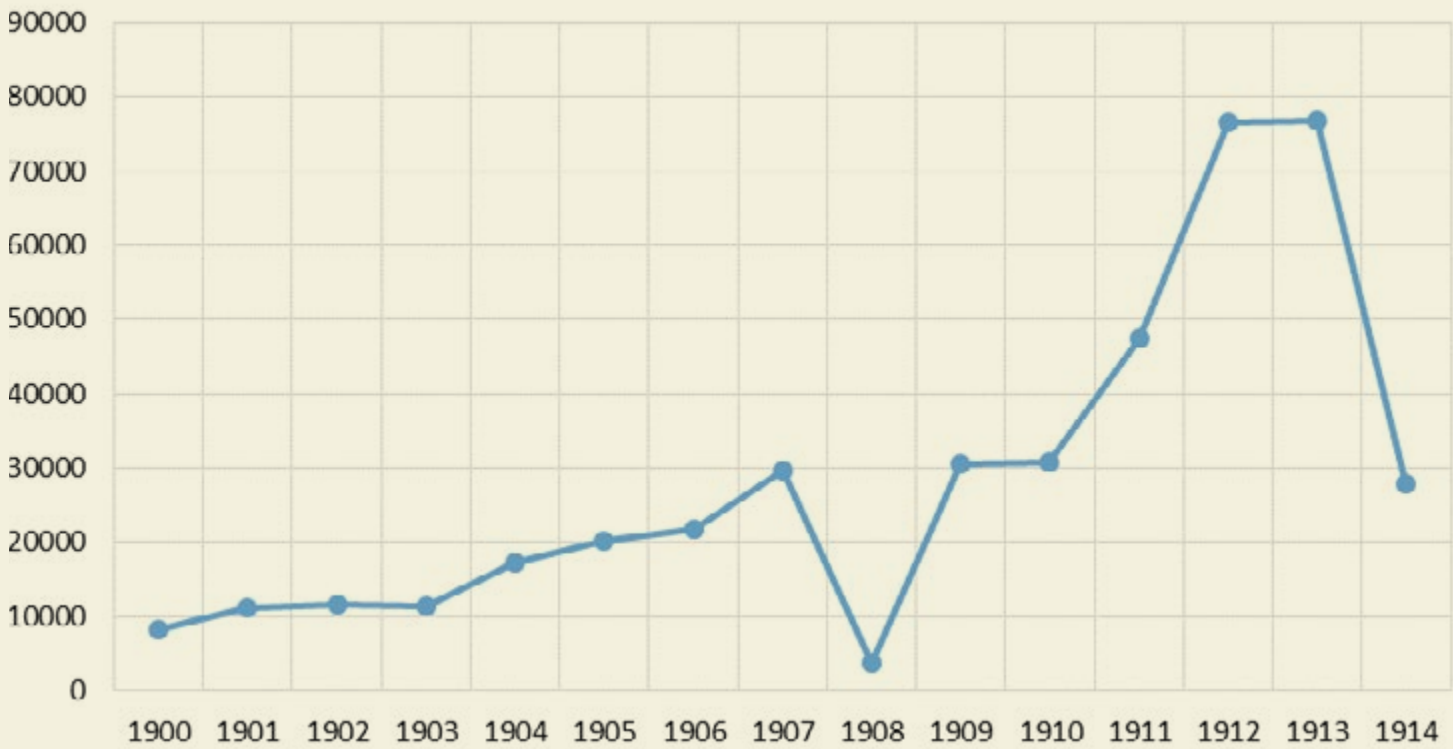
2.2. A DISTRIBUIÇÃO DOS PORTUGUESES NO BRASIL

Distribuição da População Portuguesa no Brasil por Estados (1929)

Localidade	Total
Distrito Federal	272.338
Rio de Janeiro	31.572
São Paulo	281.418
Mato Grosso	1.572
Goiás	334
Minas Gerais	20.050
Santa Catarina	556
Paraná	1.998
Espírito Santo	1.900
Bahia	3.697
Sergipe	137
Alagoas	260
Piauí	72
Maranhão	687
Pará	15.631
Amazonas	8.376

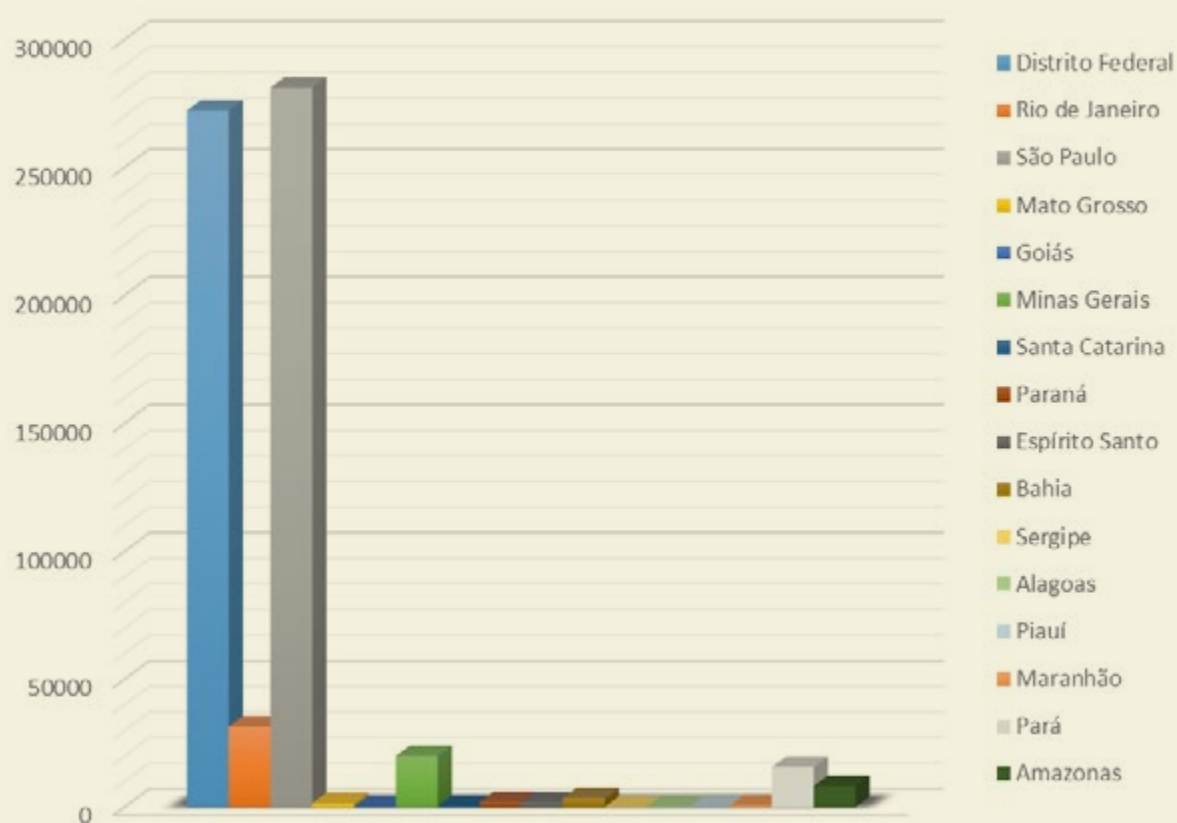
Fonte: A tabela foi feita a partir de dados retirados de Simões, 1934:34. Apud Lobo, 1994:38.

Imigração portuguesa para o Brasil (1900 a 1914)



Fonte: O gráfico foi feito a partir de dados retirado de LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **Imigração Portuguesa no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2001.

Distribuição da população portuguesa no Brasil por estados (1929)



Fonte: O gráfico foi feito a partir dos dados retirados de SIMOES, 1934:34. Apud. Lobo, 1994:38.

O gráfico sobre a população portuguesa no Brasil por Estado indica o Pará como o quinto Estado de maior concentração portuguesa no país. Segundo Oliveira¹²⁵, “os dados sobre a imigração no Brasil são esparsos, pouco sistemáticos e mesmo conflitantes”. O IBGE apresentou dados sobre a imigração no país, segundo a nacionalidade de 1884 a 1939. Nestes dados, apareciam como imigrados para o Brasil 4.158.717 pessoas, sendo 1.204.394 portugueses (28,96%), só abaixo dos italianos, com 1.412.263 (33,96%). Para Viana (1922), havia três focos de raça ariana no Norte: Belém, Recife e Bahia. “os portugueses de preferência, orientam-se para Belém., eles e os italianos e espanhóis para Santos, e os alemães, russos e austríacos para o sul, especialmente Rio de Janeiro”¹²⁶.

É interessante observar neste gráfico que Belém se mantém como o terceiro maior destino dos portugueses no Brasil, só ficando atrás do Rio de Janeiro e Santos, indicando assim, a atração que a economia da borracha deve ter exercido para a vinda de imigrantes ao Pará neste período.

Lobo¹²⁷, em seu mais recente livro sobre a imigração portuguesa no Brasil, afirma que no início do século XX “a imigração tendeu a se concentrar no eixo São Paulo — Rio de Janeiro”. Sobre a Amazônia, declara que as fábricas de São Luís haviam entrado em falência e a economia da borracha na Amazônia teve curta duração, que somado aos conflitos entre

brasileiros e estrangeiros, foram os motivos para o declínio da vinda de imigrantes para a região. Pensar porque, um grande número de portugueses viera para a Amazônia na segunda metade do século XIX, e hoje é um problema pouco estudado na historiografia brasileira sobre imigração.

Toda vez que vemos citações da região norte em relação a imigração portuguesa para o Brasil, observamos que elas são gerais, além de raras e por vezes incorretas. Venâncio na citação abaixo incluiu na região norte os Estado da Bahia e Pernambuco, que são da região nordeste.

Segundo as informações coletadas, a região norte, composta pelas províncias do Pará, Maranhão, Pernambuco e Bahia absorveram, na década de trinta do século XIX, cerca de 29,7% dos imigrantes portugueses, ao passo que, em 1899, essa cifra havia declinado para 20,9%. Nas décadas seguintes, tal situação não foi revertida De acordo com o censo de 1920, as regiões acima indicadas contavam com 16.394 portugueses, o que representava apenas 3,7% do contingente de imigrantes dessa nacionalidade existente no país.¹²⁸

125 OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **O Brasil dos Imigrantes**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

126 VIANNA, Oliveira. Op. cit., 1922 p. 336.

127 LOBO. Op. cit., 2001. p. 23.

128 VENÂNCIO, Renato Pinto. **A Imigração Portuguesa 1822-1930**. IN: Revista *OCEANOS*, 2000. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. n.44. out./dez. Lisboa: CNCDP. p. 64.

imigrantes para a região. Pensar porque, um grande número de portugueses viera para a Amazônia na segunda metade do século XIX, e hoje é um problema pouco estudado na historiografia brasileira sobre imigração.

Toda vez que vemos citações da região norte em relação a imigração portuguesa para o Brasil, observamos que elas são gerais, além de raras e por vezes incorretas. Venâncio na citação abaixo incluiu na região norte os Estado da Bahia e Pernambuco, que são da região nordeste.

Segundo as informações coletadas, a região norte, composta pelas províncias do Pará, Maranhão, Pernambuco e Bahia absorveram, na década de trinta do século XIX, cerca de 29,7% dos imigrantes portugueses,

ao passo que, em 1899, essa cifra havia declinado para 20,9%. Nas décadas seguintes, tal situação não foi revertida. De acordo com o censo de 1920, as regiões acima indicadas contavam com 16.394 portugueses, o que representava apenas 3,7% do contingente de imigrantes dessa nacionalidade existente no país.¹²⁹

Os autores não discutem com maior precisão a vinda de imigrantes à época da extração da borracha no Pará e toda a análise da imigração portuguesa para o Brasil refere-se a em dados estatísticos de São Paulo e Rio de Janeiro, perdendo-se as diferenças regionais que essa imigração pode ter guardado. Neste capítulo, estamos tentando demonstrar que pelo menos no Estado do Pará a imigração portuguesa parece ter se mantido permanente e ao longo do século XIX e início do XX.

2.3. OS PORTUGUESES NO PARÁ

“(…) A sua população é hoje calculada em 750.000 habitantes e vai aumentando com a entrada continua de imigrantes nacionais e estrangeiros, o que nestes cinco anos últimos anos representa um acréscimo anual de 15.000 pessoas”¹³⁰

Como afirma o Barão de Marajó, não é consenso entre os governantes do Estado sobre o número exato da população de Belém em 1900.¹³¹ Todos eles são unânimes em afirmar que o recenseamento de 1872 foi mal organizado, dando base para vários cálculos que apontaram o crescimento da população no Park. O próprio Barão de Marajó pressupõe um acréscimo de 4% por ano e indica 500.000 habitantes em 1900. Acrescido de mais 200.000 imigrantes que entraram no Estado. O certo é, que todos eles afirmam o crescimento dessa leva de imigrantes a partir de 1870, não nos dando as bases ou as fontes que nos ajudem a pensar como chegaram nestes cálculos. Fica mais confuso ainda quando no mesmo Álbum de 1900, o Doutor Inácio Moura¹³² afirma que a população do Estado é de 750.000 habitantes e que tendia a aumentar com a entrada de 15.000 pessoas por ano vindas do estrangeiro e de outros Estados. A confusão sobre os dados da população do Estado no censo de 1890 é confirmada na introdução do próprio censo:

“No Estado do Pará receberam-se informações de 28 municípios, sendo os em falta um número de 22. As populações em falta foram calculadas tomando para base o recenseamento feito pelo governo estadual em 1890m com taxa de 0,0496 obtida pela comparação das populações recenseadas em 1866 e 1900. Já se achava no prelo a sinopse, quando foram recebidos os boletins

do município de Mazagão, acusando a apuração em excesso de 2.231 sobre a população calculada de 7.530. A população do Estado fica assim elevada a 445.356, que indica sobre a recenseada em 1890 um aumento de 116.991”.¹³³

“Santos indica que havia na presença bastante realizada estrangeiros na Amazônia no período de 1872 a 1900, com a nota de haver diminuído em termos absolutos. Só entre 1900 e 1920 é que ela se tomou mais expressiva em volume e participação proporcional”¹³⁴

no mesmo Álbum de 1900, o Doutor Inácio Moura¹³⁵ afirma que a população do Estado é de 750.000 habitantes e que tendia a aumentar com a entrada de 15.000 pessoas por ano vindas do estrangeiro e de outros Estados. A confusão sobre os dados da população do Estado no censo de 1890 é confirmada na introdução do próprio censo:

“No Estado do Pará receberam-se informações de 28 municípios, sendo os em falta um número de 22. As populações em falta foram calculadas tomando para base o recenseamento feito pelo governo estadual em 1890m com taxa de 0,0496 obtida pela comparação das populações recenseadas em 1866 e 1900.

129 VENÂNCIO, Renato Pinto. **A Imigração Portuguesa 1822-1930**. IN: Revista *OCEANOS*, 2000. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. n.44. out./dez. Lisboa: CNCDP. p. 64.

130 **O Pará em 1900**. Op. cit. p. 145.

131 **O Pará em 1900**. Op. cit. p. 100.

132 **O Pará em 1900**. Op. cit. p. 124.

133 **CENSO: 1890-1900-1920**. Idade da População. A População Núcleo de Estudos Populacionais. Campinas: UNICAMP, 1922.

134 SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: Quatro, 1980.

135 **O Pará em 1900**. Op. cit. p. 124;

Já se achava no prelo a sinopse, quando foram recebidos os boletins do município de Mazagão, acusando a apuração em excesso de 2.231 sobre a população calculada de 7.530. A população do Estado fica assim elevada a 445356, que indica sobre a recenseada em 1890 um aumento de 116.991”.¹³⁶

“Santos indica que havia na presença bastante realizada estrangeiros na Amazônia no período de 1872 a 1900, com a nota de haver diminuído em termos absolutos. Só entre 1900 e 1920 é que ela se tomou mais expressiva em volume e participação proporcional”¹³⁷

Roberto Santos,¹³⁸ também, não nos dá informações de como montou a tabela que indica o percentual de estrangeiros sobre a população total do Estado.

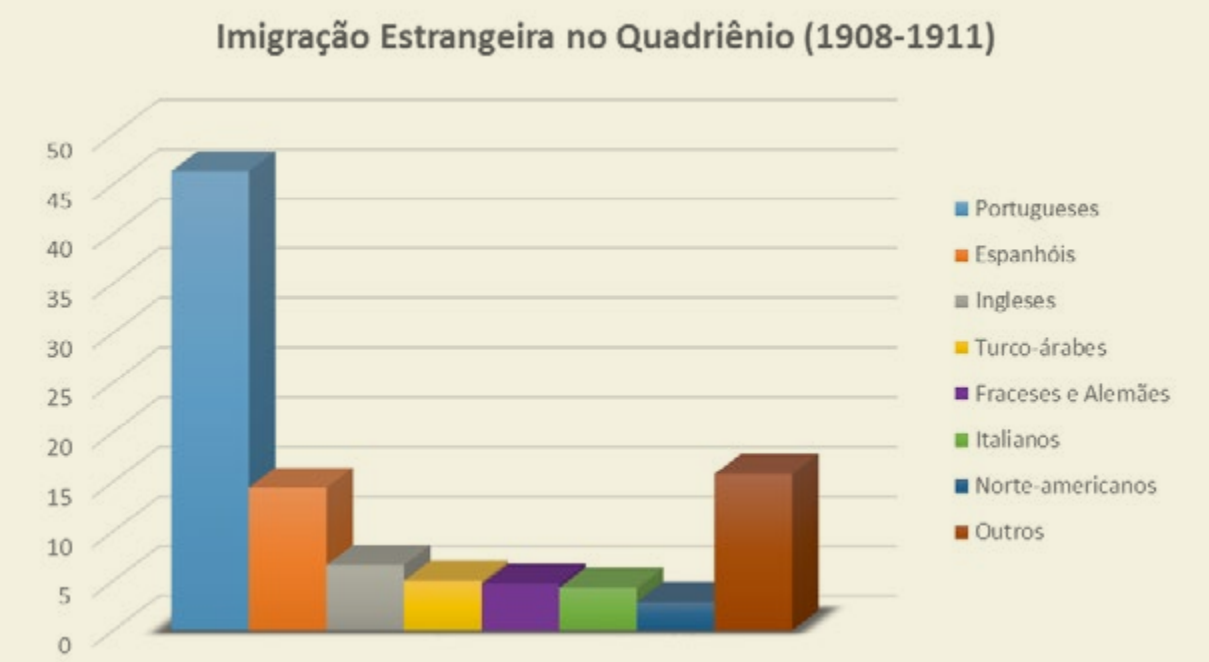
POPULAÇÃO DO PARÁ		
ANOS	PARÁ	BELÉM
1872	275.237	61.997
1900	445.356	96.560
1920	983.507	236.402

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTRANGEIROS NO PARÁ		
ANO	Nº DE ESTRANGEIROS	% SOBRE A POPULAÇÃO TOTAL
1872	8.728	2,6
1890	7.316	1,5

Segundo o autor, de 1908 a 1911, entraram no Porco de Belém quase 19.500 imigrantes estrangeiros. ‘hão ternos informações dos destinos destes estrangeiros. Dos 19.500 imigrantes que entraram, Santos nos indica, na tabela abaixo, somente nacionalidade dos anos de 1908-1911.

IMIGRAÇÃO ESTRANGEIROA NO QUADRIÊNIO (1908-1911)		
NACIONALIDADE	IMIGRANTE	%
Português	9.008	46,3
Espanhóis	2.809	14,4
Ingleses	1.294	6,6
Turco-árabes	974	5,0
Franceses e Alemães	907	4,7
Italianos	830	4,3
Norte-americanos	564	2,9
Outros	3.081	15,8
Total	19.467	100,00

Fonte: a tabela foi feita a partir dos dados retirados de Dados brutos – Anuário Estatístico do Brasil, 1º ano (1908-1912). Estatística. Rio, 1916 – Tabela sobre Movimento migratório Internacional. Apud Santos, Roberto. Op. cit.



Fonte: A tabela foi feita a partir dos dados retirados de Dados Brutos – Anuário Estatístico do Brasil, 1º ano (1908-1912). Rio de Janeiro: Typografia Estatística, 1916. Tabela sobre Movimento Imigratório Internacional. Santos, Roberto. Op. cit.

136 **CENSO: 1890-1900-1920.** Idade da População. A População Núcleo de Estudos Populacionais. Campinas: UNICAMP, 1922.

137 SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800-1920).** São Paulo: Quieiroz, 1980.

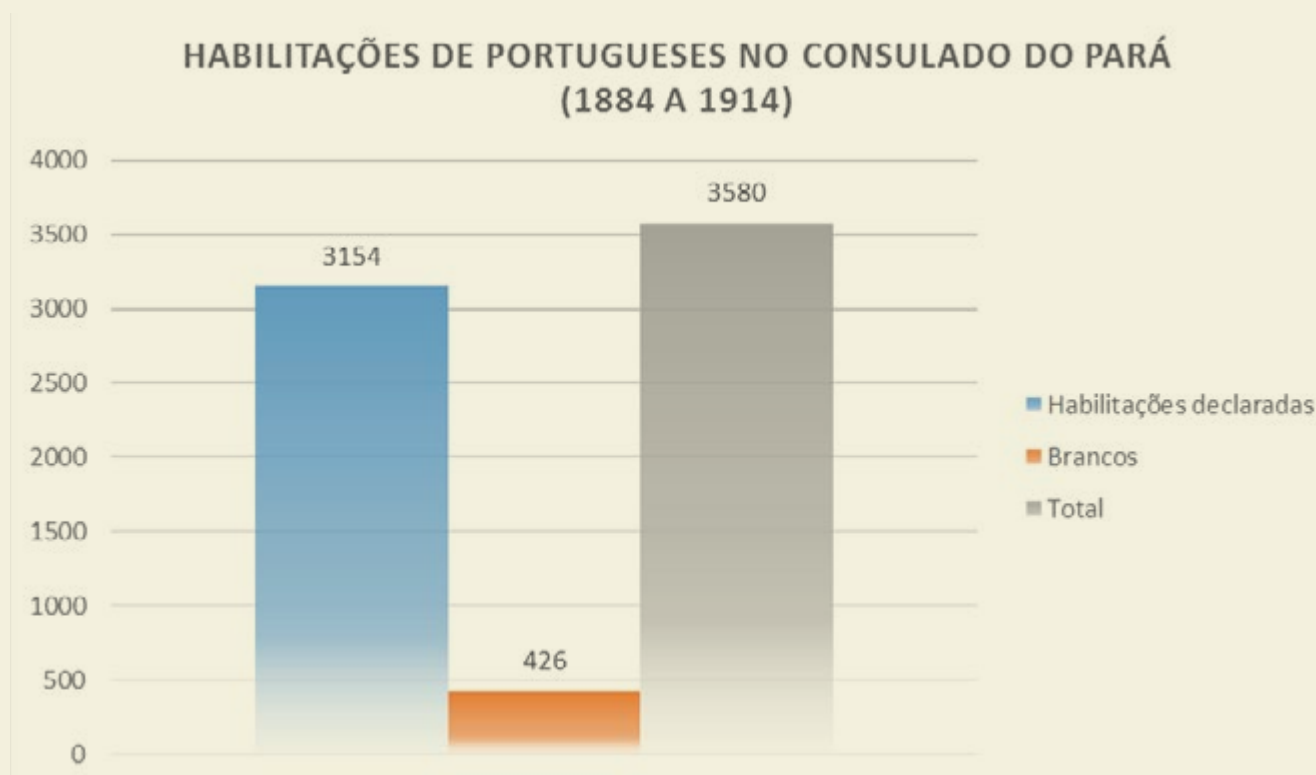
138 Idem. p. 92.

O referido autor¹³⁹ nos informa ainda, que de 1896 a 1900 tinham entrado no Pará 13.299 estrangeiros quase todos de Portugal e Espanha. Palma Muniz¹⁴⁰, informa sobre os colonos existentes nas colônias do Estado, em outubro de 1900, totalizando 12.860 pessoas e 2.314 famílias. Os portugueses totalizavam 27 pessoas e 7 famílias, os estrangeiros compunham ao todo 673 famílias com 1380 pessoas, destas 1283 pessoas eram imigrantes espanhóis e quase a totalidade dos imigrantes portugueses permaneceram nos centros urbanos.

Encontramos no Grêmio Literário Português, vários códices de habilitações dos portugueses residente no Pará. São vários volumes percorrendo o período de 1858 a 1959 Este período conta com alguns intervalos como o de 1894, devido a quebra de relações diplomáticas entre Portugal e Brasil e do ano

de 1912, que foi extraviado. As habilitações reiniciam no ano de 1913 indo até 1959_ Estas fichas foram feitas pelo consulado Português e contém dados como: nome, número da habilitação, idade, o estado civil, emprego, data da habilitação. Transporte utilizado, características físicas: documentos apresentados, data da primeira e segunda chegada, província, conselho, distrito, residência, contrato e documentos apresentados.

Esta documentação a nosso ver é inédita nos estudos sobre migração portuguesa para o norte do Brasil, pois, não conhecemos nenhum trabalho que tenha utilizado este tipo de documentação, baseando-se a historiografia sobre o assunto, nos censos brasileiros e nos registros de entrada de estrangeiros nos portos. Esta documentação permitiu detalhar mais o perfil dos portugueses no Pará com dados que os censos do período estudado não apresentam.



Fonte: O gráfico foi feito a partir de dados retirados do Códice das Fichas de Habilitações de Portugueses Residentes no Pará/Consulado Português.

A utilização destes códices, cobre parte da lacuna na historiografia brasileira sobre a imigração portuguesa, que ressalta basicamente os portugueses no Rio de Janeiro e Santos. Os próprios censos brasileiros são generalizante no seus dados sobre o Pará e não são tão detalhados como as fichas contidas nos códices do Consulado Português no Estado.

As habilitações encontradas foram preenchidas no período até 13 de fevereiro de 1858 até 1959. O primeiro

códice, inicia com o número 323 e terminam em 10 de dezembro de 1860 com a habilitação de n. 100. Avaliamos que as primeiras habilitações podem ter ocorrido em um período

139 SANTOS, Roberto. Op. cit., 1980, p. 97.

140 MUNIZ., João de Palma. **Imigração e Colonização História Estatística 1616-1916**. Belém: imprensa, 1916.

próximo a 1858, apesar, de termos informações da organização do Consulado Português ao tempo da Cabanagem.¹⁴¹ Em 1884, a habilitação que inicia o ano é a do número 6001. O período que estamos estudando apresenta o seguinte quadro:

1. Quadro das Habilitações de Portugueses no Pará

Data da 1ª Habilitação	Nº da 1ª Hab.	Nº dá última Hab.	Data da última a Habilitação
29/02/1884	6001	6172	31/12/1884
14/01/1885	6173	6207	28/12/1885
02/01/1886	6208	6268	28/12/1886
12/01/1887	6269	6473	31/12/1887
04/01/1888	6474	6580	31/12/1888
11/01/1889	6581	6694	27/12/1889
09/01/1890	6695	6795	?
15/01/1891	6796	6817	04/12/1891
08/01/1892	6818	6834	14/11/1892
17/04/1893	6835	6842	27/07/1893
1894	–		–
1895	–		–
29/09/1896	6843	6869	07/12/1896
02/01/1897	6870	6895	13/12/1897
10/02/1898	6896	6922	29/11/1898
04/01/1899	6923	6950	16/09/1899
30/01/1900	6951	6957	15/12/1900
26/03/1901	6957	6966	03/12/1901
08/02/1902	6967	7127	31/12/1902
23/01/1903	7128	7182	3 /12/1903
14/01/1904	7183	7231	23/12/1904
12/01/1905	7132	7288	18/12/1905
30/01/1906	7289	7312	20/12/1906
05/01/1907	7313	7339	26/12/1907
13/01/1908	7340	7944	31/12/1908
02/01/1909	7945	8212	22/12/1909
03/01/1910	8213	8242	?
03/01/1911	8243	8336	1911
1912	?	?	?
7/03/1913	0427	0866	31/12/1913
03/01/1914	0867	1232	29/12/1914

Fonte: O gráfico foi feito a partir de dados retirados do Códice das Fichas de Habilitações de Portugueses Residentes no Pará/Consulado Português. Grêmio Literários Português.

141 CÓDICE de 1836. Esta correspondência do Consul de Portugal no Grão-Pará endereçada a rainha de Portugal expõe a situação dos portugueses na Província e o medo que tomou conta da Colônia Portuguesa no Grão-Pará. O Consul solicita ajuda para salvar as vidas e fortunas dos súditos portugueses. Podemos observar que o Consul classifica os cabanos de revoltosos e anarquistas e coloca os súditos portugueses como objetos de ira daqueles e nos faz pensar a Cabanagem como um movimento contra os portugueses proprietários.

Não encontramos as habilitações do ano de 1912. As habilitações de 1913 iniciam-se com o número 427 e as de 1914 com o número 867 datada de 3 de janeiro de 1914. O gráfico de habitações de portugueses no Pará indica que no ano de 1884, habilitaram-se 171 pessoas no Consulado de Portugal. No período de 1884 a 1914 habilitaram-se 3.580. Os anos de 1908 e 1909 tiveram 605 e 268 habilitações, respectivamente, no ano de 1913, houve 440 e em 1914, 365 habilitações. No século XIX, os anos de 1884, 1887, 1888, 1889 e 1890 foram os anos de maior registro de habilitações. Os anos de 1894 e 1895 não apresentam registro de habilitações, por ter havido a quebra das relações diplomáticas entre Portugal e Brasil Não encontramos todas as habilitações no período de 1884 a 1911, no entanto, temos 3.154 habilitações registrada.

Percebe-se que logo após a Proclamação da República no Brasil, mais precisamente os anos de 1890 e 1901, houve uma diminuição no registro das habilitações de portugueses no Pará. Esta diminuição não pode ser analisada como declínio da atração da mão de obra para a região, pois, neste período a economia da região estava em alta com elevados índices de exportação da borracha e é também, o período em que a propaganda do Estado do Pará estava em plena ação na Europa. Uma possibilidade para este declínio são os movimentos de críticas ao controle do mercado de trabalho no comércio pelos portugueses e o movimento do jacobinismo¹⁴² no Brasil, inclusive no Estado do Pará.

2. Quadro das Habilitações de Portugueses no Pará

Ano	Hab. Duplas	Hab. sem data	Nº de Hab. Datadas	Total de Hab.
1884		2	169	171
1885			34	34
1886			60	60
1887		10	195	205
1888		17	99	116
1889		8	106	113
1890	1	2	98	
1891	2 ND	1	23	
1892			17	
1893			8	
1894				
1895				
1896		2	25	27
1897	2 ND		26	28
1898		1	26	27
1899		2	26	28
1900			7	7
1901			10	10
1902			32	161
1903	1	3	52	55
1904	2	2	49	51
1905			57	57
1906	1	2	22	24
1907		3	24	27
1908	78	10	595	605
1909			268	268
1910	1	1	29	30
1911	1	4	90	94
1912				
1913		2	438	440
1914		15	350	365
TOTAIS		119	3032	3154

Fonte: A tabela foi feita a partir de dados retirados do Códice das Fichas de Habilitações de Portugueses Residentes no Pará/ Consulado Português. Grêmio Literário Português.

ND – Habilitações não digitadas.

142 RIBEIRO, Gladys Sabina Cabras e “Pés de Chumbo: o antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930)”. Dissertação de Mestrado em História Dept°. UFF. 2v. Rio de Janeiro, 1987.

Como cada ficha, ou seja, cada habilitação tem um número, para os espaços em que as habilitações que não foram encontradas designamos um número no banco de dados, já que não alterava a ordem das mesmas. Neste contexto, temos 412 habilitações em branco no período de 1884 a 1914. Para o período de 1884 a 1911, temos 2.244 habilitações e no período de 1913 a 1914, temos 805 habilitações, somando os dois períodos temos 3.154 habilitações catalogadas mais as 426 habilitações não registradas entre outubro de 1911 e março de 1913. Portanto, temos um total de 1580 habilitações no período de 1884 e 1914.

Cada habilitação tem um número o que nos permite analisar o total de habilitados por ano e o tamanho da colônia portuguesa habilitada no Pará. Em 1884, esta colônia portuguesa, conhecida pelo consulado era de 6.172. No período de 1884 a 1912 as habilitações registradas foram de 2.244. Com a República Portuguesa em 1911, a numeração das habilitações foram zeradas, iniciando-se em 1912 com o número 1. Não encontramos as habilitações deste ano. As de 1913 somadas as de 1914 perfazem um total de 805 habilitações. No ano de 1911 a última habilitação da monarquia portuguesa teve o número 8.336 o que nos permite afirmar que a colônia portuguesa no Pará tinha esta densidade demográfica, não contabilizando aí os portugueses que não se habilitaram e os que entraram no Estado clandestinamente. Se somarmos o total das habilitações do período da monarquia com as 805 habilitações dos anos de 1913 e 1914 teremos 3.580 habilitações, o que nos permite visualizar uma boa amostragem dos imigrantes portugueses no Pará.

A forma como as habilitações deram entrada permitenos pensar que o consulado português fazia levantamento nas ruas de Belém, pois, vários endereços estão em ordem crescente nas habilitações ou que os moradores portugueses de uma determinada rua iam em grupo no consulado português para realizar as mesmas. Esta prática foi mais observada depois de 1889, talvez o governo português, provavelmente pretendia exercer maior controle dos seus súditos em solo brasileiro devido a mudança de postura dos primeiros governos republicanos. Esta preocupação estava relacionada ao decreto de naturalização dos estrangeiros e os conflitos com os imigrantes portugueses no Brasil e o movimento “jacobino” no país. É interessante, que nas fichas de habilitação estejam as indicações da P e da 2ª chegada, possibilitando-nos pensar que o governo português trabalhava com o “mito do retomo”, vinculado a

imigração. Esta prática foi um dos elementos estabelecidos para que o governo tentasse controlar o tempo de permanência dos imigrantes.

Cada habilitação possui um número, Elas estão encadernados por ano, sendo que, alguns códices há dois anos e outros seis anos. As habilitações de 1871 indicam que já havia no Pará 3.001 portugueses cadastrados no consulado e que em 1872 este número era de 3.500 ocorrido um aumento de 499 habilitações de um ano para outro. Se compararmos com o número de habitantes atribuído ao Estado pelo Censo de 1872, que foi de 275.237, podemos afirmar que a população portuguesa conhecida pelo do consulado era de 1,27% da população do Estado. O primeiro recenseamento brasileiro foi de 1872 (Recenseamento Geral do Império) e inaugura oficialmente o uso da estatística no Brasil. Depois tivemos os censos de 1890 e 1920. São estatísticas globais que segundo Scott, não permitem grandes análises:

“No primeiro recenseamento da população brasileira a população de origem estrangeira total (não desagregada por nacionalidade) está distribuída segundo a condição social (livre ou escrava), por sexo, descendo ao nível administrativo da paróquia. Por outro lado, a população estrangeira livre foi arrolada por nacionalidade, sexo, estado civil e religião (católica/acatólica), também ao nível das paróquias. A informação que inclui a profissão dos estrangeiros não aparece desagregada por nacionalidade.

O censo de 1890, por sua vez, não agrega a população por nacionalidade, o que inviabiliza a sua utilização na perspectiva que nos interessa, embora traga informações sobre a população estrangeira por sexo por paróquia, bem como a população estrangeira que sabia ler e escrever, também de acordo com os mesmos critérios.

O recenseamento de 1920 arrolou a população estrangeira de acordo com diversas variáveis: população estrangeira por sexo, distrito e município; população estrangeira por sexo e estado civil por município; população estrangeira por sexo, grupo etário e grau de instrução (sabe/não sabe ler e escrever) embora não apresente a desagregação desta população por nacionalidade. De fato os dados relativos à população estrangeira segundo a nacionalidade estão organizados apenas de acordo a variável sexo e por município.”¹⁴³

Belém de acordo com o recenseamento Geral do Império em agosto de 1872, reunia uma população total de 68.948 habitantes e indicam na Província do Pará, 275.237 habitantes, sendo 132.740 mulheres, 206.844 solteiros, 56.908 casados e 11.485 viúvos. Existiam 6.529 estrangeiros e 268.708 nacionais.¹⁴⁴ O recenseamento de 1890, indica um

143 SCOTT, Ana Sílvia Volpi. Op. cit. 2000. p. 132-133.

144 CENSO: 1890-1900-1920. **Idade da População. A População Núcleo de Estudos Populacionais.** Campinas: UNICAMP, 1922.

total de 328.455 habitantes, dos quais 165.357 homens e 162.098 mulheres, 261.712 solteiros, 55.384 casados e 11.359 viúvos; sendo, 324.416 brasileiros e 4.039 estrangeiros para o estado do Pará¹⁴⁵. No recenseamento de 1890 os portugueses residentes no Rio de Janeiro representavam 24% da população da cidade e 68% dos estrangeiros no Brasil,¹⁴⁶ no Pará, os habilitados representavam 2,06% da população do Estado.

Divergindo dos dados apresentados no recenseamento federal de 1890, as fichas das habilitações do consulado português indica 6.795 pessoas habilitadas até 15 de dezembro de 1890, ou seja, não estamos afirmando que no ano de 1890 moravam no Pará 6.795 portugueses, mas, que é possível que o número de estrangeiros no Estado poderia ser maior do que o indicado pelo censo, levando-se em consideração que nem todos os portugueses se habilitavam e que outras nacionalidades poderia aumentar o número de estrangeiros no Estado. Claro que o número de 6.795 habilitações de portugueses é contado desde 1858, ou seja, abre a possibilidade de já ter ocorrido baixa neste número por morte ou por retorno a Portugal. De qualquer forma, estas reflexões servem para acrescentar dados sobre os estrangeiros no Pará, amplia as discussões sobre o censo de 1890.

Uma observação interessante, é que no censo de 1872 o número de estrangeiros para o Estado era maior que o número de estrangeiros do censo de 1890. A diferença de um censo para o outro são de 2.480 estrangeiros a menos em 1890. Esta diminuição no número de estrangeiros é muito problemática se levarmos em consideração que em 1890 a Amazônia vivia o aumento das extração látex e a economia da borracha atraía vários estrangeiros para os Estados do Pará e Amazonas. Foi também o período de reformas urbanas nas cidades de Belém¹⁴⁷ e Manaus¹⁴⁸ e as exigências de serviços urbanos eram atrativos para os imigrantes. A economia da borracha atraiu levas de cearenses, maranhenses e piauienses que foram trabalhar nos seringais, mas, os imigrantes portugueses que se habilitaram no consulado no período de 1884 a 1890 na sua grande parte estavam na capital do Estado desenvolvendo serviços urbanos.

Outra análise das habilitações até 1890 aponta um índice crescente de pessoas habilitadas, não um descenso que o recenseamento de 1890 indica. Observamos este crescimento só para os portugueses, se incluirmos outras nacionalidades, esta tendência de crescimento provavelmente se acentuaria. Pelo censo de 1872 havia 122.388 mulheres

brasileiras em Belém e 5.154 mulheres estrangeiras. O censo de 1890 indica para a capital do Pará a população de 50.064 habitantes, sendo 22.219 brasileiros, 24.133 brasileiras, 2.912 estrangeiros e 474 estrangeiras.

O censo de 1872 não indica nacionalidades dos estrangeiros no Pará. O conhecimento das habilitações dos portugueses no período, permite-nos agora conhecer parte destes portugueses. O censo de 1890 não estabeleceu as nacionalidades dos estrangeiros. Os dados das habilitações do ano de 1890, que era de numeração 6.795 permite-nos saber que 92,87% destes estrangeiros no Pará era de portugueses. O censo de 1900 também não fornece informações sobre nacionalidades. Comparando este censo com o total das habilitações para o ano de 1900 (6.957), podemos afirmar, que cerca de 90,24% da população de estrangeiros no Pará era de portugueses. Comparando com a imigração portuguesa para o Brasil, podemos afirmar que de 1884 à 1914 o total de portugueses registrados no Consulado de Portugal no Pará representa 12,81% da população de portugueses no Brasil

Ainda em 1929 o Pará era o 5º Estado brasileiro em relação a distribuição da população portuguesa no Brasil. Esta posição permite-nos pensar que parte da população imigrante vinda na época da economia da borracha ficaram e estabeleceram—se. Segundo Lobo,¹⁴⁹ o número de entrada de portugueses no Brasil em 1914 era de 27.936 e o número das habilitações em 1914 no Pará foram de 365, ou seja, 1,3% da entrada geral.

Comparando o quadro de imigrantes portugueses para o Brasil com os registros das habilitações dos portugueses no Pará, percebemos um registro de 595 no ano de 1908, o coloca o ano de 1908 como um dos anos de maior registro de habilitações, o que é confirmado por Klein,¹⁴⁹ que indica o ano como fazendo parte do período de maior imigração de portugueses para o Brasil. Esta não é a posição de Lobo¹⁵⁰ que afirma ter havido uma diminuição da imigração portuguesa neste ano. Outra diferença diz respeito ao ano de 1914, que

145 VIANNA, Oliveria. Op. cit., 1922. p. 455-46.

146 KLEIN, Herbert S. Op. cit., 1993. p. 344.

147 SARGES, Maria de Nazaré. Belém: Riquezas Produzindo a Belle - Époque (1870-1912). Belém: Paka-Tatu, 2000. p. 90.

148 DIAS, Edineia Mascarenhas. A Ilusão do Fausto: Manaus 1890-1920. Manaus: Vozes, 1999. p. 36.

149 KLEIN, Herbert S. Op. cit., 1993. p. 243.

150 LOBO, Op. cit., 2001. p. 31.

também apresenta uma queda vertiginosa, para Lobo o que contrasta com os registros das habilitações no Pará e com Klein¹⁵¹ novamente.

“Tomando apenas para exemplificação de quinquênio que vai de 1908 à 1912, e considerando exclusivamente, entre os imigrantes aqui encontrados por esse tempo, os de origem italiana, francesa, portuguesa, espanhola, alemã, austríaca, inglesa, eslava e holandesa que são os de maior contingente, teremos os seguintes quadros estatísticos.”¹⁵²

ESTRANGEIROS NO BRASIL (1908 A 1912)	
Nacionalidade	Imigrantes
Holandeses	2.760
Ingleses	5.208
Franceses	6.277
Austríacos	19.834
Alemães	22.230
Russos	37.112
Italianos	96.403
Espanhóis	114.557
Portugueses	223.055
Total	527.466

Fonte: KLEIN, Herbert S. Op. Cit., 1993. pag. 343.

Fazendo a comparação destas entradas de imigrantes no Brasil até 1912 com as habilitações registradas até então (8.336), observamos que as habilitações eram 3,73% da entrada de portugueses no Brasil.

2.3.1. A ESTRUTURA OCUPACIONAL DOS PORTUGUÊS EM BELÉM

Sem dúvida que a imigração lusa para a Amazônia, não teve a mesma amplitude que para o Rio de Janeiro no início do século XX, mas, não foi desprezível do ponto de vista da sua importância. A imigração para a região era antiga e se ampliou com o advento da exploração da borracha. O período de 1870 a 1920 é considerado pela historiografia regional como a fase áurea da exploração do látex. Neste período, a imigração, não só de portugueses, mas, de espanhóis, italianos e árabes, foi muito intensa, principalmente para as capitais do Pará e Amazonas.

Belém torna-se uma cidade cosmopolita e o período destas transformações sociais não nos parecem tão curto. O argumento utilizado por Lobo¹⁵³ de que o movimento jacobino no Pará teve tanta força para fazer declinar a imigração portuguesa para o Estado, necessita de maior investigação já que o mesmo movimento aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, ao nosso ver com maior intensidade, e a autora não

utiliza-se dele para argumentar sobre o declínio da imigração portuguesa para a então capital da República.

Outra justificativa é a grande concentração dos imigrantes portugueses, em Belém, capital do Estado o que deu a cidade uma visibilidade da cultura portuguesa até hoje. A economia da borracha na Amazônia, colocou a necessidade de uma urbanização de parte da cidade de Belém, visando oferecer aos seringalistas, agentes bancários, agentes aviadores condições necessárias para a implantação da cadeia extrativista da borracha.¹⁵⁴ Foram necessários melhoramentos urbanos, nos serviços, nas casas, no porto, nas ruas, nas praças, pois, a cidade de Belém passa a ser o espaço privilegiado na região Amazônica dos negócios da borracha, ao mesmo tempo que era espaço de

151 KLEIN, Herbert S. Op. cit., 1993. p. 247.
152 KLEIN, Herbert S. Op. cit., 1993. pag. 343.
153 LOBO. Op. cit., 2001. p. 51.
154 SARGES, Maria de Nazaré. Op. cit., 2000. p. 121.

moradia de novas camadas sociais, como os seringalistas que exigiam do poder público mudanças na cidade.

Estas mudanças colocam Belém como atração de mão-de-obra e utilizadora de serviços urbanos considerados no fim do século XIX, como símbolos de modernidade e civilização.¹⁵⁵ Nesta tabela demonstra-se que o período anterior a 1 Guerra Mundial foi um período de elevação da entrada de imigrantes no Pará.

“Em 1866-71 e 1911-13 o volume médio anual da imigração a partir de Portugal continental aumentou mais de dez vezes, de 6237 a 64836. A imigração dos quatro distritos do Noroeste (Vianna, Braga, Porto e Aveiro) aumentou 368%, de 5133 para 18.867, enquanto que dos quatro distritos do Norte Interior (Vila Real, Bragança, Guarda e Viseu) aumentou quase quarenta vezes, passando de apenas 792 a 31.640. A proporção de mulheres e crianças mais velhas e de analfabetos aumentou muito significativamente”.¹⁵⁶

Rowland também cita que em 1889, 76,5% dos imigrantes do distrito do Porto foram para o Rio de Janeiro, 13,8% para o Norte e Nordeste, e apenas 6,4% para São Paulo.¹⁵⁷

Analisando a estrutura ocupacional dos portugueses habilitados no Pará, observamos que os lavradores são muito poucos, mas, havia um número interessante de comerciantes e proprietários, além de um percentual importante de artífices especializados.¹⁵⁸ Observamos que 367 portugueses habilitaram-se como trabalhadores e 2 como interessados. Parece-nos que a imigração para o Estado manteve-se no

mesmo padrão da imigração colonial em que predominava uma imigração de caixeiros, solteiros, poucos lavradores e também poucas mulheres.

PROFISSÕES MAIS CITADAS NAS HABILITAÇÕES	
Profissões	Nº de Portugueses
Caixeiro	320
Trabalhador no Comércio	712
Guarda Livros	22
Comerciante	425

Fonte: A tabela foi feita a partir dos dados retirados do Códice das Fichas de Habilitações de Portugueses Residentes no Pará/ Consulado Português.

Como podemos observar os dados consolidados das habilitações mantém as mesmas características apontadas pela historiografia portuguesa, em relação aos imigrantes que chegaram no fim do século XIX, no Pará, ou seja, a mão-de-obra continua sendo de portugueses solteiros, com grande predominância no setor do comércio.

“No século XIX registrou-se um fluxo permanente de portugueses do Norte, para o setor comercial urbano do Brasil, a ponte de ter sido por vezes designado uma imigração de caixeiros.

(...)

Ainda em 1887, a segunda ocupação mais importante dos 16.932 portugueses que emigraram nesse ano e cuja ocupação se conhecia era a de ‘caixeiros e negociantes’. Isto correspondia a 8% do total em comparação com 32% que estavam registrados como trabalhadores rurais, jornaleiros, lavradores e trabalhadores em geral.”¹⁵⁹

155 BERMAN, Marchal. Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
156 ROWLAND, Robert. “Portugueses no Brasil Independente: processos e representações”. IN: Revista OCEANOS. n. 44. out./dez. Lisboa: CNCDP, 2000. p. 254.
157 ROWLAND, Robert. Op. cit., 2000 p. 14.
158 KLEIN, Herbert S. Op. cit., 1993. p. 248.
159 KLEIN, Herbert S. Op. cit., 1993. p. 248.

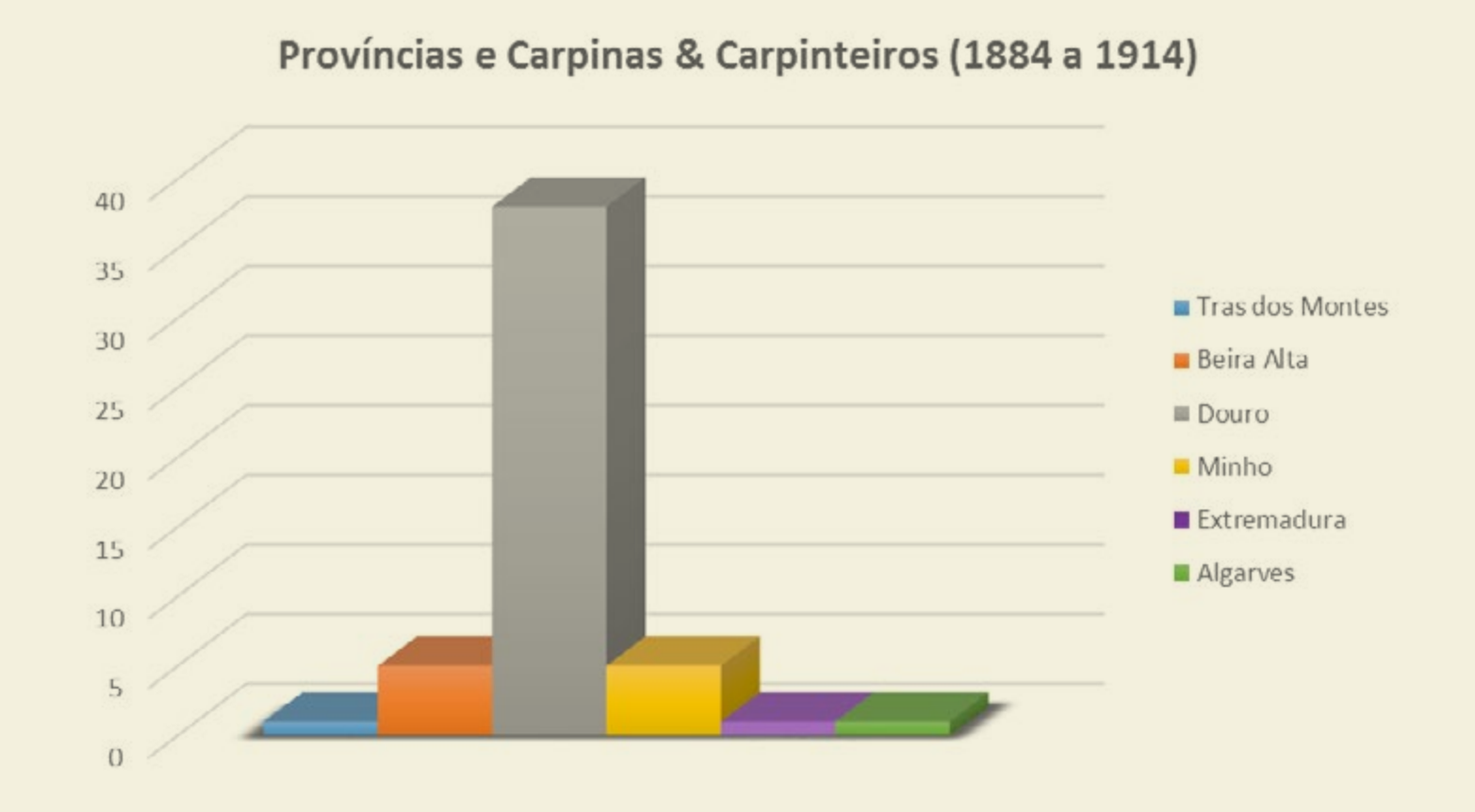
A grande maioria das profissões dos habilitados estava na área de prestação de serviços:

Prestação de Serviço			
Profissões	nº de Portugueses	Profissões	nº de Portugueses
Açougueiro	12	Fotógrafo	1
Agências	3	Funcionário Público	1
Aspirante a Farmácia	1	Garajeiro	5
Ator	7	Garapeiro	1
Bancário	1	Garimpeiro	1
Barbeiro	2	Gerente	1
Boieiro	1	Guarda Civil	1
Bombeiro	1	Guarda Livros	22
Caçador	1	Hoteleiro	15
Caixeiro	320	Horteleiro	54
Calafate	2	Intérprete	1
Caldeiro	1	Jardineiro	5
Canoeiro	3	Jornaleiro	10
Capinador	3	Jornalista	1
Carregador	42	Lava Carros	1
Carreiro	20	Lavadeira	1
Carroceiro	19	Leiteiro	33
Carteiro	2	Limpeza Pública	1
Caseiro	2	Livreiro	2
Catraieiro	9	Machador	1
Choufeur	5	Marítimo	188
Conductor	2	Médico	1
Costureiro	2	Mestre de Bordo	1
Coupeiro	1	Motorneiro de Bonde	1
Couveiro	7	Músico	4
Cozinheiro	5	Negociante	9
Criado	28	Papeleiro	1
Dentista	1	Peixeiro	4
Diretor	1	Pescador	14
Doméstica	59	Professor	3
Embarcadiço	2	Restaurante	1
Encadernador	3	Subgerente	1
Estacador	1	Trab. de Casa de Pensão	1
Estivador	1	Trab. de Farmácia	2
Estocador	2	Trab. do Comércio	713
Estufador	1	Vaqueiro	9
Faxineiro	1	Vendedor	11
Feirante	2	Veterinário	1

Fonte: A tabela foi feita a partir de dados retirados do Códice das Fichas de Habilitações de Portugueses Residentes no Pará/Consulado Português. Grêmio Literário Português.

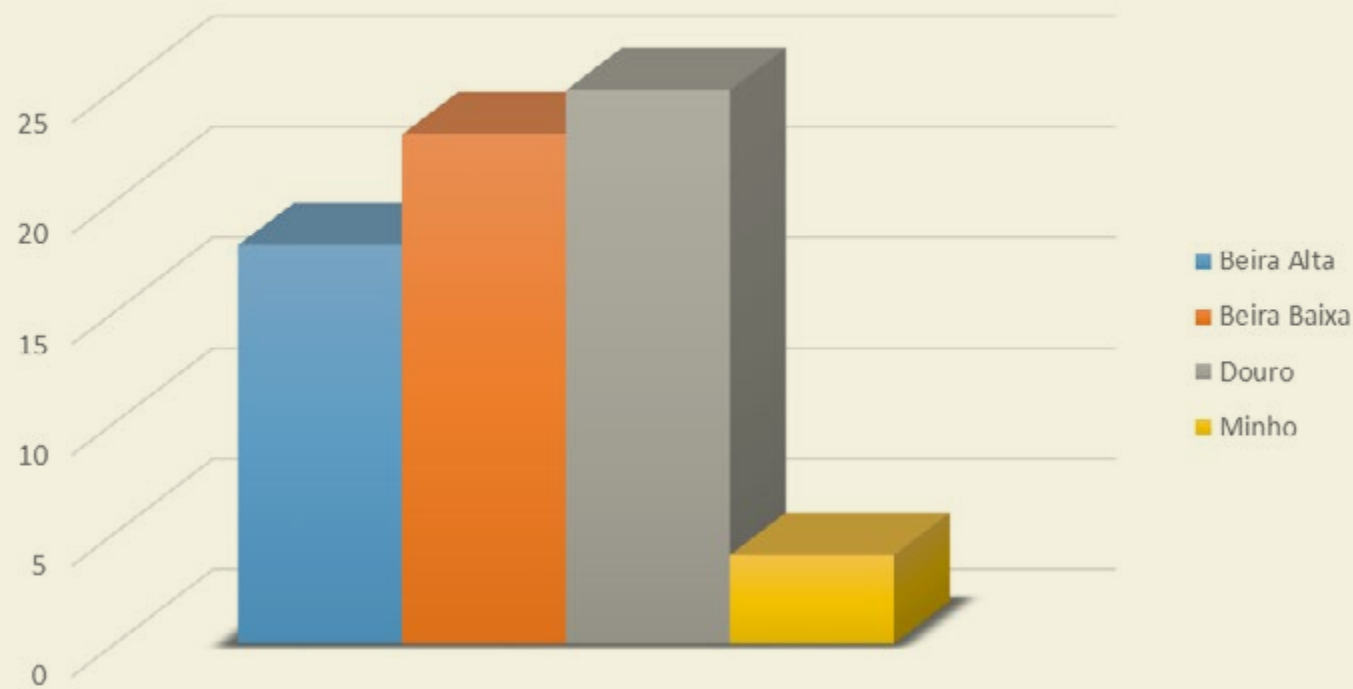
Profissões na Indústria			
Profissões	n.º de Portugueses	Profissões	n.º de Portugueses
Ajudante de Pedreiro	1	Marceneiro	11
Alfaiate	48	Oleiro	5
Aprendiz de Funileiro	1	Operário	5
Aprendiz de Ouvires	1	Ouvires	12
Aprendiz de Relojoeiro	1	Padeiro	92
Artista Confeiteiro	9	Pasteleiro	4
Carpinteiro	66	Pedreiro	41
Chapeleiro	3	Pintor	10
Eletricista	4	Refinador	6
Estudante	1	Relojoeiro	4
Faqueiro	1	Sapateiro	13
Farmacêutico	13	Serrador	16
Ferreiro	24	Sorveteiro	6
Fogueteiro	12	Tabaqueiro	11
Funileiro	2	Taberneiro	4
Industrial	6	Tanoeiro	13
Interessado	2	Torneiro	3
Lavrador	14	Torrador	3
Maquinista	6		

Fonte: A tabela foi feita a partir de dos retirados do Códice das Fichas de Habilitações de Portugueses Residentes no Pará/Consulado Português. Grêmio Literário Português.



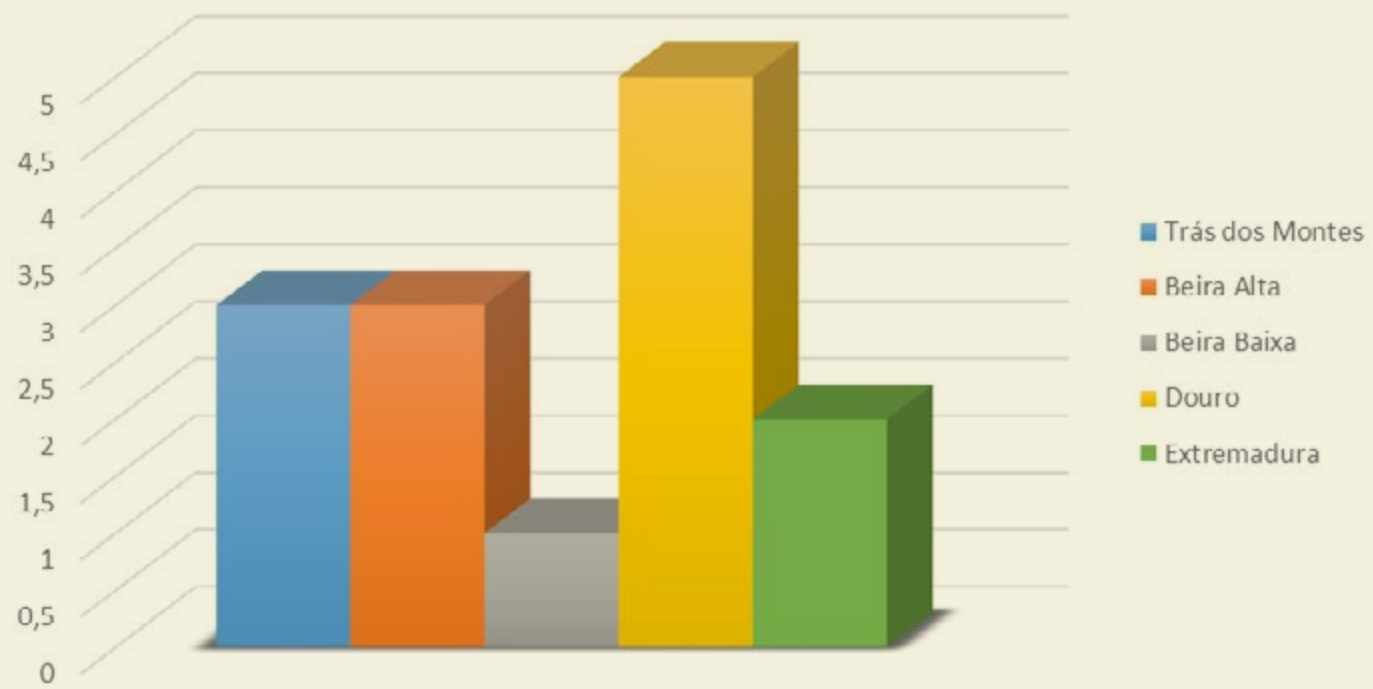
Fonte: O gráfico foi feito a partir de dados retirados do Códice das Fichas de Habilitações de Portugueses Residentes no Pará/Consulado Português. Grêmio Literário Português.

Províncias x Carreiros, Carregador & Carroceiros (1884 a 1914)



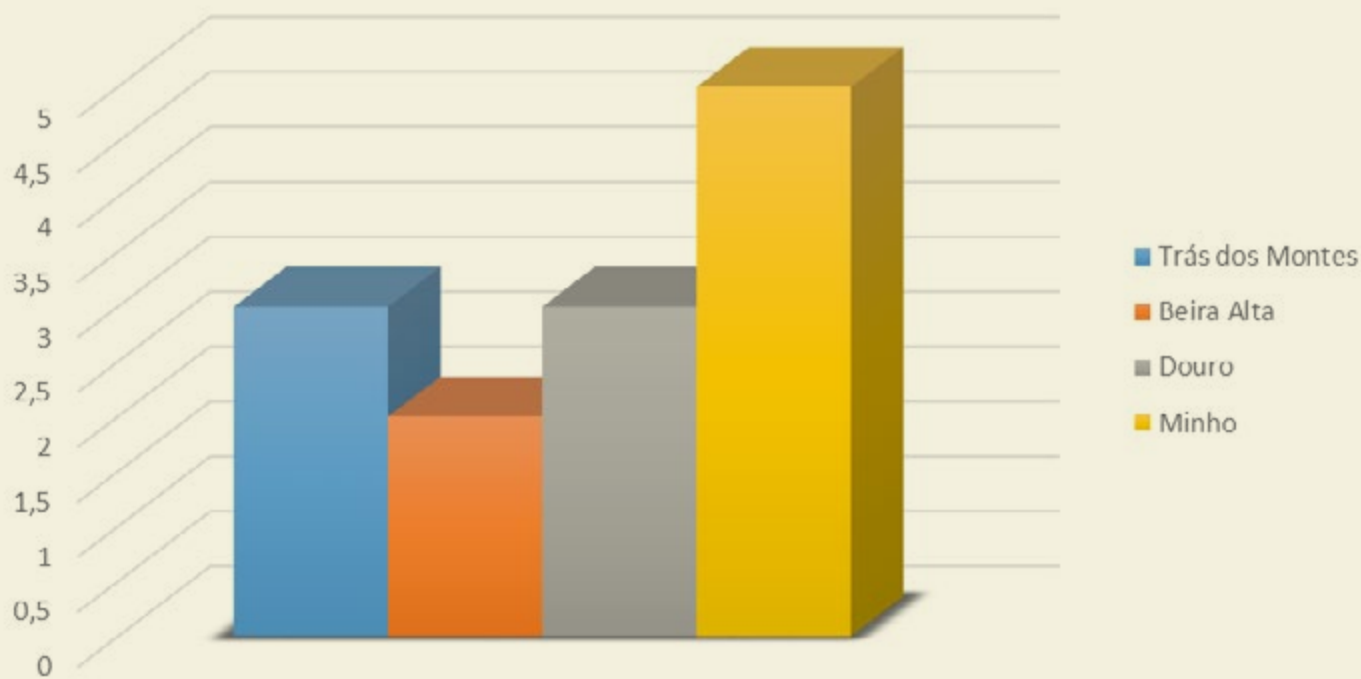
Fonte: O gráfico foi feito a partir de dados retirados do Códice das Fichas de Habilitações de Portugueses Residentes no Pará/Consulado Português. Grêmio Literário Português.

Províncias x Domésticas (1884 a 1914)



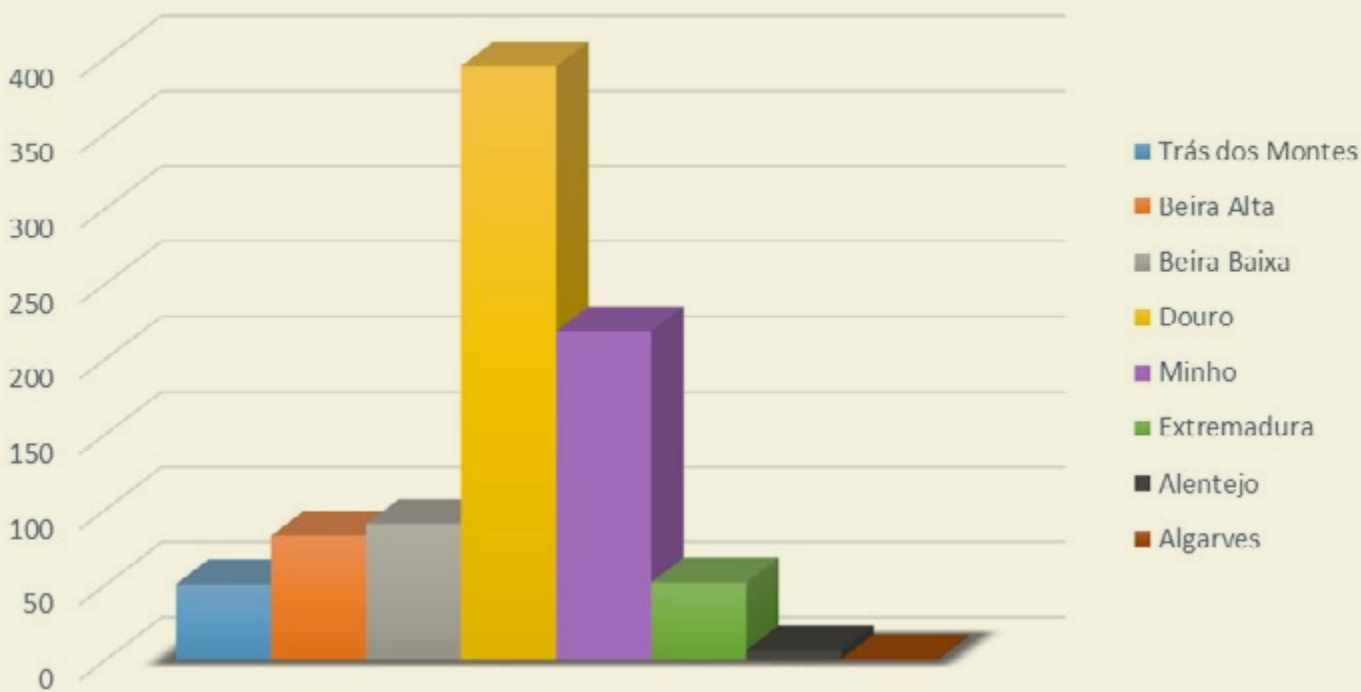
Fonte: O gráfico foi feito a partir de dados retirados do Códice das Fichas de Habilitações de Portugueses Residentes no Pará/Consulado Português. Grêmio Literário Português.

Províncias x Lavrador (1884 a 1914)

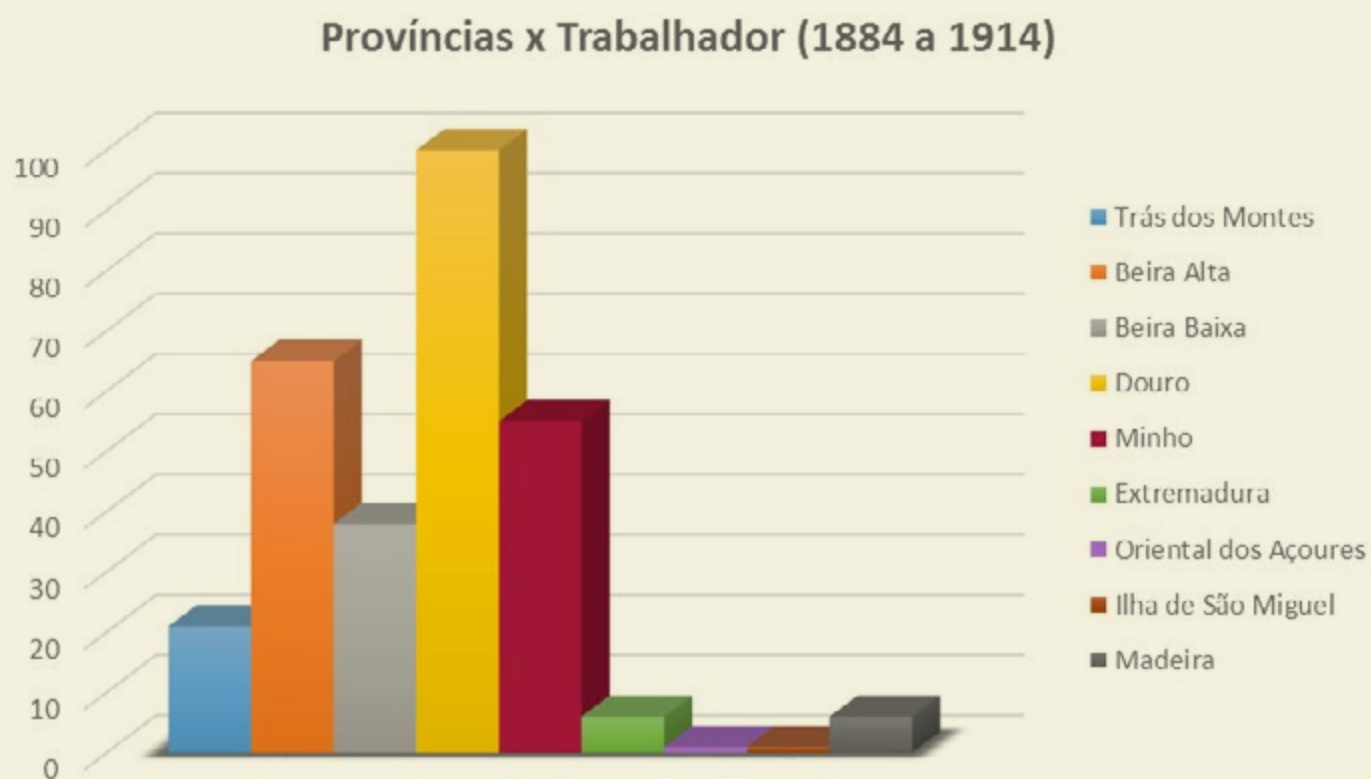


Fonte: O gráfico foi feito a partir de dados retirados do Códice das Fichas de Habilitações de Portugueses Residentes no Pará/Consulado Português. Grêmio Literário Português.

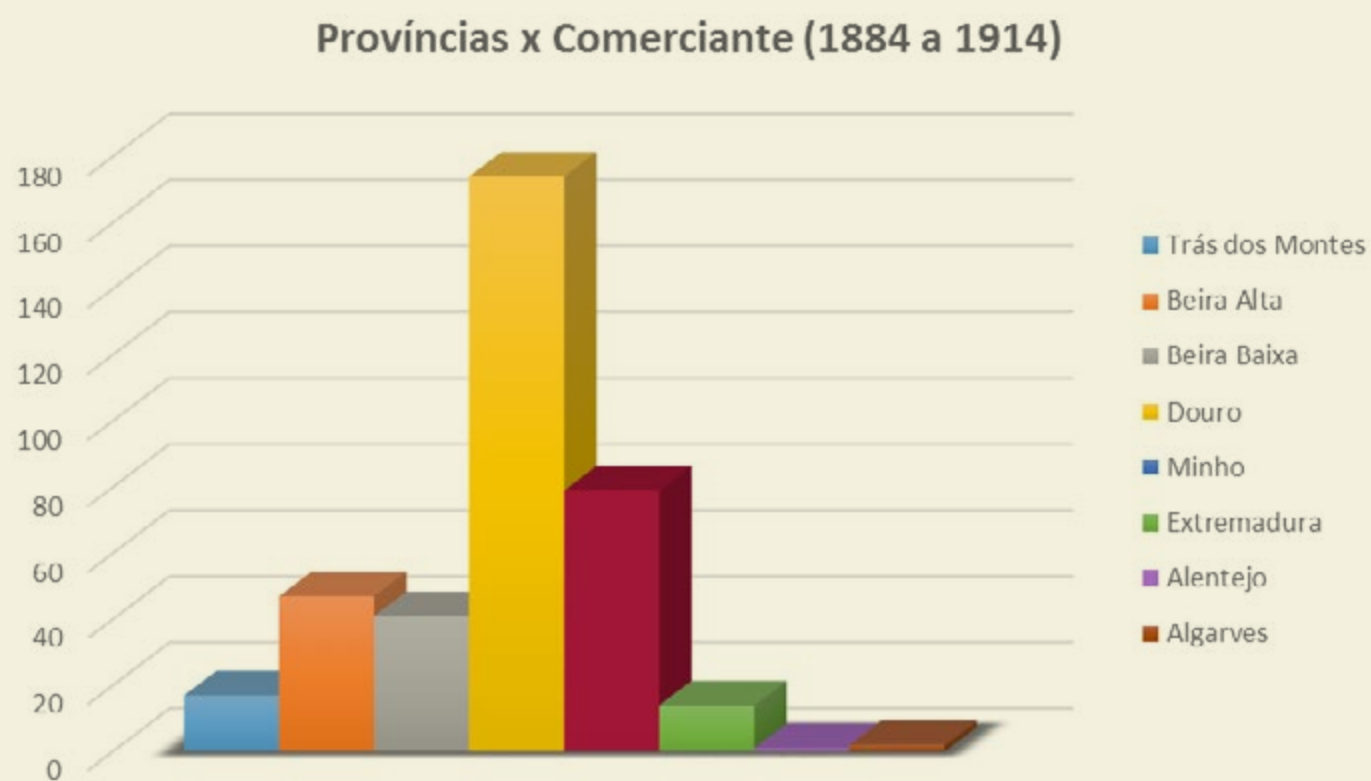
Províncias x Guarda livro, Caixeiros & Comércio (1884 a 1914)



Fonte: O gráfico foi feito a partir de dados retirados do Códice das Fichas de Habilitações de Portugueses Residentes no Pará/Consulado Português. Grêmio Literário Português.



Fonte: O gráfico foi feito a partir de dados retirados do Códice das Fichas de Habilitações de Portugueses Residentes no Pará/Consulado Português. Grêmio Literário Português.



Fonte: O gráfico foi feito a partir de dados retirados do Códice das Fichas de Habilitações de Portugueses Residentes no Pará/Consulado Português. Grêmio Literário Português.

Havia uma “extrema dificuldade das estatísticas da imigração por profissão”.¹⁶⁰ A historiografia portuguesa aponta para uma tendência de aumento do peso relativo dos imigrantes do meio rural.

“Segundo os Cômputos de Oliveira Martins, dos emigrantes portugueses em 1887, os de origem rural, embora constituindo o grupo mais importante, apenas representavam 32% do total, segundo os meus cálculos, baseados nos dados do Anuário Estatístico em 1912, os emigrantes de origem rural constituíam 62% do total”¹⁶¹

No Pará, os dados referentes às profissões contidas nas habilitações apontam uma quantidade: insignificante de lavradores no cômputo geral. Outra tendência indicada na historiografia portuguesa é de uma possível “desqualificação” da mão-de-obra imigrante para o Brasil, medida pelo aumento do número de imigrantes analfabetos.

“Em 1901, a porcentagem de analfabetos entre os emigrantes portugueses era de 47% para homens e 79% para mulheres, em 1912, o analfabetismo entre a população emigrante subira para 59% para os homens e 82% para as mulheres”.¹⁶²

Há também, uma ambigüidade nas designações profissionais, como negociantes (9), proprietários (9), taberneiros (4), os interessados(2) e os trabalhadores (353). Ficamos sem saber se os 425 comerciantes eram grandes ou pequenos capitalistas e se os interessados eram imigrantes que nunca tiveram uma profissão ou emprego. A província do Douro, era a grande região dos caixeiros guarda livros, trabalhadores do comércio, trabalhadores, carpinteiros, carregadores, carreiros, carroceiros e comerciantes. Só quando o cruzamento das profissões em relação à província dos lavradores é que a região do Minho aparece em primeiro lugar.

Os governos da Província e do Estado do Pará, planejaram a vinda de lavradores para aumentar a oferta de gêneros alimentícios para os mercados dos centros urbanos como Belém e Manaus e para os barracões do interior do Estado. No período, houve um aumento de atividades comerciais na cidade de Belém que teve que se reorganizar e organizar sua praça comercial para abarcar todas as necessidades de urna cidade portuária e sede das casas avaliadoras e bancos exportadores do látex.

As redes familiares ou de vizinhança foram responsáveis pela introdução e alocação de imigrantes no Pará. Muitos vinham aos cuidados de um tio, um irmão, do pai, ou recomendados a antigos vizinhos ou amigos. Estas redes de solidariedades podem ser observadas na análise de autos policiais. Nestes autos, observamos vários portugueses que expressam muitas

redes de convivência que estavam estabelecidas no mundo do trabalho e no espaço da moradia.

As profissões ligadas à pesca, os pedreiros e os carpinteiros tiveram uma presença relativa nas habilitações no Pará, talvez, demonstrando a crise porque passava o setor pesqueiro e da construção civil em Portugal. Esta crise atingiu setores como a de ourives e alfaiates. Na estrutura ocupacional percebemos um número elevado de “trabalhadores” que seriam destinados ao trabalho braçal. Os marítimos tiveram um peso relativo devido à crise no setor pesqueiro com o controle cada vez maior da navegação pelos capitalistas ingleses, o que provocou grande desemprego na pesca artesanal. O artesanato, também era marcante e o comércio é o setor tradicional que se manteve na estrutura ocupacional. Analisando a tabela das profissões encontramos 320 caixeiros e 713 trabalhadores do comércio, o que indica uma acentuada presença do setor comercial na prestação de serviços. Houve uma generalização muito grande na categoria trabalhadora e mesmo na categoria trabalhadora do comércio, o que indicava uma indiferenciação social vinda de trabalhadores mais proletariados no período. Lendo os autos do período podemos observar portugueses envolvidos em conflitos que revelam as várias profissões destes imigrantes.

Clemente de Souza, artista, morador da travessa Pedro 1, declara ao subdelegado de polícia do 4º distrito, em 1889, que foi ameaçado diversas vezes pelo português João Pinto dos Reis que morava na rua da Municipalidade. Clemente afirma que João:

“(…) é homem truculento, que vive continuamente embriagado, espancando a mulher com quem mora, incomodando os vizinhos quer de dia quer de noite (...) no dia 16 do corrente, as 5 horas da tarde, o referido Reis foi ao estabelecimento onde trabalha o queixoso armado e dizendo que onde o encontra-se havia de picá-lo (...) querendo viver em paz e sossego, requer a vossa senhoria que depois de ser interrogada as testemunhas seja João Pinto obrigado assinar termo de bem viver”.¹⁶³

Clemente de Souza apresenta à polícia três testemunhas para depor a seu favor: Augusto Belo, Domingos Pereira e Manoel Ferreira, todos portugueses como Clemente e amigos de trabalho do queixoso. Augusto Belo era caixeiro e morava na Municipalidade e defende Clemente dizendo que este foi protegido pelos seus companheiros de serviço quando João Pinto foi na cerâmica onde Clemente trabalha tentando feri-lo.

160 KLEIN, Herbert. Op. cit., 1994. p. 256.

161 KLEIN, Herbert. Op. cit., p. 262.

162 KLEIN, Herbert. Op. cit., p. 264.

163 Fundo de Segurança Pública: Chefatura de Polícia. Série: Autos (1889): doc. n. 6; 2 de Janeiro de 1889.

Reafirma também que João Pinto é dado ao vício da embriaguez, perturba a tranqüilidade pública dos seus vizinhos, ofendendo por sua vez a moral e os bons costumes e que, por mais de uma vez, estando embriagado, armou-se de um terçado para matar e ferir todos os seus vizinhos. João Pinto discorda do depoimento e questiona que Augusto Belo não é seu vizinho como disse.

Domingos Pereira trabalha na mesma cerâmica que Clemente e afirma ter visto entrar no estabelecimento embriagado à procura de Clemente para querer sangrá-lo. Afirma também que João Pinto costuma embriagar-se e que é homem rixoso e turbulento. Manoel Ferreira, oleiro, trabalhava também junto com Clemente na cerâmica e afirma que tem conhecimento que João Pinto procurou por Clemente para feri-lo.¹⁶⁴

As testemunhas de João Pinto são Manoel Canelas, José Francisco Natal, Domingos Dias dos Santos e Marcelino José da Silva. Manoel, José e Domingos são portugueses, enquanto Marcelino é paraense. Manoel afirma que o acusado sempre viveu bem e que nunca o viu embriagado; que quando foi para a Europa João Reis cuidou de sua família e que foi muito bem tratada; disse também que é vizinho de João Reis há três anos e que mora próximo, e que nunca viu João Reis provocar seus vizinhos afirma também que as testemunhas de Clemente são todas testemunhas de trabalho com quem mora e come junto.

Clemente, questionando o depoimento de Manoel, diz que o mesmo não deve merecer fé porque este é protegido de João Reis a quem deve favor.

José Francisco afirma no seu depoimento que conhece João Reis desde Portugal quando ainda era criança e que sabe que tem bom comportamento, que nunca o viu embriagado ou provocando barulho. Domingos Dias, outra testemunha de João Pinto trabalha na cerâmica e afirmou que o conhece há mais de dois anos e que também nunca o viu embriagado ou fazendo barulho e que é seu vizinho por este tempo, segundo ele, João Pinto só foi à cerâmica cobrar uma dívida. O depoimento de Domingos foi questionado por Clemente por este ser amigo da família do acusado.

Marcelino afirma em seu depoimento que mora na travessa Dom Romualdo de Seixas nunca viu e nem lhe consta que João Pinto se dê ao vício da embriaguez e tenha por costume ofender por atos ou palavras os seus vizinhos. O interessante neste auto é que a disputa entre os sujeitos envolvidos não coloca em questão elementos constituídos de uma identidade nacional, tais como, passado histórico, língua, símbolos, representações culturais, territorialidade e discute outras identidades construídas em uma relação situacional que nesse momento articulam-se em torno de ser ou não bom trabalhador.

2.3.2. A ESTRUTURA FAMILIAR DOS PORTUGUESES HABILITADOS



Fonte: O gráfico foi feito a partir de dados retirados do Códice das Fichas de Habilitações de Portugueses Residentes no Pará/Consulado Português.

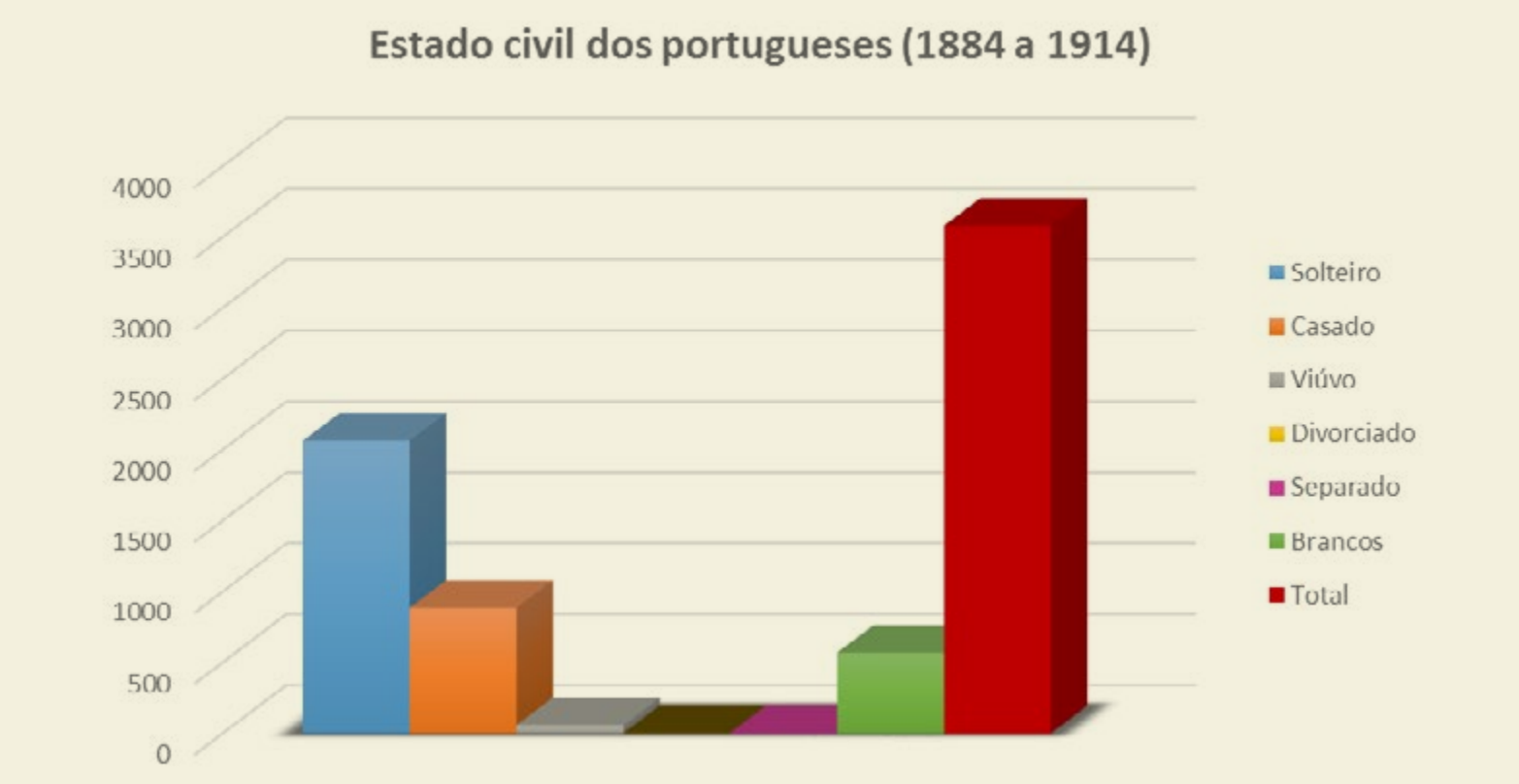
164 Fundo de Segurança Pública: Chefatura de Polícia Série: Autos (1889); doc. a 6; 2 de Janeiro de 1889.

Est. Civil	1884	1885	1886	1887	1888	1889	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899
Solteiro	116	21	36	134	64	75	67	14	10	4	0	0	1	22	19	24
Casado	51	10	24	57	30	29	29	9	7	4	0	0	5	5	7	2
Viúvo	0	1	2	2	4	2	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Divorciado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Separado	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: O gráfico foi feito a partir de dados do Códice de Habilitação de Portugueses Residentes no Pará/Consulado Português.

Est. Civil	1900	1901	1902	1903	1904	1905	1906	1907	1908	1909	1910	1911	1912	1913	1914
Solteiro	4	8	116	43	42	44	16	20	326	143	19	73	0	319	265
Casado	3	2	10	4	7	11	4	1	242	117	9	16	0	109	81
Viúvo	0	0	1	1	0	1	1	2	21	6	1	1	0	7	3
Divorciado	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Separado	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0

Fonte: O gráfico foi feito a partir de dados do Códice de Habilitação de Portugueses Residentes no Pará/Consulado Português.



Fonte: O gráfico foi feito a partir de dados retirados do Códice das Fichas de Habilitações de Portugueses Residentes no Pará/Consulado Português. Grêmio Literário Português.

Não há indícios da imigração familiar de portugueses para Pará. O gráfico sobre a situação civil dos habilitados no consulado demonstra urna imigração masculina e solteira até 1914. No Pará a parcela feminina dos habilitados indica um número próximo a 57 mulheres, ou seja, cerca de 1,59% do total de habilitações, contrapondo-se ao índice de 26% de mulheres portuguesas vindas para o Brasil em 1890 e de 32% para o período de 1910 a 1919.

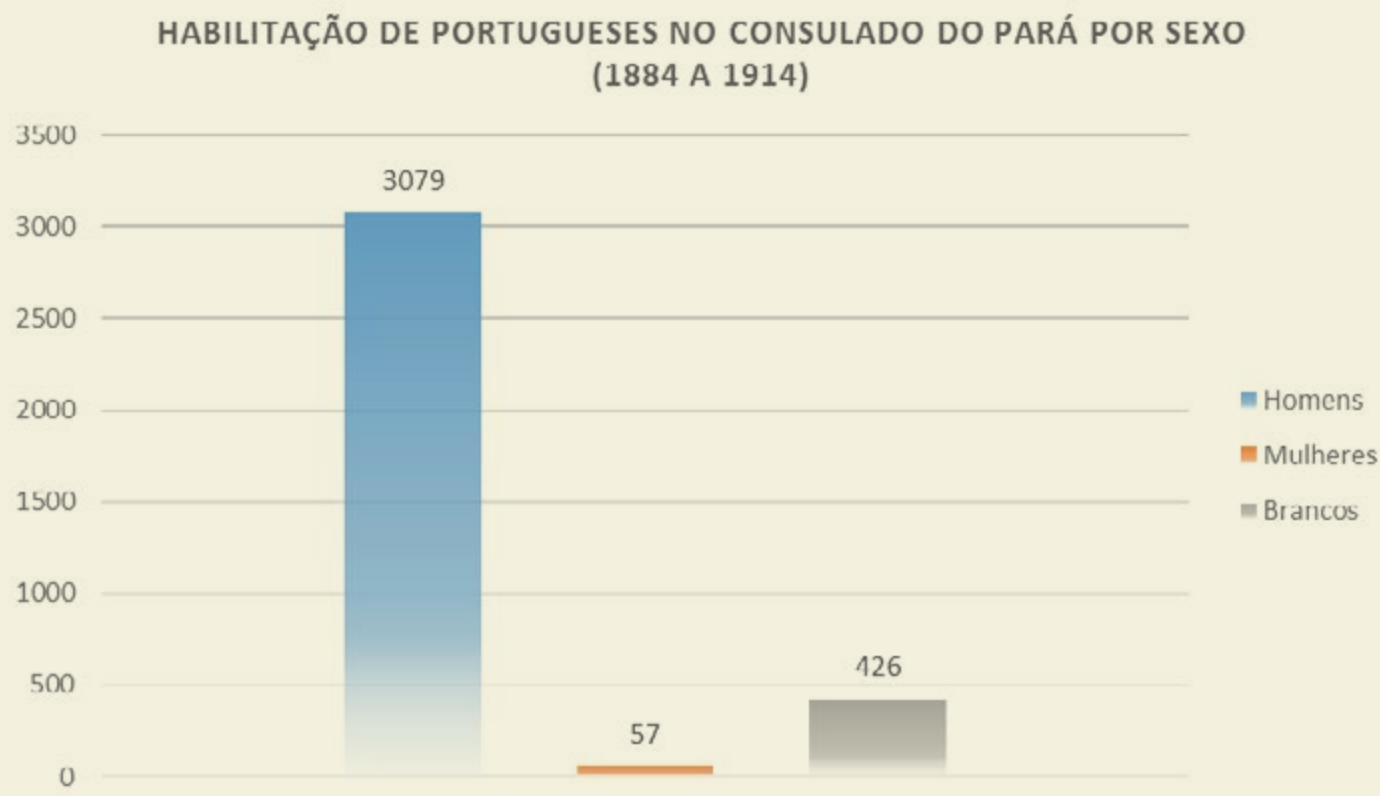
Aproporção dos homens casados nas habilitações apresenta urna subida razoável no ano de 1908, 242 habilitações e 117 em

1909, voltando a subir em 1913 com 109 habilitações. Das 3.580 habilitações do consulado Português temos certeza de que 2.063 são solteiros e 885 casados. O estado civil nas habilitações do período de 1884 a 1914, indica 2.058 solteiros, 883 casados, 58 viúvos, 1 divórcio e 4 separados das 3.028 habilitações do período. Podemos afirmar que a vinda para o Pará era de urna corrente imigratória, de homens solteiros e caixeiros.

A explicação desta característica de imigração se deve as condições pela qual passava a região Amazônica,, que neste período devido a extração da borracha não vivia um processo

de ocupação da terra a partir de grandes plantações ou de pequenas propriedades agrícolas. Assim as necessidades de grande números de trabalhadores para a agricultura não era o único setor que necessitava de mão u.,-obra Para urna parte

da elite do Estado do Pará, que estava vivendo dos lucros da extração da borracha e da sua comercialização, à vinda dos portugueses para desenvolver atividades relacionadas ao comércio correspondia aos seus interesses.



Fonte: O gráfico foi feito a partir de dados retirados do Códice das Fichas de Habilitações de Portugueses Residentes no Pará/Consulado Português. Grêmio Literário Português.

A maioria destas mulheres eram casadas e provavelmente desenvolvia trabalhos domésticos, se levarmos em considerações as declarações feitas Delas mulheres constantes nas fichas de habilitações. São 44 cações d domésticas e 1 lavadeira, ou seja, 78,9% das mulheres habilitadas no período de 1884 a 1914. No Pará a partir da análise das habilitações não percebemos crescimento expressivo da vinda de mulheres na primeira metade do século XX, como indica Pereira¹⁶⁵. Analisando as habilitações das mulheres no consulado português, constata que os anos de 1885, 1886, 1889, 1890, 1896 e 1898 o registro de 01 mulher por ano. Os anos de 1905, 1906, 1907 e 1910

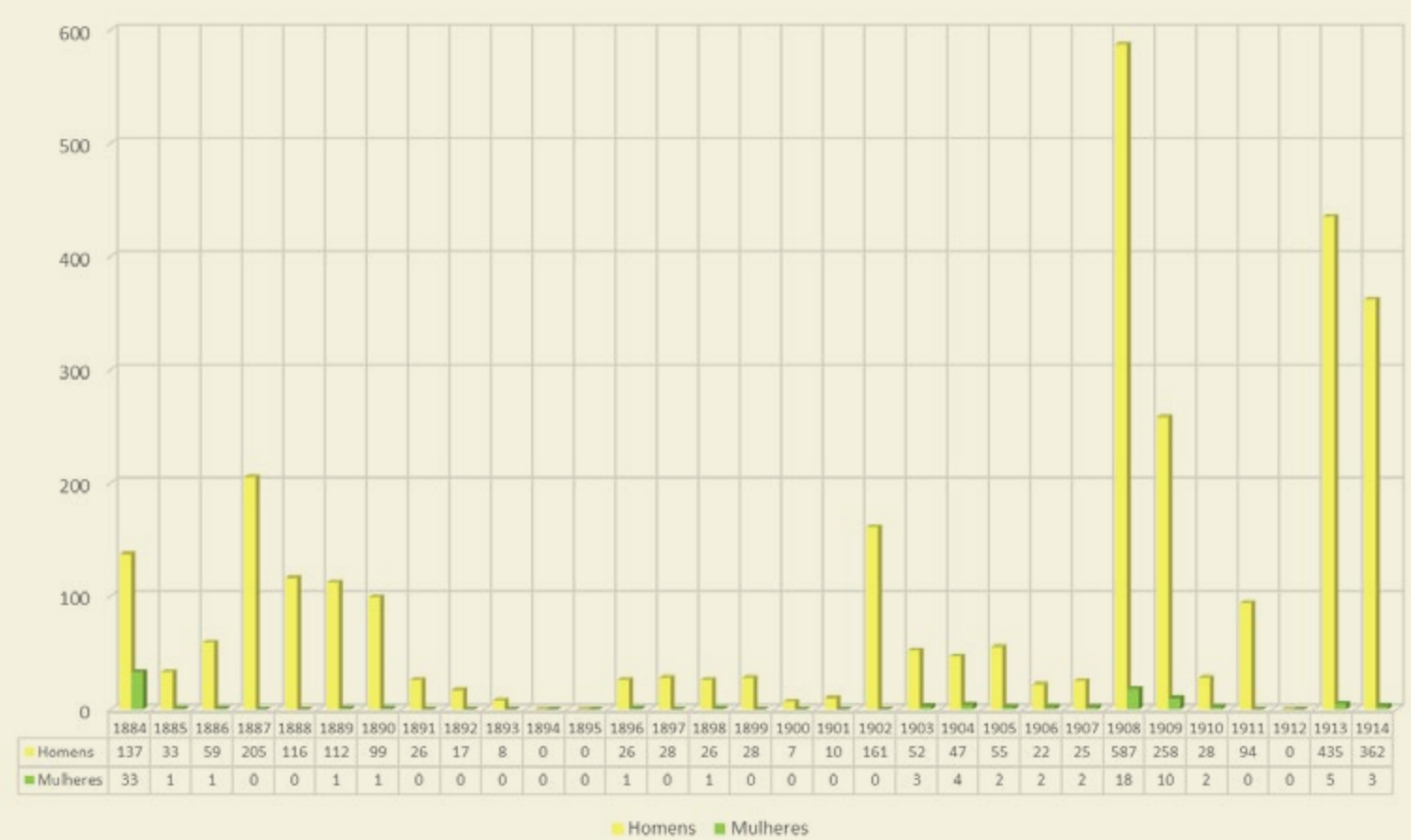
apresentaram 04 mulheres habilitadas por ano. Os anos de 1903 e 1914 apresentaram 03 habilitações de mulheres nestes anos. O ano de 1904 registrou 04 habilitações, o ano de 1913 registrou 05, o ano de 1909 registrou 10 habilitações e o ano de 1908 18 registros.

Não observamos o crescimento pelas habilitações, de imigração feminina como indica Pereira:

“A grande maioria dos emigrantes portugueses, por todo este período, era de homens. Embora a porcentagem de mulheres que, durante a década de 1880, não excedia os 11% tendesse a crescer, ainda em 1912 era apenas de 33%, ou seja, um terço do total. Por outras palavras, o conjunto da emigração portuguesa continha, na década de 1880, 14 mulheres para. 100 homens e, na década de 1910, 49 mulheres para 100 homens” .¹⁶⁶

165 PEREBA, Mirian. Op. cit., 1993. p. 52.
166 PEREIRA, Miriare. Op. cit., 1993. p. 52.

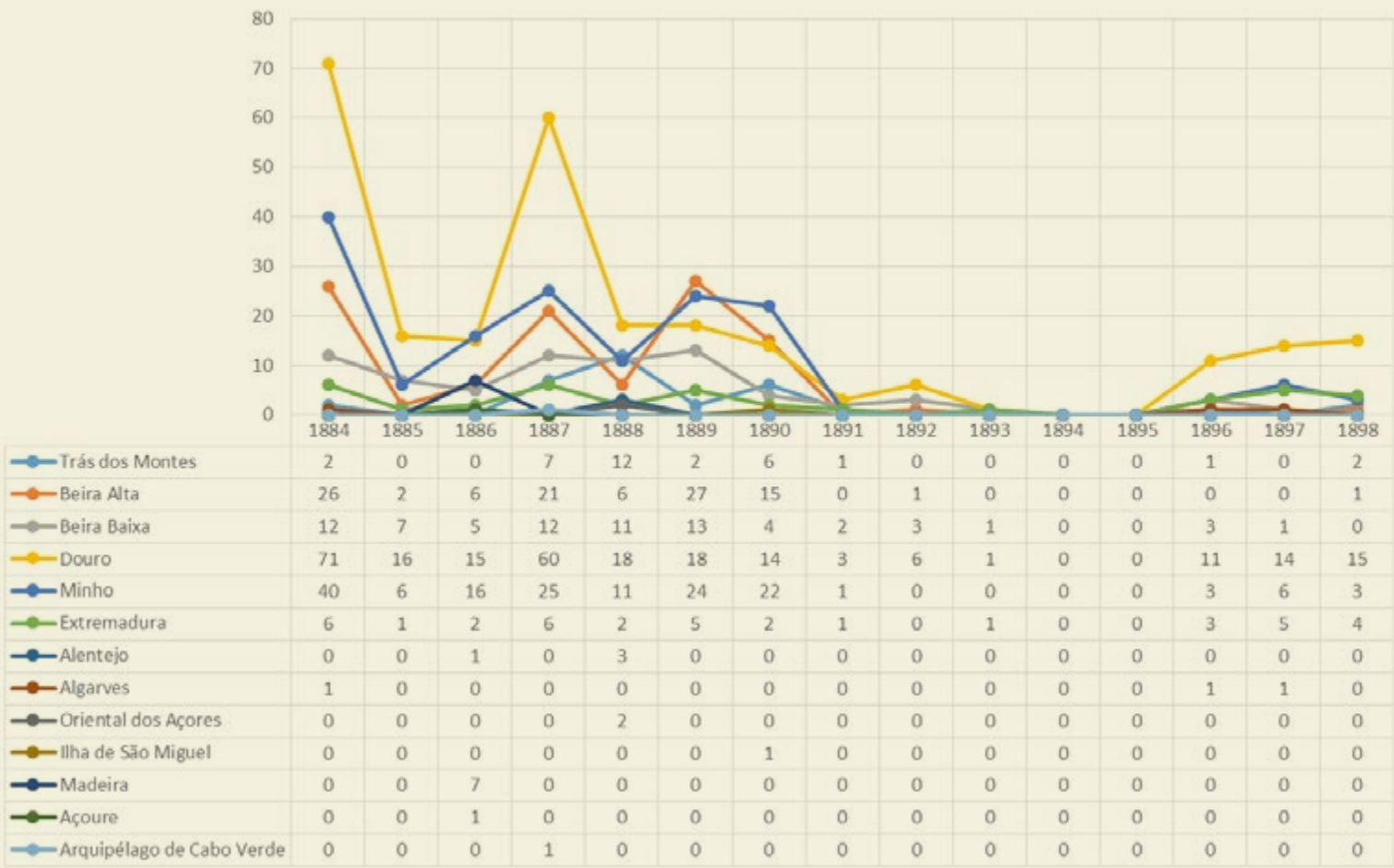
Habilitações de portugueses segundo o sexo por ano no Pará (1884 a 1914)



Fonte: O gráfico foi feito a partir de dados retirados do Códice das Fichas de Habilitações de Portugueses Residentes no Pará/Consulado Português. Grêmio Literário Português.

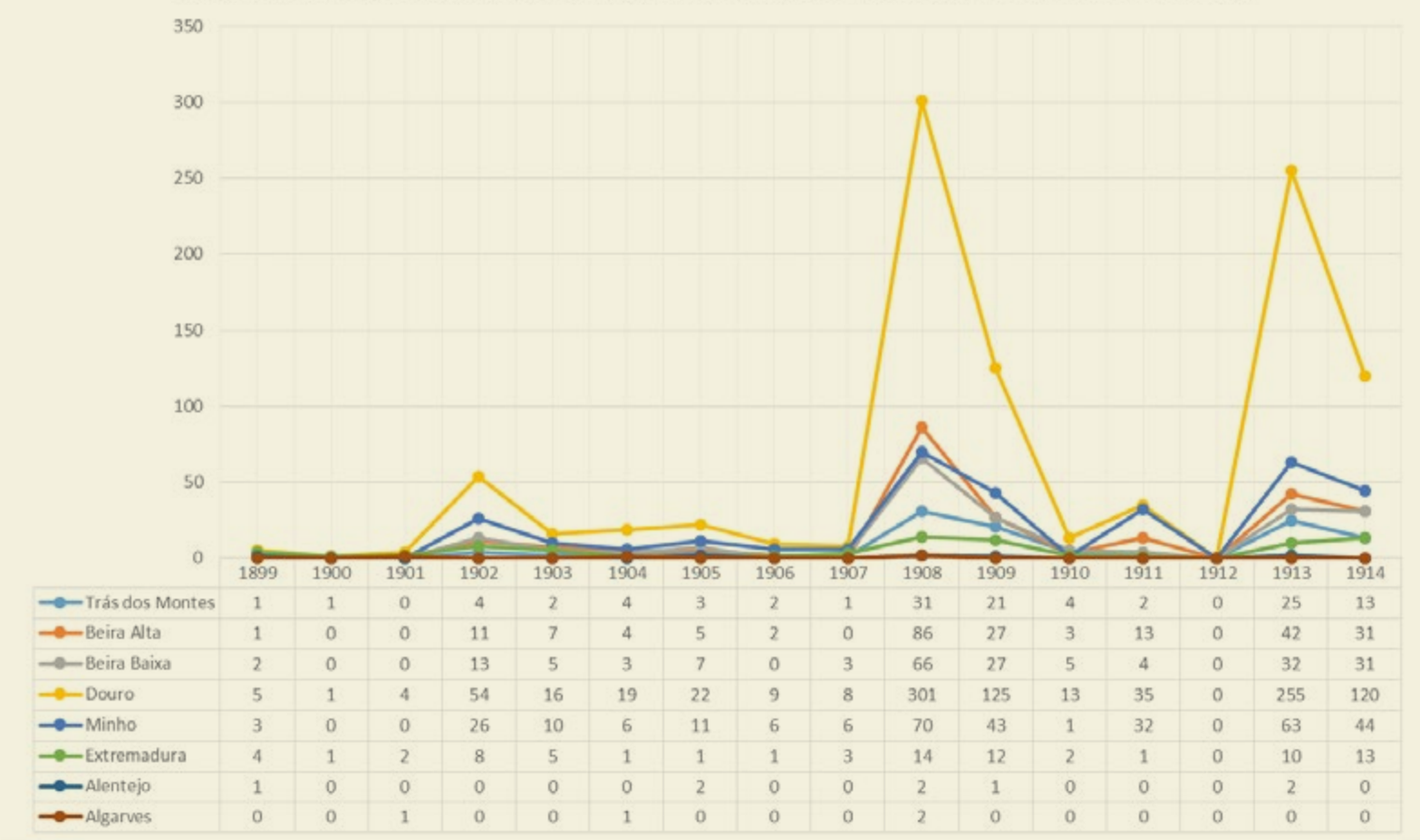
2.3.3. PROCEDÊNCIA DOS IMIGRANTES PORTUGUESES HABILITADOS

Procedência por província dos portugueses habilitados no estado do Pará (1884 a 1898)



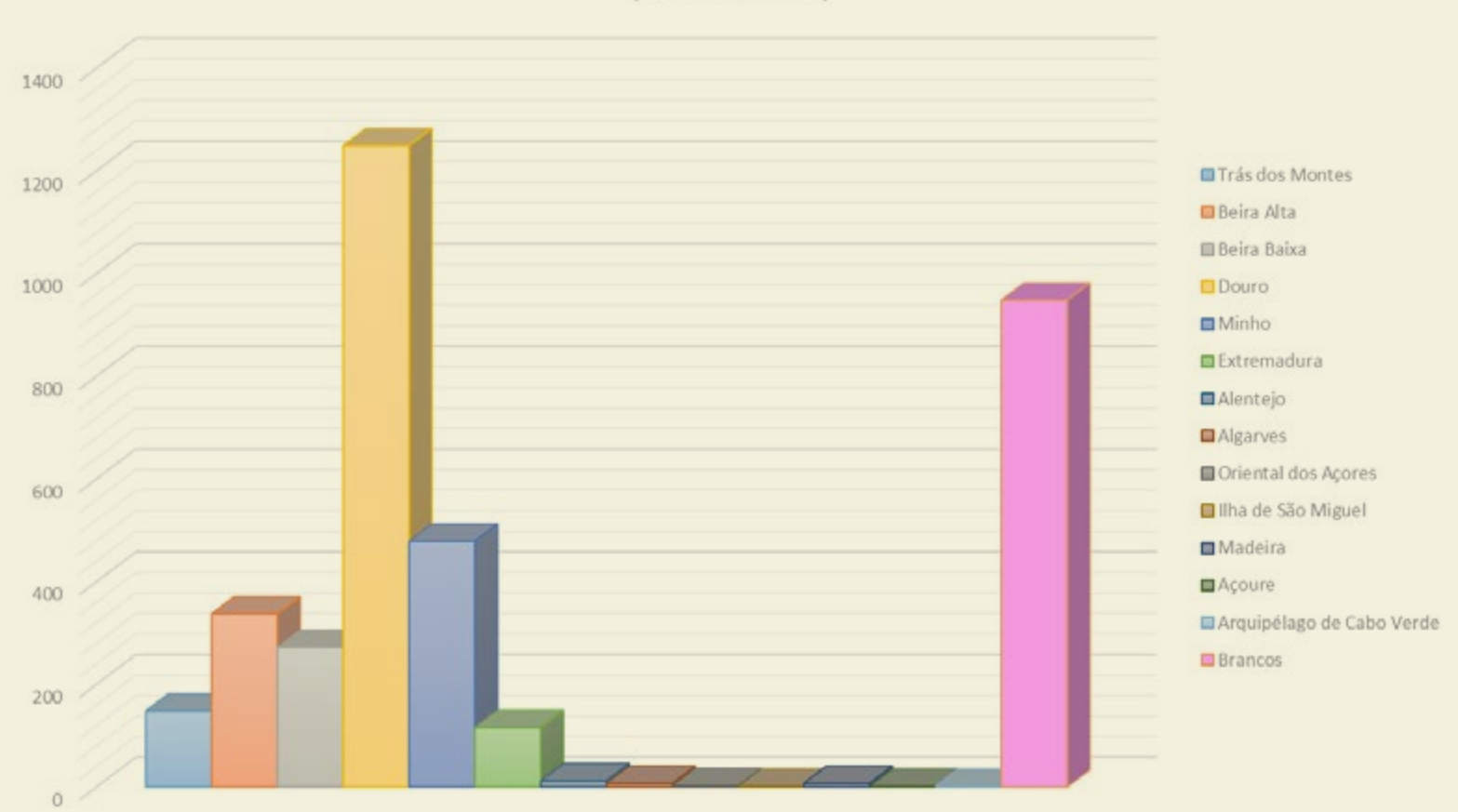
Fonte: O gráfico foi feito a partir de dados retirados do Códice das Fichas de Habilitações de Portugueses Residentes no Pará/Consulado Português. Grêmio Literário Português.

Procedência por província dos portugueses habilitados no estado do Pará (1899 a 1914)



Fonte: O gráfico foi feito a partir de dados retirados do Códice das Fichas de Habilitações de Portugueses Residentes no Pará/Consulado Português. Grêmio Literário Português.

Procedência por província dos portugueses habilitados no estado do Pará (1884 a 1914)



Fonte: O gráfico foi feito a partir de dados retirados do Códice das Fichas de Habilitações de Portugueses Residentes no Pará/Consulado Português. Grêmio Literário Português.



Fonte: O gráfico foi feito a partir de dados retirados do Códice das Fichas de Habilitações de Portugueses Residentes no Pará/Consulado Português. Grêmio Literário Português.

Relatos¹⁶⁷ de imigrantes portugueses vindos no início dos anos trinta constataam que a vinda de imigrantes é uma questão bem antiga no Pará e o retorno a Portugal não se fez de uma forma generalizada. O gráfico das procedências dos imigrantes portugueses habilitados no Pará no período de 1884 a 1914 indica que 1.828 portugueses vieram de Lisboa, 606 vieram de Leixões, 121 do Rio de Janeiro e 96 do Porto.

A pouca incidência de portugueses que já teriam passado pelo Rio de Janeiro, se comparada com a imigração massiva de portugueses para esta região do Brasil indica que os imigrantes já faziam as suas escolhas no embarque em

Portugal. Não há indicação de uma corrente de mobilidade interna. A emigração portuguesa era “muito elevadas” nos Ilhas, “elevadas” no Nordeste de Portugal e “baixa” na região Centro-Sul.¹⁶⁸ No Pará, segundo os habilitações, eram da região Norte a procedência dos imigrantes. A região das Ilhas não contribuiu muito para a imigração portuguesa para o Estado. Das habilitações do período de 1884 a 1914 temos um total de 11 habilitações das Ilhas. A Província do Douro, Minho e Beira Alta foram as que mais contribuíram para a imigração de portugueses no Pará. As habilitações destas Províncias foram de 2065. As Províncias do Sul, Algarves, Alentejo e Estremadura contribuíra com 135 habilitações no período estudado.

167 FONTES, Edilza. **O Pão Nosso de Cada Dia**. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 1993. Ver o depoimento do Padeiro Moutinho no 2º, p. 57.

168 Idem.

Distribuição dos Imigrantes por Distritos do Nordeste de Portugal

Ano	Porto	Braga	Vianna	Aveiro	Bragança	Coimbra	Guarda	Viseu
1884	25	40	00	32	01	11	06	28
1885	13	05	00	03	00	01	05	02
1886	05	14	01	02	00	07	01	06
1887	44	23	01	07	01	10	03	17
1888	05	01	00	01	01	00	01	06
1889	06	09	00	00	01	03	00	26
1890	04	08	00	00	00	01	00	15
1891	04	00	00	00	00	01	04	00
1892	04	00	00	00	00	02	03	00
1893	01	00	00	00	00	00	01	00
1894	00	00	00	00	00	00	00	00
1895	00	00	00	00	00	00	00	00
1896	08	01	01	01	00	04	04	00
1897	09	06	00	03	00	02	00	00
1898	11	03	02	02	00	02	00	01
1899	04	02	01	00	00	02	01	01
1900	00	01	00	01	01	01	00	00
1901	03	00	00	00	00	01	00	00
1902	28	15	11	14	01	11	08	12
1903	10	06	11	05	00	02	04	06
1904	08	06	04	09	01	02	01	04
1905	13	07	01	05	00	03	05	06
1906	07	03	05	02	00	00	00	02
1907	06	04	02	01	00	01	02	00
1908	78	52	25	176	07	35	62	88
1909	40	42	10	77	09	07	21	30
1910	01	02	00	09	01	03	02	03
1911	12	21	10	21	00	01	03	12
1912	00	00	00	00	00	00	00	00
1913	97	38	33	130	08	23	30	43
1914	39	32	14	64	02	16	14	31

Fonte: Códice das Fichas de Habilitações de Portugueses Residentes no Pará/Consulado Português. Grêmio Literário Português.

Analisando o gráfico das Províncias dos portugueses habilitados por distritos, concluímos que grande maioria veio dos distritos do Porto e Lisboa estabelecendo uma linha constante de registro de habilitações no período. Das 3.456 habilitações a grande maioria veio de Lisboa, depois Rio de Janeiro indicando que os portugueses que chegavam a regido vieram diretamente para o Para, sem passar pelo Rio de Janeiro

ou São Paulo. A atração da mão-de-obra se deu diretamente no exterior e a imigração interna de portugueses de outros centros urbanos do Brasil, foi diminuta ao mesmo tempo que os imigrantes nordestinos, notadamente maranhenses e cearenses, vieram em grande escala para o Estado no mesmo período.¹⁶⁹

169 SARGES, Maria de Nazaré. Op. cit., 2000. p. 119.

Encontramos um autocrime que indica ainda de um imigrante clandestino. No dia 23 do mês de junho de 1888, chegou a Belém Jose do Carmo Benthalo da Matta, de 30 anos de idade, casado, natural de Villas Bons, da freguesia de Santa Maria Madalena do Reino de Portugal. Declarou que vivia da lavoura e da venda de vinhos. Ele foi acusado de chegar sem passaporte ao viajar no vapor inglês “Lisbonense”, vindo de Portugal. Declarou também que não tinha passaporte porque foi avisado que este seria entregue pelo capitão do navio dentro do vapor. Esta informação lhe foi dada pelo agente que vendeu a passagem. José do Carmo Bathalo da Matta afirmou que no Reino de Portugal recebia¹⁷⁰ cartas confirmando a residência nesta cidade, na rua Nova de Sant’ana, nº 57 de um seu irmão de nome Luiz de Matta Batalho que era sapateiro, deu também a indicação de mais dois conhecidos seus que eram empregados em um botequim na mesma rua de seu irmão e que poderiam declarar a boa conduta dele.

O processo se desenrola Jose é posto em liberdade mediante declaração de responsabilidade feita por Luís da Mota Bathalo e Antônio Alves dos Santos Lisboa, que se comprometeram de apresentar o passaporte de Jose. Neste auto é expresso muito abertamente a cadeia que se estabelecia para o controle do mercado de trabalho. Entre os portugueses a relação da confiança no mundo do trabalho passava pela nacionalidade e foi exercida fortemente pelos imigrantes lusitanos.

Neste processo percebemos a presença do engajador, personagem que atuava entre o imigrante e as companhias ou entidades diretamente interessadas no recrutamento de mão-de-

obra, a vinda em um navio a vapor era outra questão interessante na imigração portuguesa e a própria rede de solidariedade que se estabeleceu para liberdade de José. Chama atenção também o fato que Jose tinha informações de seus parentes e amigos. Ele provavelmente perdeu suas economias com a crise que abateu as plantações de vinho em Portugal e como seu irmão vinha para o Pará para ser mais um trabalhador urbano.

Outra possibilidade era ter arriscado o embarque para resolver sua situação quando chegasse no destino.

“Antes dos celebres contratos de locação de serviços, a via brasileira quase não estava no alcance de elementos de famílias com algumas posses, capazes de suportarem os custos da viagem e, frequentemente, de alguns tirocínios profissionais ou de alfabetização, ou com possibilidades de inserção nas redes comerciais que, com base na cidade do Porto, alimentam um tráfico intenso embora decrescente o envio de caixeiros para o Brasil pelas casas de comércio do Porto, como forma de alugar as respectivas relações, através de consignação de produtos, era um processo habitual que proporcionasse muitos deles ao estabelecimento e a riqueza”.¹⁷¹

Se analisarmos o gráfico de habilitação por procedência para o Park temos 1888 habilitações de Lisboa, 606 de Leixões, 121 do Rio de Janeiro e 96 do Porto. Este gráfico nos confirma que não foi expressiva a vinda de imigrantes a partir das ilhas: Lisboa, Porto e Leixões, eram os portos de transatlânticos por onde os portugueses deixavam o país. O principal porto da imigração clandestina era Vigo, na Galiza, vizinho das províncias do Douro e Minho de onde sabemos que vieram grande parte dos imigrantes habilitados no Park. A declaração de grande parte dos imigrantes vindo de Vigo, apesar das 576 habilitações sem declarações de procedência, podemos concluir que a vinda via Vigo não foi muito utilizada.

170 APEP: Fundo - Auto de Chefatura de Polícia de 1888. doc. n 50. Autos de crimes de diligências policiais relativamente a ter o português José do Carmo Bathalo da Mota

171 MATOSO, José. Op. cit., 1988. p. 91.

2.3.4. MORADIA DOS PORTUGUESES POR MUNICÍPIOS:



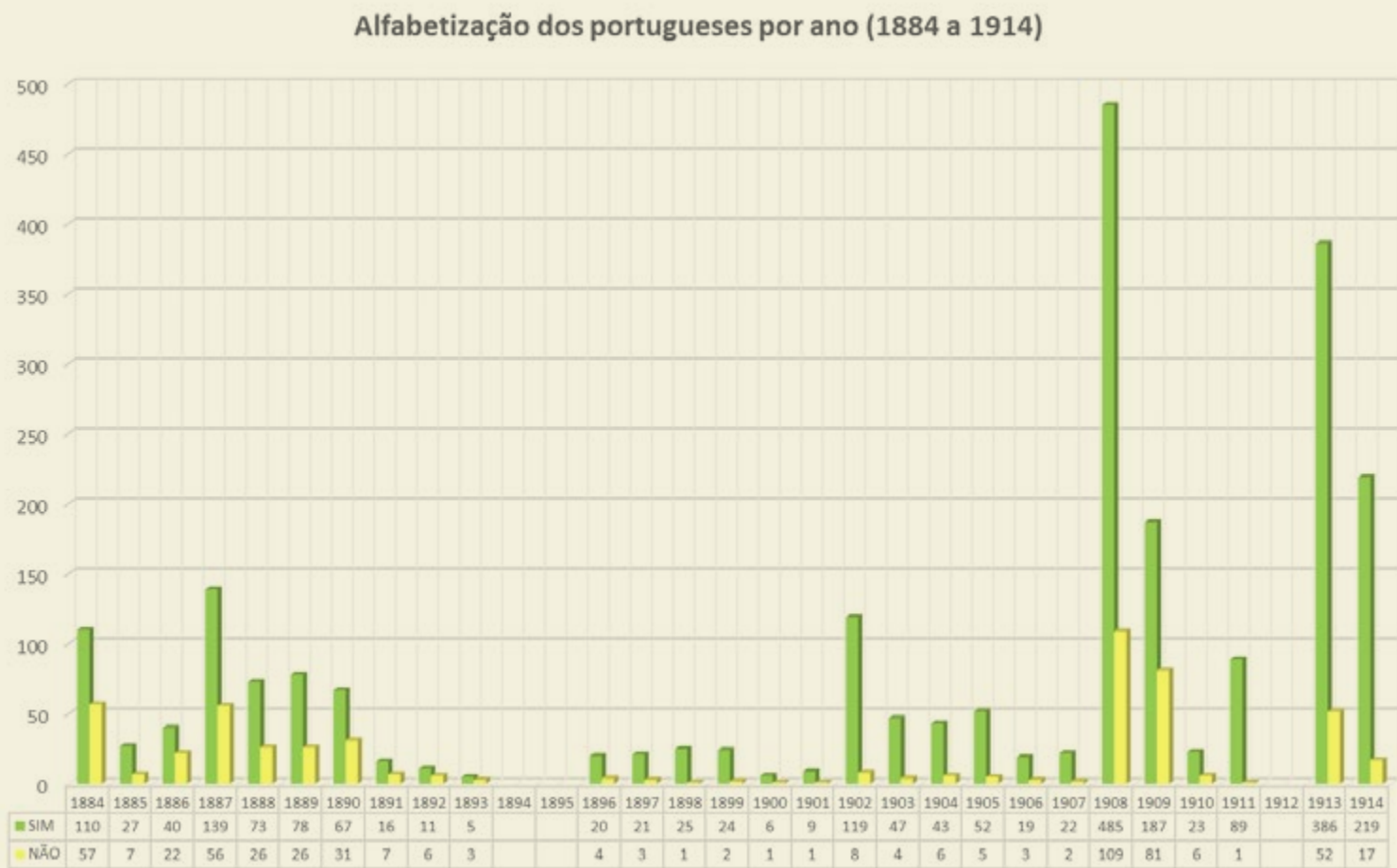
Fonte: O gráfico foi feito a partir de dados retirados do Códice das Ficha de Habilitações de Portugueses Residentes no Pará/Consulado Português. Grêmio Literário Português.

Analisando o gráfico das habilitações por município, observamos que 2,481 habilitações indicaram a moradia em Belém. Os municípios do Porto de Mós, Óbidos, Oeiras, Melgaço,, Gurupá, Anajás, Curralinho, Irituia, Ourem,, São Miguel do Araguaia, Macapá, Monte Alegre, Cametá, Santarém e Vigia, são indicados no gráfico com pouca incidência de portugueses, justamente no período da extração da borracha; segundo o “Álbum do Para em 1900”, go municípios produtores de borracha. Esta baixa incidência revela as atividades dos

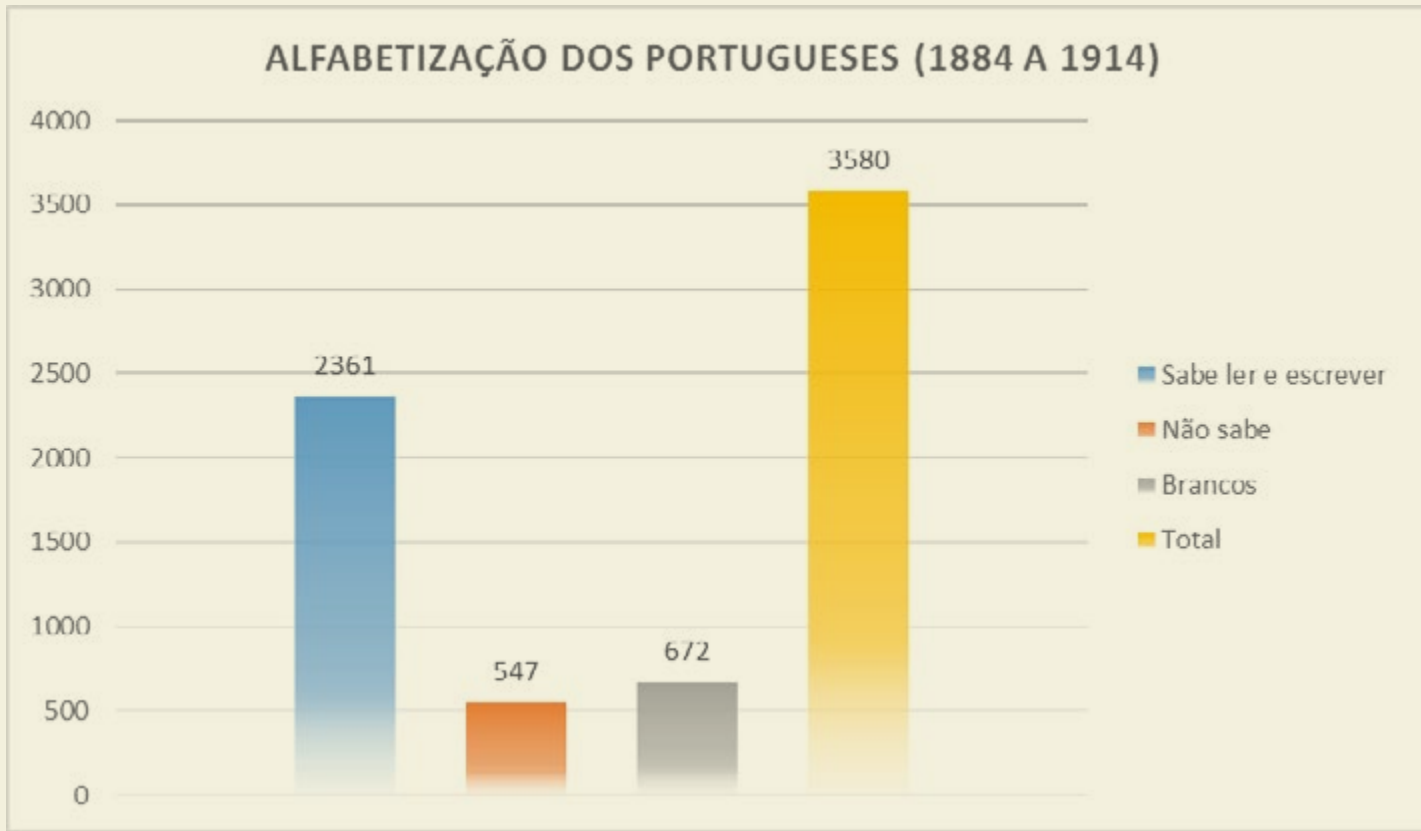
portugueses no Pará e a opção destes imigrantes em recusar para os trabalhos da extração da borracha. Belém é a grande referência de moradia destes imigrantes, apesar das 1.058 habilitações em branco quanto ao município. Retirando-se Abaetetuba, Benevides, Braganca e Belém, todos os outros municípios, distritos e locais de moradia¹⁷² são municípios que detinham seringais e extraíam a goma elástica.

172 O Para em 1900. Op. cit.

2.3.5. NÍVEL DE INSTRUÇÃO DOS PORTUGUESES:



Fonte: O gráfico foi feito a partir de dados retirados do Códice das Fichas de Habilitações de Portugueses Residentes no Pará/Consulado Português. Grêmio Literário Português.

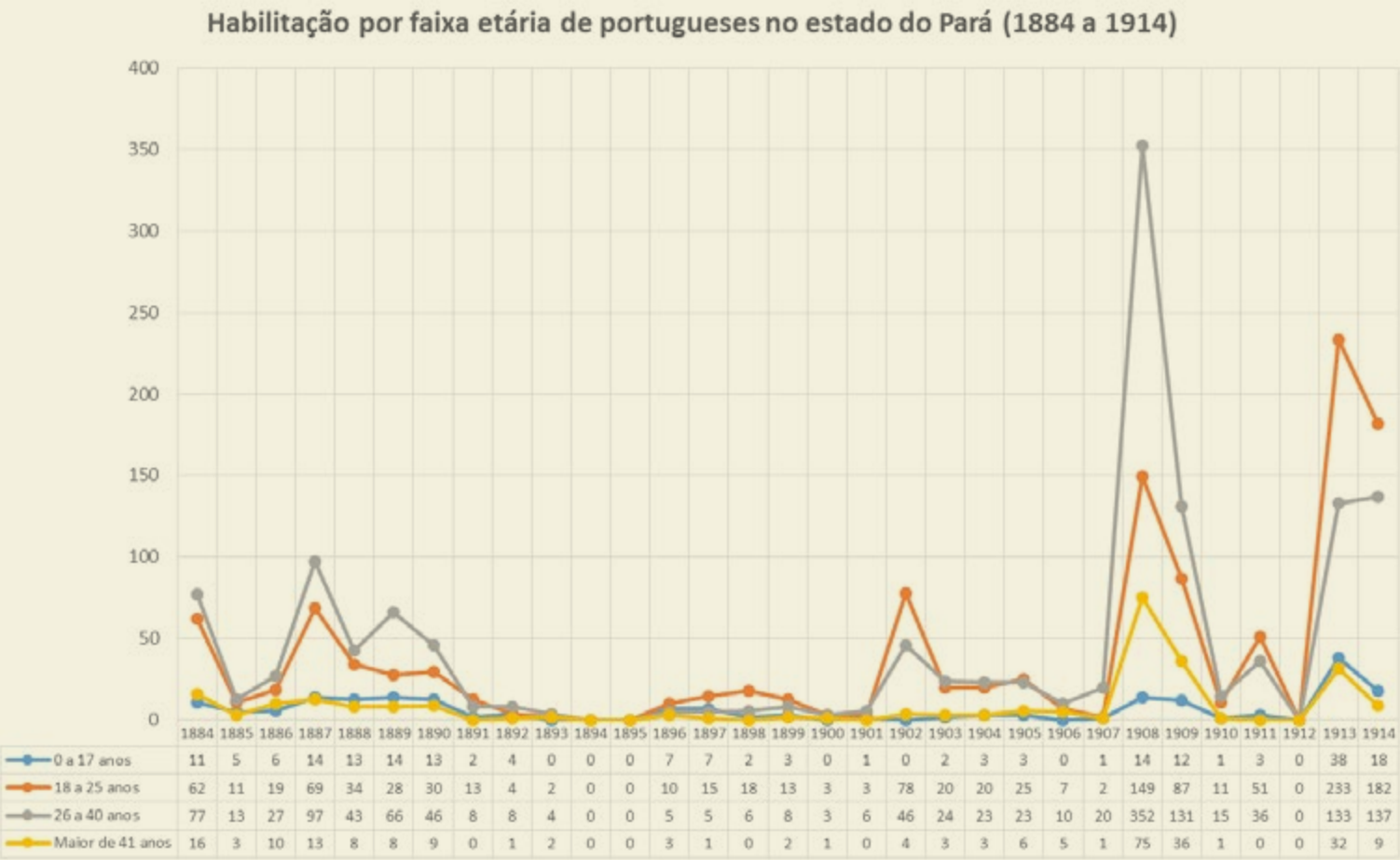


Fonte: O gráfico foi feito a partir de dados retirados do Códice das Fichas de Habilitações de Portugueses Residentes no Pará/Consulado Português. Grêmio Literário Português.

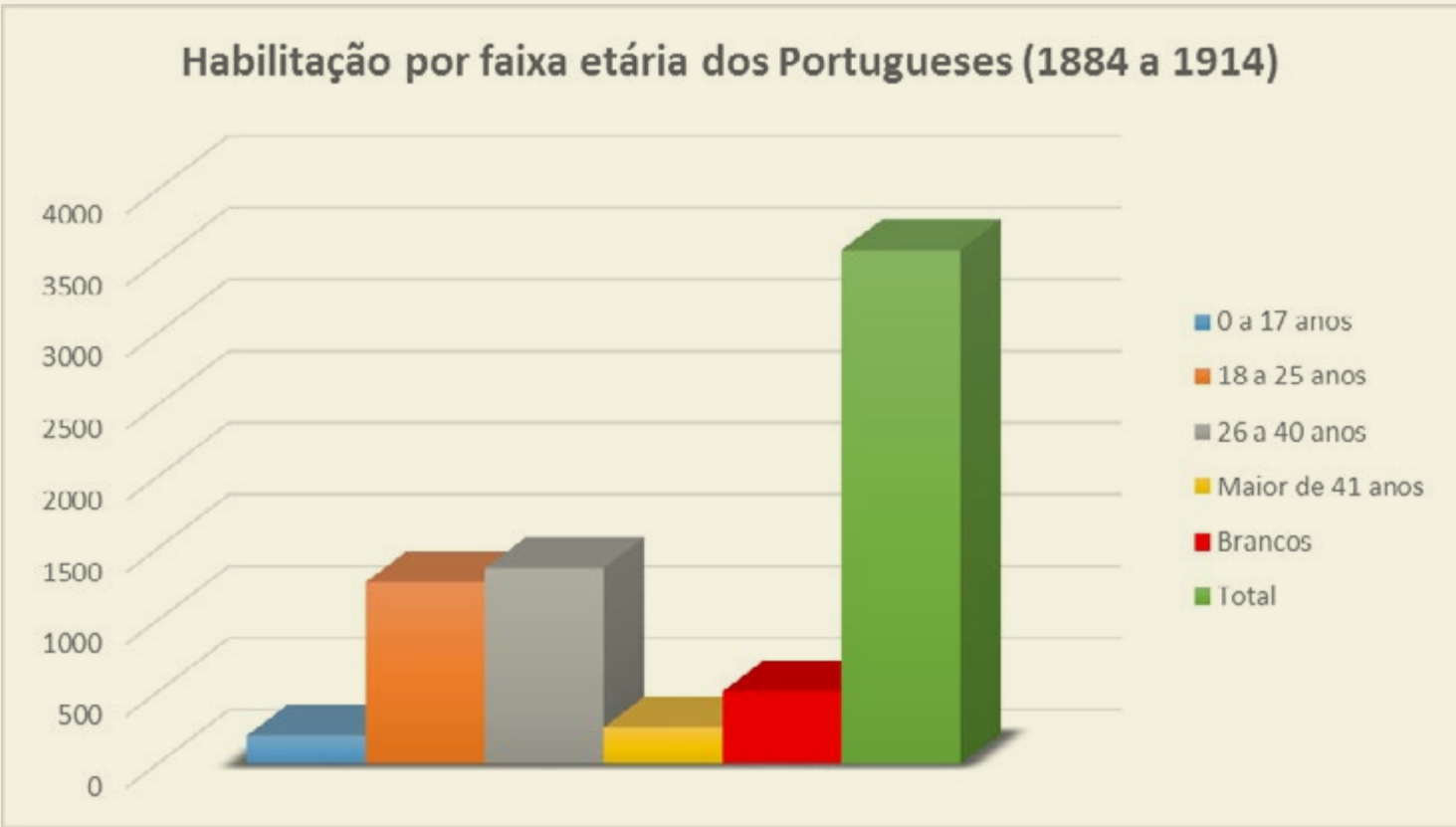
Em todos os anos de 1884 à 1914 a quantidade de portugueses que sabiam ler e escrever eram maiores do que os analfabetos, das 3154 habilitações 74,85% sabiam ler e escrever. O ano de 1908 é o ano que apresenta o maior índice de alfabetizados.

Analizamos que vieram para o Pará uma mão-de-obra já urbana que devia viver no interior do Distrito do Porto e Coimbra e que embarcava em sua grande maioria pelos portos de Lisboa e Porto (ver: Gráfico de Procedência).

2.3.6. FAIXA ETÁRIA E SEXO DOS PORTUGUESES:



Fonte: O gráfico foi feito a partir de dados retirados do Códice das Fichas de Habilitações de Portugueses Residentes no Pará/Consulado Português. Grêmio Literário Português.



Fonte: O gráfico foi feito a partir de dados retirados do Códice das Fichas de Habilitações de Portugueses Residentes no Pará/Consulado Português. Grêmio Literário Português.

Confirmando a tendência geral, a imigração portuguesa no Pará se fez com a mão-de-obra masculina e solteira em sua grande maioria e manteve esta característica constantemente no período de 1884 a 1914. Somente nos anos de 1907 e 1908, observamos uma elevação nos imigrantes casados. No caso dos portugueses habilitados percebemos uma grande quantidade de homens adultos, solteiros em média de 27 anos, ao passo que a idade média dos brasileiros pelo censo de 1920 era de 19 anos

“A emigração que no século passado, partia do Porto para o Brasil, era constituída na sua grande maioria por jovens do sexo masculino. As mulheres, de início, tinham uma participação muito restrita nessas correntes demográficas (cerca de 5% em 1839), embora a sua importância vá aumentar com o decorrer do tempo: estabilizando nos 10%, durante a segunda metade do século, surgem na viagem secular já com 28%, isto é, em cada 4 emigrantes um é já do sexo feminino”.¹⁷³

A historiografia portuguesa indicava uma alteração estrutural no tipo de emigração, tendo um peso crescente de componentes familiar. Quanto a mudança estrutural não a percebemos nas habilitações do período estudado. Se levarmos em consideração que este momento era também, o período de muitas entradas de imigrantes italianos, portugueses e espanhóis para os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, poderemos concluir que no Pará, a imigração subvencionada não favoreceu a mudança de uma corrente imigratória portuguesa. Os imigrantes que vieram para o Pará, quando decidiam que vinham sozinhos, demonstravam a sua aptidão por um trabalho urbano sem vínculos com a terra. Os portugueses foram os grupos de imigrantes homens, adultos, solteiros, dentre os estrangeiros o de idade mais elevada.

No caso da cidade do Rio de Janeiro em 1906, a idade dos homens e mulheres portugueses eram em média de 30 a 35 anos, ao passo que a idade dos brasileiros era em média, de 15 a 20 anos.¹⁷⁴ Verificamos no gráfico acima que a idade

dos portugueses para o Brasil eram em média de 27 anos, não percebendo no período de grande incidência de menores e de imigrantes acima de 41 anos, estando portanto, acima da média dos brasileiros que era de 19 anos. Nos anos de maior exportação do látex, os anos de 1907, 1908 e 1909, observamos que a faixa etária de 26 a 40 anos dispara. A outra faixa etária a de 18 a 25 anos é a segunda de maior incidência dos portugueses habilitados, ultrapassando assim, a faixa de 26 a 40 anos. O que indica uma mudança drástica das faixas etárias indicadas como média para a primeira metade do século XIX.

No período de 1905 a 1910 indicadas por Klein,¹⁷⁵ como o período de auge da imigração portuguesa no Brasil predomina no Pará habilitados adultos se considerarmos o limite de 18 anos como maioridade dos indivíduos. Somando-se as 1.265 habilitações da faixa etária de 18 a 25 anos, com as 1.362 habilitações da faixa etária de 26 a 40 anos teremos 2.627 habilitações, ou seja, 73,37% das 3.580 habilitações do período.

Outro elemento interessante e evidenciado na historiografia portuguesa era a evolução da estrutura etária dos imigrantes portugueses vindos para o Brasil. A construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, e a imagem de riqueza da região devido a economia da borracha que desde 1909 a 1910, foram fatores de atração destes imigrantes.¹⁷⁶ Desde 1900 em diante, os Governos do Pará não fizeram mais qualquer contrato para introdução de imigrantes. Portanto, as entradas de portugueses no Estado são reflexos de uma imigração espontânea. Santos¹⁷⁷ afirma, que de 1896 a 1900, em vez dos 50.000 imigrantes esperados pelos governos, tinham entrados apenas 11299, quase todos de Portugal e Espanha. Desses somente 9.616 se situavam na idade de 12 a 45 anos de idade e 5.404 dos imigrantes pareciam não ter qualificação alguma, pois, constam do registro “sem profissão declarada”.¹⁷⁸

173 ALVES, Jorge Fernando. “**Lógicas Migratórias no Perto Oitocentistas**”. IN-. *Emigração/ imigração em Portugal: Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Século XIX-XX)*. Este mito estaria articulado com o mito do retomo. Lisboa: Fragmentos, 1993. p. 14.

174 KLEIN, Herbert. “**A Integração dos Imigrantes Portugueses no Brasil nos Finais do século XIX e no Século XX**”. IN: *Análise Sociais*. v. 33. p. 235-265. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1994. p. 235.

175 KLEIN. Op. cit., 1994. p. 247.

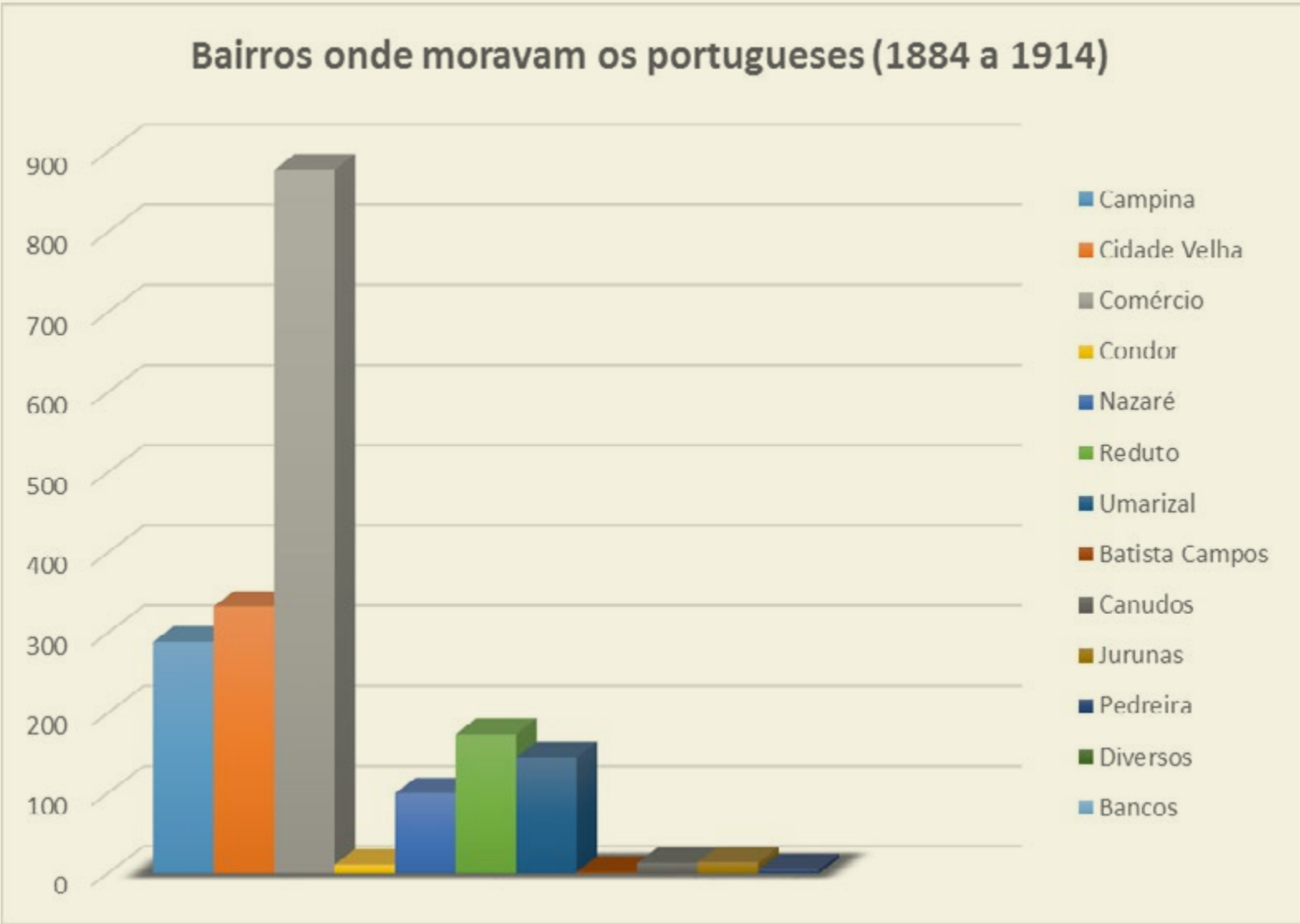
176 HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 88.

177 SANTOS. Roberto. Op. cit., 1980. p. 117.

178 MUNIZ, João Palma. **Imigração e Colonização - história e estatística, 1616-1916**. Belém: Imprensa Oficial, 1916. p. 69-70-96

2.3.7. MORADIA DOS PORTUGUESES HABILITADOS

Analisando a moradia de 3.154 habilitações catalogadas no Consulado de Portugal no Pará, no período estudado, havia 2.481 portugueses morando em Belém, ou seja, 78,76% das pessoas habilitadas



Fonte: O gráfico foi feito a partir de dados retirados do Códice das Fichas de Habilitações de Portugueses Residentes no Pará/Consulado Português. Grêmio Literário Português.

Tabela de Distribuição das Habilitações por Moradia

Endereço	Nº de Hab.	Percentual	Bairro
Tv. De São Matheus	102	4,01%	Campina
Av. Almirante Tamandaré	22	0,86%	Campina
Tv. Frutuoso Guimarães	53	2,08%	Campina
Tv. Das Mercês	26	1,02%	Campina
Rua Arcypreste Manoel Theodoro	16	0,63%	Campina
Tv. Primeiro de Março	23	0,90%	Campina
Tv. Do Passarinho	12	0,47%	Campina
Rua da Trindade	19	0,74%	Campina
Rua Lauro Sodré	40	1,57%	Cidade Velha
Tv. Santo Amaro	10	0,39%	Cidade Velha
Tv. Marques de Pombal	22	0,86%	Cidade Velha
Tv. Vinte e Dois de Junho	17	0,66%	Cidade Velha
Tv. Demétrio Ribeiro	17	0,66%	Cidade Velha
Rua do Norte (ou Siqueira Mendes)	19	0,74%	Cidade Velha
Av. São João	29	1,14%	Cidade Velha
Est. Do Arsenal	15	0,59%	Cidade Velha
Rua Assis de Vasconcelos	51	2,00%	Cidade Velha
Tv. São Pedro	16	0,63%	Cidade Velha
Rua de Bragança	66	2,59%	Cidade Velha
Tv. Padre Prudência	44	1,73%	Comércio
Praça Saldanha Marinho (Largo do Quartel ou Praça da Bandeira)	20	0,78%	Comércio
Rua Nova de Santa Anua (Manoel Barata)	14	0 55%	Comércio
Rua Paes de Carvalho	35	1.37%	Comércio
Est. De São José	16	0.63%	Comércio
Tv. Ocidental do Mercado	7	1.06%	Comércio
Rua General Gurjão	19	0,74%	Comércio
Tv. Campos Salles	47	1.85%	Comércio
Rua Conselheiro João Alfredo (ou Mercadores)	87	3.42%	Comércio
Av. Boulevard (ou República)	35	1,37%	Comércio
Tv. Primeiro de Março	23	0.90%	Comércio
Tv. Sete de Setembro	43	1.69%	Comércio
Largo do Palácio	16	0,63%?	Comércio
Tv. Santo Antônio	124	4.88%	Comércio
Av. 16 de Novembro	41	1.37.	Comércio
Rua 15 de Novembro (ou Imperatriz)	117	6.2%	Comércio
Rua da Industria.	76	2,99%	Comércio
Rua do Imperador	19	0,74%	Comércio
Tv. 14 de Março	11	0,43%	Condor
Estrada da Constituição	12	0,47%	Nazaré
Av. da Independência (Magalhães Barata)	34	1,33%	Nazaré
Av. Nazaré	21	022%	Nazaré
As'. Conselheiro Furtado	28	1,1%	Nazaré
Tv. Benjamim Constant	22	0,86%	Reduto
Rua Aristides Lobo	23	0,9%	Reduto
Tv. Quinze de Agosto	16	0,63%	Reduto
Praça da República	15	0,59%	Reduto
Tv. 28 de Setembro (Rua. dos Mártires)	85	3,34%	Reduto
Travessa. da Piedade	12	0,47%	Reduto
Av. São Jerônimo (ou José Malcher)	80	3,15%	Umarizal.
Rua Boaventura da Silva	20	0,78%	Umarizal
Rua Senador José Malcher	36	1,41%	Umarizal

Fonte: A tabela foi feita a partir dos dados retirados do Códice das Fichas de Habilitações de Portugueses Residentes no Pará/Consulado Português. Grêmio Literário Português.

BAIRROS DE MAIOR INCIDÊNCIA DE MORADIAS DE PORTUGUESES		
Bairros	Total de Habilitações	Percentagem
Comércio	878	34,58%
Umarizal	145	5,71%
Reduto	2174	6,85%
Batista Campos	2	0,07%
Nazaré	100	3,9%
Cidade Velha	333	13,11%
Pedreira	5	0,19%
Condor	11	0,43%
Canudos	13	0,51%
Jurunas	14	0,55%
Campina	289	11,38%

Fonte: A tabela foi feita a partir dos dados retirados das:
Total de Habilitações analisadas pelo endereço: 2539.
Total de Habilitações de maior incidência de endereços: 1964.
Total de Habilitações de menor incidência de endereços: 575.

Procuramos saber, como o imigrante português morava em Belém período de 1884 a 1914 e em que bairros eles residiam. O levantamento dos bairros de maior incidência entre os habilitados revela que o bairro do Comércio, a Cidade Velha e da Campina reuniam o maior número de moradia dos imigrantes habilitados. Belém na década de 1900, tinha na zona portuária, onde abundavam os trapiches de madeira, uma zona comercial subdividida pela disposição de casas de comércio, bancos, companhias de seguro etc.

As ruas do comércio (Boulevard da República, Rua Conselheiro João Alfredo, Rua 15 de novembro), e as do bairro do Reduto (Rua 28 de Setembro, Av. da Municipalidade, etc.) eram as mais movimentadas. Pois, já havia importantes indústrias e era uma grande zona residencial. Houve a

valorização do bairro comercial e a residência das melhores e mais ricas famílias foram sendo transferidas para os bairros do Umarizal, Nazaré e Batista Campos, onde construíram vivendas fugindo da movimentação do comércio. Calçamento da maior parte das ruas da Cidade Velha e do Comércio, algumas ruas do bairro do Reduto com paralelepípedo de granito. Havia abertura de ruas no subúrbio do Marco da Légua.

As ruas do bairro do comércio eram largas e grandes, parte das calçadas eram feitas de pedras vindas de Portugal. O bairro da Campina era o novo bairro de moradia beneficiada pelas linhas de bondes a tração animal, mas, era também, o bairro das moradias de trabalhadores imigrantes e onde estava localizado as ruas com maior casas destinada à prática do comércio¹⁷⁹ e de prostituição.

PROFISSÕES X MORADIA						
Endereço	Bairro	Trabalhador	Trabalhador do Comércio	Caixeiro	Comerciante	Total
Tv. S. Matheus	Campina	11	22	03	16	52
Tv. Frutuoso Guimarães	Campina	08	13	01	08	30
Rua Bragança	Cidade Velha	11	11	02	02	26
Rua Conselheiro João Alfredo (Mercadores)	Comércio	02	35	19	21	77
Tv. S. Antônio	Comércio	04	36	14	10	64
R. 15 de Novembro	Comércio		54	06	18	78
Tv. 28 de Setembro (Mártires)	Reduto	09	25	07	17	58
Av. São Jerônimo (José Maleher)	Urnariza/	06	10	03	10	29
Indústria	Comércio	11	22	02	10	45
TOTAL		62	228	57	112	459

Fonte: O gráfico foi feito a partir dos dados retirados do Códice das Fichas de Habilitações de Portugueses Residentes no Pará/Consulado Português. Grêmio Literário Português.

179 TRINDADE, Ronaldo José. **Errantes da Campina: Belém, 1880-1900**. Campinas, 1999.

Analisando a tabela acima, percebemos que, existe grande incidência de imigrantes que se definiram como trabalhadores: trabalhadores do Comércio, caixeiros e comerciantes com moradia no bairro onde trabalhavam, ou seja, Cidade Velha, Comércio, Reduto, Umarizal e Campina. Em destaque temos a Rua 15 de Novembro com 117 habilitações das quais 54 são de trabalhadores do comércio, ou seja, 45,15%. Outro endereço a

ser considerado é a Av. Conselheiro João Alfredo (Antiga Rua dos Mercadores), com 2 trabalhadores, 35 trabalhadores do comércio, 19 caixeiros e 21 comerciantes. Provavelmente, estes caixeiros moravam nas casas comerciais dividindo por vezes o espaço de moradia com os seus patrões. Moram todos juntos no mesmo local de trabalho, constituíram uma dada cultura urbana e do trabalho que pretendemos discutir no 3º capítulo.

3. PREFEREM-SE PORTUGUESES(AS): MERCADO DE TRABALHO, NACIONALIDADE E CULTURA EM BELÉM DO PARÁ (1885 -1914)

A proposta deste capítulo consiste em analisar a constituição de um mercado de trabalho urbano em Belém, buscando resgatar o cotidiano dos trabalhadores portugueses inseridos em um mercado de trabalho em formação. O estudo sobre a vida dos trabalhadores urbanos portugueses em Belém, nos anos de 1885 a 1914 tem como objetivo geral analisar suas ações na cidade e as relações que eles estabeleceram com a população de Belém no espaço do trabalho.

Eram frequentes os conflitos envolvendo trabalhadores portugueses em relação ao mundo do trabalho. Caso típicos dos trabalhadores carroceiros de Belém, na sua maioria constituída de portugueses, que realizaram paralisações protestando contra o Fisco Municipal, devido os impostos onerosos.

Os projetos de imigração defendidos pelos governos locais possuíam, entre outros motivos, o interesse de civilizar e branquear a população da província. Estes projetos exigiram determinadas características dos imigrantes, tais como: “sadios, robustos, mecânicos, artistas, operários, dados ao serviço da lavoura, de idade nunca excedente a quarenta e cinco anos”, qualidades necessárias para um trabalhador morigerado e pacífico.¹⁸⁰

Neste capítulo, mais do que identificar o imigrante português estamos preocupados em apreender suas ações autônomas, suas aspirações e os significados que suas experiências de vida forneceram para a constituição de relações sociais que por vezes os colocavam como membros de sua cultura no trabalho.

180 ARARIPE T. A. **Província do Pará. Dados Estatísticos e Informações para os Imigrantes.** Belém: Brochura publicada pelo Diário de Notícias, 1886. pag. 3.

3.1. CONSTRUINDO UMA CULTURA DO TRABALHO

Os portugueses no início do século XX, formavam um grupo com um projeto determinado de integração social. A recorrência no passado foi um pressuposto básico para delinear a identidade pela estranheza e pelo afastamento de um grupo em relação à sociedade em que estavam inseridos. A escolha, pelo início do século XX, foi devida, no nosso entendimento, como possível de revelar uma série de traços comuns, estabelecendo uma dada cultura do trabalho. Houve assim uma perspectiva de uma etnicidade inventada. Os portugueses como grupo étnico buscaram a historicização de sua etnia.¹⁸¹ Etnicidades, porque os portugueses.

“Apresentavam marcas primordiais, interesses e objetivos comuns, que os qualifica e os distinguem no grupo étnica Inventada, porque a etnicidade nasce relacionalmente, assumindo conformação política, em certo espaço e em determinada situação histórica (...). Entretanto, embora permeados pela visão dominante, a posição do grupo, as pressões e a estigmatização que sofrem, fazem da sua prática, resistência e impõe a construção de uma forma construtiva e diferenciada de vida na nova sociedade”.¹⁸²

Dentro de um contexto de construção de uma Belém, como cidade moderna e civilizada, tendo toda uma estratégia disciplinada desenvolvida pelos grupos dominantes em torno da figura do trabalhador morigerado e pacífico, como tentativas de enquadramento dos trabalhadores no espaço da produção até o lazer. Práticas de repressão direta dos patrões, até a condenação de vícios, como as reprimidas nos Códigos de Posturas.

Discutir as relações destes sujeitos dentro de uma cultura do trabalho, onde o trabalhador imigrante labutava diariamente de doze a catorze horas, sem horário de trabalho, sem escolha de serviço e sem descanso nos fins de semana permite entender uma relação de trabalho permeada por traços paternalistas, que possibilitou uma maior exploração do trabalhador.

Os portugueses, o maior grupo imigrante da história da cidade, tiveram problemas devido ao antilusitanismo e por deterem o monopólio sobre a venda de gêneros alimentícios. No Brasil quando se queria depreciar o português dava-se a denominação de galego, gente que já em Portugal era sinônimo de “incivil”, homem de baixa condição, rústico, inculto, violento e que não “limpava a raça”, nem trazia a civilização. Esta vinculação do galego como português em Belém foi feita pelos nacionais nos momentos de conflito.

Já este imigrante entenderia o brasileiro como um ser de “segunda classe” este se ressentia dos “galegos ladrões” que vieram ocupar o mercado de trabalho que deveria ser deles. Estes imigrantes portugueses ocuparam uma das áreas do comércio ambulante de caixeiros e pequenos comércios de padarias e botequins, sendo um referencial para tensões sociais e étnicas.

Os imigrantes portugueses vieram para Belém do Pará, no início do século com um projeto de retomar vitoriosos para Portugal, e para isto as relações com outros portugueses foram fundamentais para se adaptarem à terra. O ramo da panificação foi um ramo de opção para o trabalho e para o investimento de imigrantes portugueses.

Os botequins, mercearias, padarias e quiosques eram pequenas unidades produtivas e comerciais que necessitavam de um pequeno capital e de um esforço muito grande dos seus proprietários e empregados para se obter algum lucro. Esses imigrantes vinham para Belém querendo acumular, visando à volta para Portugal. Neste momento, se tinham alguns negócios, vendiam para um patrício seu ou para o seu patrício gerente.

Estabeleceu-se uma cultura de trabalho que juntava pequeno capital, horário de trabalho ostensivo e nacionalidade entre os envolvidos no negócio que expressava uma certa preferência por portugueses na hora de selecionar os empregados desses estabelecimentos:

“Caixeiro.

Precisa-se de um de quinze a dezesseis anos, português, que tenha prática de mercearia, a tratar a rua Riachuelo. n.º 1, canto da travessa São Mateus”¹⁸³

Este anúncio já indicava uma cultura do trabalho que privilegiava a nacionalidade como critério de seleção da mão-de-obra, ou seja, uma certa nacionalização do mercado de trabalho nas mercearias, padarias, botequins e quiosques pelo imigrante português, que começava sempre sendo caixeiro e ajudante para depois tentar se tornar dono do negócio.

181 CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, Estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. São Paulo: Brasiliense, 1985. pag. 23.

182 BACELAR, Jeferson. **Galegos no Paraíso Racial**. Salvador: IANAINA/CED/CEAD, 1994. pag. 56.

183 Folha do Norte. rt.o 4707, 18 mai.. 1890.

A exigência da nacionalidade, sem dúvida nenhuma, aproximava as pessoas em um estabelecimento pequeno, facilitando o controle e a exploração da força de trabalho. Ser de uma mesma nação possibilitava construir uma identidade quando fosse necessário se contrapor aos trabalhadores nacionais e, ao mesmo tempo, vinculava mais ainda trabalhadores e patrões camuflando as relações de exploração que existiam entre eles, permitindo assim estabelecer traços paternalistas no mundo do trabalho.

Quando num anúncio exigia-se que um trabalhador desse prova de sua conduta, esta preocupação por parte dos donos de estabelecimentos estava vinculada ao medo do desvio de mercadorias por parte dos caixeiros, já que o controle total da produção era quase impossível. Estes imigrantes por vezes eram solidários com os seus patrícios e viviam umas vidas de sacrifícios em nome de um futuro prósperas.

A identidade cultural e os laços de solidariedade nacionais diminuía a distância social e constituía por vezes relações de fidelidade entre os donos dos estabelecimentos e seus caixeiros. A organização do trabalho nesses estabelecimentos permitia um contato permanente entre patrão e empregado, com duras jornadas de trabalho, com cobrança de fidelidade, dedicação, submissão e obediência. Esses imigrantes portugueses expressaram uma determinada noção de ética do trabalho. Para o imigrante português o trabalho tinha como objetivo a acumulação.

Manoel da Costa Pinto, 30 anos de idade, solteiro, sócio da firma Silva Pinto e Companhia, sabendo ler e escrever tinha um menor como caixeiro que fora demitido por não cumprir com seus deveres. O menor de nome Pedro Lener Duarte, demitido, apanhou duas bofetadas do sócio de Costa Pinto. Eles mandaram o menor embora e este estava desaparecido. Havia uma queixa por parte do irmão do menor de que os dois portugueses tinham castigado barbaramente o caixeiro.¹⁸⁴

Neste auto aparece claramente a noção do que os patrões faziam de seus caixeiros, no momento de não cumprimento dos seus “deveres”. Os patrões esqueciam qualquer vinculação de nacionalidade e achavam-se no direito de bater nos seus empregados, misturando no mundo do trabalho noções de que o seu empregado pode apanhar caso não cumpra com o seu dever. Observamos também que o trabalho infantil era muito utilizado nesses estabelecimentos. Nos próprios anúncios a solicitação de caixeiros é por “meninos” de doze a catorze

anos. A utilização da mão-de-obra infantil, era buscada como garantia de uma fidelidade ao patrício dono do negócio. A lógica dos donos era conseguir uma exploração da força de trabalho destes menores, mediada por prática paternalistas no que diz respeito a exigência de fidelidades e obediência.

Anselmo Soares de Souza, português, 12 anos de idade, solteiro, caixeiro, sabendo ler e escrever, trabalhava das 06:30h. às 19:00h., morava na mercearia e recolheu-se para dormir quando houve um incêndio. Declarou também que recebia um ordenado de 20\$000 réis ainda não pagos e que não tinha queixas do seu patrão. O incêndio aconteceu, quando o menor caixeiro estava dormindo em uma rede em um quarto dos fundos. A mercearia foi comprada de um outro português que a vendeu ao atual dono, também português depois de ter ido para a Europa¹⁸⁵. Neste auto, observamos o hábito de morar no local de trabalho, o que colocava o menor de prontidão.

João de Matos, português, 12 anos de idade, solteiro, caixeiro, sabia ler e escrever apanhou do gerente da loja por responder que sabia fazer seu serviço de arrumar os panos no balcão da loja de tecidos. O caixeiro deu queixa na Chefatura de Polícia, dizendo que era obrigado a trabalhar depois das oito horas da noite, após a loja fechar. O gerente-sócio, Vitorio da Rocha, era português, 45 anos de idade, casado. O outro caixeiro era Domingos Barroso Pereira¹⁸⁶, português de 14 anos de idade e solteiro e defendeu o patrão contra João de Matos.

Os meninos caixeiros nem sempre viviam no mundo dos seus patrões. A lógica paternalista era usada por eles para demonstrarem também, a exploração, ou seja, eles expressavam um discurso de críticas as condições de trabalho questionando o fato de serem explorados por patrícios em contradição com a educação e estudo que deviam receber.

A prática de empregados morar no chatô, em um quarto nos altos das padarias, botequins, tabernas e lojas era corrente, pois observamos este hábito em vários auto crimes que analisamos. Como o de 1890¹⁸⁷ que indica a prisão em flagrante de dois padeiros que moravam na padaria da rua São Vicente. Outro auto crime de 1908¹⁸⁸ indica a utilização da

184 PARÁ. **Arquivo do Tribunal de Justiça. Autos de Chefatura de Polícia**, 1881, doc. n. 31.

185 *Idem*. 1908. doc. a 21.

186 *Idem*. 1908. doc. n. 26.

187 PARÁ. **Arquivo do Tribunal de Justiça. Autos Crimes de Ferimentos Leves**, 1890, doc. n.º 31.

188 PARÁ. **Arquivo do Tribunal de Justiça. Autos da Chefatura de Polícia**, 1908. n, 364.

prática por parte dos trabalhadores de dormirem nos quiosques, mercearias, padarias e/ou botequins.

Houve um roubo da calça de um dos ocupantes do quarto. Todos os caixeiros neste auto crime eram. Neste auto, encontramos informações de que o patrão dono do botequim dormia em um quarto e que seus caixeiros, em número de quatro, dormiam em outro quarto e que acordavam às quatro horas da manhã para começar o trabalho e que iam dormir, aproximadamente, entre 22 e 23 horas, revelando uma extensa jornada de trabalho, o hábito de moradia no local de trabalho e a um certo controle de morar nos chatôs por vezes era explicado pelos donos de padarias, como uma necessidade do processo de trabalho, já que o pão era produzido na madrugada.

A utilização da necessidade da “prontidão dos trabalhadores” era um argumento usado pelos patrões para justificar a exploração e a extensa jornada de trabalho. Havia um hábito, um costume de exigir a dormida no local de trabalho este costume permitiu constituir laços de solidariedades entre os trabalhadores e foi um dos elementos utilizados para identificar as diferentes posições sociais dentro do processo de trabalho e a vida privada desses trabalhadores por parte dos donos dos negócios.

No dia 13 de outubro de 1904, compareceu à Chefatura de Polícia o senhor Henrique Sallthy, português de 50 anos de idade, casado, guarda-livros, residente à rua Cônego Serqueira Mendes, número 36, que deu queixa de um “criado” seu de nome Alcebiades de 14 anos de idade, português, que deflorou a menor Cecília Gonzales, de cinco anos de idade, uma menina que era como uma filha, já que foi entregue para sua família com a idade de um ano. Henrique nos informa que tendo que acomodar na sua casa uma senhorita portuguesa recém-chegada de Portugal e que:

“Ao chegar neste Porto ao vapor em que aludida Serafina era passageira fê-la desembarcar para sua casa, que não tendo estas grandes acomodações, viu-se obrigado a fazer a retirada do quarto onde costuma dormir completamente com pessoas de sua família a menor Cecília para um outro quarto onde somente dormia o menor Alcebiades, criado do respondente (...) nunca supôs que o mencionado menor pudesse cometer qualquer abuso com a menor de que se trata e mais ainda porque o menor tinham sido criados pelo respondente debaixo de seu teto.”¹⁸⁹

Este auto comprova a prática da solidariedade visando uma utilização de mão-de-obra de portugueses vindos da Europa para um mercado de trabalho em Belém. Esta prática

deveria ter sido costumeira, já que Henrique coloca em risco a virgindade de Cecília ao ceder um quarto para a hóspede que chega de Portugal. Mas, o auto revela também, o hábito de ter em casa um “criado seu” no qual Henrique tinha toda confiança e não imaginou que ele pudessem ter outros valores morais que não fossem os seus.

No auto de perguntas feitas a Antônio Maria de Souza¹⁹⁰, de 20 anos de idade, casado, português, hoteleiro, morador na rua da Pedreira, sabia ler e escrever, e relatado o espancamento do português Antônio Maria de Souza, que morava junto com sua mãe, e foi agredido por outro português empregado de um vizinho seu também português que lhe acusava de roubar repolho de sua horta.

Observamos que Antônio levantou às 4 horas da manhã para mandar o “seu criado” chamado Gonçalo ir às compras e dirigiu-se a sua horta. O “criado” do Sr. José de Almeida Araújo, chamado Luís, agride Antônio e sua mãe, que vem em seu socorro, chegando inclusive a quebrar o braço. As autoridades policiais, perguntando sobre a postura de Araújo e seu criado Luís, e Antônio os enquadra como “barulhentos”, “agressivos” e “brigões”.

No processo várias testemunhas portuguesas declaram a postura mim de Luís. Este afirma que só bateu em Antônio porque ele estava “catando repolhos na horta de seu patrão” e que estava obedecendo às ordens dele. Na hora da agressão todos os criados de José Almeida Araújo foram ver o espancamento todos eles portugueses em número de quatro; mais Araújo. Observamos que eles moravam na horta e que, neste momento, Luís se incumbiu de ser polícia do patrão.

A fidelidade ao patrão era grande e chega a ponto de ser sua liberdade colocada em risco para defender a propriedade do seu patrão. Luís não questionou a “ordem” do seu patrão em nenhum momento. O fato de dormirem no local de trabalho possibilitou esta prontidão, mesmo que seja a noite inteira na vigília da propriedade do patrão. O escrivão, ao encaminhar o processo ao promotor público, já classifica Luís como “homem de mau instinto” vinculando o crime a sua natureza, ou seja, ele cometeu a violência por ser parte de seu instinto ruim.

189 PARA. **Chefatura de Polícia. Autos, 1904.** Autos de diligências policiais procedidas sobre o defloramento da menor Cecília Souza.

190 PARÁ. **Arquivo do Tribunal de Justiça. Auto Crime — 1890.** Comarca da Capital Auto crime de Ferimentos Graves.

Neste processo, observamos que o horário de trabalho era intenso para os “criados” e para os seus patrões. O fato de morar no local de trabalho possibilitou o “chamamento” ao trabalho a qualquer hora e um maior controle do tempo de trabalho dos “criados”. O termo como os empregados se identificam nos processos já indica as relações de trabalho permeadas das relações paternalistas, com alto grau de obediência ao patrão, sua “cria”, e a ele deve obediência como se este fosse o pai.

No dia 22 de setembro de 1904¹⁹¹, chegou em Belém o português Luís Ferreira, de 39 anos de idade, casado e foi morar no Arraial de Nazaré, em um botequim, cujo dono era José Pinto dos Reis. Seis dias depois já era caixeiro do referido botequim e no dia 16 de outubro do mesmo ano foi investigado pela polícia sob suspeita de se praticar naquela casa jogos de roleta. Na Chefatura de Polícia Luís Ferreira declarou-se surpreso por terem encontrado os instrumentos de jogo no forro do botequim.

Neste auto, o que nos chama atenção é que Luís Ferreira chega a Belém já com o endereço do botequim onde iria trabalhar como caixeiro e, seis dias depois, já estava empregado. No botequim, havia um outro caixeiro de nome Alexandre dos Santos, também português, de 25 anos de idade, morando no Arraial de Nazaré, a° 80, próximo ao botequim e que era empregado de José Pinto dos Reis, dono do botequim há dois meses e meio.

Parecia que todos os donos dos pequenos estabelecimentos buscavam uma ética do trabalho, que pressupunha a necessidade do trabalho exaustivo, sem ter

hora para o descanso, tendo como objetivo de acumular para estabelecer laços de confiança com seus “criados” construíram uma cultura de “preferem-se portugueses” em estabelecimentos de portugueses. Nos parece que havia uma verdadeira rede entre imigrantes portugueses com pequeno capital, que estabeleceram um perfil das relações de trabalho no comércio a retalho, fazendo com que a entrada neste mercado de trabalho já se clivado por critérios de nacionalidade. Os imigrantes quando chegavam sempre tinham um ponto de contato, o que fechava o mercado para dada nacionalização portuguesa e criava conflitos com os trabalhadores nacionais. Por vezes, esses imigrantes portugueses já vinham com passagens compradas por comerciantes portugueses estabelecidos em Belém. A relação de fidelidade entre patrões e empregados só manteve-se enquanto os empregados assumiam “ética” do trabalho nos marcos que os donos dos pequenos negócios estabeleciam.

Desta forma os laços de fidelidade que fica cobrados no trabalho começam a ser construídos antes mesmo da chegada deste imigrante em Belém, a cadeia se consolida se levamos em consideração que o imigrante português pobre, principalmente, se fosse menor ficava, totalmente dependente do seu patrão que aqui passava a ser a única referência familiar do mesmo. Esta fidelidade será muito cobrada e quando não exercida da forma que o pequeno comerciante português exige o trabalhador imigrante português sofre as conseqüências, por vezes com violência. Essa cultura de tentar empregar só portugueses criou vários conflitos em Belém com trabalhadores nacionais.

191 PARÁ. **Chefatura de Polícia. Autos, 1904.** Autos de perguntas feitas a Luís Ferreira e Alexandre dos Santos.

3.1.1. CONFLITOS ENTRE TRABALHADORES NACIONAIS E PORTUGUESES

Encontramos manifestações de divergências entre portugueses e brasileiros no Pará indicando uma possibilidade de radicalização das relações de trabalho na capital do Estado e nas formas de convivência no espaço da cidade. O português Joaquim Pedro Carneiro perante o escrivão e o prefeito de segurança da Comarca declarou que:

“Estando a fazer um roçado com cinco homens sob sua direção em um terreno que atribuí ser de sua propriedade (...) foi surpreendido por Desiderio Gomes Rodrigues e mais dez homens que o intimidaram com um machado e cacetes a mão e o impediram de continuar com os trabalhos do roçado e sem motivo que justificasse, sofreu ameaças e por ver sua vida em risco (...) ameaças dizendo: português deve ficar no tronco de cabeça para baixo, vai para tua terra. aqui não tem nada, isto é nosso”.¹⁹²

Joaquim Pedro argumenta que foi agredido e que ouviu ofensas em relação a sua origem portuguesa. Seus agressores recorrem a um passado colonial e identificam João Pedro como colonizador, sem dúvida, seus agressores não faziam parte da elite dominante local, pois a referência à escravidão é explícita e coloca João Pedro num tronco de cabeça para baixo. Isso seria inverter a representação social que estava na memória dos agressores de João Pedro em relação ao cativo. Afirmar que João Pedro deveria ir para sua terra serve como argumento para reivindicar o pedaço de terra em disputa, “essa terra é nossa porque não seria mais dos portugueses”. Essa é a idéia que passa como elemento de diferenciações sociais nesse momento. Houve aí uma conveniência em se estabelecer uma distinção entre brasileiros e portugueses.

Na fala de Desiderio Rodrigues, é estabelecida uma distinção social que pretende marcar uma relação de pertencimento dele para com a terra e o país, e de estranhamento em relação a João Pedro. Discutindo um passado colonial e de domínio do império português, os brasileiros envolvidos neste conflito estabeleceram uma identidade, através da utilização de valores étnicos, ‘naquele momento, para expressar a diferença em uma determinada situação:

“Lusophobia.

Circulou anteontem pela segunda vez nesta cidade, queremos dizer nos bairros do Reduto e do Ver-o-Peso, a injuriosa publicação do Club dos Brasileiros Natos sob o título de artista que tem a pretensão de vir tomar lugar no meio da imprensa respeitável do Estado (...), mas o Club dos Natos no Pará não é nalistista, como tivemos a ingenuidade de supor. E anti-lusitano!

Qualquer estrangeiro é bom, menos o português: eles o dizem, eles o afirmam, eles o repetem”.¹⁹³

Com a reportagem acima, o jornal “Diário de Notícias” informa a organização do Club dos Brasileiros Natos do Pará, que visava defender a República e a nacionalização do trabalho e do comércio no Pará. Afirmando-se vinculado aos jacobinos do Rio de Janeiro, este Club promoveu na cidade de Belém manifestações (passeatas) de apoio a Floriano Peixoto, bem como questionou o predomínio dos portugueses nas atividades comerciais no Estado do Pará¹⁹⁴.

O artigo acima, expressa a oposição existente no período entre os grupos defensores de Floriano Peixoto e aqueles que defendiam as elites políticas dos Estados. Nesse sentido, “a defesa exacerbada de um ideário de República, baseado num governo estável, centralizado, vagamente nacionalista, baseado sobretudo no exército das escolas civis e militares”¹⁹⁵, contrapunha-se à. República que queriam os fazendeiros, ou seja, liberal e descentralizada.

Observamos que a notícia dá conta de que o “Club dos Natos do Pará” intitula-se jacobino e defensor de Floriano Peixoto, apesar de já estar em pleno governo de Prudente de Moraes. Eles estavam dispostos a enfrentar os “galegos” e a sua monopolização no mercado de trabalho em Belém.

O “nativismo” era a fase culturalmente radical do republicanismo no Brasil, misturado com o ressentimento popular contra os lojistas portugueses. A imprensa ocupava-se com os gritos de “abaixo aos galegos”, com que os “nativistas” brasileiros recusavam as suas raízes europeias¹⁹⁶. Antes mesmo da República, podemos observar que os conflitos entre portugueses e trabalhadores nacionais, expressavam noções de identidades a partir das experiências históricas que as duas nações tinham construído no período da colonização e do Império no Brasil.

192 PARÁ. **Arquivo público do Estado. Fundo: Autos de Chefatura de Polícia**, 1899. doc. 15.

193 Diário de Notícias. Belém. 24 jul., 1894.

194 RIBEIRO, Gladys Sabina. **Cabras e “Pés de Chumbo: o antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930)**. Dissertação de Mestrado em História. Dept.º da UFF. 2v. Rio de Janeiro, 1987. pag. 180.

195 FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da USP, 1995. pag. 18.

196 RIBEIRO, Gladys Sabina. *Op. cit.*, 1987. pag. 185.

Conflitos.

A pacífica população desta capital tem despertado nestas últimas noites pelo estridor da cavalaria posta em movimento pela notícia dos conflitos. Indagando a causa e procurando conhecer a determinante da bélica intervenção, somos informados de que há dias os bombeiros, pondo-se em camaradagem com os marinheiros, levaram-nos a provocar os portugueses da estrada do Arsenal. Imprevidentes, desprezados, ignorando o fim, os marinheiros, fogosos e bravos tomaram depressa a parte ativa da luta enquanto os bombeiros maquiavelmente se arredavam.

Sendo assim o fato ao que se trata é simplesmente um ardid para indispor a colônia portuguesa com a marinha.

Por mais degradante que esta seja, tem seus usos de veracidade, que teria sua base da precária situação do governo antinacional que nos oprime e cujas circunstâncias mais se agravam pelo desfavor dos generosos estrangeiros, compadecidos, como outrora nos dos paraguaios e argentinos.

Ora são inegáveis os grandes favores da colônia portuguesa do Rio feitos a causa da nossa liberdade, defendida pelo Almirante Custódio de Melo. Armar uma intriga, entre a marinha e os portugueses, não é belo, é curto, mas é possível a um governo que não hesita nos meios e que tudo faz para se manter no poder.¹⁹⁷

A notícia, nos dá conta do conflito entre marinheiros e bombeiros, contra carroceiros da Estrada do Arsenal. Na notícia expressam-se os conflitos políticos vivenciados pela República brasileira no início de 1894. Estávamos em pleno ano de disputa eleitoral, no qual os adeptos de Floriano Peixoto não conseguiram eleger para presidente um militar vinculado aos setores do Exército¹⁹⁸.

Não é de se estranhar, então, que o articulista do jornal expresse suas opiniões favoráveis a uma mudança nas políticas de rumo do governo federal e critique o governo de Floriano Peixoto como antinacional. Percebemos também que há uma vinculação nos interesses da Marinha, na figura do Almirante Custódio de Melo¹⁹⁹ junto à colônia portuguesa, criando assim, uma identidade entre ambos que se contrapõe as outras Forças Armadas, no caso, os Bombeiros que teriam articulado, para quebrar essa aliança.

Essa linha de identidade que o articulista construiu deve passar pela identificação do almirante Custódio de Melo e da Marinha do Brasil como monarquistas, contrários aos republicanos e jacobinos que desejavam uma República forte, centralizada e a nacionalização do mercado de trabalho, o que os indispunha com a colônia portuguesa, considerada monarquista pelos republicanos jacobinistas.

Bernardino da Costa, português, morador da Cruz das Almas, foi ferido no dia 11 de junho de 1881, por um cearense chamado Francisco que o cortou três vezes²⁰⁰. Felizardo José

Pereira Guimarães, testemunha de Bernardino da Costa, foi à Chefatura de Polícia declarar que no dia 13 de junho de 1881 foi à casa de Bernardino saber o que tinha acontecido e que ouviu deste cearense Manoel Ferreira, estava trepado em um mamoeiro apanhando frutas e que embaixo encontravam-se duas mulheres que juntavam. Bernardino reclama de que não deu ordem para apanhar fruta no seu terreno, no que foi insultado por Manoel Ferreira que, descendo do mamoeiro me pediu três vezes.

Outra testemunha, Inocência Jerônimo de Araújo, de 33 anos de idade, solteira, empregada em serviços domésticos, declarou que uma das mulheres que apanhava as frutas era a esposa do acusado e que os insultos que Manoel Ferreira dirigiu a Bernardino foi que ele era “galego”, “patife” e que a decência manda calar. Esmeralda Pereira de Araújo, de 13 anos de idade, solteira, maranhense, irmã de Inocência, afirmou na polícia que viu Manoel Ferreira fazer o ferimento em Bernardino, depois dele ter lhe chamado de “marinheiro”, “galego e patife”.²⁰¹

Nunca saberemos se, Manoel Ferreira chamou realmente Bernardino de “galego”, patife e marinheiro. Neste caso, estamos interessados em discutir porque estes adjetivos são apreendidos como insultos e apresentados como instrumentos de acusação na polícia; para nós fica evidente, que o termo “galego”, alcunha dada aos portugueses residentes no Brasil, muito utilizado por membros do movimento republicano e pelos jacobino, contra os imigrantes, faziam parte da cultura de Bernardino e de Inocência. A vinculação de “galego” e “marinheiro” como parte de insultos, pode ser lido como a tentativa de vincular Bernardino ao movimento monarquista, que contava com a participação de vários imigrantes portugueses e com a simpatia da Marinha do Brasil, no final do século XIX.

O português Bernardino da Costa, ferido pelo cearense Manoel Ferreira era identificado por este como “galego”, “patife” e “marinheiro”, por outro lado Manoel Ferreira aparecia como “violento”, “agressivo”, “desbocado”,

197 Conflitos. In: **Diário de Notícias**. 1894.

198 QUEIROZ, Suelly Robles Reis de. **Os Radicais da República**. Jacobinismo: ideologia e ação 1893-1897. São Paulo: Brasiliense, 1986. pag. 43.

199 MELO, Almirante Custódio de (Salvador, 1840 — Rio de Janeiro. Militar e político). Atuou durante a Guerra do Paraguai. Fez depois estudos de artilharia na Europa. Organizou os serviços de armamentos da Marinha. Deputado constituinte (1890-1891). Chefiou a Revolta da Marinha (1893). Ministro da Marinha.

200 Pará. **Arquivo Público do Estado. Fundo: Secretaria de Polícia da Província**. doc. n. 13. 12 de Junho de 1881.

201 *Idem*.

“usurpador”, “aventureiro” e não respeitador da propriedade alheia. As testemunhas de Bernardino o identificavam como trabalhador pacífico e respeitador de propriedade. O português Bernardino demonstrava pelos autos ter relações de solidariedade que ultrapassavam as noções de nacionalidade e que neste momento de conflito assegura-lhe a identidade de “honesto”, “trabalhador”, “morigerado” e “pacífico”.

Como afirma Manuela²⁰², a história neste momento, é uma caução para os enfrentamentos do dia-a-dia. A identidade nacional a qual se referem os sujeitos passa por uma origem histórica que se expressa a partir de enfrentamentos na forma de se auto identificar, e nas formas de se apresentar como membros de um grupo. Tentativas de mostrar a cultura recorrendo às tradições e à origem do grupo.²⁰³

“Atualidades:

O sucesso da folha que, em matéria de jacobinismo pensa que o melhor nativista não é o que quer expulsar do seu país todo o estrangeiro, mas o que sabe impedir, sem atritos nem grosserias que ele predomine e escarneça”.²⁰⁴

Em um auto de perguntas feitas a Pedro Peregrino²⁰⁵, este afirma que sendo brasileiro, de 22 anos de idade, paraense, solteiro, não admitiu que estando às 8 horas da noite, na mercearia que ficava na rua Tiradentes, canto da travessa Piedade, comprando cigarros quando entraram três portugueses, entre eles Antônio Pereira da Silva, que falavam que o português era homem que “fazia e acontecia”

e que sendo ele, respondente brasileiro, questionou os portugueses, perguntando “que Diabo era aquilo”. Segundo Pedro nem bem ele acabou de pronunciar as palavras foi agredido pelos três portugueses e “corrido à acha de lenha”. Pelo que foi obrigado a puxar uma faca e se defender de seus agressores, foi quando entrou na padaria o praça Manoel da Rocha do 1º Corpo e efetuou a prisão de Pedro Peregrino e do português Antônio Pereira da Silva, tendo os outros dois portugueses se evadido. Do auto constam os exames do corpo de delito procedidos em Antônio Pereira da Silva e Pedro Peregrino portugueses, brasileiro, comprovando que ambos sofreram agressões, sendo a primeira vítima de facada e o segundo de pauladas.

Capital e trabalho de portugueses consolidaram um grupo na economia da cidade. Estes imigrantes estabeleceram um método de trabalho que exigiu muito sacrifício e, muitas vezes, condições subumanas de sobrevivência_ Geralmente, eram pessoas pobres, homens solteiros, com pouca roupa, malas velhas e que chegavam em Belém com endereço de algum patrício para tentar ganhar a vida. Eram anos de trabalho acumulando dinheiro, tentando se tornar sócios de pequenos negócios cuja única forma de acumular capital advinha por muitas vezes de um trabalho exaustivo, onde patrão e empregado tinham quase sempre as mesmas condições de sobrevivência.

202 CUNHA, Manuela Carneiro da. *Op. cit.*, 1985. pag. 205-209.

203 Idem.

204 Folha do Norte, 24 jan., 1896.

205 PARÁ. **Chefatura de Polícia. Autos de 1903**. Autos de perguntas feitas a Pedro Peregrino. 28. nov., 1903.

3.1.2. CULTURA E PROCESSO DE TRABALHO

NOME E ATIVIDADE	Nº DE TRAB.	PRODUÇÃO DIÁRIA	APARELHOS PARA O FABRICO DO PÃO	ILUMINAÇÃO	HIGIENE	FORNO	AVALIAÇÃO	PRÉDIO
Fortaleza da Humaitá	5 homens	100 kg de pão e 90 kg de roscas e bolachas	Cilindro manual para passar a massa	Lamparina de querosene	Panos encardidos	Lenha	Cheira atraso, antiga	Madeira
Padaria Onça	6 empregados	190 kg de pão, 20 kg de roscas e bolachas	Montra para depósito do pão, cilindro manual para passar a massa		Trabalhadores de manga de camisa curta e gorro na cabeça	Lenha	Com melhorias, barra adaptada	
Mercearia e Padaria Boa Esperança	1 padeiro		Cilindro manual para passar a massa		Panos limpos		Boa padaria	Padaria/ fundos/ mercearia/ salão mosaicado/ forrado/sala pintada/ mesa acapu/ revestimento de mármore
Mercearia e padaria Rio Branco	5 homens	250 kg de pão	Cilindro manual para passar a massa	Boa iluminação		Lenha/ separado da padaria	Boa padaria	Paredes e solo de mosaicos
Mercearia e Padaria Apolo	5 Homens	Mercearia boa/espelho de mosaico			Homens vestidos/ calças e gorros/ troncos nus			Sala alta alguma ventilação/ balcão de mármore cumprido/ depósito de pão envidraçado e telhado/ padaria independente
Padaria Independente	7 homens		Maceiras com espelhos de mosaico/cilindro manual para passar a massa				Asseada	Sala de manipulação em boas condições
Anjo da Guarda e Torragem de Café		500 kg de pão e bolacha	Motor elétrico/ maceiras modernas/ cilindro manual para passar a massa	Lâmpada elétrica		Revestido de mosaico branco/com medidor de pressão	Boa	Casa espaçosa/ forrada/solo de lajedo
Estrela do Minho padaria e Torrefação de Café a Vapor			Aparelhos com motor elétrico/ Maceiras/ máquinas para pão/máquinas para bolacha/ máquinas para cortar bolacha/ cilindro elétrico/ Maceira de 3 braços toda de ferro			Dois de bom aspecto	Padaria de primeira ordem, pão feito com sistema mecânico (fábrica)	Solo todo mozaicado
Padaria Leal			Cortador de bolacha/ cilindro manual para passar a massa/motor a querosene			Velho	Ruim	Com pouca claridade/ fundos/salão cheio de colunas
Padaria Castelo			Cortador de massa/cilindro manual para passar a massa		Falta de higiene			Em ruínas/ solo de concreto/ estragado/ sem forro

Flor do Minho/ Mercearia e Padaria a Vapor			Antigos/ cortadeira e cilindro para bolacha/ Cilindro manual para passar a massa			Teto baixo em uma puxada do prédio		Sala de manipulação suja
Floresta de Santa Clara			Sistema antigo/ mesas velhas mais limpas/ messeira sem espelho/Cilindro manual para passar a massa		Limpa	Na frente	Ruim	Telhado velho
1º de Agosto			Masseira de madeira sem espelho/Cilindro manual para passar a massa		Limpa	Bem dentro da sala	Boa	Novo/solo concreto/depósito
Duas Nações		500 kg	Masseira e a mesa p/ beneficiamento são de tábuas e tem espelho de mosaico/ Cilindro manual para passar a massa			Bom	Boa	As paredes e o teto da sala estão enfumacados
Padaria Ribeiro	8 empregados	250 kg	Sistema antigo/ Cilindro manual para passar a massa		Asseada	Velho		Velho/ impróprio/ antigo/baixo
Mulgacense			Cilindro manual para passar a massa		Asseada	Separada	Regular	
Padaria Nº S. de Fátima			Sistema antigo/ suços/cilindro manual para passar a massa		Sem limpeza	A lenha	Suja	Sem ventilação
Padaria Aliança e Mercearia			Sistema antigo/ cilindro manual para passar a massa		Limpa	A lenha	Asseada	A sala é alta
Camões Padaria e Mercearia			Masseira sem espelho de mosaico/cilindro manual para passar a massa		Suja	A lenha	Suja	Fundos da sala do pão
_____			Cilindro manual para passar a massa			Pequeno/ na frente/a lenha	Suja	Sala baixa/ tábuas
Lusitânia					Sem higiene	No fundo	_____	Nos fundos da casa/solo de cimento/ forro só cobre a messeira/ poço de água limosa que servia para fazer o pão
Cardoso							_____	Sala ampla/ solo de cimento/ torrada/casa em ruínas/ tábuas velhas
Triunfo					Limpa		Boa	Sala forrada e ampla
5 de Outubro	Messeira com espelha de mosaico				Limpa		Ruim	Amplo e confortável/ grande/ forrada na masseira/solo de cimento

D. Carlos					Suja	Na frente	Não é limpa	Em galinheiro/ teto sujo/no fundo tem o depósito de farinha em cima o dormitório dos empregados
Mercearia e Padaria Floresta de Santa Rita	5	100 kg	Mercearia mosaico c/ balcão de madeira	Sem iluminação	Suja/panos sujos		Ruim	
Japonesa Padaria e Confeitaria	9	400 kg				Dois	Ruim	Sala de pão boa/Solo é impermeável/2 grades telheiros sujos de fumaça
Padaria e Mercearia Ramos		300 kg					Razoável	
Padaria Mercearia Protetora dos Pobres								Puxada velha e cheia de divisões de madeira/teto sem forro
Padaria Auvirense	6				Asseada/ panos limpos/os trabalhadores têm avental e gorros limpos			Velho
Padaria Espanhola		250 kg	Masseira com aparelho de azulejo, mesa grande de madeira			Separado	Boa	Novo, amplo e forrado, solo mosaicado, ventilado
Padaria e Refinaria Nazaré		300 kg	Mesa grande de madeira, masseira de madeira com espelho de mosaico				Razoável	Grande telheiro dos fundos, solo mosaicado
Padaria e Mercearia Francesa					Um empregado nu da cintura para cima e cigarro na boca	Ruim	Ruim	
Mercearia e Padaria Santos			Velhas mesas com largas fendas	O banheiro e a sentinela impressado entre a fôrma e a parede da rua		Sujo	Ruim	Solo de cimento
Mercearia e Padaria Franc Furt.			Masseira com mosaico		Asseado	Limpo	Boa	Depósito de farinha em comum, forro limpo, solo de cimento
Palmeirinha	4	100 kg	Mesa velha e suja		Não há padeiro, panos sujos, latas com ferrugem guardando a farinha torrada, água de uma cisterna cujo fundo é sujo		Ruim	Casebre em Ruínas
Mercearia e Padaria Liberal		160 kg						Telheiro da parede de tábuas velhas e caiada
Mercearia e Padaria Feliz Aurora		200 kg			Asseada	Separado		Telheiro da parede de tábuas velhas e caiada

Padaria e Merceria Duas Repúblicas	2	100 kg	Amassavam o pão do prato de uma balança		Os trabalhadores vestiam calção encardidos e enrolados até a altura dos joelhos			Barraca de telheiro de zinco
Bragança	2				Aventais e gorros limpos		Ruim	
Central	5	30 kg			Tomando chá de tronco nu um forneiro		Ruim	
Figueiredo	6	250 kg			Roupa limpa e gorro na cabeça	Dois separados	Ruim	Sala forrada e solo cimentado
Aurora		100 kg			Completamente nus carreira para vestir roupas velhas e sujas		Ruim	
Vienense, Massas, Padaria e Biscoitos	10	70 kg			Asseadas			
A Fé			Masseira com espelhos de azulejo			Separado	Razoável	Uma puxada nos fundos da casa, com solo impermeável e limpo, sala forrada e limpa
Portuense							Ruim	Barroco de zinco

Fonte: LOBATO, Júlio. Notas de um repórter da “Folha do Norte”, A vida dum repórter – Reportagens nos hotéis e padarias de Belém, Typ. F. Lopes, rua Paes e Carvalho, n.º 62. Belém – Pará, 1916.

O repórter Júlio Lobato fez visitas acompanhando o inspetor geral interino da Profilaxia da Febre Amarela de Belém Dr. Dias Júnior, no ano de 1916, tentando discutir entre outras coisas a higiene das padarias da capital. O discurso do inspetor tinha como argumento a melhoria do fabricação do pão em Belém, tentando controlar os “verdadeiros focos de imundície,”²⁰⁶. Desta visita, restou para a memória o relato de 46 padarias, que nos deram possibilidades de construir a tabela (em anexo) que apresenta dados sobre as condições de trabalho das padarias em Belém na segunda década do século XX.

Lendo a primeira coluna da tabela podemos observar que das quarenta e seis padarias, quatorze tinham no seu nome de fantasia alguma relação com a nacionalidade portuguesa. Na nomenclatura das padarias encontramos as que se referenciam à data da proclamação da República em Portugal, assim como havia aquelas que lembravam membros da Monarquia Portuguesa, como a Padaria D. Carlos. Havia também, lembranças ao 1º de agosto e as regiões de Portugal como a padaria Flor do Minho, Estrela do Minho, Bragança, Portuense, Ouvirense e Lusitânia.

Os santos portugueses não foram esquecidos na hora do batismo das padarias, observamos denominações como Floresta de Santa Rita, Santa Clara, Nossa Senhora de Fátima e Nossa Senhora de Nazaré. Camões, grande poeta português, ícone da identidade lusitana, não poderia deixar de ser homenageado. Para nós, há um forte indício da presença portuguesa neste setor do comércio, das padarias investigadas, somente quatro indicam relações com outra nacionalidade.²⁰⁷ As outras padarias tinham denominações que indicavam nomes que não deixam claro uma possível identificação de seus donos, ou seja, eles poderiam ser brasileiros ou portugueses.

Analisando a tabela sobre as visitas nas panificadoras de Belém, percebemos que na coluna que informa o número de trabalhadores encontrados na padaria, as informações não são precisas para todos os estabelecimentos; nosso repórter parece que não se preocupava muito em anotar o número de trabalhadores

206 LOBATO, Júlio. **Notas de um Repórter da Folha do Norte, a Vida Dum Repórter – Reportagens nos hotéis e padarias de Belém.** Typ. F. Lopes, 1916. p. 51.

207 Padaria Espanhola, Francesa, Frank Furt e Japonesa.

em cada estabelecimento, assim como não observamos na coletânea de suas reportagens qualquer preocupação em investigar a vida e a saúde dos trabalhadores em panificação. Pelo número de empregados anotado para cada padaria podemos concluir que todas elas eram de pequeno porte, não sendo registrada nenhuma delas com mais de dez trabalhadores.

A Padaria Vienense, que era a que mais apresenta trabalhadores dez, na verdade, não fabricava só pão, fabricava também macarrão e biscoitos. A visita foi também a Fábrica Palmeira, encontrando nesta unidade produtiva noventa trabalhadores divididos nas suas seções e produzindo o pão de forma muito diferenciada das pequenas padarias que compõem a maioria dos estabelecimentos visitados, por isso não a incluímos na nossa tabela. Na verdade é um contraponto a elas.

A terceira coluna da tabela, já citada, diz respeito à produção diária de pão o que nos indica que a grande maioria das padarias eram pequenas unidades produtoras, que vendiam, basicamente, para uma pequena clientela, provavelmente, os moradores no entorno da unidade produtiva. Não encontramos uma padaria com uma grande escala de produção. A coluna sobre “aparelhos para a fabricação do pão” é muito rica no que se reitere às informações sobre o maquinário e os instrumentos de trabalho nessas padarias artesanais. A maioria das masseiras²⁰⁸ era de madeira com espelho de mosaico; em algumas padarias estes espelhos não existiam; só encontramos a Padaria Estrela do Minho e a Fábrica Palmeira com masseiras elétricas, indicando uma produção não artesanal no modo de fazer o pão. Os balcões onde se depositava a massa do pão já batida para descansar, na sua grande maioria eram balcões de madeira; algumas padarias revestiam estas mesas com mosaico ou mármore; todas as padarias tinham cilindros manuais para passar a massa; só a Anjo da Guarda e a Estrela do Minho indicam a introdução de motor elétrico na fabricação do pão, além da Fábrica Palmeira. O próprio repórter classifica a forma artesanal de fazer o pão como sistema antigo e traz nas suas reportagens a opinião do inspetor Dias Júnior, sobre o quanto este sistema era maléfico para a saúde pública e para a higiene na fabricação de alimentos.

Nosso repórter, em suas notas, ouviu o inspetor geral da profilaxia no que ele indicava como melhoramento das padarias artesanais e informou que para resolver o problema da higiene era necessário substituir o serviço de “amassamento manual da farinha de pão” pela massa mecânica. O Dr. Dias Júnior pensava a introdução das máquinas nas padarias como

algo imprescindível para impedir a contaminação da farinha destinada ao fabrico do pão pelo suor dos trabalhadores, quando a fabricação era manual.

Apontava que as masseiras de madeira, que eram depósitos que serviam para guardar a massa fermentada, deveriam ser substituídas por masseiras de parede e fundo de pedras de mármore, preservando assim a higiene. Com este mesmo argumento as mesas de madeira, destinadas ao beneficiamento da massa, deveriam ser revestidas de mármore, o salão da padaria deveria ser ainda amplo, claro e arejado e que o solo do precisava ser impermeável e as paredes todas revestidas de mosaico ou azulejo. O teto dos salões deveria também ser forrado, além de que os fornos deveriam ser desligados por completo do corpo da padaria, para evitar “a difusão da alta temperatura onde trabalham os operários”²⁰⁹. Em nenhum momento o repórter e as autoridades tocam numa questão crucial para os trabalhadores da panificação no início do século em Belém, no que diz respeito ao horário de trabalho.

A reportagem indica que os trabalhadores realizavam trabalhos de madrugada e nem por isso, o nosso repórter discute este problema; seu olhar estava direcionado muito mais para o aspecto físico das padarias, o que era importante sem dúvida, mas que poderiam ter sido dirigido para as condições de trabalho.

Podemos observar que estas padarias não tinham ainda um sistema fabril de produção, uma divisão social do trabalho e nem controle rígido, por parte do patrão, do tempo gasto para a produção. A coluna que nos fala da iluminação das padarias é muito falha, mas ainda assim encontramos indicações do uso das lamparinas no salão das padarias. A higiene nessas padarias foi pensada a partir dos panos encardidos encontrados cobrindo a massa do pão e, se os trabalhadores estavam ou não vestidos trabalhando nus. O que é interessante era que o repórter não analisa qual a necessidade que o trabalhador teve para ficar de peito nu ou totalmente nu na hora de fabricar o pão.

Numa das padarias, Aurora, nosso repórter indica que ao chegar a inspeção à noite, encontrou os trabalhadores completamente nus que correram para vestir roupas velhas e sujas, estas informações nos revelam que as condições de

208 LOBATO, Júlio. *Op. cit.* 1916. pag. 57.

209 Idem.

trabalho dentro destas padarias artesanais eram extremamente desconfortáveis para os trabalhadores; o hábito de ficar nu ou de peito nu na hora da fabricação do pão foi adquirido pela necessidade de fazer um grande esforço físico na hora de bater a massa do pão manualmente; era um exercício físico exaustivo, acumulado à existência de convivência na sua maioria junto do forno a lenha que assava o pão. Estes fornos, como indicam a tabela em muitas vezes ficavam dentro ou na frente do salão onde se fabricava o pão, o que elevava consideravelmente a temperatura no interior do salão da padaria, obrigando os trabalhadores à não suportarem o calor, ao mesmo tempo em que tinham de fazer grande exercício físico para poder bater a mão quilos e quilos de massa para fabricar o pão.

Nosso repórter não se questiona sobre isso e assume uma postura de perceber estes hábitos não como contingências advindas de um determinado tipo de processo de trabalho sim, e pensa-os como fazendo parte de uma postura inerente aos trabalhadores, que não tinha uma “cultura” de limpeza. Os fornos encontrados revelam que a grande maioria eram fornos a lenha, alguns separados da padaria, ao analisar os prédios. As descrições dos prédios destas padarias artesanais indicavam que eram pequenas -padarias e, geralmente, situados no fundo de mercearias, em grande parte eram de madeira, com pouca claridade, a maioria sem forros, com solo de cimento, com paredes de tábuas, com teto baixo, sendo minoritário as padarias com salões amplos e ventilados, com paredes mosaicadas e tetos forrados.

3.2. A BRIGA PELA FREGUESIA

No dia 11 de novembro de 1893, às nove horas da manhã, o padeiro José Maria da Silva²¹⁰ de 22 anos de idade, português, foi agredido por outro português, também padeiro de nome Manoel Marques de Oliveira de 25 anos, solteiro e que sabia ler e escrever por causa de uma freguesia de pão. José Maria avisou à freguesia que não pagasse o pão para Manoel Marques e que só ele ou seu patrão poderiam receber o dinheiro. Neste momento Manoel Marques chegou na freguesia, que era na estrada da independência e questionou José Maria. A briga pelo direito de cobrar o pão que era vendido da Padaria Floresta de Santa Clara, foi violenta, chegando Manoel Marques a quebrar a cabeça de José Maria, com uma estaca de um cercado.

Neste processo podemos observar que havia a prática de vender pão em domicílio e que o padeiro “fazia sua freguesia”, o que gerava muita desconfiança por parte dos patrões em relação à prestação de contas. É possível que Manoel Marques tenha sido demitido da padaria e o dono desta, preocupado em não perder a freguesia iniciou um processo de tentativa do controle do mercado introduzindo alguém de sua confiança na freguesia de Manoel Marques.

O patrão de Manoel Marques ao levar outro padeiro para a freguesia deste, quebra uma cultura estabelecida pelos trabalhadores da área; havia todo um código de conduta entre os padeiros e sua freguesia. A compra ou repasse de uma

freguesia para alguém era como passar a responsabilidade pelos seus fregueses. Era necessário conhecer o comprador, fazer as apresentações para os fregueses e só depois vender à freguesia; fica claro que o patrão de Manoel Marques tenta quebrar com essa cultura, o que irrita profundamente o padeiro, que agride José Maria, pois o identifica como alguém que está quebrando uma ética no trabalho e está solidário com o patrão e não com o seu colega de nacionalidade e profissão.

No dia 9 de abril de 1896²¹¹, compareceu à Chefatura de Polícia José Nunes Gomes, 42 anos de idade, casado, padeiro, português, apresentando ferimentos leves; declarou que no dia anterior estando às 7 horas da manhã “apreendendo” a freguesia em companhia do seu patrão Antônio Oliveira e chegando à travessa do Jurunas, em casa de um freguês que não sabe o nome, mas que é vendedor de garapa, perguntou ao seu patrão quantos pães havia de deixar. Segundo José Nunes seu patrão respondeu com palavras ofensivas, o que retrucou dizendo que não havia necessidade de ser tratado mal e que aquele serviço não lhe servia mais. Nesta hora, entregou o balaio de pão, sendo agredido por Antônio Oliveira.

210 PARÁ. **Arquivo do Tribunal de Justiça. Autos Crimes de Ferimentos Graves**. doc. 2. Belém, 22. nov., 1891

211 PARÁ. **Auto de Chefatura de Polícia - 1896. doc. 21. Autos de perguntas feitas** a José Nunes Gomes.

No dia seguinte, Antônio Oliveira de 30 anos de idade, casado, padeiro, português, prestou depoimento na Chefatura de Segurança da Trindade e declarou que tinha saído para ensinar a freguesia ao seu empregado José Nunes Gomes e chegando à casa de um garapeiro, José Nunes disse que não fazia a conta da venda que não queria mais o serviço. Declarou também, que o patrão quisesse o mandasse embora. José Nunes, segundo Antônio Oliveira, lhe disse isto por ter ele, Antônio de Oliveira, reclamado por não ter aprendido a freguesia e ter se queixado aos seus empregados. Afirma também Antônio de Oliveira que José Nunes não estava “bem da cabeça” e que ele tomou o balaio da mão deste e foi embora, não sabendo como este se feriu.

Observamos neste auto, que o patrão de José Nunes quer lhe ensinar a freguesia, ou seja, lhe apresentar para os fregueses de uma determinada área que comprem os pães de sua padaria. A freguesia deveria ser feita pelo padeiro e, pelo auto, já tinha começado antes das 7 horas da manhã. Neste momento, em que não há em Belém uma rede de mercearias, principalmente nos bairros mais afastados, a venda em domicílio é uma das formas encontradas pelos donos da padaria de escoar sua produção. Ao mesmo tempo a venda dos pães em domicílio era uma forma de exploração da mão-de-obra do padeiro que completava sua renda com o comércio de pão.

Neste auto, percebemos que José Nunes não quer fazer a freguesia, e que está sendo obrigado pelo seu patrão a fazer contas, requisito fundamental para ser um vendedor de pães. Observamos também que José Oliveira, o dono da padaria, parece ser o homem que controla a freguesia nas mas do Jurunas, e quer continuar controlando parte deste mercado. No auto, Antônio Oliveira se identifica como padeiro, mas já afirma que tem outros empregados. Observamos também a indicação da doença de José Nunes, talvez se deva ao fato dele já ser um padeiro de 42 anos de idade e que já tenha adquirido doenças advindas da profissão de padeiro.

Fazer a freguesia estabelecia uma relação de confiança entre o entregador e os moradores de uma rua, um bairro ou uma área grande da cidade. A confiança em deixar o pão para ser cobrado na semana, em “fiar” quando o freguês não estava com dinheiro ou a confiança em comprar o pão sempre quente estabelecia laços de solidariedade. Cada distribuidoras tinham a sua área demarcada. Eles eram peças fundamentais para o escoamento da produção das padarias em uma cidade sem uma rede de distribuição instalada nos bairros da cidade.

Por outro lado deveria haver também, uma relação de confiança entre os donos de padarias e os seus distribuidores. Deles dependiam as vendas das mercadorias e os patrões sabiam que parte do seu capital passava pela mão do distribuidor. No auto citado, observamos a tentativa de um dono de padaria tentar controlar um mercado de consumo que ele considera seu. Provavelmente, a área de venda do pão estava próxima ao seu estabelecimento.

A venda em domicílio estabeleceu hábitos de consumo que os donos de padarias vem tentar acabar. Nas greves dos padeiros de 1914, a divergência central além do aumento de salário e da diminuição da jornada de trabalho era a preço do pão para revenda. Na greve de 1917, os donos de padarias decretam o fim da venda do pão a domicílio. Muitos destes padeiros distribuidores eram também, os padeiros masseiros, ou seja, o mestre de ofício que fabricavam o pão.

Talvez, por ser um mestre masseiro é que José Nunes, não aceita ser distribuidor, atividade que não era visto com bons olhos pelos mestres de ofício. Quando distribuía os pães, os padeiros distribuidores tiveram uma visão ampliada do capital acumulado dos seus patrões, o que provavelmente, deve ter influenciado para que eles fossem os organizadores das greves da categoria, em 1914.

3.3. A VIOLÊNCIA DA POLÍCIA.

Vitorio Manoel Marfins era um português vendedor ambulante de 33 anos de idade, solteiro, que sabia ler e escrever. Foi agredido por um marinheiro quando vendia frutas e ovos em domicílio. O marinheiro exigiu de Vitorio a licença para vender e quis exigir a matrícula do ambulante. O marinheiro, na tentativa de prender Vitorio, usou de uma navalha para obrigá-lo a ir à delegacia²¹². Vitorio era um bom exemplo dos perigos que corriam os vendedores ambulantes em Belém, no início do século XX. As divergências com as autoridades policiais eram das mais variadas formas. Nos autos e processos criminais, percebemos que o uso da violência por fiscais de Intendência, por policiais, guardas municipais e marinheiros era algo muito comum. O uso da força, de arbítrio, do poder de polícia era muito expressivo nos relatos envolvendo trabalhadores portugueses.

Eduardo de Oliveira Gonçalves no dia 3 de agosto de 1906, leiteiro de 19 anos, residia na estrada de São Jerônimo, sofreu agressão pelo praça da brigada militar do Estado de nome Manoel Ribeiro Guimarães. Eduardo declarou que estava na estrada do Marco tirando leite para um freguês quando se aproximou uma mulher e começou a insultá-lo e que foi preso pela ordenança do subprefeito do Marco, junto com a mulher. As agressões físicas do ordenança em Eduardo estavam expressas em várias partes do seu corpo²¹³.

A violência sobre Eduardo foi muito expressiva e demonstra que a repressão policial era um instrumento muito usado contra os vendedores ambulantes. No auto o sub prefeito do Marco de légua justifica a agressão a Eduardo dizendo que ele reagiu à prisão. As agressões foram bem detalhadas, no exame do corpo de delito, que mostrou as várias escoriações no corpo de Eduardo. Neste auto Eduardo nos revela que era hábito tirar o leite da vaca na porta do freguês, o que obrigava também o leiteiro a cuidar das vacas e se expor às reclamações dos moradores quando estes animais sujavam as roupas estendidas nas cercas dos quintais das casas.

As violências policiais eram feitas no nosso entendimento com objetivo de estabelecer normas e referendar uma hierarquia no espaço urbano. A tentativa da intendência em regulamentar a venda no espaço da urbe era muito forte e os vendedores ambulantes eram os primeiros alvos destes policiais. Nosso interesse em relatar estes pequenos casos era na perspectiva de pensar que a partir de experiências de trabalhadores imigrantes portugueses como vendedores ambulantes se construiu um sentimento de oposição as autoridades policiais em Belém. Não estou afirmando que esta foi uma experiências só dos portugueses e sim que foi uma experiência por que passaram imigrantes pobres que sem dúvida foi um dos elementos que possibilitou a constituição de uma consciência de crítica e contestação as posturas municipais e as autoridades constituídas.

212 PARÁ. **Fundo. Auto de Chefatura de Polícia de 1904**. doc. n. 42. Auto de perguntas feitas a Victório Manoel Martins.

213 APEP. **Chefatura de Polícia. Autos de 1906**. Auto de diligencias policiais procedidas acerca do espancamento de Eduardo Gonçalves.

3.4. MORAR JUNTO E TRABALHAR COM PATRÍCIOS

Quando não moravam no local de trabalho moravam juntos em uma mesma casa, estância ou em uni cortiço. O auto de perguntas feitas a Francisco Machado da Mota²¹⁴ que era e onde moravam vários portugueses guia de cego, brigou no cortiço onde morava cujo dono era um português carroceiros. José Francisco Alves, português, carreiro, com 30 anos de idade, não sabia ler e escrever, morava na Estrada do Arsenal, denunciou na polícia que Francisco Machado da Mota junto com o cego de quem era guia, moravam em um dos quartos de sua propriedade e que estes toda vez que chegavam em casa usavam uma “linguagem pouco decente”.

No dia 30 de março de 1890, José Francisco reclamou quando a discussão entre o cego e seu guia começou. Saindo de seu quarto foi até o quarto de Francisco Machado e reclamou do seu procedimento, pedindo que se recolhessem e tratassem de se mudar, recebeu em troca uma bofetada, o que fez com que José Francisco voltasse para o seu quarto e que momento depois os moradores da “instância” avisassem que Francisco Machado estava armado, o que fez com que José Francisco apitasse, chamando a polícia.

Ouvindo os apitos, Francisco Machado recolheu-se para o seu quarto. Quando a polícia chegou ele abriu a porta, apagou a luz e esperou que os soldados entrassem. Quando estes tentaram prender Francisco Machado, teve um dos praças feridos, Francisco Machado ainda fugiu e foi perseguido e, posteriormente, preso²¹⁵.

As testemunhas desse processo quase todas moram na mesma instância, tais como: Manoel Tavares da Silva, que é português, carreiro, solteiro, de 23 anos de idade; Antônio Alves de Pinto, português, alfaiate, de 38 anos de idade, casado, não sabia ler nem escrever; Manoel Joaquim Nunes, português, carreiro, solteiro, de 28 anos de idade, sabia ler e escrever. O acusado José Francisco Machado da Mota, solteiro, português, de 29 anos de idade, sabia ler e escrever, declarou na polícia que seu modo de vida era como agenciado, e em sua defesa argumentou que estava embriagado, por isso não lembra de nada e que acha muito esquisito que ele tenha quebrado até mesmo o seu violão.

Da leitura desse auto podemos constatar que os moradores dessa instância, que identificam pela legislação vigente à época poderia ser considerada um cortiço²¹⁶ se

identificam perante ao poder público como trabalhadores, com profissões definidas: são carreiros, alfaiates e ajudante de cego ou agenciador, no caso de Francisco Machado.

Essas identidades contrapõem-se às identidades atribuídas aos moradores de cortiço feitas pela imprensa, pelo intendente e pela legislação. José Francisco, o dono da instância se identifica como carreiro. Não percebemos, no caso deste auto, a instância como lugar e imoralidades “cheios de messalinas do mais auto degraú”. José Francisco ao chamar a atenção de Francisco Machado argumenta que este não poderia continuar a proferir palavrões porque tinha ali sua família. Neste momento, observa-se que o argumento contra Francisco Machado passa pela proteção à família. Para ele o cortiço era o lugar de morada da sua família e de trabalhadores e que não permitem perturbação dessa ordem familiar, por isso reprimiu Francisco Machado. Ao ir à polícia o dono do cortiço procura a proteção do poder público contra aquele que coloca em risco a ordem da sua moradia. Neste sentido, não comunga da mesma concepção de cortiço elaborado pelas elites políticas e intelectuais da época. Os moradores dos cortiços demonstram nos autos que têm relações sociais diferenciadas daquela pensada pelos higienistas e saneadores da cidade.

José Francisco prova também que tem conhecimento do Código de Polícia Municipal, pois apitou chamando a polícia, de acordo com o art. 110, pois identificou em João Machado um homem perigoso e pediu socorro, dialogando mais uma vez com a norma legal e colocando-se, apesar de dono de cortiço, como um defensor do Código de Polícia Municipal.

José Tavares da Silva, de 40 anos de idade, solteiro, natural de Portugal e residente a travessa Quintino Bocaiúva n.º 4, disse:

“Que é proprietário de diversos quartos na travessa acima dita que aluga, acontece que sendo inquilino de um deles um indivíduo de nome Domingos de tal, este meteu para o dito quarto uma mulher de vida duvidosa

214 PARÁ. **Arquivo do Tribunal de Justiça. Autos Crimes de 1890.** Processo n. 5. nov., 1894. Comarca da Capital. Ferimentos Graves.

215 *Idem.* Processo rt 5. Novembro de 1894. Comarca da Capital. Ferimentos Graves.

216 “§ 2º. — Entende-se por cortiço uma série, de quartos, geralmente de madeira, dando todos para um pátio ou corredor comum., pelo qual se comunicam com a via pública, sem o conforto e as exigências da boa higiene, servindo de residência a muitos indivíduos e não dispondo de banheiros, cozinhas e latrinas em número correspondente aos seus habitantes”. In: Código de Polícia Municipal (1900).

pelo que ele declarante intimou ao dito Domingos a que desocupasse o dito quarto a vista das reclamações feitas pelos vizinhos contra a aludida mulher. Domingos desesperado com a intimação que lhe fora feita pelo declarante, hoje pelas seis horas, mais ou menos da manhã travou-se de razões com o declarante terminando por espanca-lo e fazendo os ferimentos que apresenta.”²¹⁷

Observamos que portugueses são proprietários de diversos cortiços em Belém e, por vezes, morando neles. Neste auto, o dono do cortiço expressa o mesmo valor moral contra as mulheres de “vida duvidosa” que encontramos nos textos legais e nas matérias de jornais discordando destes em relação ao seu local de moradia.

A noção de que mulheres de vida duvidosa não são benquistas pelos moradores de cortiço é colocada pelo dono do cortiço como uma exigência dos outros moradores, esta postura nos permite inferir que para eles viver em cortiço não é o mesmo que viver junto com gatunos, messalinas e vagabundos. Esses locais de moradia, para os seus habitantes tinham outros significados que se contrapunham à identidade atribuída a esses espaços pelos higienistas de plantão. Domingos discorda do dono do cortiço e dos outros moradores, tanto que travou-se de “razões”, ou seja, defendeu seu direito de escolher com quem deveria morar, estabelecendo limites para a ação do proprietário do cortiço.

Na defesa deste direito de morar com uma mulher de vida duvidosa no cortiço chega inclusive a ferir o dono do cortiço. O proprietário do cortiço não faz nenhuma acusação contra a companheira de Domingos, a não ser de que seria uma mulher de vida duvidosa. O dono do cortiço não a acusa de outros delitos, o que o incomoda, e aos outros moradores do cortiço, é a presença de uma mulher de vida duvidosa no mesmo espaço de moradia. Neste sentido concorda com os valores morais dos articulistas de jornais e, também, com o intendente Antônio Lemos, que identificam as prostitutas como mulheres de “má vida”, desonestas, perturbadoras da ordem e da moral pública.

“Preso por infração do artigo 1º e 40 da Lei n.º 378 de 16 de Janeiro de 1904. Theofilo dos Santos Baptista, casado, português, com 30 anos de idade, quitandeiro, residente à avenida S. João sem n.º, preso as 11 horas da manhã de ontem e posto em liberdade as 3 horas da tarde do mesmo dia.”²¹⁸

A Lei pela qual Theofilo foi preso regulamenta a construção e reconstrução de prédios urbanos e estabelece a necessidade de licença do intendente para construir e reconstruir fazer reparos ou acréscimo de prédios. O controle sobre as construções é um dos objetivos do poder público municipal e teve como resposta as ações de imigrantes pobres na busca da sobrevivência. No ano em que Theofilo foi preso, 1914, haviam se passado catorze anos

do Código de Polícia Municipal que definia o fechamento dos cortiços em nome de uma política de higiene, esta ocorrência policial demonstra que, apesar da repressão aos cortiços feita durante todos estes anos, este tipo de habitação coletiva persistia.

Em um outro auto, desta vez de diligências policiais sobre o ferimento leve de que foi vítima Antônio da Silva Marques e autor José de Cruz²¹⁹ as informações de carroceiros que moravam juntos é confirmada. Neste auto havia cinco portugueses, todos carroceiros e moradores do cortiço que ficava na travessa Quintino Bocaiúva, número 45. Este hábito de morar junto possibilitava a prática de se divertir junto, de estar junto na hora do lazer e indica a construção de uma identidade social que passava por laços de nacionalidade e que no mundo do trabalho constituía relações de solidariedade.

Nos vários autos analisados observamos os grupos de leiteiros morando junto, de carroceiros, de caixeiros, de peixeiros, de boleiros, de padeiros etc. quando o local de moradia não era no próprio local de trabalho, os laços de nacionalidade juntavam os portugueses para uma mesma moradia e constituía-se em espaços de relações sociais de proteção. Estavam juntos enfrentando os “brasileiros”, os “policiais” e, algumas vezes, brigando entre si.

Ângelo Henrique era um português de 23 anos de idade, solteiro, horteleiro, que morava na rua do Jurunas número 22, não sabia ler e escrever e tinha como empregado Augusto Dias da Silva, português de 25 anos de idade, solteiro, que trabalhava e morava na horta de Ângelo e morava no local de trabalho, assim como Ângelo. Augusto era parente de Ângelo e foi agredido por ele como com paulada na cabeça quando Ângelo chegou em casa de “volta de sua freguesia” e estava almoçando:

“Quando assim estava o seu parente e empregado Augusto Dias da Silva passou a tratar mal as criações do Henrique empregando palavras pouco decentes e indiretas para o respondeste, que isso o chocou bastante havendo por tal motivo troca de palavras; que Augusto rebelou-se contra o respondente tentando agredi-lo e para defender-se lançou não de um machado e bateu na cabeça de Augusto”.²²⁰

217 PARÁ. **Arquivo Público do Estado. Fundo: Autos de Chefatura de Polícia. Ano de 1899**, doc. n 10.

218 PARÁ. **Arquivo Público do Estado. Fundo de Segurança Pública:** Subprefeitura de São Brás. Documento; Livro de Registro de Oficiais Recebidos; 13 de Junho de 1914.

219 PARÁ. **Arquivo Público Estado. Funde. Chefatura de Polícia.** Autos de 1914.

220 PARÁ. **Arquivo Público Estado. Fundo de Chefatura de Polícia Autos, 1914.** Autos de Diligências Policiais Procedidos de Ferimentos Leves sofridos por Augusto Silva.

Podemos observar que o “fazer a freguesia” não era só uma atividade de padeiro, mas que está presente na atividade do leiteiro, do vendedor de frutas e no vendedor de hortaliças, e pelo início do século XX indicava a não existência de uma rede de estabelecimentos constituída por toda a cidade.

Manoel Simões Cravo, português, morava na rua da Indústria número 33, empreiteiro de obras, foi agredido por Augusto da Silva, também português, pedreiro que morava na mesma rua número 24. Quando foi agredido, estava em um botequim em companhia de seis rapazes, todos portugueses. Dois destes rapazes moravam na rua da Indústria número 24, mesmo endereço de Augusto da Silva que, na verdade, era uma oficina de carpintaria. Dois moravam na mesma Doca, mas em casas diferentes. Augusto da Silva era carpinteiro e acusou Simão Cravo de estar lhe devendo dinheiro. Antônio Lopes, uma das testemunhas, também era carpinteiro e morava junto com Augusto. Bernardo Eugênio dos Santos era carreiro e estava junto com Luís Alves, que era serrador e, assim como Domingos Pombo, defendera Simão Cravo na polícia.

Percebemos que as relações de amizade se constituía no espaço do trabalho e eram transferidas para os momentos de lazer. Os portugueses que bebiam com Simão Cravo foram solidários com ele; provavelmente Simão era seu patrão. Neste caso o fato de morar na mesma oficina não impediu de se colocar contra Augusto Silva.

Carroceiros portugueses moravam juntos em cocheiras e por vezes brigavam entre si. Foi o que aconteceu com Antônio Dias Lourenço²²¹ de idade, português, casado, que morava em uma cocheira no arsenal da marinha e que foi agredido com bofetadas e depois com uma paulada por um “companheiro de trabalho” de nome José Viana, o que foi assistido por mais quatro trabalhadores da cocheira, todos portugueses.

Encontramos um processo no Tribunal de Justiça do Estado muito interessante, pois o crime era de resistência.²²² Neste processo, foi preso um boleiro por infração do regulamento de veículos na noite do dia 19 de outubro de 1873. No momento da prisão outros boleiros fizeram resistência à polícia, conseguindo tirar do poder dos praças o boleiro presa. Este processo envolveu autoridades e um grande número de boleiros. Estes não deixaram que se efetivasse a prisão do seu companheiro de trabalho argumentando que se ele fosse preso, eles também queriam ir junto. Resistindo à prisão e desobedecendo a ordem do subdelegado de polícia do

Arraial de Nazaré, os boleiros foram presos somente com o auxílio de um batalhão do quartel e no momento em que eram conduzidos, deixaram de mencionar os seus nomes e local de trabalho. Ao todo estavam envolvidos quinze portugueses. Todos eles foram soltos após pagar fiança.

Este processo revela-nos que as condições de trabalho possibilitaram a construção de laços de solidariedade entre os portugueses, que os auto identificava, construindo uma identidade política e articulando um campo onde dialogavam com uma identidade atribuída. A partir de situações bem conjunturais, reinventavam os termos de sua nacionalidade e foram delimitando contornos no mundo do trabalho de ser português no Pará. A formação dessa “identidade portuguesa” em Belém, deve-se a partir de experiências no trabalho, que articularam novas formas de vivenciar o ser português aqui.

Nos parece que por meio de conjunturas bem delimitadas, procuravam tirar partido para conseguir seus objetivos, dialogando com as leis que sem dúvida nenhuma lhes impunham limites. A forma com que estes portugueses estruturaram suas experiências no mundo do trabalho, articulou um campo de luta de classes, um campo de conflito. A partir disso problematizaram suas experiências, expressando significados sociais gerais nos momentos de disputas.

A rotina do trabalho, a luta entre o capital e o trabalho, se apresentou para estes emigrantes portugueses como a arena da luta de classes, na medida em que construíram elementos que configuraram uma política de domínio, estabelecendo um campo de conflito.

Nos processos crimes do Tribunal de Justiça do Estado do Pará²²³, envolvendo os portugueses em Belém, encontramos um processo envolvendo Aritão Corrêa, natural de Portugal, 34 anos de idade, casado, negociante, que foi ferido por João José Tavares, também, português de 24 anos de idade, solteiro, que não quis pagar a conta do hotel Amazonense, de propriedade de Aritão. Neste auto, José Ferreira Salgado, também de Portugal, solteiro com 30 anos de idade, caixeiro do hotel Amazonense, depõe à favor de seu patrão.

221 PARÁ. **Arquivo Público do Estado. Fundo. Chefatura de Polícia. Autos, 1902.** Auto de Declaração que fez Antônio Dias Lourenço.

222 PARÁ. **Notação: doc. 1. Tribunal de Justiça do Estado. Comarca do Grão-Pará (2ª Vara).** Crime de resistência. Autora: Justiça Pública. Réus: Manoel Gomes e outros. Ano de 1873.

223 PARÁ. **Tribunal de Justiça Notação E6/P3/cx. 4. doc. 1.** Crime de Ferimento Leves. Ano, 1890.

Em um outro auto crime²²⁴ de roubo, percebemos um grupo de trabalhadores portugueses morando juntos num sobrado à Rua da Trindade enfrente ao Largo do Rosário. Neste auto, temos o depoimento de Alípio José Gonçalves de Lemos, natural de Portugal, casado, 26 anos de idade, que se disse roubado por Maria do Rosário, que penetrou na sua casa para roubar. Alípio morava junto com Augusto Navalha, que também era de Portugal carpinteiro e que confessa ter visto Maria do Rosário Romana roubar o quarto de Alípio.

Nestes três autos crimes observamos o hábito de imigrantes portugueses morarem junto, empregarem portugueses nos seus estabelecimentos ou desenvolverem as mesmas profissões o que provavelmente criou forma de convivência e solidariedade que a partir do dia-dia, que a partir das lutas travadas no dia-dia, construíram laços de identidades por vezes de classe que eram perpassados por elementos de nacionalidade.

O auto crime de homicídio²²⁵, deixa bem claro como um grupo de portugueses leiteiros construíram suas identidade e defenderam seu espaço de moradia que era seu espaço de trabalho contra a violência policial. No dia 16 de junho de 1895 à 13:00h da tarde o leiteiro Antônio Tavares Pereira Lima estava pastorando suas vacas pela travessa da Princesa, quando no trecho compreendido entre as ruas Diogo Moia e das Flores, aconteceu das vacas pisarem em peças de roupa que estavam no chão, estas roupas pertenciam a alguns carroceiros moradores em quartos ali perto. Deu-se uma confusão e de um dos quartos saiu um homem fardado usando um sabre e deu ordem de prisão para o leiteiro. Antônio, não aceitou a ordem e saiu correndo para refugiar-se numa vacaria, onde morava com vários companheiros, leiteiros, todos portugueses.

No depoimento que Antônio Tavares Pereira Lima, solteiro, 24 anos de idade, prestou, declarou que pastorando seu gado e ao passar pela rua Diogo Moia em frente à alguns quarto perto da Doca, tendo na rua de um lado uma carroça e de outro algumas roupas estendidas no chão, passou perto das roupas, mais sem suja-las. Saíram alguns homens de dentro alguns quartos, armados contra Antônio, houve uma confusão e um cabo do 1º corpo de polícia, deu voz de prisão para Antônio, ele, declarou que saiu correndo e foi para sua casa, sempre perseguido pelo cabo, e que este gritava “gajo hei de dar cabo de ti”.

Continuando o depoimento Antônio declara: que ao entrar na sua casa foi alcançado pelo dito cabo que com um sabre deu-lhe uma forte pancada na cabeça, que o deitou por térrea banhado em sangue, no momento em que ia ser levado preso apareceu mais três cabos desarmados que levaram Antônio para a prisão, chagando lá Antônio seria espancado no xadrez. Esta confusão não termina aí, os companheiros de Antônio, vão depor no processo todos defendendo Antônio e denunciando a violência policial.

Agostinho Marques Mendes, de 30 anos de idade, casado, leiteiro, português, assim como, Alberto de Oliveira de 23 anos de idade, português, leiteiro, Alípio Rodrigues Simões, 37 anos de idade, casado, leiteiro, português e mais cinco companheiros, todos portugueses e leiteiros, declararam na Justiça que defenderam seu companheiro e patricio da injustiça e violência da polícia e que fariam de novo caso fosse necessário, se vissem sua casa e seu local de trabalho invadido. Este auto demonstra como os imigrantes portugueses construíram seus laços de identidade, que por vezes ou colocava, juntos de uma massa de trabalhadores urbanos de Belém, mas, que por vezes os conflitos de grupos de trabalhadores de nacionalidades diferentes, revelavam disputas à nível do mercado de trabalho. Neste auto, os carroceiros que iniciaram os conflitos com João Tavares eram todos Cearenses, assim como, o cabo que o perseguiu e o chamou de gajo.

Os trabalhadores imigrantes portugueses que trabalhavam como leiteiros construíram sem dúvida uma cultura específica advinda do trabalho, esta cultura estava relacionada a identidade social destes trabalhadores que espessavam as formas de organização do seu trabalho. Os leiteiros por usarem um espaço urbano da cidade por diversas vezes entravam em choque com os moradores:

“Por diversos moradores da Constituição que compareceram na nossa tipografia, nos foi pedido que chamasse a atenção da intendência municipal pelos abusos ali praticados por portugueses pastores de vacarias. Desde as 3 horas da tarde que principia ali o trânsito de gado vaccum, sem o menor cuidado dos pastores, dando lugar que gado encontrando porteiras ou portões abertos, invada a propriedade alheia, destruindo assim as plantações que encontram.

224 PARÁ. **Tribunal de Justiça. Auto Crime de Roubo, 1891.** E6/P1/cx. 5. doc. 2. Ré: Romana da Silva Coqueiro.

225 PARÁ. **Tribunal de Justiça. Auto Crime de Homicídio. Notação.** E4/P3/ex. 5. doc. 1. juiz de Direito do 3º Distrito Criminal. Ano de 1895. Réu José Ramos Machado.

O pastor que a grande distância se coloca de um gado, sentando de porta em porta de tavernas, a conversar com seus patrícios quando chamado para ver seu gado, e os estragos feitos por ele, muitas vezes negam-se, dizendo não lhes pertencer o gado, quanto mais tarde se verifica ser ele o próprio, pastor, e, se por ventura, declarasse afirmativamente, desenvolve o seu dialeto de insultos, obrigando os moradores a tratá-los da maneira que não desejavam”.²²⁶

Morar junto, trabalhar junto constituía uma forma de se relacionar entre os trabalhadores imigrantes portugueses e deles para com os “outros”. A identidade que eles construíram foi se moldando e permitiu que eles fossem visibilizados como grupo no espaço urbano, como uma identidade bem demarcada advinda de formas de convivência e presença em certos ramos de trabalho.

226 **Com Vista à Intendência.** In: Diário de Notícias, v.4.2. fev.. 1894. pag. 1.

4. PREFEREM-SE PORTUGUESES(AS): MERCADO DE TRABALHO, NACIONALIDADES E ANÚNCIOS EM BELÉM DO PARÁ (1885-1903)

A política dos governos no Pará nos fins do século XIX e início do XX formulou projetos imigracionistas nos quais propuseram a constituição de um trabalhador nacional e de uma sociedade onde o branqueamento era pensado como forma de buscar uma civilização. Neste projeto, a figura da mulher era fundamental. A “nacional” e a “estrangeira” tivera que se pautar por um comportamento que impossibilitasse uma maior miscigenação.

A mulher portuguesa é pensada como portadora de uma dada postura de mulher civilizada, que tinha possibilidade de “purificar a raça” e como trabalhadora ajudava a baixar os salários. Após a abolição, tentou-se excluir as libertas de um mercado de trabalho dominado por elas.

Havia um incômodo, que os artigos de jornais deixavam transparecer, que era o medo de um mercado de trabalho se constituir fora de controle dos donos do capital comercial no período, o que implicavam estabelecer outras relações de exploração da força de trabalho. A necessidade de disciplinar a mulher pobre, branca, estrangeira ou a mulher negra nacional, para as elites da época, fazia parte de um projeto que garantia a sobrevivência de um poder institucionalizado. A dificuldade para trabalhar com as mulheres portuguesas imigrantes advém dos poucos registros sobre suas práticas, exigindo um trabalho

exaustivo de garimpagem nas fontes que falam de trabalhadores imigrantes em geral.

Procuramos colher pistas destas mulheres nos passaportes²²⁷ e nos anúncios publicados nos jornais²²⁸, onde encontramos notícias sobre o cotidiano de imigrantes portugueses na cidade de Belém. Encontramos dados nos obituários publicados nos jornais que possibilitavam tomar conhecimento da existência de mulheres portuguesas na sua grande maioria solteiras e maiores de vinte anos.

Outras fontes foram os autos-crimes consultados que nos revelaram o nome, a idade, a moradia, o trabalho e as relações estabelecidas por essas imigrantes com seus patrícios e com a sociedade de Belém.²²⁹

227 No Arquivo Estadual do Pará, levantamos nos passaportes existentes dados sobre a vinda de imigrantes. Estão organizados por ano em maços, consultamos os de 1850 a 1920, para discutir relações de Gênero na perspectiva de uma história social. DIAS, Maria Odila Leite da S. **Teoria e Método dos Estudos feministas: perspectivas históricas e hermenêuticas do cotidiano**. In: OLIVEIRA, A Bruschini, C (Orgs.). *Uma Questão de Gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. _____ **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasil/crise, 1984.

228 Trabalhamos com os jornais Diário de Notícias, A República e o Liberal do Pará, no período de 1880 a 1896. O número das páginas não foi possíveis de serem indicadas devido ao estado de conservação dos mesmos e a qualidade dos microfilmes.

229 Pará. Arquivo do Tribunal de Justiça Secretaria de Polícia, 1880/1896. (Série Autos).

Este capítulo pretende analisar as relações de trabalho e de gênero vivenciadas por estas imigrantes no espaço de trabalho e no espaço de moradia, buscando entender de que maneira a construção de identidades se processava, no início do século, entre sujeitos diferentes.

Tendo como ponto de partida identidades atribuídas de trabalhadores morigerados e pacíficos que ajudariam no branqueamento da população brasileira, além de silenciar sobre as mulheres imigrantes que vieram para o país.²³⁰

No auto de qualificação feito a Joaquina Gomes da Costa podemos observar algumas condições de trabalho e moradia vivenciadas por imigrantes portuguesas em Belém. Joaquina tinha trinta e nove anos, solteira, brasileira, trabalhava em serviços domésticos e morava perto ao Chafariz da cidade. Quando na noite, de 18 de julho de 1881, escutou e viu o seu vizinho chamar sua companheira de “vaca, preta, devassa”, Joaquina foi testemunhar a favor de sua vizinha e contra Manoel Pereira Lopes, de 33 anos, português, casado e pedreiro.

Ao testemunhar contra Manoel, Joaquina estabeleceu uma relação de solidariedade com sua vizinha, mesmo sendo brasileira e negra, opondo-se a um patricio seu. Este auto revela que não era sempre amigáveis as relações entre Portugueses no Brasil e imigrantes pobres como Joaquina. Provavelmente, morando sozinha em uma pequena casa com quintal, teve que contar com o apoio da vizinhança na luta pela sobrevivência.

Manoel afirma, inclusive, no auto, que Joaquina é sua inimiga, desconhecendo qualquer afinidade e revelando possíveis desavenças ocorridas anteriormente.²³¹

Assim como Joaquina, Joana Maria Richael também era portuguesa e empregada doméstica; morava na casa do senhor Francisco, na praça Batista Campos. Queixou-se de ter sido roubada por um português de nome José Soares que lhe levou cento e oitenta e cinco escudos.²³²

Das poucas pistas levantadas, observa-se que, essas mulheres portuguesas quando chegavam a Belém vinham sem dinheiro e necessitavam de contato com seus patrícios para garantirem moradia e alimentação. Quando vinham desacompanhadas, geralmente se empregavam para serviços domésticos ou vendedoras de frutas. Se tinham que retornar a Portugal era com muita dificuldade que o faziam. Foi o caso de Serafina, ao vir de Manaus para Belém necessitou alojar-se na casa de um patricio, provocando desavenças conjugais na casa deste.²³³

Quando estas imigrantes acompanham o marido, na sua chegada são registradas e identificadas como donas de casa, por, mais que trabalhem nos negócios da família, geralmente servindo no balcão da mercearia ou do botequim, sujeitas a longas horas de trabalho.

Elas não são reconhecidas como pessoas possíveis de administrar os negócios da família. Exemplo disso foi o caso de Francisca de Jesus, uma portuguesa viúva que tentou dirigir a taberna sozinha e viu a mesma ser invadida por um grupo de guardas urbanos na tarde do dia 2 de julho de 1885, exigindo o fechamento da porta da taberna. Diante da ameaça, Francisca correu para o quintal e ameaçou soltar os cães bravos, em que os guardas urbanos revidaram ameaçando-a com os sabres. Após a retirada dos guardas urbanos, Francisca foi aconselhada pelos vizinhos a fechar a taberna já que não tinha um marido para protegê-la.²³⁴

Apesar da repressão contra a população pobre de Belém, os negros, homens, mulheres, brancos, nacionais e estrangeiros continuaram a frequentar as tabernas, os botequins e as ruas.²³⁵ Divertiam-se, compartilhavam do espaço da rua com os vizinhos e parentes, beber, namorar, negociar e resolver seus assuntos pessoais que por vezes terminavam em brigas.

Várias formas de repressões foram usadas, desde exigir perante o juiz de paz a assinatura de um termo de bem viver, até a prisão de pessoas suspeitas que estivessem nas mas à noite. Outra medida, foi colocar na prisão bêbados que fossem encontrados nas mas e prender as armas dos negros capoeiristas e dos vadios que estivessem nas mas sem justificativa aceitável para a polícia:

“A polícia”.

Insistimos no pedido que fizemos as autoridades competentes. Sobre urna cabocla e unia portuguesa moradoras à rua das Flores, as quais continuam em impropérios e ameaças a família da vizinhança”.²³⁶

230 Sobre a historiografia da imigração para o Brasil, ver. HALL, M. **Emigrazione Italiana a San Paolo, 1880 e 1920**. v.25. Quaderni Storici, 1974. pag. 138-159.

231 Pará. Arquivo de Tribunal de Justiça Secretaria de Polícia, Autos, 1881.

232 **Desordeiros**. In: Diário de Notícias. 4 dez. 1889.

233 Pará. Arquivo do tribunal de Justiça. Segurança Pública: Chefatura de Polícia. Autos - 1905.

234 **Mulheres de Má Vida**: In. *Diário de Notícias*, 10 set. 1885.

235 **Troços de Vadios**. In: Diário de Notícias, 18 out., 1885.

236 **A República**. 1892.

Na notícia acima, percebemos a ameaça que era a presença de mulheres pobres que moravam sozinhas para os grupos de famílias da sociedade local. Os “impropérios” seriam os comportamentos atribuídos a estas mulheres que incomodavam por terem uma vida fora dos modelos estabelecidos.

As “mulheres de má vida” são vinculadas a procedimentos “imoralíssimos” que ofendiam a moral pública na medida em que estabeleciam uma censura à forma de vida dessas mulheres no tocante a viverem sós ou em companhia de outras mulheres, de saírem à noite em companhia de “libertinos” promovendo “orgias”.

Nos jornais, encontramos falas que exigiam respeito e ação da polícia para coibir práticas que se chocavam com a moral pública. Os jornais nomeavam os frequentadores dos botequins de vagabundos, desordeiros e imorais. A polícia a todo momento era chamada para disciplinar estes homens e mulheres que teimavam em desobedecerem aos códigos de posturas municipais.

As mulheres e os homens pobres não obedeciam a estes códigos e se insurgiam contra a tentativa de controlar seus hábitos. As propostas dos governos municipais e provinciais eram sempre no sentido de construir uma ética do trabalho que não permitisse o exercício da heterogênea racial, vindo constituir um trabalhador morigerado, ou seja, que tivessem costumes e vida exemplar.

Estes ajuntamentos indispunham mulheres e homens pobres como parte da população. Às vezes, chefes de famílias pediam à polícia para impedir a reunião destes “sujeitos imoralíssimos”;²³⁷ denunciavam mulheres de “má vida” e exigiam um controle sobre esta população.²³⁸

Apesar das pressões das políticas governamentais, estas mulheres formaram laços de solidariedade e de convivências marcando presença no espaço público da cidade. Esta presença é relatada nos jornais de Belém, associada à desordem e à indisciplina. Os discursos jornalísticos denunciavam a permanência de mulheres negras e imigrantes portuguesas pobres em tabernas, botequins, cortiços e nas ruas.²³⁹

Sem dúvida, o estudo das mulheres imigrantes portuguesas precisa ser aprofundado. Apesar das dificuldades, suas presenças poderiam ser buscadas em documentações como as que tratamos aqui. Visando entender não só as relações de trabalho que essas mulheres estabeleceram no Brasil, mas também, as relações afetivas que imigrantes portuguesas pobres construíram no além mar.

Bernardina Francisca, portuguesa, 22 anos, solteira, não sabendo ler nem escrever, morava no ano de 1909, na avenida Carlos de Carvalho, a° 24. Foi acusada por Eduardo Ferreira Pinto, um português de 26 anos, casado que não sabia ler nem escrever e que se identificava como trabalhador e morador na mesma rua que Bernardina, n° 26, de ser uma mulher de gênio turbulento, agressivo, desonesta e que vivia provocando brigas com a família do queixoso e com toda a vizinhança, chegando mesmo a chamá-lo de corno, cornudo e cabrito. Teria chamado a esposa de Eduardo de prostituta, afirmando que esta recebia homens de dia para ganhar 1\$500 réis e de noite 20\$000 réis. Bernardina se defende dizendo:

“(.) que o seu comportamento tem sido o melhor possível e vive de modo a não ofender o decoro público. Por causa de urna criação de galinha da acusada, Eduardo e sua mulher, Maria de tal, indispuseram-se e desde então lhe tem dirigido os maiores insultos como pode provar com o testemunho.

Em um dia deste mês que não lembrava Eduardo jogou pedras nas suas galinhas e que ela pediu que não as matasse (...) dizendo que não só mataria as galinhas como também a ela. Nesta ocasião passou um carroceiro português de nome Salamargo, que repreendeu o queixoso por jogar pedras que poderiam muito bem cair sobre Bernardina, que se acha pávida. Depois disso, ao passar pela casa da acusada, a mulher de Eduardo, em companhia de urna sobrinha disse: esta é a tal que vive em passar as noites com homens para ganhar de 10 a 15 mil réis, ao que a sobrinha acrescentou, não são somente 10 mil réis por noite. Em vista disto à acusada virou-se para elas dizendo que não se admirava da mulher do queixoso proferir semelhantes palavras, e sim da sobrinha que é moça e apesar disso saber estar a par dos ganhos de uma rapariga.”²⁴⁰

Eduardo apresenta corno sua testemunha o espanhol Domingos Lajo, casado, 34 anos de idade, empregado da limpeza pública que sabia ler e escrever e morava na mesma rua n.° 22. Este afirmou ter visto Bernardina falar para a esposa de Eduardo, que, apesar de ser ela uma meretriz e a mulher do queixoso, não ganhava como ela 20\$000 réis por noite, afirma também, que Bernardina é uma mulher pública de gênio rinhento e que vive em constante barulho.

Para Domingos, a família de Eduardo só deve merecer as melhores referências.²⁴¹ Bernardina apresenta na polícia como sua testemunha Francisco Pinto Pegas, português, 31

237 **Diário de Notícias**, 4 jul. 1889; **Algazarra**. In: *Diário de Notícias*, 13 nov., 1885.

238 **Mulheres de Má Vida**. In: *Diário de Notícias*, 10 set., 1885.

239 **Desordeiros**. In: *Diário de Notícias*, 4 dez. 1889.

240 Pará. Arquivo do tribunal de Justiça. Segurança Pública: Chefatura de Polícia. n. 57, 12 mar, 1909. (Série: Autos).

241 Idem.

anos de idade, casado, alfaiate, que sabia ler e escrever e morava na mesma rua n.º 20. Ele afirma que na casa de Bernardina não há barulho e que conhece Eduardo a pouco tempo e que apesar disso, tempo acha-o um tanto turbulento.²⁴²

O conflito ocorrido entre Bernardina e a família de Eduardo expressa muito bem as dificuldades porque passaram portugueses na cidade de Belém, no fim do século passado. Como podemos observar, Bernardina apesar de ser portuguesa não teve a solidariedade de um patricio seu e de sua família, pois, Eduardo não levou em consideração o fato de Bernardina ser portuguesa e nem de estar grávida, quando a denunciou como mulher desonesta e de má vida.

Por outro lado, as testemunhas de Bernardina eram portuguesas e, também, seus vizinhos discordaram da avaliação de Eduardo quanto ao comportamento de Bernardina, afirmando que ela era uma mulher que se comportava em sua vizinhança, não reconhecendo em Bernardina uma mulher que se devesse exigir que assinasse o “termo de bem viver”. Já a testemunha de Eduardo que, também, era português, concorda com este, pois chama Bernardina de desonesta e mulher pública.

Eduardo, sua família e suas testemunhas utilizavam do discurso civilizatório expresso na legislação municipal da época e divulgado na imprensa, cujo conteúdo enquadrava as mulheres em desonestas e honestas, casadas e mulheres públicas e que por isso, não mereciam conviver perto de famílias constituídas nuclearmente.

A identidade nacional era toda portuguesa, não contou para identificá-los, no momento do conflito, pois, o que estava em jogo não eram suas identidades nacionais e, sim, suas identidades de moradores da cidade.

Como moradores da cidade, as fronteiras entre eles são estabelecidas, naquele momento, fora dos marcos da nacionalidade, que expressavam em cima de valores morais no que dizia respeito à vida sexual dos envolvidos e ao comportamento deles enquanto moradores de um espaço urbano, cujo poder público estabelecia regras de vigilância para os seus habitantes.

Bernardina, na verdade, discordava do movimento de Eduardo de querer enquadrá-la como mulher desonesta e turbulenta. Nos parece estar brigando contra o estereótipo, bastante discutido na sociedade local, que estabelecia uma identidade para as mulheres prostitutas.

Não observamos nenhuma negação de Bernardina em relação ao fato de ser uma meretriz, também, não há nos depoimentos nenhuma menção a qualquer marido, noivo, namorado ou amante de Bernardina. O pai de seu filho não é identificado, em nenhum momento,. Bernardina mesmo não tendo argumento para se contrapor à mulher de Eduardo, pois esta, foi declamada, segundo testemunhas, como uma mulher honesta e casada.

Porém, nos parece que Bernardina não aceita a identidade de mulher desonesta por ser prostituta e tentou provar que seu comportamento na sua vizinhança, em nenhum momento colocou em risco a ordem pública.

Desta forma, Bernardina tentou escapar da legislação vigente na época que estabelecia as penalidades e os procedimentos, tentando enquadrar os moradores da cidade como “turbulentos” e “perturbadores” da ordem pública, para discipliná-los dentro de uma lógica que tentava domesticar os cidadãos em nome de uma moral e de uma ética de moradia do espaço público. Pois, que não levava em consideração as diversidades culturais e de sobrevivência de uma população pobre da cidade de Belém.

“Dos atos de Polícia preventiva.

1 - Termos de Bem Viver:

Ari, 463 — O Chefe de Polícia, prefeitos e subprefeitos de segurança pública poderão compelir a termo de bem viver.

As prostitutas que ofenderem o decoro moral.

Os turbulentos que por palavras ou atos ofenderem os bons costumes, a tranquilidade pública e a paz das famílias.

Art. 464 — A autoridade ordenará o processo e ofício sempre que tenha conhecimento de achar-se em seu distrito algum indivíduo compreendido em qualquer dos casos do art. Antecedente.

Art. 465 — O acusado será conduzido à presença da autoridade, qualificado interrogado, sendo em seguida ouvidas as testemunhas cujo número será de três; e reduzidas a termo suas declarações e depoimentos, será assinado por ele, pela autoridade e testemunhas.

Art. 466 — Ao acusado será concedido o prazo de 48 horas, se requerer, para apresentar sua defesa e testemunhas, cujo número não poderá exceder de três e que serão inquiridos pela forma do art. Antecedente”²⁴³

Pelo que afirmou Eduardo na polícia, podemos inferir que ele tinha conhecimento da Lei do Decreto 1.352 que regulamentava o “Termo de Bem Viver” tanto que se dirigiu

242 Idem.

243 Decreto Lei n. 1.352 de 21 de Janeiro de 1905. Regulamenta o processo criminal da Lei de 25 de Janeiro de 1904.

a autoridade competente para querer enquadrá-la no art. 463. Toda a sua acusação se pauta por demonstrar que Bernardina era prostituta, ofendendo o decoro moral, na medida em que dizia que na casa de Bernardina havia muito barulho e que esta recebendo vários homens no seu lar_ Para ele, Bernardina estava afetando a tranquilidade pública e a paz da sua família e da vizinhança.

Bernardina, também, tomou conhecimento desta legislação que como tem um caráter preventivo, com certeza foi aplicado várias vezes em relação às mulheres meretrizes e que viviam sós. Ela tentava provar que seu comportamento era o melhor possível e não ofendia o decoro público, a sua testemunha inclusive, era um português, casado tal como Eduardo e vizinho de ambos, moradores da mesma rua.

A acusada atribui uma identidade a Eduardo e sua família, classificando-os como vizinhos barulhentos, violentos na medida em que chegam a jogar pedras em uma mulher grávida, desrespeitadores da sua condição de mulher e maus vizinhos. Entretanto, Eduardo e sua testemunha se identificam como moradores honestos, pacíficos, honrados, respeitosos, diferentemente da identidade que Bernardina os atribuiu.

No auto de perguntas feitas a Emília Ferreira, observa-se que esta portuguesa de trinta e cinco anos, solteira e que não sabia ler e escrever morava na casa do seu patrão quando sofreu um acidente com revólver.

Neste auto, transparecem as relações de trabalho estabelecidas por Emília e Resende de Souza Lima, um cearense, solteiro, comerciante, de vinte e dois anos que jura não ter atirado em Emília, o que é testemunhado por Antônio dos Santos Lima, uma cearense que se diz amiga e afilhada de Emília. Resende não assume qualquer relação afetiva com Emília.

Por várias vezes, as relações de trabalho intercalavam-se com as relações amorosas e neste momento é cobrado da imigrante um comportamento de companheira e esposa. Na verdade, essas relações afetivas, por muitas vezes, encobriam relações de exploração da força de trabalho dessas imigrantes e excluíam do espaço público dos negócios a presença dessas mulheres, permitindo seus registros e referências somente quando acompanhadas por seus maridos.

Nos registros sobre imigrantes portuguesas feitos em jornais, estas mulheres apareciam acompanhadas dos maridos mesmos quando eram “despachadas” pela polícia

para Lisboa. Neste momento, nem se quer o nome da mulher imigrante é citado. Nos registros de óbitos publicados nos jornais estes nomes são colocados acompanhados da idade e da causa da morte.

A partir do levantamento feito, confirmamos que as maiores dessas mulheres eram pobres, maiores de vinte anos e que morreram de tuberculose ou febre amarela. Quando o levantamento foi feito nos passaportes, percebemos que as imigrantes portuguesas não foram registradas com o mesmo rigor que o imigrante masculino. Elas apareciam acompanhadas do marido, registrando-se a idade, mas, não fazendo qualquer menção à profissão, cor, se sabia ler, escrever ou qualquer descrição física.

Haviam registros, obrigatoriamente, feitos para o imigrante masculino, ou seja, as autoridades portuguesas que expediam o passaporte e as autoridades brasileiras que recebiam a imigrante, na segunda metade do século XIX, não consideravam estas mulheres como cidadãs plenas, pois a não preocupação com a sua identificação indicava uma concepção que esta mão-de-obra seria complementar à masculina.

Os discursos dos governos provinciais, no caso do Pará, estavam todos pautados para um interlocutor masculino que poderia trazer sua família para uma “nova terra”, não discutindo, por exemplo, as possibilidades de vinda de mulheres imigrantes.

Sem dúvida, o estudo das mulheres imigrantes portuguesas precisa ser aprofundado. Apesar das dificuldades, suas presenças podem ser buscadas em documentações como as que tratamos aqui, visando entender não á as relações de trabalho que essas mulheres estabeleceram no Brasil, mas também as relações afetivas que imigrantes portuguesas pobres construíram no além-mar.

O mercado de trabalho para mulheres não era muito amplo, ainda mais em uma cidade com poucas oportunidades de trabalho assalariado, pois eram raras as lojas ou fábricas que ofereciam empregos para mulheres. E, tentando visibilizar o mercado de trabalho, em Belém, suas formas de engajamento e suas diversidades na oferta de empregos, assim fizemos o levantamento dos anúncios dos jornais que circulavam em Belém.

O total dos anúncios que correspondem a 673, sendo que 64 anúncios, no período de 1884 a 1903, indicavam a preferência por portugueses (a), ou seja, quase 10% dos pedidos ou ofertas de emprego, o que ao nosso ver constata um

hábito de crivar o mercado de trabalho por nacionalidade. Esta prática ajudava esconder o preconceito racial que existia em uma parcela da população de Belém, que preferia trabalhadores disciplinados mais brancos.

A “preferência” por portugueses e algumas vezes por outras nacionalidades revelavam também, a prática de reforço a uma rede de empregos estabelecida por imigrantes portugueses, que utilizavam os laços de nacionalidades para obterem aprendizes e trabalhadores gatos e sujeitos às relações de exploração e submissão paternalistas.

Encontramos 65 anúncios de pedidos e ofertas de caixeiro, sendo 10 antes da proclamação da República e 55 depois. Geralmente, pediam menor de idade com prática para trabalhar em pequenos comércios. Após a proclamação da República, houve um número maior de anúncios pedindo, inclusive boa conduta, os quais eram: para ama-de-leite 28, juntando mais 26 antes da proclamação, totalizando 54 anúncios, somente nesta categoria. Não havia grande diferença entre o período pré e pós- proclamação. A preferência era quase sempre, para mulheres sadias e sem filhos.

Após a proclamação houve uma pequena diferença quando observamos o aumento da preferência por estrangeiros, principalmente portugueses. Para a categoria criados foram, 20 antes da proclamação e 41 depois, totalizando 61 anúncios. Não havia grande variação em relação ao período, a não ser os trabalhadores alugados, que eram os escravos urbanos e que foram mais frequentes antes da abolição.

A grande maioria dos anúncios tratavam de serviços domésticos e ajudantes em mercearias, como: hotéis, sapatarias, botequins, bares, lojas e armazéns. Ficando clara a preferência por menores entre 10 a 16 anos de idade. Para criadas, encontramos 112 anúncios, sendo: 33 antes e 79 depois da proclamação. E a preferência também, por menores na faixa entre 12 a 18 anos de idade. Assim como, a preferência por portuguesas com isso bons costumes para serviços domésticos, tais como: lavar, engomar, cozinhar, assim como bons costumes.

No início do século, não existia estatística sobre o mercado de trabalho em Belém., visto que o mercado feminino podia ser discutido a partir dos anúncios de pedidos de emprego dos 673 anúncios. As profissões mais solicitadas eram as seguintes: 112 pedidos para criadas, 54 amas-de-leite, 65 ama seca, 11 cozinheiras e 38 costureiras.

Dos anúncios de solicitação de trabalho, que indicavam a preferência por portugueses (as) temos os seguintes números: serventes 1, doceira 1, criados 3, padeiro 2, ama seca 8, cozinheira 9, criadas 24, pedreiro 1 e professora para crianças 1. Estes que solicitavam outras nacionalidades como critérios para o trabalho eram: cozinheira francesa criada espanhola 3, criada francesa 1, criada estrangeira 4 e cozinheira estrangeira 1.

E, por meios desses anúncios, podemos observar que o mercado de trabalho para homens tinha como profissões mais procuradas os caixeiros, padeiros, criados, cigarreiros, cozinheiros, alfaiates, professores, forneiros, maquinistas, barbeiros, jardineiros, serradores, sapateiros, funileiros, comerciantes e tipógrafos.

Os caixeiros são os profissionais mais procurados através da leitura dos anúncios. Podemos concluir então, que a mão-de-obra procurada tinha como perfil a solicitação de menores. Os classificados indicavam até pedido de caixeiros de 10 anos de idade, ou por vezes, pediam um pequeno, um menino ou um menor de 18 anos. A faixa etária mais solicitada era entre 14 e 16 anos. Entre outras solicitações, os de menores para criados ou vendedores de jornais, sendo que, para os caixeiros, as exigências eram práticas em taberna como: saber ler, escrever, boa conduta, prática de retalho, experiência em balcão, fazendas, comércio, padaria, botequim e escritura mercantil.

Nos jornais que pesquisamos, a partir de 1888, observamos que os classificados ficavam sempre na última página do periódico juntamente com os anúncios de artigos comerciais, venda em geral, inclusive de propriedades.²⁴⁴ As exigências de habilidades expressavam um perfil de cada profissão, possibilitando discutir os critérios de recrutamento de mãos-de-obra relacionadas a determinadas profissões. Nestes anúncios, procurava-se deixar claro a atividade e as habilidades para exercer certas funções.

No caso da profissão de caixeiro, podemos concluir que, a utilização de menores não complicava o exercício da profissão: saber ler, escrever e fazer contas, esta última era fundamental na profissão de caixeiro para tratar diretamente com o público, isto é, comercializando mercadorias, que eram

244 SCHWARCZ, Lília Moritz. **Retrato em Branco e Preto: jornais, escravos e cidadãos era Silo Paulo no final do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

diferentes das habilidades exigidas até mesmo para criados. Nestas, as habilidades possuem por exigências corporais (sadias e/ou higiênicas) ou de expressão de afetividade (carinhosa). Nas exigências dos caixeiros são no plano público, no sentido de habilidades que exigem com conhecimento e especializado.

Nos anúncios dos jornais do período não encontramos um pedido de emprego para mulheres nas tabernas, mercearias, padarias ou lojas (exceto para costureiras). O trabalho doméstico era o grande mercado assalariado para as mulheres pobres brancas e negras. Grande parte dessas mulheres tiveram que sobreviver da venda ambulante, dos serviços domésticos e da prostituição. Seus trabalhos foram marginalizado socialmente, sendo excluídas de um mercado de trabalho diversificado do ponto de vista de várias profissões.

Este mercado era perpassado por relações de gênero na medida em que definiam trabalhos sexualizados e estabeleciam práticas de hierarquia e alteridade nas relações de trabalho. Para as mulheres, o mercado de trabalho fora do lar era baseado nos serviços de casa, ou seja, não havia ofertas de empregos para

mulheres fora do espaço das atividades domésticas e de venda de doces e artesanatos nas ruas.

Os tipos de trabalhos oferecidos para elas nos anúncios são de amas-de-leite, ama de crianças, costureiras, professora, parteira, cozinheira, criada, dispenseira, trabalho em horta e modista. O mercado de trabalho feminino em Belém nos anos de 1885 a 1903, enquanto trabalho fora de casa é uma extensão do espaço doméstico, ou seja, há um papel feminino construído historicamente e que naquele momento definiu o lugar do trabalho feminino e do trabalho masculino. O que seria trabalho de mulheres não se contrapõe à imagem feminina ligada ao lar.

Analisando os anúncios de pedido de ama-de-leite e ama-seca, observa-se que o local de trabalho das mulheres poderia ser nas casas dos seus patrões ou nas suas.²⁴⁵ As prestações de serviço davam-se diretamente ou a partir de agenciadores que alugavam escravas para casas de famílias. As exigências, ou habilidades escritas nos anúncios colocam a preocupação com a saúde e a nacionalidade portuguesa cada vez mais constante.

ANÚNCIOS DE AMAS-DE-LEITE	
ANO E LOCAL DE TRABALHO	EXIGÊNCIAS E HABILIDADES
1873 Casa/Fornilia	Sem Filhos
1879 Casa/Família	Sem Filhos/Preta
1879	Sem Filho/mulata/alugada/bom-leite/carinhosa e com criança
1880	Sadia/Carinhosa cias crianças/alugada
1882	Alugada/trabalha em casa/sadia/bom-leite/casada/portuguesa/prefere criança e família ou de casa dos expostos
1884 Casa/Família	Sem cria
1885	Alugada/sem filhos
1885	Alugada
1885 Casa/Família	Sadia/bastante leite/portuguesa
1885	Queira ir para fora
1885 Casa/Família	Sadia
1885	Alugada
1887 Casa/Família	Sadia/Sem filhos
1887	Amamentar até a Europa
1887	Alugado/forte/sadia/sem filhos
1887 Casa/Família	Sem filhos
1887 Casa/Familia	Sem filhos
1888 Casa/Familia	Sem cria
1891 Casa/Família	Boa ama/portuguesa/durma no emprego
1891 Casa/Família	Exigências e habilidades
1881 Casa/Familia	Ama de uma criança/quem a tiver e quiser alugar/10 a 12 anos
1881	Companhia a duas meninas. Senhoras para viajar para Europa/boa conduta
1896	TrabalhadoriEstrangeiro/Portuguesa/Brasileira/Branca

Fonte: A tabela foi feita a partir dos dados retirados dos Jornais do Pará (1879-1892): Diário de Notícias. A República, O Liberal do Pará e O Diário de Belém.

245 **GRANAM, S. L. Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de janeiro (1860-1910).** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Os anúncios preferem portuguesas para criadas de dentro de casa, e os de alugados que identificam o tipo de serviço como para venda na rua não “preferem” portuguesas. A preferência por mulheres morigeradas, ou seja, que tenham bons costumes e vida exemplar, exige que mulheres pobres brancas e/ou negras se enquadrem no modelo moral das famílias abastadas de Belém para que possam adentrar os seus lares. Exigências como a de dormir no emprego reafirmam a necessidade do controle de patrões sobre a vida de suas criadas.

Observa-se que uma das estratégias implementadas por imigrantes portuguesas pobres que queriam voltar para Portugal era empregarem-se como criadas para famílias que iam para o exterior.

Nos anúncios em que as imigrantes se oferecem, aparece a qualificação de saber ler e escrever, assim como, aparecem qualidades de prendas domésticas; provavelmente isso as colocassem em vantagem perante trabalhadoras nacionais, sendo uma forma de garantir moradia já que os anúncios preferem portuguesas que durmam no emprego.

A medida em que a imigrante portuguesa pobre disputa o mercado de amas-de-leite em Belém nos anos de 1875 a 1906, podemos observar que os anúncios começam a colocar como critério de preferência a ama branca e portuguesa.

O perfil deste mercado de trabalho está acentuado em preconceito racial, em relação à ama-de-leite negra. Observa-se que as relações no interior da casa sofreram modificações na medida em que as libertas foram colocando obstáculos às formas de exploração de sua força de trabalho; na medida em que as denúncias de vadiagem destas negras são provas de que houve uma negação por parte das libertas em manter relações de trabalho nos mesmos moldes que seus antigos senhores pretendiam estabelecer no pós-abolição.

Esta preferência por empregadas domésticas portuguesas pode ser explicada pelo temor que donas de casas sentiam em empregar ex-escravas, tendo em vista não poderem mais controlar suas “malcriações” e provavelmente não quererem conceder exigências agora feitas por essas libertas.

Talvez fosse muito mais fácil enganar portuguesas pobres no contrato de trabalho, já que estas ao chegarem não tinham ainda estabelecido relações de convivência na cidade que lhes permitissem sobreviver fora da casa de seus patrões. Analisando os anúncios de amas-de-leite, observamos que várias imigrantes portuguesas se oferecem como amas-de-leite

alugadas para amamentar na sua própria casa. Geralmente, essas mulheres eram casadas e essa condição expressa nos anúncios a sua condição de mulher honesta e sadia.

Quando a oferta de emprego é solicitada, exige-se sempre que a ama seja sadia; quando se preferem portuguesas, solicita-se que durmam no emprego, provavelmente, revelando que esta mão-de-obra imigrante ao chegar à cidade não tem ainda onde morar. Verifica-se também que os anúncios que solicitam ama-de-leite para irem ao exterior pedem portuguesas ou brasileiras brancas.

A noção de que as criadas e amas-de-leite tinham que ter boa saúde se afirmava cada vez mais para defesa de um tipo de família, que acreditava que mulheres pobres, moradoras de cortiços e/ou negras em contato com seus filhos poderiam passar doenças e costumes não condizentes com o ideário de uma criança sadia e de bons hábitos.

A crença que a mulher negra (ex-escrava) não era sensível para com as crianças, na medida em que a escravidão tornava as pessoas sem relações sociais e sem sentimentos para com seus filhos, possibilitou práticas racistas nas preferências por amas-de-leite brancas. O preconceito racial existente na cidade serviu para clivar o mercado de trabalho das criadas domésticas, diferenciando criada branca e/ou portuguesa da criada negra, parda, cafuza ou morena.

Comparando os anúncios de amas-de-leite com os das criadas, podemos observar que naqueles a exigência com questão da saúde das amas é mais freqüente. O perigo de contágio de doenças por parte de amas-de-leite diretamente para crianças era um medo concreto, tanto que se exigia a partir do ano de 1889 o exame médico destas mulheres. Estas famílias acreditavam o risco de contágios, tanto de doenças como de hábitos, seriam menores na medida em que as criadas e amas-de-leite fossem substituídas por imigrantes brancas e européias.

As imagens dos negros (as), ou seja, a crença das famílias brancas era que os(as) negros(as) fossem contagiadores (as) por viverem em cortiços na cidade de Belém, em bandos e terem um comportamento imoral por sua raça, expressando práticas racistas no mercado de trabalho dos criados domésticos em Belém, quando se preferem criadas portuguesas.

A exigência de boa conduta e mulheres morigeradas impunha às mulheres pobres, um mercado de trabalho clivado também por valores morais. A valorização dos bons costumes

e vida exemplar feita pelas famílias que empregavam as criadas não incluía a mãe solteira, a mulher que estabelecia laços de afetividades fora do casamento, que morava sozinha e foi cortiço e andava na rua desacompanhada. Estes valores morais, pelo menos nos anúncios, serviram para marginalizar ainda mais a mulher negra ex-escrava.

Desde o ano de 1873, a falta de amas-de-leite “boas e sadias” e o seu preço elevado serviram de mote publicitário para um anúncio da farinha láctea “Nestlé”. Dizia o anúncio que as mães poderiam ficar sossegadas, pois seus filhos teriam um complemento alimentar que garantia a sua saúde e não corriam risco de adoecer, por tomar um leite fraco, doente ou pouco.

Em 1888 o jornal *Diário de Belém*, em artigo de 27 de outubro do mesmo ano, reclamava dos altos preços dos fâmulos no Pará, dizendo que estes são os mais caros do Brasil. O mesmo artigo denunciava que as criadas não “satisfazem as exigências dos seus amos”, não cumpriam com seus deveres. “*Os criados não ofereciam também, garantias dos seus costumes e estabilidade dos seus serviços. As cozinheiras ficavam nas ruas, nos mercados em conversas, vacilando, depois da abolição*”.²⁴⁶

Os jornais denunciavam que as negras ficavam na libertinagem e com mais vícios. Nas tabernas as serventes ficavam no “deboche”. Um artigo de jornal pedia regulamento para os serviços domésticos, criando matrícula obrigatória e sujeitando as criadas a penas correccionais.

O *Diário de Notícias*, do dia 30 de outubro do mesmo ano, também, fala no assunto em um artigo denominado “Domésticas”²⁴⁷. Concordando com o *Diário de Belém*, no que dizia respeito à falta de criados após a abolição, afirmava ainda que, as antigas escravas preferem ficar entregues ao vício da vagabundagem e prostituição, enchendo os botequins onde passam a noite em cópula.

As escravas libertas tiveram que competir com as imigrantes portuguesas pobres nesse mercado de trabalho. Antes da abolição, observamos a oferta de amas-de-leite alugadas por seus senhores ou por agenciadores que realizavam este trabalho. O serviço era prestado nas casas de famílias, sendo possível um maior controle sobre ele.

Analisando a relação de anúncios de criadas, nos jornais, fica bem clara a questão que levantamos, ou seja, a existência de critérios raciais determinando o mercado de trabalho das amas-de-leite, amas secas e cozinheiras.

Exigências como a de dormir no emprego reafirma a necessidade do controle de patrões sobre a vida de suas criadas. Aliás, a própria nomeação de criada indica relações autoritárias e paternais, na medida em que entende o serviço não como uma atividade, mas como uma ação de agregados que foram criados ao lado da família. O termo revela toda a conotação vinda ainda da escravidão que passa para a sociedade após a abolição, reafirmando o lugar social das mulheres negras definido por famílias brancas e abastadas.

Não podemos afirmar, se havia ou não a falta de criadas, mas parece que os articulistas dos artigos citados estavam com saudades da escravidão, pois, só ela garantia seus criados estáveis e obrigados a aceitar as imposições dos patrões e seus maus tratos, sem receber nenhum salário.

Propunham um regulamento para contratar e moralizar estas negras que se recusavam a entender sua liberdade como a obrigatoriedade de vender sua força de trabalho, que usavam de sua condição de livres para irem às tabernas, botequins e mercearias e que estabeleceram laços afetivos e de solidariedade, estes, porém não se modelavam pelos valores morais de seus antigos senhores.

Em março de 1889 o presidente da província, Miguel Pernambuco, encaminha à Assembléia Provincial do Pará proposta de um regulamento para os serviços domésticos, da lavoura e indústrias²⁴⁸.

No seu relatório, afirma que grande número de ex-escravas abandonaram os serviços domésticos para empregarem-se em outras atividades em que ganhariam mais dinheiro ou para serem ociosas. Os criados não ofereciam mais estabilidade aos seus patrões. O projeto passou primeiro pela Câmara Municipal e foi à Assembléia para apreciação no mês de março de 1889.

Na Assembléia debateu-se, primeiramente, se cabia à Câmara ter um regulamento sobre trabalho de domésticas, lavradores e artistas. O deputado Lauriano da Silva não concordava com o regulamento, por entender que a Câmara de Belém só poderia aplicar posturas municipais e não regulamentar o trabalho, além de avaliar que o projeto era coercitivo para com as criadas.

246 *Diário de Belém*. 27, out., 1888.

247 “Domésticas”. In: *O Diário de Notícias*. 30, out., 1888.

248 Coleção das Leis da Província do Grão-Pará do ano de 1880.

Este debate foi vencido pelo deputado e republicano Martins e por parte dos deputados conservadores que entendiam que a Câmara poderia regulamentar o trabalho dos criados, pois já havia posturas sobre carroceiros, catraeiros, aguadeiros e vendedores ambulantes que não diferenciavam do regulamento dos criados proposto. Quanto ao poder coercitivo do projeto, a posição da Assembléia foi de que era utilidade pública e conveniente, pois havia a necessidade de haver criadas policiadas.²⁴⁹

No manifesto do Partido Republicano, no Pará de 1891, em comemoração ao 13 de Maio, lemos o seguinte:

“Bendito o povo, que conquista, mas; que saúde o advento das liberdades públicas, não com a effusão do sangue, não ao do canhão e aos brados da artilharia, hasannahs estorcida de almas em alvoroço e de entusiasmos entrechocando-se, nos mais alta, normais esplêndidos...”²⁵⁰

Podemos observar que o Partido Republicano paraense também não considerava a questão racial como um problema para o Brasil, assim como a existência de práticas de racismo na sociedade brasileira. A questão racial era esquecida na medida em que a abolição para as elites teria igualado a todos.

Comparando o discurso do deputado Martins, do Partido Republicano. Assembléia Provincial do dia 8 de março de 1890²⁵¹, percebemos um discurso racista no momento da discussão do projeto que propunha a regulamentação dos serviços domésticos. O deputado afirma que a ignorância e a ociosidade não devem ter direito à cidadania. Para ele, os criados e os lavradores não procediam corretamente, preferindo a vagabundagem ao trabalho regular. Declarou que a lei de 13 de Maio tornou a situação muito pior. Diz mais:

“Essa lei atirou de chofre a sociedade uma população sem costumes, sem os princípios mais elementares da moral, sem o conhecimento mais necessário a vida sem hábitos de trabalho e até sem estima para poderem viver dos próprios esforços”.²⁵²

Para o deputado republicano paraense a escravidão contribuiu para a depravação dos escravos. Os libertos trouxeram do cativeiro uma degeneração para a família, para o trabalho e sem estima por si.

Nessa fala, percebemos também, que a escravidão não foi relatada como uma relação entre senhores e escravos, a promiscuidade da escravidão tinha por base à própria raça negra. Para ele, a sociedade branca foi penalizada com a abolição, pois teve que conviver com esta raça de negros depravados. O deputado defende, portanto, a regulamentação do trabalho doméstico para moralizar estes (as) negros (as).

O deputado Joaquim Siqueira Martins, defendeu o projeto como necessário para diminuir a malta de vadias e vagabundas que infestavam a cidade. Para ele, a liberdade concedida não era para vadiagem e o Estado deveria sujeitá-las a um regimento que tendia a moralizá-las e a reprimir a criada vadia. O projeto teve opiniões contrárias dos deputados do partido republicano.

Na defesa da livre negociação entre patrões e empregados, havia alguns deputados conservadores que se opunham às obrigações dos patrões para com os criados às altas taxas e multas a serem pagas.

O projeto foi aprovado com ementas que diminuía as taxas a serem pagas e desobrigava as empresas agenciadoras a pagar uma taxa por criadas agenciada, sendo restringindo somente aos criados domésticos. Analisando a Lei de “Postura Regulamentar para o Serviço Doméstico no Município da Capital da Província do Pará, fazemos as seguintes observações”.

A lei procurava controlar o mercado de trabalho dos(as) criados(as) a partir da obrigatoriedade da matrícula dos criados(as) feito pela Câmara. Criados matriculados teriam um certificado concedido pela Câmara que passava, assim, a definir quem poderia ser criada doméstica.

O controle do mercado de trabalho dos criados passava por identificação da pessoa por parte do Município, pela expedição de uma carteira do trabalho onde seriam lançados os contratos de locação. O registro era obrigatório e pago 1\$000 (mil réis). Caso não se registrasse, pagava multa ou ia preso por 4 dias. O regulamento impunha procedimentos aos criados, obrigava a vacina, as que tinham moléstias não poderiam ser criadas, assim como, os que tivesse processo criminal em curso, os menores sem autorização dos pais e a mulheres casadas sem as dos maridos.

O controle da vida do criado era a preocupação central do regulamento que procurava disciplinar as criadas a partir de um modelo de criada pacífica e morigerada. Procuram saber o motivo da dispensa da criada para controle do mercado de trabalho e obrigar as mesmas a permanecerem nas casa, pois os contratos eram por tempo indeterminado. Buscava-se retomar a imobilidade da mão-de-obra.

249 Diário da Província. v. 1880-1887. Lei n.º 1.028 de 5 de Maio de 1880.

250 **Ata da Assembléia Provincial do Pará.** IN: Jornal “O Liberal do Pará.” 6, 7, 8 e 9 abr. 1889.

251 ARARIPE, Tristão de Alencar *Op. cit.* 1986, p. 23.

252 Ata da Assembléia Provincial do Pará. 8 mar. 1889.

As criadas também só poderiam pedir demissão por justa causa, caso contrário pagariam multa ou iam presas. As justas causas não incluíam a vontade de trocar de emprego por um maior salário ou por estar cansada ou simplesmente não querer mais trabalhar. As criadas só poderiam deixar as casas por doenças, falta de pagamento ou maus tratos, só que estes teriam que ser reconhecidos pelas autoridades competentes. A cada novo emprego era necessário ir à Câmara para certificar sua carteira novamente. Era proibida a saída da casa sem ordem do patrão, ser infiel, ofender os patrões ou excitar a discórdia na casa.

A Lei queria uma criada morando na casa de seu patrão sem poder ir e vir sem sua permissão, fiel a este e que aceitasse as ofensas ou maus tratos calada sem discutir ou reclamar. Era a própria volta das relações autoritárias e violentas quando da escravidão.

As amas-de-leite eram obrigadas ao exame médico feito pelo Município, que seria repetido de quatro em quatro meses. As amas não poderiam alugar-se para mais de uma criança. O Estado chamou para si a fiscalização sobre os cargos das amas-de-leite e o controle dos seus hábitos higiênicos preocupados com a saúde da ama, pois o Estado não propõe tratamento de saúde para ama-de-leite e sim a sua exclusão do mercado de trabalho.

A ama-de-leite não poderia deixar a criança antes do prazo de 18 meses. Ela poderia ser demitida se apresentasse vícios que prejudicasse a criança, por falta de leite por decomposição deste ou quando não fosse carinhosa com a criança.

As criadas deveriam ser obedientes, terem boa vontade, zelarem pelos interesses do patrão. Se a criada fosse tida de mau comportamento por três patrões era excluída do mercado de trabalho e obrigada a assinar termo de bom viver na polícia. A Lei penalizava as criadas o tempo todo com prisões que iam de 4 a 30 dias.

Com essa Lei o Estado e os patrões pretenderam controlar e moralizar o trabalho das (os) criadas (os) e constituir criadas, por mais que magras, com os hábitos dos brancos ricos.

Essa lei enfatiza o preconceito e a discriminação racial de forma camuflada. Delimita também, o lugar social que mulheres negras e brancas pobres deveriam ocupar no mercado de trabalho assalariado. A lei ao impor hábitos e posturas demonstrava a não aceitação de uma sociedade pluricultural e pluriracial. As criadas negras teriam que passar por um branqueamento cultural para serem aceitas nos lares brancos ou seriam presas. Ainda em 1896, encontramos este anúncio:

“Ama Seca”.

precisa-se de uma, portuguesa ou brasileira, branca para fazer viagem com uma família, que vai para o estrangeiro A tratar no Hotel América, com D. Emilia Chaves.”²⁵³

253 Folha do Norte. 17 abr., 1896.

5. OS IMIGRANTES PORTUGUESES EM BELÉM: GREVES, MOVIMENTOS SOCIAIS E AS ORGANIZAÇÕES DOS TRABALHADORES (1885-1914)

5.1. AS ASSOCIAÇÕES BENEFICENTES

Vicente Sales nos indica a formação das primeiras organizações mutuiarias no Estado ainda nos anos sessenta do século dezenove:

“Sociedade Beneficente União Paraense, organizada em dezembro de 1868 e instalada em janeiro de 1870, com dezessete instituidores; dissolvida em agosto de 1881.

Sociedade Beneficente 2 de dezembro, fundada em 12.01.1871, localizada n

Rua Nova de Santana n.º 28-A

Club Beneficente Popular, iniciativa do jornalista Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, fundado em 1873 (...)

Benemérita Sociedade Beneficente Mecânica Paraense, fundada em 1878, presidida por Domingos Antônio Ruivo. Tinha como vice-presidente José da Cunha Guimarães; primeiro secretário Luís Antônio Bosque e segundo dito Marçal Tavares Bastos. Em 1904 tinha sua sede na Rua Aristides Lobo, 103.

Sociedade Artística Beneficente dos Sapateiros, com estatutos aprovados pelo presidente da província em 9.1.1881. Diz de seus fins no Cap. 1, art. 2:

‘1. Auxiliar aos seus associados nos casos de doença, prisão, inabilidade total para o trabalho, e fazer-lhe com decência os seus funerais;

2. Proporcionar-lhe qualquer auxílio compatível com os recursos da associação;

3. Fazer anualmente a festividade de S. Chrispim e S. Chrispiniano, patrono dos sapateiros e das artes correlativas²⁵⁴

Algumas destas sociedades tiveram atuações políticas mais abrangentes, como a Sociedade Beneficente 28 de Setembro, que foi organizada em 1872 pelos catraieiros do porto de Belém e teve destacada atuação na campanha de abolição da escravidão.

“Festa dos catraieiros”.

A corporação dos catiaieiros alegre e prazenteira festeja, hoje, a redenção completa do Brasil a sua Segunda Pátria.

Haverá regata, música e foguete, durante todo o dia.

A poste da Gurda-moria estará elegantemente embandeirada, para receber o povo.²⁵⁵

O fato de ser beneficente não foi impedimento para a Sociedade Beneficente 28 de Setembro fortalecer a luta contra a escravidão no Pará. Em 1884, os catraieiros tomaram a decisão de não mais transportar escravos embarcados ou desembarcados no Porto de Belém e a sociedade ficou conhecida como uma organização abolicionista.

No mesmo jornal encontramos informações sobre a eleição dos novos diretores da Imperial Sociedade Beneficente Artística Paraense, que foi instituída por um grupo de

254 SALES, Vicente. **Memorial da Cabanagem: esboço tio pensamento político revolucionário no Grão-Pará**. Belém: COUP, 1992. p. 160.

255 Diário de Notícia. 3 jun., 1888.

operários ou artífices, em 26 de junho de 1865. Informações sobre as associações mutualistas também são encontradas na correspondência com o Presidente da Província, tais como:

“Os abaixo assinados, membros da Diretoria Interina da ‘Sociedade Beneficente Artística dos Pedreiros Carpinas’ têm a honra de solicitar a atenção e aprovação de Vossa Excelência para o Projeto de Estatutos, anexos à presente petição, da Associação que, sob esse título, vários cidadãos criaram na Capital desta Província”.

Ousando os abaixo-assinados esperar favoravelmente o acolhimento de Vossa Excelência para o referido trabalho, concedendo-lhe a necessária aprovação na forma da lei, prevalece-se a Diretoria provisória da Sociedade para apresentar, em nome de todos os seus membros, os protestos de profundo respeito e alta consideração que consagrou a V. Excelência, a quem Deus guarde.

Pará, 13 de Dezembro de 1884”.²⁵⁶

“Pará, 10 de Agosto de 1880

(...)

Temos a distinta honra de comunicar a V. Exa. Que, de conformidade com os Estatutos da Sociedade Beneficente Protetora dos Caixeiros, acabam de merecer de V. Exa. a aprovação da mesma sociedade no dia 15 do corrente às 7 horas, nos salões do Grêmio Literário Português, à Rua dos Mercadores.”²⁵⁷

Podemos observar que algumas Associações Mutuárias no Pará foram organizadas a partir de grupos de operários que se identificavam como artífices e/ou artísticas como no caso dos sapateiros. Estas denominações, expressas nos nomes das sociedades, procuravam ressaltar o trabalho qualificado. Encontramos na Sociedade Artística Beneficente dos Sapateiros a exigência nos seus estatutos da celebração do dia de São Crispim e São Cipriano, exemplo de como sociedades beneficentes articulavam a questão da assistência com a religiosidade dos seus membros. Nos autos dos governos da Província de 1882 encontramos alterações feitas nos estatutos da sociedade de “União Econômica”, uma espécie de caixa financeira para empréstimos a funcionários públicos por meio de solicitações dos sócios, que eram os empregados das secretarias da província.

A Portaria de 9 de agosto de 1881²⁵⁸, aprovou os estatutos da Sociedade Beneficente dos Sapateiros composta de 11 capítulos e 49 artigos, que tinha por fim auxiliar os seus associados nos casos de doença, prisão e invalidez total para o trabalho. Só poderiam ser sócios efetivos desta sociedade os que exercessem ou tivessem exercido profissão de sapateiro, coreiro, surrador, bauleiro e tamanqueiro, fossem cidadão, tivessem bom comportamento, não sofresse de moléstia crônica ou incurável, tivessem menos de quarenta e cinco anos e não ter cometido crime pelo qual tenha sido condenado. As esposas, irmãos e filhos

dos sócios eram considerados sócios dependentes, gozando os mesmos direitos do efetivo. A sociedade dava auxílio na doença e no caso do sócio estar preso e sujeito a processo criminal.

No estatuto da Associação Beneficente dos Sapateiros observamos como os seus trabalhadores pensavam a divisão do trabalho no interior da categoria, abrangendo desde os trabalhadores que manejavam o coro até o tamanqueiro. A Sociedade se considerava artística e assim atribuía uma identidade aos seus membros, que estava simbolizada pelo exercício do ofício e pela devoção a seus santos. Miavam assim dois elementos para se auto identificar. Havia assim uma defesa profissional via organização por ofício, diferentemente da “Associação Internacional dos Socorros Mutuos”²⁵⁹ que se declarava aberta a todos que tinham mais de 12 anos, ocupação honesta e bom comportamento. Outra associação beneficente, era dos “Artífices dos Pedreiros e Carpinteiros”²⁶⁰ que propunha-se: “3º - Promover pelos meios ao seu alcance o bem estar de seus associados em particular e os interesses das classes de seus membros em geral”.²⁶¹

A “Sociedade Artística dos Pedreiros e Carpinteiros” tinha também seus patronos que eram S. José e S. Procópio e comemorava anualmente seus dias. Nesta sociedade fica explícito a afirmação de uma identidade de classe por categoria, mas já admitia “promover os interesses das classes de seus membros em gerar. O termo classe foi usado no plural²⁶², mas, pressupõe que as classes poderiam ter interesses comuns, o que nos leva a pensar na possibilidade da sociedade não estar preocupada só com os “socorros mútuos”. A defesa do ofício era a base da associação e seus estatutos entendiam a profissão subdividida por pedreiro, carpinteiro, estucador, marceneiro e torneiros, já parecendo uma preocupação com o controle do mercado de trabalho.

“Art. 146. O sócio arrematante de qualquer obra pública ou particular terá por obrigação preferir e aceitar para os seus trabalhos os sócios, que lhe solicitaram ocupações”.²⁶³

256 Idem.

257 Pará. Arquivo Público do Estado. Fundo Secretaria da Presidência da Província Fundo Secretaria da Presidência da Província. Mios das Sociedades e Associações, 1880-1889. cx. n. 382.

258 Actos do Governo da Província do Grão-Pará, que forma a segunda parte da coleção das leis do ano de 1881. Tomo LXIII. Belém TYP. Do “Diário de Notícias”, 1883, Portaria de 9 de agosto de 1881.

259 Atos do Governo da Província do ano de 1882. Torno XIXI. Pará. Typ. Do Diário da Tarde, 1881 Portaria de 4 jan., 1882.

260 Idem. Portaria de 28 jan., 1882.

261 Idem. Portaria de 28 jan., 1882.

262 Idem.

263 Idem. Portaria de 18 mar., 1882.

Neste artigo já transparecia elementos das sociedades de resistência e discutia a valorização de trabalho manual, na medida em que a defesa do emprego dos associados previa a defesa da profissão e construía a unidade dos sócios pelo exercício do ofício. A “Sociedade Beneficente Protetora dos Caixeiros” teve seu estatuto aprovado, em 18 de março de 1882, e acrescenta aos “socorros mútuos” à obrigação de promover instrução aos seus membros.

Fazendo uma avaliação destes estatutos, observamos que o termo mais utilizado foi de operários ou artistas. Todas elas propunham uma série de auxílios para seus membros, na doença, na invalidez e socorros jurídicos caso fossem presos. Propunham pensão aos familiares de seus sócios, até mesmo ajuda para viagem ao exterior. As questões relacionadas à instrução foram muito discutidas entre os caixeiros, mas não aparece nos estatutos das outras associações de socorros mútuos.

No dia 28 de Agosto de 1888, encontramos duas notícias de sociedade mutuárias: a “Sociedade Beneficente de União Operária” e a “Sociedade Beneficente de Trabalhadores e Diversa”. Estas denominações indicavam possíveis identidades em relação ao trabalho e uma certa diferenciação na valorização do mesmo. Suas nomenclaturas enfocavam não mais uma divisão por ofício, mas por classe. No dia 20 de Agosto de 1893, o Correio Paraense publicou uma matéria da “Sociedade Benemerita Beneficente Mecânica Paraense” que informava o 14º aniversário dessa associação. Nesta comunicação o Sr. A. J. de Lima indicava que “alguns artistas fundaram nesta terra esta sociedade”. E referem-se também a uma classe artística:

“E se há quem mais precise da Sociedade para educar-se, é sem dúvida, a classe artística, que sendo em sua maioria composta de homens baldos de recursos, procuram nos últimos ramos da arte o meio de subsistência sem primeiro cultivarem a sua inteligência.

Razão porque, senhor, a arte no Brasil, e no Pará, ainda não chegou ao grau de adiantamento, que se nota nos países mais civilizados; infelizmente é verdade, mas devido ao atraso em que vivemos, a classe artística só é lembrada em certas ocasiões em que os espertos exploram a sua ignorância”.²⁶⁴

Podemos observar que J. Lima identificava os mecânicos como fazendo parte de uma classe artística colocando-os como trabalhadores especializados e fazendo parte de um conjunto, cuja identidade para o autor foi construída, no mínimo, há 14 anos. Para ele as Sociedades Beneficentes faziam parte da prosperidade de um povo e a partir delas o homem pode tornar-se útil a si, tornando-se diferente entre os outros trabalhadores

aqueles que pertenciam à uma Sociedade Beneficente, pois estas lhe ajudavam a lutar pela vida.

Estas sociedades de auxílios mútuos com base em ofícios manuais tiveram importância no Pará, nas três últimas décadas do século XIX. A qualificação profissional era uma das preocupações dessas associações, elas, por vezes, juntaram assistência e a defesa de condições de trabalho como elementos constituidores da sua identidade. Podemos perceber então que a concepção mutualista e a perspectiva classista estavam incorporadas nas práticas e discursos dessas associações beneficentes.²⁶⁵

A presença portuguesa é marcante nas organizações de beneficência. Vários dos fundadores destas associações eram portugueses e a própria colônia portuguesa no Pará, tinha como uma das preocupações a situação assistencial dos imigrantes portugueses no Estado.²⁶⁶ O período anterior à República, as formas mutualistas de organização dos trabalhadores são incentivadas. Em 1865, surgiu a Sociedade Beneficente Artística Paraense. Em 1866 no mês de dezembro foi fundada a Sociedade União Paraense com dezessete membros entre artistas e intelectuais.

Os tipógrafos fundaram uma associação beneficente, em 24 de agosto de 1871, que foi dissolvida, em 28 de setembro de 1881, a “Associação Tipográfica Paraense”. No segundo semestre de 1883, apareceu a “Liga Operária” cujo presidente foi José Agostinho dos Reis. A “Liga Operária” queria unir os interesses das várias associações mutualistas então existentes. Estas sociedades já apresentavam uma perspectiva de unidade das várias categorias de trabalhadores no Pará, construindo um discurso de união dos trabalhadores.

264 O Correio Paraense, 20 ago., 1893.

265 BATALHA, Cláudio. **Sociedades de Trabalhadores no Rio de Janeiro do Século XIX**: Algumas reflexões em torno da formação da classe operária. In: Cadernos AEL: Sociedades Operárias e Mutualismo. v. 6, 10. Campinas: UNICAMP, 1999.

266 Em um livro publicado em 1920, Assis Brasil pretendeu “contribuir para honrar Portugal” dar informações sobre a colônia portuguesa no Pará. Este livro foi encomendado pela Junta Federativa das Associações Portuguesas no Pará, fundada em 15 de março de 1920. A Sociedade Portuguesa de Beneficência foi fundada a oito de outubro de 1854 por um grupo de negociantes portugueses. Esta sociedade deveria servir de amparo aos seus membros, nas prevenções da vida como as enfermidades. Exigia-se para a entrada na sociedade que o proposto fosse cidadão português no gozo dos seus direitos, tivesse bons procedimentos, residisse no Pará ou Amazonas e ganhasse em emprego lícito a sua subsistência. A Beneficência construía o hospital D. Luiz 1, para atendimento de todos os habitantes do Pará que necessitassem de ajuda e em 1875 a diretoria do Asilo Português da Infância. Desvalida propôs à Beneficente a incorporação do mesmo à sociedade. Outras sociedades de socorro mútuo, de origem portuguesa, foram a Caixa de Socorro D. Pedro V e a Associação Vasco da Gama. Esta se instituiu a 20 de maio de 1898 e a maioria de seus sócios era de empregados do comércio (ASSIS, Brasil. O Pará e a Colônia portuguesa.. Tip. da Livraria Gilltt. Pará, 1920).

5.2. A REPÚBLICA E AS GREVES

A República no Pará trouxe logo decepção àqueles que lutaram pelas melhorias das condições de trabalho e pela garantia de direitos políticos e sociais através da organização dos trabalhadores. Os movimentos contestatórios à República expressavam os interesses de vários setores sociais em ultrapassar o projeto republicano vencedor. No Pará podemos observar que os trabalhadores em ofícios artesanais e de prestação de serviços se organizaram em sociedades de socorros mútuos, buscando exercer a solidariedade e reforçar os laços de identidade construídos no espaço do trabalho. Estas organizações eram por vezes contestadora dos governos republicanos e em outros momentos auxiliaram a implantação da República no Pará. “À exceção da cidade de Santos, que viveu greves importantes no porto em 1891 e 1897, a maioria das greves da última década do século XIX no Brasil desenrolou-se no âmbito de empresas ou oficinas.”²⁶⁷

Diferentemente do que afirma Cláudio Batalha, a maioria das greves em Belém foi localizada principalmente em categorias de serviços urbanos feitas contra posturas municipais. No dia 04 de Julho de 1883, foi noticiada uma greve de leiteiros.²⁶⁸ A greve era contra a nova postura municipal que proibia a venda de leite impuro, ou seja, adicionado com água. Os fiscais dos distritos impediram a venda em domicílio, sem a presença da vaca a porta do comprador, o que levou a categoria:

“Continua a greve dos leiteiros. Ainda ontem não se resolveram a sair com as sujas e magras vacas.

Estão (...). porque a comarca fez com que o povo não fosse mais roubado.

Mas alguns dias de espera, e as que gostam de leite terão prazer de comprá-la a porta de suas casas.”²⁶⁹

Os leiteiros saíram em passeata com suas vacas e latas de leite pela cidade e sofreram repressão dos fiscais que “deram caça aos infratores da lei”.²⁷⁰ Os fiscais apreenderam as vasilhas e a Câmara de Belém pediu à Presidência da Província o auxílio da polícia para reprimir a greve dos leiteiros.

A greve dos aguadeiros de 11 de dezembro de 1883 foi notícia na imprensa paraense que criticou o governo da Província, pela falta de trato com os aguadeiros. A greve, segundo o Diário de Notícias, era a segunda vez que ocorreria²⁷¹, e nos dá informações sobre as condições de trabalho dos vendedores de água em domicílio, em Belém, e diz muito sobre suas relações com o poder municipal.

O aguadeiro é um dos tipos paraenses discutidos no romance Hortência, de Marques de Carvalho. O autor começa o romance descrevendo o cotidiano de uma das mas de Belém, a partir de vários tipos urbanos da cidade. O aguadeiro é citado no momento em que Hortência caminha para Santa Casa.

“Um velho e mago boi preto, de largas ventas acinzentadas e flancos cheios de purulenta crosta verde, arresta a passos cadenciados de escravos infeliz muna carroça, na qual uma pipa d’água ostenta o dorso vermelho com arcos pintados a tinta azul E o aguadeiro vai adiante, muito corado e destilando suor dos membros, dando com a ponta da corda pequenas pancadas pelo dorso do animal e pronunciando em voz alta monossílabos intimativos de marcha”²⁷²

“Mas, à esquina do cemitério, na confluência da estrada com a rua de S. Vicente de Fora, aparecia um aguadeiro, seguido por seu carro puxado por forte boi melado, de cornos retorcidos em largas espirais. O dono do carro trazia calça e blusa de grosso brim azul escuro, novo, com enormes botões brancos lustrosos. Era um português de farto bigode louro e cútis tostada pelos ardentes ósculos do sol. Gotas de suor brilhavam-lhe na testa, por baixo do chapéu de palha do Chile, e na ponta do nariz. Assoviava ternamente uma canção popular de Trás-os-Montes, cuja letra começa assim:

Quando eu quis, tu não quiseste (bis)”²⁷³

Neste romance a identificação do aguadeiro como português, se expressa pela música. Uma das possibilidades para analisar a imagem do aguadeiro é que o autor tenha trazido para o romance o que era visível como sujeitos sociais do espaço urbano de Belém. A presença portuguesa na profissão foi também identificada no romance através da vestimenta do aguadeiro.²⁷⁴

Conhecedores do sistema de distribuição de água em Belém, no fim do século XIX, os aguadeiros eram, em sua grande maioria portugueses²⁷⁵, saiam em grande número para atender toda a cidade. Não havia local apropriado

267 BATALHA, Op. cit., 1999. p. 38.

268 Diário de Notícias. 4 jul., 1883. p. 2.

269 Diário de Notícias. 5 jul., 1883. p. 2.

270 Diário de Notícias. 10 jul., 1883. p. 2.

271 Diário de Notícias. 12 dez, 1883.

272 CARVALHO, Marques de Hortência. Belém: CEJUP/SECULT, 1997. p. 27.

273 CARVALHO, Marques de. Op. cit. , p. 47.

274 Hortência é o primeiro romance Belenense que fixa quadros urbanos. É um romance naturalista Em quase toda a obra estão focalizados aspectos da cidade. A cidade é a do fim da monarquia e não foram instalados os serviços de abastecimento de água, de modo que os aguadeiros fazem parte da paisagem humana, com suas carroças e pipas d’água

275 CRUZ, Ernesto. **História do Pará**. 2 v. Belém-. SECULT/Imprensa Oficial, 1883. p. 540.

para as carroças destes trabalhadores, o que criava conflitos com os condutores de bondes por deixarem as ruas cheias das carroças com leite, as quais dificultavam o trânsito. Os terrenos do Paul D'água foram desapropriados pelo poder municipal, em 1865,²⁷⁶ ficando também o serviço de venda d'água a cargo do Tesoureiro Provincial.²⁷⁷ Até 1867,²⁷⁸ os serviços d'água potável não tinham sido implementados na cidade. A sugestão do Diretor de Obras Públicas, Dr. José Félix Soares no mesmo ano foi aceita pelo governo que buscou uma Companhia para implantar o serviço, pagando uma subvenção anual em troca de estabelecimento, nas mas da cidade, de duzentas a trezentas bicas d'água.

Estas bicas distribuiriam a água gratuitamente.²⁷⁹ Mas o serviço não foi feito e, em abril de 1869,²⁸⁰ o Presidente da Província Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo fechou contrato com João Augusto Corrêa.²⁸¹ Neste contato a distribuição da água seria feita por meio de oito chafarizes e doze torneiras, os quais forneceria água gratuitamente quando houvesse incêndios. A venda d'água nos oito chafarizes e doze torneiras seria feita na razão de oitenta réis por hectolitro d'água. A companhia obrigava-se também a ter o número suficiente de carroças para distribuição e venda d'água nos domicílios. Este contrato foi reincidido por não ter sido executado.

Em 1870, foi feita a limpeza do Pau D'água e a despesa com esse serviço subira a 15 contos de réis e a pipa de água passou a ser vendida por 100 réis. Neste mesmo ano o Dr. Abel Graça, presidente da Província, declarou na 'imprensa que estava disposto²⁸² a acabar com a concorrência dos aguadeiros e arrendou os poços do Pau D'água à firma Saldanha & Cia. O problema continuou e se agravava, já que em 1872, os poços do Pau D'água não satisfaziam mais as exigências da população. A água não era de boa qualidade e era cara. Mais de dez anos se passaram e o abastecimento de água potável ainda não era uma realidade. O Barão da Vila da Barra²⁸³ resolveu contratar os Srs. Francisco Maria Cordeiro e José de Vila Flor, para nova tentativa.

Neste contrato a água seria vendida nos chafarizes a 20 réis cada barril de 25 litros. Mas não foi desta vez ainda resolvido o problema da Província, o Dr José da Gama Malcher, dando cumprimento à Lei n.º 898,²⁸⁴ designou o Engenheiro Guilherme Cruz para proceder aos estudos necessários à canalização d'água potável. Enquanto os estudos eram feitos

a situação continuava caótica. Os moradores continuaram servindo-se das águas do manancial do Pau D'água.²⁸⁵

“Apesar de não haver realizado trabalho algum como propusera ao governo, o privilégio do encanamento d'água potável pertencia ao concessionário Edmundo Compton. Concedeu este, os seus direitos a uma empresa denominada Companhia das do Grão Pará. Os seus estatutos foram aprovados pelo Decreto n.º 8.243 de 3 de setembro de 1881.”²⁸⁶

O governo colaborou com a Companhia das Águas do Grão Pará, com a desapropriação de terrenos para uso da Companhia, gastando cerca de 52:302:202\$463 réis para uma área desapropriada de 1.486.202 km².²⁸⁷ Enquanto a Companhia prosseguia nos trabalhos de assentamento dos canos e construções dos tanques a cidade serviu-se dos poços do Paul D'água, cercando outros espalhados por Belém. Por vezes as reclamações vinham à imprensa denunciando a situação caótica do abastecimento de água.

“Na A Província do Pará de 25 de janeiro de 1883, vem estampadas uma dessas reclamações ‘sobre o estado lamacento, imundo e intransitável, em que está a Rua de Santo Amaro, entre a Estrada de São José e a Travessa de São Francisco, nas imediações dos poços d'água potável para abastecimento público’...”²⁸⁸

Percebe-se que os aguadeiros continuavam, servir a população e que esta pagava caro a água que bebia. Havia também a noção de que os impostos encareciam o preço da água. A Companhia inaugurou o serviço permanente do estabelecimento d'água potável, por meio de canalização, a 1º de Setembro de 1883. Mas os serviços foram irregulares e os aguadeiros continuaram em atividades, concorrendo com a companhia.

276 Ofício datado de 11 jan., 1865.

277 Ofício datado de 10 jan., 1865.

278 CRUZ, Ernesto. Op. cit. p. 540.

279 Relatório com que o Presidente de Lamario passou à administração da Província do Grão Pará ao excelentíssimo St Visconde de Arary, 1º Vice Presidente, em 6 de Agosto de 1868. Lei nº 251 de 23 de Setembro de 1867.

280 CRUZ, Ernesto. Op. cit., p. 541.

281 CRUZ, Ernesto. Op. cit., p. 542.

282 CRUZ, Ernesto. Op. cit., p. 544.

283 CRUZ, Ernesto. Op. cit., p. 546.

284 1º de maio de 1877.

285 Relatório apresentado ai excelentíssimo Sr.º Dr.º Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, pelo excelentíssimo Sr.º Dr.º Pedro Vicente de Azevedo, par ocasião de passar-lhe à administração da Província do Pará, no dia 17 de Janeiro de 1875.

286 CRUZ, Ernesto. Op. cit., p. 548.

287 CRUZ, Ernesto. Op. cit., p. 548.

288 CRUZ, Ernesto. Op. cit., p. 549.

Em 1883, apenas 100 unidades urbanas, aí incluídas as casas comerciais, possuíam canalização. Havia também torneiras onde o público podia comprar água²⁸⁹, mas o hábito de compra diretamente dos aguadeiros era muito forte na população.

Esta era a conjuntura em que se deu a greve. Pela imprensa podemos conhecer o trabalho dos aguadeiros que levantavam às quatro horas da madrugada e dirigiam-se para os poços de água, nas suas carroças, para encher suas pipas de água, para vender na cidade. Provavelmente, a hora de encher as pipas era hora de conversa, de articulação e tomadas de decisões. Os jornais indicam que a greve começou às cinco horas da madrugada no poço da estrada de Nazaré, que se tornou espaço de reunião dos grevistas.

O motivo da greve foi a venda em hasta pública de uma pipa pertencente a um aguadeiro, português, que se havia recusado pagar a multa em que incorreu, por ter faltado a um incêndio na Travessa da Princesa. As notícias nos jornais expressam a importância desta categoria de trabalhadores na cidade. Belém, nessa época, estava com 120.000 habitantes, ou seja, o número de residências e casas comerciais servida com água encanada era muito pequeno. No momento da greve dos aguadeiros as praças e casas particulares, onde havia torneiras da Companhia das Águas, ficavam com filas enormes²⁹⁰. A população reclamava do número escasso das torneiras públicas nas “praças e cantos” e questionava se a Companhia não deveria fornecer gratuitamente alguns litros d’água.

As notícias da greve na imprensa ressaltam que a paralisação era contra a Câmara Municipal, por perseguição aos aguadeiros com multas. Discutindo a greve, os jornais passaram a questionar a distribuição das torneiras da Companhia das Águas na cidade e do preço da água vendida nas residências. O debate sobre a colocação de torneiras públicas em todos os cantos para distribuição gratuita era uma das críticas a Companhia. Eram “raras as torneiras e estas em casas particulares”.²⁹¹ O *Diário de Notícias* via como justo o motivo da greve, pois pública em suas páginas declarações do tipo: “Fazem bem os aguadeiros: matem-nos à cede, assim o quiseram os nossos legisladores e assim o querem os nossos beneméritos e diz... e a polícia também”²⁹²

No mesmo jornal foram publicadas as impressões da greve pelos outros jornais. O *Liberal do Pará*²⁹³ discordou da greve, por entender que a mesma era ilegal. Para O *Liberal do Pará*, os conflitos no mundo do trabalho deveriam ser discutidos

nos tribunais para garantir a justiça, “se é que esta está do seu lado”²⁹⁴. A greve para o jornal era uma brutalidade, um instrumento de força e de violência. Diferentemente do *Diário de Notícias*, O *Liberal do Pará* dava conselhos à Companhia das Águas para apressar os trabalhos de encanamento da água na cidade e encara a greve como: “Caprichos dos que por qualquer bagatela entendem dever caçoar com uma população inteira”.²⁹⁵

A chamada da polícia para intervir na greve era também outro tema do jornal. A *Província do Pará*²⁹⁶ ressaltou a importância dos serviços dos aguadeiros para a cidade. Ficou claro para Província a necessidade dos serviços dentro de uma cidade que não tinha na sua grande maioria escravos domésticos²⁹⁷ para lançar mão e encher as pipas nas torneiras onde se vendia água. O jornal declarou ainda que não pregava a desobediência à Lei “nem dos que semeiam a anarquia”, mas considerava que os aguadeiros sofreriam vida de cão. O jornal A Constituição criticava os aguadeiros pelo não cumprimento dos seus serviços.

Podemos observar que a greve dos aguadeiros era uma greve contra o poder municipal, não era dirigida contra um patrão, mas contra uma norma, uma lei e esta experiência deve ter criado elementos de consciência de classe, que levaram a pensar o Estado como um possível adversário. Os aguadeiros demonstraram para a população de Belém que eram senhores de suas vontades, donos de suas pipas, donos de seus bois e burros, assim como de suas carroças. Como prestadores de serviços sabiam que estavam enfrentando um poder constituído, o que os colocava em conflito com a cidade. A imprensa solicitou a interferência da polícia para acabar com a greve dos aguadeiros e neste debate a visão preconceituosa contra os portugueses volta à tona:

“A que estado chegamos num século apregoado pela tuba dos profetas e pela lira dos poetas como contando em si capaz, o progresso, a abundância, a luz e a civilização: o povo pede água, enquanto os portugueses aguadeiros, estes pândegos, ao redor das sebtas mesas das tabernas, bebem à saúde e à conservação intérmina da liberdade no Brasil! Fazem muito bem...”²⁹⁸

289 CRUZ, Ernesto. Op. cit. p. 551.

290 CRUZ, Ernesto. Op. cit., p. 551.

291 Diário de Notícias. 13 dez., 1883.

292 Diário de Notícias. 13 dez., 1883.

293 Diário de Notícias. 13 dez., 1883.

294 Liberal do Pará. 12 dez., 1883.

295 Liberal do Pará. 12 dez., 1883.

296 A Província do Pará. 12 dez., 1883.

297 NETO, José Maio Bezerra. **Escravidão negra na Amazônia (Sécs. XVII-XIX)**. Belém- Pará. Paca Tatu, 2001.

298 Diário de Belém. 12 dez., 1883.

Nestes momentos de conflitos os trabalhadores portugueses são representados como mentores da anarquia, da desobediência as leis, como donos da liberdade ilimitada, assim como bêbados e sujos. Noções preconceituosas eram divulgadas sobre seus locais de encontros, as tabernas. Estas eram os locais de “portugueses e de vagabundos”, e era neste espaço que os grevistas discutiram suas necessidades e deliberaram sobre suas ações na greve.

O debate foi acirrado nos jornais. Pela leitura das suas páginas percebemos que as especificidades do trabalho dos aguadeiros possibilitou a construção da greve, já que era mais fácil o controle dos pontos de venda de água pelos aguadeiros e a reunião dos grevistas nestes pontos, não existindo a figura do patrão, foi mais fácil a pressão perante o poder municipal que estava fragilizado por não ter conseguido construir as torneiras públicas em número suficiente para as necessidades da população.

A greve também foi debatida como sendo uma ação da grande maioria dos aguadeiros, não tivemos notícias de furas greves, muito pelo contrário, a greve foi discutida como forte e geral. Não houve também a presença de qualquer organização reivindicando a direção do movimento. Todas as notícias dão conta de comissões de trabalhadores negociando com o poder municipal. A repressão a greve foi grande e parte da imprensa aprovou a ação da Câmara Municipal.

“Ontem foi preso o português aguadeiro Domingos Rodrigues dos Santos, por desordens. Efeitos da greve...”²⁹⁹

Não encontramos os autos de perguntas destas prisões, mas tomamos conhecimento delas pelos jornais. O interessante é que o motivo da prisão foi a desordem, não a ação da greve. Os jornais não criticam a ação da polícia, nem da Câmara Municipal. Esta greve serviu também para aprofundar o debate sobre a insuficiência da Companhia das Águas e o pouco caso desta por não ter priorizado a colocação das torneiras públicas.

O motivo da greve não era só a ameaça de venda em hasta pública das pipas dos aguadeiros, que se recusavam a socorrer os incêndios e de pagar a multa por isto. Outro motivo foi o sequestro dos carros e bois de alguns aguadeiros, “ficando os animais muito maltratados no depósito”.³⁰⁰

Os conflitos com a Câmara Municipal foram cada vez mais evidentes na greve dos aguadeiros, neste momento emergem as condições de trabalho, com a tentativa de controle

do tempo deste e do uso de seus instrumentos de trabalho pelos aguadeiros. O confisco de seus bens por parte do poder público foi a negação de controle do seu trabalho e de seu ofício. Para os aguadeiros, a greve foi o instrumento para exigir maior liberdade para dispor de seu tempo e de seus bens.

A exigência de ter de socorrer os incêndios, já que não havia corpo de bombeiro na cidade³⁰¹ pareceu absurda para os aguadeiros, pois permitiu o controle sobre parte do seu tempo. Outra denúncia feita na greve era que os aguadeiros quando compareciam aos incêndios, eram vítimas de toda “sorte de tropelias”³⁰² por parte dos soldados, sofrendo prejuízo em seus materiais de trabalho, além de violência por parte dos policiais, os quais descarregavam os sabres nas costas dos aguadeiros.

No nosso entendimento estas vivências criaram vínculos de solidariedade que permitiu que, no final do século XIX, estas categorias de trabalhadores de serviços com predominância de trabalhadores portugueses expressassem elementos de uma consciência de classe em formação. A Greve dos Condutores de Bondes foi outro movimento contra as posturas municipais:

“Para uma classe tão oprimida quanto é a nossa, pelo mau pagamento que recebemos e que ainda se nos fosse pago, bom seria, mas que são sempre rebaixados pelas sucessivas multas que nos são impostas, aconselhamos a que façamos greve, por que na falta de pessoal hão de aumentar nosso ordenado, que nos é arrancado com sacrifício do nosso corpo e talvez da própria alma, pois como os colegas não ignoram são inúmeros os aguadeiros que apanhamos e enormes os resfriamentos e constipações que daí resultam, para ganhar a miséria de 2\$000 réis diários”.

Miséria!!

Colegas, a união faz a força, unamo-nos, por que os tais diretores que usurpam o nosso suor, ou hão de remunerar bem os nossos serviços ou ficaram sem empregados.

Muitos cocheiros e condutores”.³⁰³

Mas nos fixemos nas turbulências de 1892. O ano começou com a greve dos foguistas e marinheiros da Companhia do Amazonas, com os trabalhadores reivindicando aumento salarial, mas a empresa resolveu embarcar catraieiros e estivadores em substituição dos marítimos e assim provocou a revolta destes.

299 Diário de Notícias. 13 dez., 1883.

300 Diário de Notícias. 15 dez., 1883.

301 Idem.

302 A Província do Pará, 16 dez., 1883.

303 Aos Cocheiros e Condutores de Bondes. In: Diário de Notícias. Belém, pag. 43, 21 de Maio de 1890. Citado por AMARAL, Alexandre Souza O Espaço do Trabalho: A vivência urbana dos condutores de bondes na imprensa paraense no final dos oitocentos. Belém, jul., 2001. Mimeo.

Houve também a greve dos trabalhadores da Companhia Amazonas³⁰⁴ com repressão da polícia para ajudar os funcionários da Companhia contra os grevistas.³⁰⁵ O corpo de infantaria e um esquadrão da cavalaria foram chamados, segundo o 1º prefeito, para “manter a ordem”. As ameaças aos grevistas eram feitas dentro dos navios, como o “Rio Branco”. A greve foi por aumento de salários e os donos da companhia começaram a contratar outros trabalhadores, o que revoltou os grevistas. Os grevistas argumentavam que a companhia havia prometido aumentar seus salários e não havia cumprido o compromisso. As viagens das linhas foram paradas, e o comércio para o interior do Estado foi interrompido.

Os condutores e cocheiros da Companhia dos Bondes³⁰⁶, que faziam viagens para Batista Campos declararam-se em greve devido uma multa de \$ 600,00 que lhes foi imposta pela diretoria, o que os trabalhadores consideraram uma injustiça.

Houve greve dos catraieiros, no dia 24 de Agosto de 1892. Estes trabalhadores entraram em greve contra uma medida do Conselho Municipal que cobrava pesados impostos da categoria. O *Correio Paraense*³⁰⁷ defendeu a greve e culpou o Conselho Municipal pelas arbitrariedades: “Sabemos que já foi requisitado ao Inspetor da Alfândega o emprego de meios violentos para extorquir dos pobres catraieiros o dinheiro que a Intendência quer.”³⁰⁸

O recurso à violência e a utilização da greve como forma de desgaste dos controladores do poder municipal foram criticados no *Correio Paraense*. Para o jornal, a greve dos catraieiros foi justa por ser um “protesto erguido em nome do direito contra a prepotência”. O jornal identificava o poder municipal como despótico e tirânico que em nome da “ordem e progresso” cometia arbitrariedades. Infelizmente não encontramos jornais ou panfletos dos grevistas. Não sabemos se estes tinham a mesma identificação do poder municipal que lhe dava o *Correio Paraense*. O certo é que a greve dos catraieiros os indispôs com o poder público.

“Se os catraieiros fossem nacionais, se em vez de estrangeiros, fossem brasileiros outro seria nosso conselho...

Como cidadãos cabia-lhes o direito de fazer outra coisa...

Como estrangeiros não lhes é lícito, mais que este mudo protesto.

Estando, como estão, discriminadas as rendas, provadas esta a exorbitância das Intendências.

A decretação do imposto é arbitrário, iníquo, ilegal.

Os catraieiros devem resistir e não pagar.

Que a Intendência vá por diante: violência sobre violência, seqüestre-lhes bens, penhore pessoas e venda tudo para fazer dinheiro.

Correu dinheiro...

Nada chega para seus gastos em benefício deste povo, que repugna a escravidão.

Para benefício público...

Que irrisão!”³⁰⁹

O imposto que a Intendência queria cobrar era em percentual de cada volume transportado do Porto de Belém. Percebemos que o *Correio Paraense* indicou outro caminho caso os trabalhadores fossem nacionais. Provavelmente o caminho do voto para destituir o Conselho Municipal nas próximas eleições:

“Quem mais tem sofrido com esta resolução dos catraieiros, a maioria portugueses, tem sido o comércio, que tem deixado suas mercadorias nos trapiches sem o poder embarcar, e outras expostas nas alfândegas. Tenham paciência, conservem na lembrança estes fatos, e, a seu tempo reelejam os atuais membros do conselho que tão bem sabem zelar os interesses gerais”.³¹⁰

A República noticia também que a greve teve alguns pontos fracos o que permitira os fura greves aparecerem. Nesta greve a presença de trabalhadores portugueses é citada como uma presença forte na categoria. Há notícias de trabalhadores catraieiros que vinham a bordo de um dos vapores onde estavam trabalhando e foram agredidos pelos grevistas. O interessante é que nesta greve os imigrantes portugueses são os dirigentes da greve. Para *A República*³¹¹, a greve foi vista como injusta pelo pedido de aumento de salários e como imprópria por impedir o desenvolvimento do Estado. Esta greve foi bastante reprimida e fracassou pela contratação de estivadores nacionais para substituir os grevistas.

Os trabalhadores da Companhia de Estivadores da Borracha declararam-se em greve,³¹² por aumento de salários e apresentaram uma tabela de salário que não foi aceita pela Companhia Brocklehurst & Cia. Os grevistas não concordaram com o aumento e segundo *A República*³¹³ “estiveram em festejos na rua de Belém”.

304 Diário de Notícias. 28 jan., 1892.

305 Diário de Notícias. 29 jan., 1892.

306 “Greve”. In.: *Diário de Notícias*. 3 ago., 1892. p. 2.

307 *Correio Paraense*. 24 ago., 1892. p. 2.

308 *Correio Paraense*. 24 ago., 1892. p. 2.

309 **A Greve**. IN: *Correio Paraense*. 27 ago., 1892. p. 3, coluna 1.

310 *Correio Paraense*. 24 ago., 1892.

311 *A República*. 2 fev., 1894.

312 Diário de Notícias. 1 fev., 1894.

313 *A República*. 1 fev., 1894.

No dia 10 de abril de 1894,³¹⁴ os magarefes do matadouro público declararam-se em greve, solicitando aumento de salários de \$ 800 réis por boi abatido, justificando para este pedido a carestia de vida. Procuraram negociar através de uma comissão formada pelo administrador do mercado, pelo escrivão, pelo capataz e alguns marchantes para negociarem com a intendência. O aumento que a Intendência concedeu foi de \$ 300 réis por cabeça abatida. Nesta greve, os faxineiros do mercado apresentam suas reivindicações argumentando extensa jornada de trabalho em locais insalubre. O capataz do mercado solicitou salário igual aos maquinistas.

Outra greve foi a dos peixeiros.³¹⁵ A greve começou, no dia 06 de Janeiro de 1902, contra o imposto baixado pela intendência de 100 réis pelo quilo de pescado vendido. Os barcos geleiros ficaram vazios e no Porto de Belém, perto de 70 (setenta) canoas. Os grevistas negociaram com a intendência, através de uma comissão de “pessoas idôneas”. A forma de organização da greve era o convencimento de cada pescador. Os grevistas esperavam os pescadores e cada barco que chegava no porto era abordado e solicitado que cada pescador engrossasse a greve.

No dia 9 de janeiro de 1902, a greve já contava com cinquenta e sete canoas paradas, algumas já chegavam com o peixe salgado devido o conhecimento da greve. Os grevistas negaram nos jornais a notícia que andavam com rifles para

ameaçar os peixeiros. Eles se declaram em greve de paz e não violência e reivindicaram sua greve como justa.

Não observamos jornais operários por categorias, salvo raras exceções. Os trabalhadores utilizaram dos jornais de grande tiragem, como o Diário de Notícias, para divulgarem suas queixas, seus protestos e pedidos de aumentos. Lendo estes jornais ficamos sabendo que os práticos³¹⁶ fizeram um abaixo assinado salientando aumento pela Companhia do Amazonas.³¹⁷ Neste caso, o jornal serviu de instrumento de negociação.

Já analisamos as categorias, onde estes imigrantes portugueses fizeram notar³¹⁸, avaliamos que as greves, no fim do século XIX, em Belém, eram na sua maioria, em setores de prestação de serviços que de alguma forma se opunham às posturas ou aos impostos municipais. Neste tipo de greve, o imigrante português é visualizado como o organizador dos movimentos e o próprio trabalhador típico das categorias em greve.

Avaliamos que estes elementos de aglutinação foram possíveis porque estes trabalhadores já tinham somatizado várias experiências no mundo do trabalho, que agrupou seus interesses com as lutas contra a violência policial. Estas experiências muitas vezes vivenciadas em uma oficina, na rua contra os trabalhadores nacionais ou se contrapondo aos policiais, foram elementos aglutinadores para expressarem uma identidade coletiva, nos momentos de conflitos.

314 Diário de Notícias. 10 abr., 1894.

315 Folha do Norte. 7 e 9 jan., 1902.

316 Diário de Notícias. 6 set., 1893.

317 Idem.

318 Podemos afirmar isto se levarmos em consideração as profissões com presença de portugueses, a partir das fichas do consulado analisadas no capítulo segundo.

5.3. ANTÔNIO LEMOS E OS AMBULANTES PORTUGUESES

A presença de imigrantes nos movimentos de contestação à administração municipal foi uma constante no período da administração do Intendente Antônio Lemos. A postura de colocar-se contra as leis municipais levou o imigrante português ao confronto com o poder municipal e com os agentes da fiscalização. Sem dúvida foram conflitos que possibilitaram construir uma memória de imigrantes portugueses como anti-lemistas feita por historiadores paraenses e na própria construção da memória que Antônio Lemos fez do seu governo na cidade de Belém.³¹⁹

A Partir dos dias 10 e 20 de setembro de 1907 os carroceiros de Belém entraram em greve, reivindicando a suspensão da taxa de matrícula dos carroceiros e a não monopolização dos serviços pela Empresa Americana de Veículos.

Em 1907 o Intendente Antônio Lemos declara em seu relatório o seguinte:

“As greves — Ao findar a primeira quinzena de setembro, declarou-se nesta Capital um movimento grevista originado em inverdades e boatos postos em circulação pelos inimigos do Governo Municipal. Promoveram-no, como joguete inconsciente de pescadores de águas turvas, os carroceiros portugueses que, segundo espalhavam os seus ignóbeis insufladores, seriam dentro de pouco tempo coagidos ao pagamento de avultada taxa de sua modesta profissão, que ficaria, afinal, monopolizada para tomar a si, exclusivamente, o serviço de transporte de cargas e bagagens.

A verdade é que havia expirado prazo para a expedição de matrículas aos carroceiros — medida antiga que, por tolerância, o Executivo retardara — e que os agentes da fiscalização municipal, dentro da lei, começavam a apreender carroças, cujos condutores não haviam cumprido aquele dispositivo legal.

Era uma explicação torpe, semelhante à de que, no início da administração Montenegro, foram vítimas os empregados do comércio. Onde se conclui que os Srs. Da oposição não São fecundados nos meios imorais de que se utilizam para chegar a fins de que ainda se acham imensuravelmente distanciados...

A greve durou cerca de oito dias, durante os quais os carroceiros, estimulados pelos indivíduos a que aludi linhas acima, se entregaram a lamentáveis despropósitos, cometendo desatinos que não podiam de forma alguma deixar de ser severamente repelidos”³²⁰

A interferência do Intendente para negociar o fim da greve através da “Sociedade União Protetora e Beneficente dos Carroceiros e Boleiros” não foi suficiente para terminá-la:

A polícia, cumprindo seu dever, agiu com energia e pouco a pouco serenavam os ânimos, não sem os que os boatos, os exageros, as especulações fervilhassem por todos os lados.

Três dias após a declaração da parede, fui procurado por urna comissão da diretoria da Sociedade União Protetora e Beneficente dos Carroceiros e Boleiros, que vinha solicitar a minha interferência, no sentido de pôr termo ao movimento. A essa comissão acompanhava o advogado da sociedade, Dr. Baptista Moreira.

De acordo com os desejos que assim me eram externados, entendi-me com o Sr. Intendente interino, ficando combinada a prorrogação do prazo para a matrícula dos carroceiros.

A despeito disso, não cessou a parede, por isso que os boatos de que o transporte de cargas ia ficar entregue à Empresa Americana eram cada vez mais irritantemente disseminados.

Entrementes, a Associação Comercial, representada pelos seus presidentes e secretários, entendeu-se comigo e com o chefe interino da Comuna, aos quais prestamos esclarecimento sobre o assunto.

Suas Senhorias publicaram então o seguinte boletim, voltando os carroceiros ao trabalho:

A Associação Comercial do Pará leva ao conhecimento do comércio em geral que, em conferência que hoje teve com o Sr. Senador Antônio Lemos, por intermédio dos abaixo relacionados, obteve de S.Exc. que, findo o prazo da atual prorrogação para cobrança da taxa de inspeção sanitária e matrícula dos carroceiros e boleiros, será de novo prorrogado até a próxima reunião do Conselho Municipal.

Autorizados por S.Exc. declaramos ser absolutamente falso o boato de que os carroceiros serão obrigados mais tarde a trabalhar com carroças da Empresa Americana de Veículos, mediante o pagamento de dois mil réis diários por carroça. S.Exc. declara mais por nosso intermédio que a Intendência garante aos carroceiros o livre exercício de sua Profissão...”³²¹

Quando se refere em seus relatórios às greves ocorridas na sua administração, o intendente identifica os carroceiros como imigrantes portugueses que estariam sendo ludibriados pelos seus inimigos políticos. Em 1908,³²² Belém viveu a greve dos hoteleiros que se indispuseram com a Empresa Americana de Veículos novamente, devido a fiscalização feita pelos empregados da empresa, no momento da venda das hortaliças e verduras o que os hoteleiros consideravam intromissão indevida no seu trabalho e no seu direito de comercialização.

A greve dos hoteleiros de 1908 teve forte repressão policial, com prisões e ameaças de morte aos grevistas³²³. A greve durou quatro dias e culminou com a negociação dando novos prazos e baixando os valores da taxa de recadastramento.

319 SARGES, Maria de Nazaré Belém: Riquezas Produzindo a Belle Époque (1870-1912). Belém: Paka-Tatu, 2000.

320 LEMOS, Antônio, José de. **O Município de Belém**. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém, na sessão de 15 nov., 1907. Pará- Brazil: Tw. Alfredo Augusto Silva, 1902 -1907. 5 v.

321 Idem.

322 Folha do Norte. 5 jan., 1908, n. 3651.

323 Idem

A Empresa Americana de Veículos tinha uma concessão dada pela intendência para explorar o comércio ambulante em Belém. A justificativa para tal concessão estava baseada nas condições de higiene que esta empresa empregaria no comércio de venda de peixes, verduras, vísceras, carnes e frutas que eram feitas de casa em casa. Ocorre que estas atividades eram desenvolvidas na sua grande maioria por imigrantes portugueses e toda vez que a Empresa Americana de Veículos queria transformar a concessão em monopólio, estes imigrantes se mobilizavam contra ela e contra o poder municipal que além de ter dado a concessão, aumentava as taxas e exigia matriculas na tentativa de retirar os vendedores ambulantes do mercado de trabalho. Com duração de quatro dias, a greve teve grandes demissões e repressões policiais. A Intendência descreve no relatório de 1908 apresentado em 1909, o seu modo de encarar as greves, após duas greves no mesmo ano:

“As greves eram inadotáveis a nossa índole e aos nossos costumes como transplantações que são, de sintomas espúrios de outras civilizações associadas por problemas sociais ainda não resolvidos e de cuja esmagadora responsabilidade estamos livres”.³²⁴

Para Lemos não havia necessidade da organização de operários no Pará. Para ele as idéias de contradição no capitalismo, ou mesmo os protestos frente às péssimas condições de trabalho eram idéias estranhas a boa índole do trabalhador paraense. Ele não via a “questão operária” no Estado, aqui vivia-se a “harmonia social”. O pensamento de Lemos foi compartilhado por Augusto Montenegro que assegurava no Álbum do Estado do Pará³²⁵ que:

“O operário no Pará, sem sindicatos nem congêneres associações, vive feliz”. Seu trabalho é bem remunerado. Geralmente o operário trabalha de sol a sol, isto é, das 6 1/2 da manhã às 5 1/2 ou 6 da tarde, com 1 hora ou hora e meia de descanso para o almoço. São, portanto 10 horas de serviço, como só tem conquistado especiais condições de trabalho.

Damos a seguir o salário diário do operário entre nós:

Um maquinista ganha por dia de 9 a 20.000 reis.

Um foguista, de 3 a 4.000 réis.

Um carvoeiro, de 6 a 12.000 réis.

Carpinteiro, de 5 a 9.000 réis.

Entalhador, de 8 a 12.000 réis.

Serralheiro, de 8 a 12.000 réis.

Ferreiro, de 6 a 10.000 réis.

Sapateiro, de 4 a 7.000 réis.

Ty-pographo, de 7 a 9.000 réis.

Impressor, de 7 a 10.000 réis.

Encadernador, de 5 a 8.000 réis.

Alfaiate, de 5 a 9.000 réis.

Pintor de edificios, de 8 a 10.000 réis.

Pedreiro, de 5 a 7.000 réis.

Servente de obras, de 2 a 4.000 réis.

Trabalhador agrícola, de 2 a 3.000 réis.

Trabalhador de estuda de ferro, movimento de ferras, etc., de 3 a 5.000 reis.

Esses preços são de moeda papel e são pagos semanalmente ou por quinzena.

Todos os demais ofícios são pagos dentro dos preços dos que acima ficam especificados. Para as grandes obras, tais como construção de estradas de ferro, onde sejam preciso milhares de trabalhadores já conta o Pará contingente numerosos e os estados do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte nos fornecem todo o pessoal de que possa haver necessidade.

Quanto a operários, embora tenhamos já um regular número deles, preparados para todos os serviços, há lugar ainda na capital e em todo o estado, para quantos queiram vir trabalhar entre nós nas artes liberais.

País novo e em grande progresso há lugar para todas as atividades”.³²⁶

A harmonia pretendida por Montenegro não foi vivenciada pelos trabalhadores em Belém. As organizações de sociedades beneficentes e as greves foram formas de questionar as relações de trabalho de formas diferenciadas na cidade questionavam o “mito” da Belle Époque paraense.

A tentativa do poder municipal de estipular regras para a execução de vários trabalhos, estabelecer posturamentos municipais na designação de locais específicos e a aplicação multas ou taxaço³²⁷ eram motivos para vários movimentos de contestação a Intendência. O Conselho da Intendência caracterizou como “Trabalhadores Infiéis” aqueles que faziam greve e a Intendência tentava impedir o exercício do seu trabalho.

“Determino ao Sr. Administrador do Mercado Municipal que proíba de entrar e negociar nesse estabelecimento os indivíduos Agostinho Ribeiro da Silva, Manoel Ferreira Carriço, Casemiro de Oliveira, Beniadino e José Rodrigues, os quais conforme sua informação, constituíram-se em greve com o fim de criarem dificuldades à execução de ordens administrativas do Município e pretenderam obrigar locatários do mesmo estabelecimento a os acompanharem nesse procedimento criminoso”.³²⁸

324 MIRANDA, Mauro A. L. - **As greves no Período de Lemos**: discurso moderno e prática arcaica (TCC em História/UTPA). 1992., p. 34.

325 Cf. Álbum do Estado do Pará, 1908. Paris: Imprimerie Chaponet, 1908, p.328-9. Obs. Cidade portuária, Belém deve aos trabalhadores do cais do porto a organização do 1.º Sindicato de classe, fundado em fev., 1914.

326 Idem.

327 Coleção de Leis, resolução de Actos da Executiva -Conselho Municipal, Códigos de Policiamento Municipal (1900) p. 18-70(1916). p.19-50, Arquivo Público Municipal.

328 Idem. *Actos do Executivo*, 1902, p 65.

No caso em questão os citados perderam o trabalho no mercado Municipal. Nas ocorrências policiais foram muitos os conflitos envolvendo vendedores ambulantes e os fiscais da Intendência. Os conflitos com a Empresa Americana de veículos perduraram, nas duas décadas iniciais do século a e as relações dos vendedores ambulantes com a Intendência foram por vezes violentas.

A Intendência queria contratar a venda ambulante com uma política de credenciamento e fiscalização.³²⁹ O principal instrumento de controle era a matrícula, que identificava o trabalhador, sua área de atuação devidamente reconhecida pelo poder municipal. A legitimidade para controlar o mercado de trabalho advogada pelo intendente Antônio Lemos foi contestado pelos trabalhadores ambulantes que viviam recorrendo às práticas alternativas com objetivo de burlar a fiscalização. Normalmente os trabalhadores foram presos por estarem sem licença e sem a matrícula.

“Compareceu Manoel João Padilha, 28 anos, casado, sem saber ler e escrever, residente ao largo do Carmo a° 27, e as perguntas da autoridade respondeu: que cerca de dez horas da manhã de José, José Pitta vendedor de peixe no Mercado de Ferro lhe deu um camorim único peixe que restava da porção que negociava naquele dia. O respondente de posse do camorim entregou a um dos seus empregados para que salgasse. Nessa ocasião apareceu um fiscal da Intendência, que disse ao respondente que não podia salgar aquele peixe, o respondente, declarou que aquele peixe era para consumo seu e que por consequência o fiscal nada tinha que intervir ali, o fiscal porém não atendeu a tal observação dando-lhe ordem de prisão, segurando-o pelo baço, digo, pelo braço o respondente escapou de uma das mãos, refugiando-se na canôa de sua propriedade, perseguindo-o a polícia lançou-se o respondente ao rio sendo depois de algum esforço preso e conduzido a esta chefatura e como nada mais.”³³⁰

“Ilmo Exm° Sr.

Manoel Assumpção, súbdito português, hordeiro e dono do carro com chapa n.º 16, achando-se no 5º Distrito a vender hortaliça pelas 7 horas da manhã do dia 8 do corrente foi intimado pelo guarda Fiscal Ozorio (do 4º Distrito) para apresentar sua licença e como não a tivesse consigo pediu para esperar que a fosse buscar.

Este guarda porém não lhe dando o tempo necessário para apresentar, mandou aprisionar o cano, e não obstante ele ter apresentado a licença no mesmo dia nem por isso lhe entregou o carro para poder tratar de sua vida.

No dia seguinte voltava falar com o guarda o qual não só não o atendeu, como ainda o ameaçou com prisão, e como não tendo cometido falta e tinha pago as respectivas licenças, veio queixar-se que não tinha sido devidamente atendido, e por isso eu rogava a S.Exc. se dignasse a mandar investigar o caso, fazendo a devida justiça como é do seu dever proceder.

Ilmo Exc. Senador Antônio José de Lemos

Digmº Intendente Municipal de Belém.

Adelino Ferreira

Cônsul de Portugal.³³¹

Manoel Padilha, poderia estar tentando vender peixe salgado diretamente da sua canoa para o público, o que era proibido pela Lei Municipal, quando foi surpreendido pelo fiscal e Manoel Assunção denunciou os maus tratos do fiscal que pedia sua licença. Encontramos várias prisões feitas pela polícia municipal de trabalhadores que infringiram o artigo 3º da lei n. 592, de 1910 e, posteriormente, por uma Lei complementar, de 28 de fevereiro de 1912.

Estas infrações foram devido à falta de matrícula e ocorrera em tomo dos mercados de ferro e do mercado de peixe de Belém ou nas proximidades do porto do sal ou da doca do Ver-o-Peso. Foram prisões que não duravam muito tempo, só o suficiente para inviabilizar a venda dos produtos no dia da prisão e para o pagamento da fiança. Algumas destas prisões foram acompanhadas de violência e eram tentativas de fugir do controle do mercado de trabalhadores ambulantes, pretendido pela Intendência.

Nesta conjuntura foi criada uma cultura de oposição ao governo do intendente Antônio Lemos. Todas as prisões por infração a Lei a 592 são de vendedores ambulantes que teimaram em burlar a lei. A presença de imigrantes portugueses foi grande o que nos faz pensar que o grau de insatisfação com a administração municipal foi crescendo a ponto dos portugueses serem citados como responsáveis pelos distribuídos contra as concessões de Antônio Lemos e pela sua própria queda da intendência de Belém em 1910.

A crítica as concessões dadas por Antônio Lemos era o mote da campanha que seus adversários moviam contra as políticas municipais do Intendente. No dia 30 de dezembro de 1910 teve:

“O motim contra algumas das concessões: primeiramente contra adoção das caixas sanitárias — exploradas pelo grupo liderado por João Pontes de Carvalho, que em 1987 disputara, contra Lemos, o cargo de intendente municipal — ampliou seu raio de ação contra tabuleiros e veículos da Companhia Americana — que tinha à frente Francisco Bolonha — culminando com a depredação e incêndio dos quiosques, também de Bolonha.

(...)

329 Lei a 592 de 1910, disposta em 13 artigos e 5 capítulos — cobrança, licença, identificação, estacionamento, modelo de caixas, veículos, multas e recursos do ambulante, apreensão, vendas e das cartas de multas, coleções de leis, resolução e atas do Executivo — conselho Municipais. 1910. p. 165-67. Arquivo Público Municipal.

330 Fundo: Intendência Municipal de Belém, Documento 56, Ofícios de Diversos da Intendência.

331 Idem, Doc., 39.

Na tarde de 30 de dezembro, travessa 7 de Setembro, à beira das calçadas das casas comerciais, estavam enfileiradas as latas de lixo, e que os comerciantes repudiaram. Havia uma certa curiosidade popular, acerca da maneira como a intendência reagiria contra o desrespeito à lei municipal que obrigava o uso dessas latas herméticas. O número de populares foi crescendo, e os comentários, as indignações também. Em dado momento, um garoto deu um pontapé numa lata e gritos de aplausos acompanharam este gesto. Em seguida, outras latas foram chutadas e todos os populares inflamaram e começou a também chutar. O movimento alastrou-se rapidamente. Começaram a procurar latas de lixo para destruir, em toda zona comercial. Chegou a polícia, chegou a cavalaria, houve briga, prisões em massa. Os ânimos exacerbaram —se ainda mais, ocorrendo incidentes em vários pontos da cidade”.³³²

Na Doca do Ver-o-Peso, no dia 31, permaneceu uma força de cavalaria composta de 10 praças. Também foram postas, na estação da Pará Elétric, quatro praças de infantaria, comandadas por um cabo. A Polícia fez publicar uma nota avisando que não permitiria que novos distúrbios acontecessem e que iria impedir a reunião convocada para Praça da República, naquele dia, para protestar contra os atos da intendência. A presença de grande número de guardas e cavalarias que cercaram a Praça inibiram o comício.

“Movimento sério houve no dia seguinte. Teve início na doca do Ver-o-Peso, em frente ao mercado de ferro, promovido por um grupo de peixeiros portugueses que, insuflados por diversos cabecilhas dos tumultos anteriores, começaram a manifestar-se revoltados contra os tabuleiros que lhes eram fornecidos pela Empresa Americana de Veículos, para a vendagem do pescado fresco. E de tal forma foram incitados, que dentro em breve deram de arrebentar os referidos tabuleiros, arremessando-os à doca, por entre gritos e ovações. O fato atraiu a curiosidade pública, aglomerando-se no local avultado o número de pessoas, que aderiu às desordens, fazendo coro à gritaria

Constituiu-se, de repente, um numeroso grupo, que saiu a praticar as maiores tropelias por diversos pontos da cidade, quebrando e inutilizando todos os tabuleiros e carros da Empresa Americana de Veículos que iam encontrando. No itinerário feito, originaram-se várias questões, sendo esbofeteados e espantados todos os vendedores ambulantes que se mostrassem infensos à sua ação.

Entrementes, propagou-se o boato de que seria atacada a sede daquela empresa, localizada na Av. Almirante Tamandaré, tendo o seu gerente, Manoel Bento Dantas, pedido garantias ao chefe de polícia_ (...)”³³³

A manifestação de protesto foi ampliada, o que deixou o comércio em alerta. Os bairros do Umarizal, São Braz, Batistas Campos e Cidade Velha foram o espaço urbano privilegiado dos conflitos, demonstrando que os manifestantes tinham como referência os locais onde se concentrava os prédios públicos e símbolos do poder municipal.

“A estação central de Polícia, ainda pela manhã, chegava a notícia de que considerável movimento agitava a vila Teta (Av. Independência). Imediatamente para ali seguiu o subprefeito José Ferreira, com uma força de cavalaria. A vila estava, efetivamente, revolucionada. Peixeiros, fimeiros, bucheiros etc., armados de cacetes, praticavam distúrbios de toda espécie, já tendo inutilizado grande quantidade de veículos e tabuleiros.

No depósito de veículos localizados na Benjamin Constant vários indivíduos quebraram e incendiaram os carros com querosene que tomaram, a força, na mercearia Brinco e Sousa, situada na Tv. Piedade, e que obtiveram gratuitamente dos proprietários das mercadorias Gil (rua Paes de Carvalho, hoje Manoel Barata), e de uma taberna na mesma rua, esquina da Piedade. O subprefeito Francelino Ferreira e os agentes Raimundo Santos e Deolindo Amaral procuraram agarrar os indivíduos, que resistiram armados de facas, martelos e machados. A custo foram, presos José Marques Seabra, vendedor ambulante; Francisco Martins, pedreiro; José Lopes Faustino, quitandeiro; e Pedro Rodrigues Gil, proprietário da mercearia Gil.

O movimento continuou no mesmo pé em diversos pontos da cidade, com a circulação de um boletim que convidava para urna greve algumas classes de trabalhadores, mais se acentuou a suspeita, que já existia desde manhã cedo, de que iam ser atacados todos os quiosques esparsos pela cidade, pois na antevéspera, à noite, tivera curso um boato a tal respeito, constando ainda que algumas empresas concessionárias seriam igualmente atacadas. Logo, vários estabelecimentos, como armazéns, casas de comissões e lojas, começaram a fechar as suas portas, de modo a que, pouco antes das 17 horas, toda atividade de Belém estava paralisada. Nas ruas ouvia-se apenas o vozerio dos amotinados que derrubavam quiosques.

No Boulevard da República (Castilho França) um grupo de cerca de 100 trabalhadores, na maioria portugueses, vindo do cais do porto, destruiu o quiosque situado naquela avenida, na esquina com a 15 de Agosto (Presidente Vargas). Isso às 18 horas. Imediatamente foi assaltado o quiosque da rua da Indústria (Gaspar Viana), também esquina com a 15 de Agosto_ E seguiram pelo Boulevard da República, detalhando e despedaçando os pequenos estabelecimentos, em número de onze, inclusive o da praça Visconde do Rio

Branco e Ver-o-Peso. Mais tarde, já de noite, começou o incêndio dos quiosques derrubados.

Quando circulara, com visos de verdade, pela manhã, o boato sobre o assalto aos quiosques, seus donos trataram de retirar deles as mercadorias de que estavam providos, fechando-os em seguida. Alguns, porém não tomaram essa precaução, havendo quem os fechasse com as mercadorias dentro, e ainda outros, até à hora do ataque, se conservaram nos balcões, a vender à freguesia. Um desses negociantes, dono do quiosque da rua da Indústria, quando pressentiu a aproximação dos amotinados, fechou-o, deixando-se ficar dentro dele. Súbito, começou a destruição e o proprietário teria sido morto se não soltasse um grito no momento em que uma alavanca vibrava fortemente, esburacava o quiosque. Aberto este, o homem saiu e o aniquilamento continuou até ao completo incêndio.

332 ROCQUE, Carlos- **Antônio Lemos e sua Época: história política do Pará. Belém.** CEJUP, 1996. p. 290-293.

333 ROCQUE, Carlos. *Op. cit.* 1996. p. 299.

Um grande quiosque, situado na doca Ver-o-Peso, deixou de ser derrubado pelos amotinados, que não o puderam fazer, por mais esforços que envidassem nesse sentido. Entretanto, foi incendiado, com o auxílio de uma garrafa de querosene, fornecida por um tripulante de uma canoa. A mesma sorte tiveram todos os demais quiosques, a exceção dos colocados dentro da estação da estrada de ferro, em São Braz; o da Praça da República, em frente ao edifício de “A Província”; o da praça Floriano Peixoto; o da Independência, de frente da estação da praça Elétric; e o do largo de Santo Antônio (dom Macedo Costa), próximo à estação central da Polícia. Contra eles houve, no entanto, várias tentativas que não surtiram efeito”.³³⁴

Peço desculpas para o leitor pela longa citação de Carlos Roque³³⁵ sobre os conflitos que sacudiram Belém, no fim do ano de 1910. O que é interessante é a versão dada por Roque para explicar os problemas ocorridos com o intendente Antônio Lemos. A lógica da manipulação dos portugueses vendedores ambulantes e analfabetos feita pelos lauristas é a explicação aceita pela historiografia paraense. O eixo da discussão proposta por Roque não discute as várias possibilidades de entender o movimento social que derrubou o intendente que ficou 14 anos no poder.

Roque não se pergunta o porquê da fúria dos ambulantes portugueses ao se encontrarem nos quiosques para a quebra dos veículos tabuleiros da empresa Americana. Outro fator interessante é que só é citada a nacionalidade dos ambulantes portugueses, sem fazer qualquer menção a possibilidade de ter ocorrido ações violentas por parte da Intendência, que possibilitou o confronto. Ao direcionarem seus atos para os símbolos do monopólio, da venda a retalho e a domicílio em Belém, os “peixeiros portugueses” deixaram clara a sua não aceitação da política de controle tentando pela Intendência e a partir de uma ação violenta e direta defenderam seus pontos de vista, e se neste momento foram aliadas dos Lauristas, não os colocam como meros seguidores de seus objetivos políticos.

No nosso entendimento a visibilidade dos trabalhadores portugueses nestes conflitos foi possível dada a concentração da mão-de-obra imigrante nas atividades envolvendo o setor comercial. Em 1910, o que houve foi o estopim de uma relação que há muito estava desgastada, situações de pequenos conflitos no espaço urbano e foram acumulando ressentimentos e insatisfações com o intendente, na medida em que este comandava a política de fiscalização e “controle” das atividades comerciais no espaço urbano da cidade.

Fica ainda uma pergunta se realmente foram imigrantes portugueses em grande número os suspeitos mais ativos nos conflitos com a Intendência. Não encontramos os processos judiciais que Roque cita, assim como não encontramos notícias de prisões dos envolvidos nos incêndios dos botequins, mas encontramos em auto de inquéritos policiais sobre a tentativa de incêndio um mês depois do movimento de incêndio e quebra-quebras em Belém³³⁶.

Neste auto Julião Antônio Bernardes, espanhol, construtor e marceneiro, declarou que cerca das nove horas da manhã achava-se assistindo a reconstrução de um quiosque que estava situado no Largo do Rosário, quando apareceu um carregador que não conhece, o qual parou em frente ao botequim situado ao Canto da Padre Prudêncio com a Aristides Lobo, que alguém se dirigiu ao carregador que fez vários gestos que lhe deram a entender que deixava terminar a obra, para depois atear fogo.

Julião declarou que estava na sua oficina às seis e meia da manhã quando foi informado por um operário que o incêndio havia ocorrido. Ele compareceu imediatamente ao local e encontrou duas garrafas de querosene vazias e uma certa quantidade de algodão. Julião afirmou que “foi informado que o proprietário do referido botequim foi quem fornecera o querosene para a destruição do quiosque, em princípio de janeiro, havendo desse fato quatro testemunhas moradores nas imediações do mesmo”.³³⁷

Afonso da Silva, português e também marceneiro, declarou no mesmo auto que suspeitava que o autor ou o mandante da queima do quiosque que estava sendo reconstruído era o proprietário do botequim do canto da padre Prudêncio com a Aristides Lobo, afirmando que: “assistiu do estabelecimento deste sair um indivíduo com meia lata de querosene, com a qual ateou fogo no mesmo quiosque, estando Augusto a porta. Por esta ocasião, ainda ouviu este dizer que o dito quiosque já devia estar queimado há mais tempo”.³³⁸

334 ROCQUE, Carlos. Op. cit. 1996.

335 Carlos Roque, infelizmente não nos dá o prazer de conhecer suas fontes. O autor não cita qual a documentação utilizada para retirar as informações que de onde ele partiu para construir seu texto. Em todo caso o Jornal “a Província do Pará” cita a manipulação dos vendedores ambulantes portugueses pelos adversários políticos de Lemos (Livro de Carlos Roque. IN: nota 81).

336 Autos de Inquéritos Policiais procedidos acerca da tentativa de incêndio de que é acusado como autor Augusto Marques da Costa (chefatura de polícia. Série: Autos. Ano de 1911 em 17 fev., 1911).

337 Idem.

338 Idem.

Antônio de Augusto Carvalho, um outro português criado de casa, afirmou no mesmo auto que várias pessoas disseram no momento do “incêndio do quiosque que a autoria do fato devia-se a Augusto Marques da Costa, que era inimigo do locatário do quiosque”.³³⁹ Afirmou também que se achava no botequim de Augusto quando apareceram diversas pessoas que pediram a ele uma garrafa de querosene, sendo-lhes dada pelo mesmo um litro desse inflamável, e mais tarde voltara a lhe pedir mais.

Augusto Marques da Costa, português, 33 anos, casado, comerciante e proprietário do quiosque queimado repele todas as acusações e a firma que: “É falso também de primeira vez que isto se deu, tivesse fornecido esse inflamável, tendo efetivamente diversas pessoas entradas em seu estabelecimento exigindo que ele as desse, para não as atendeu o respondente, reagindo contra a essa violência”.³⁴⁰

Neste auto observamos que vários portugueses estão envolvidos, que a profissão dos possíveis incendiários são carroceiros e que um ponto pacífico de todos os depoimentos é que os incendiários recorreram ao dono do botequim para solicitar os litros de querosene para usarem na primeira vez que o quiosque foi incendiado. Este auto levanta a questão de divergências internas entre proprietários de quiosques, mas, o botequim aparece em um espaço bastante frequentado por trabalhadores braçais e vendedores ambulantes.³⁴¹

Parece-nos claro que o envolvimento de portugueses pequenos proprietários, donos de botequins, revela as relações tensas com a intendência que permitiu a instalações de quiosques ao longo da Avenida Castilho França. A presença dos trabalhadores portugueses nestes movimentos é marcante e revela a afirmação de uma identidade galgada no espaço urbano e que colocava em conflito os interesses de trabalhadores ambulantes e a intendência.

5.4. A REPRESSÃO AO 1º DE MAIO DE 1902

No Pará, como no Brasil, uma das primeiras correntes do pensamento que discutiu o movimento operário foi a socialista. A organização do Partido Operário criado na Capital Federal teve base no Estado e era fonte de um “socialismo eclético”.³⁴² O Partido Operário do Pará defendia o voto secreto, jornada de oito horas de trabalho, os tribunais arbitrais, o direito de greve e era contra o trabalho de menores de 14 anos. A Tribuna Operária, órgão do Partido Operário do Pará, filiado ao Partido Operário Socialista Brasileiro, cujo primeiro número circulou em 14 de setembro de 1891 se apresentou com um programa de defesa da classe operária.

A história desse periódico, voz do Partido Operário do Pará, marca provavelmente o primeiro episódio da violência policial no Brasil contra a comemoração, pela classe operária, do 1.º de Maio, trabalhos por meio de ameaças ou violências. Aconteceu na noite de 29 para 30 de abril de 1892, o jornal foi empastelado.³⁴³

Sob a suspeita de uma conspiração anti-republicana, a polícia do governo Lauro Sodré impediu a realização de um meeting proposto pelo Partido Operário do Pará em comemoração ao 1º de maio. Foram presos, como sediciosos, espancados e colocados incomunicáveis, os operários Raimundo Nonato dos Santos Amaral, mestre de funilaria;

Manuel David Oliveira, Clemente Toscano de Vasconcelos e João Evangelista dos Reis, nas oficinas da Tribuna Operária e, como “suspeito de chefe dos anarquistas”, o bacharel Francisco Gonçalves Campos e seu irmão Eugênio.⁹¹

O episódio foi documentado na imprensa da época, principalmente a oposicionista, e repercutiu durante muitos anos ainda, pois ficou sendo rememorado por militantes do partido operário do Pará e por membros da organização dos trabalhadores.³⁴⁴

O Correio Paraense publicou em 1º de maio de 1894:

“Os Operários.
Primeiro de Maio
É uma data cheia de recordações.
Na Europa a democracia se agita num protesto da miséria contra a riqueza.

339 Idem.

340 Idem.

341 CHALLOUB, Sielney. **Trabalho, Lar e Botequim**: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle époque. São Paulo: Brasiliense 1986, p. 86.

342 BATALHA, Cláudio Henrique de Mames. O Movimento Operário na Primeira República. Rio de Janeiro: Jorge catar, 2000. p. 33.

343 As turbulências dos primeiros anos da República têm relatos recentes: A Primeira República no Pará (1981), de Octavio Metia, o mais informado e que melhor informa, e O Pará Republicano (1983), de Ricardo Borges. Narram os episódios em que se envolveram particularmente os donos do poder ou seus ilustres testas-de-ferro. Não há notícia, por exemplo, do Partido Operário do Pará, nem a ele se referiu o competente historiador Ernesto Cruz no capítulo que dedicou aos partidos políticos na sua História do Pará (1963).

344 SALLES. Op. cit., p. 46.

Aqui, onde, antes deste regime pretoriano, o povo nunca soube o que foi miséria, não há ódio da classe que arma o proletário de prevenção contra a classe feliz.

Aqui só há uma recordação:

Os operários anunciaram um meeting.

Bastou isso para o Sr. Coimbra atirar-se num furor bravio contra os homens que exercitavam um direito!

A Constituição, no art. 172, garantiu a liberdade de reunião e pensamento, independente de censura.

Sem embargo de disposição tão clara, o Sr. Coimbra fulminou o meeting massacrando os operários que queriam exercer um direito, assegurado pela

Constituição.

Não aconteceu, portanto a primeira comemoração do Dia do Trabalhador no

Estado do Pará, impedida pela polícia do governador Lauro Nina Sodré, sob o comando do truculento bacharel pernambucano José Gomes Coimbra”.³⁴⁵

Em 1902, reuniu-se o Ingresso Operário Socialista Brasileiro e o Pará era um dos sete Estados representado no congresso que teve 44 delegados. Já em 1892, entre 1º de agosto e 6 de setembro, reuniu-se o 1º Congresso Operário e o Pará teve representação. “Os Estados onde nós contamos com o maior número de afiliados são: Ceará, Pará, São Paulo e Rio de Janeiro”.³⁴⁶

A repressão do 1º de Maio de 1892, no Pará, precede, portanto, a de São Paulo de 1894, tida como a primeira ação policial contra a classe operária e seu dia. “Em 1894 uma outra Conferência Socialista adotou as resoluções do Congresso da II Internacional especialmente sobre o Primeiro de Maio, celebrado pela primeira vez pelo Centro Socialista de São Paulo, criado nesse mesmo ano em Santos.”³⁴⁷

A Tribuna Operária voltou a circular e no seu escritório, na noite de 22 de julho, houve reunião para escolha do delegado ao Congresso do Partido Operário Socialista Brasileiro, a realizar-se no Rio de Janeiro, 1º de agosto. Foi escolhido o chefe do Partido, Joaquim da Cunha Oliveira, que embarcou para a capital do país³⁴⁸: “CONGRESSO OPERÁRIO - As classes operárias feriam e festejam o dia de amanhã, segunda-feira, para solenizar a abertura do Congresso Operário, no Rio de Janeiro, Ceará, Bahia, S. Paulo, Minas, Rio Grande do Sul,, Paraná, Amazonas e Pará”.³⁴⁹

Ainda das páginas do Diário de Notícias encontramos textos, como o de João Carpina, que lembrava sempre o 1º de maio de 1892.

“Antes deveriam colocar-se ao nosso lado e defender-nos; porque também seriam defendidos: porque somos povo e do povo, e o verdadeiro povo é a plebe, e, é junto dela que vivemos! Sejam todos um só corpo e demos um brado bem alto — tudo pelo povo, e, tudo pela Pátria! Viva o sagrado dia 1.º de Maio! Viva a classe operária! Viva a Pátria! Viva o povo paraense!”³⁵⁰

Ele volta a escrever no 1º de Maio de 1896:

“Quando hoje, na grande Europa, o operariado, o homem de trabalho, ativo a esta hora, com grande pompa festeja este dia, nós os brasileiros, com especialidade o paraense, cobrimo-nos de luto, pela ação vandálica praticada pela Soldadesca policial desenfreada que a esta mesma hora tinha destruído o nosso órgão Tribuna Operária, ferido a uns colegas e conduzido a restos outros à cadeia de S. José; além disso neste dia outros se passaram, como o incêndio do Democrata, Diário de Notícias, o órgão popular e empastelamento do Correio Paraense, o que lamentamos ter sido na administração do Dr. Lauro Sodré, que tão boa orientação e sentimentos tem e não teve senão inimigos que o quiseram prejudicar; faço votos para que o futuro governador seja mais feliz. — Pará, 1-3-96. — João o Carpina”.³⁵¹

345 SALLES. Op. cit., p. 51.

346 O Paraense, 1º de maio de 1894. HALL, Michael; Pinheiro, Paulo Sérgio. **Alargando a História da Classe Operária: organização, lutas e controle**. IN: Arremate de Males. Campinas: UNICAMP/Deptº. de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem. 5 fev., 1985. p. 91.

347 Idem.

348 SALLES. Op. cit., p. 33.

348 Correio Paraense. 31 jul., 1392. p. 2.

350 Diário de Notícias. 1 mai. 1895. p. 4.

351 Diário de Notícias. 1 mai., 1896, p. 2.

5.5. OS CAIXEIROS EM BELÉM

No dia 15 de dezembro de 1889, Belém é andada com mais um jornal³⁵², desta vez era um órgão da classe caixeiral. *O Caixeiro*³⁵³, que no seu primeiro número declarou-se órgão que veio para trabalhar pelo interesses de uma classe numerosa, a dos empregados comerciais. Não querendo discutir as grandes questões, deixando-as para os outros jornais diários. O Caixeiro considerava que a imprensa tinha o dever de trabalhar pela causa pública, pelo patriotismo e pela república.

O Caixeiro, portanto, se designa órgão de classe caixeiral, uma classe numerosa que pelo jornal pretendia expressar suas reivindicações. Pelo primeiro número o jornal já se colocava ao lado da República e a partir de um discurso político da época do seu surgimento, um mês após a proclamação da República, pretendeu dialogar com os governos para defender a classe. O jornal utilizará o termo “classe” para designar o conjunto de caixeiros. O termo inseria uma série de elementos reunidos pelos redatores do jornal que identificavam a classe. O Caixeiro expressava a preocupação com a colônia portuguesa e com as notícias sobre Portugal, construindo a identidade de classe vinculada á identidade nacional, já que a grande maioria dos caixeiros eram portugueses. Os símbolos de uma nacionalidade portuguesa estão presentes no jornal. As poesias remetem-se a cultura portuguesa e o futuro próspero. Os problemas políticos com a Inglaterra eram temas do jornal, que publicava cartas de portugueses protestando contra a agressão à Portugal

“Aos Portugueses.

Tem causado admiração a falta de patriotismo da colônia no Pará. Há muitos que esperávamos o grito de alarme dados por aqueles que se dizem chefes, mas, em vista da indiferença, parece-nos que os novos soldados, sem disciplina e falta de tática, serão os primeiros a manifestarem-se contra o Leopardo esfomeado e ladrão.

Esperamos a todo o momento a convocação de uma reunião para tratar-se deste assunto e dizemos a mãe Pátria que não recue nem um só passo ante as imposições dessa velha Albião; preferimos ser esmagados pela força bruta a torcemos uma só polegada. Um voluntário”³⁵⁴

No início de 1890, A Voz do Caixeiro é outro jornal que se auto proclama “órgão dos empregados do comércio”³⁵⁵. Tendo por base um cientificismo, positivista, o jornal colocase ao lado da República nascente e crê na ciência como instrumento do progresso e da civilização. Várias matérias no jornal buscavam o apoio na ciência e na razão para justificar sua forma de ver o mundo.

“Seremos alheiro completamente as lutas partidárias que entendemos prejudiciais, hoje, mais do que nunca, ao futuro e na altura de nossas forças procuraremos concorrer a nossa dedicação pela solidificação da República, pelo elevamento de nossa classe e pela educação científica dos nossos companheiros de classe”. São estas as nossas aspirações, estes os nossos protestos, estes os nossos desejos”³⁵⁶

A “educação científica” é pensado como um instrumento de melhoria das condições de vida. A crença na República, em um governo de harmonia, de progresso e de luz, coloca o jornal como defensor dos governos republicanos e descarta a possibilidade de contestação à ordem institucional. Havia a tentativa por parte dos redatores do jornal de inclusão dos caixeiros como um dos sujeitos construtores da civilização. A sociedade seria então um órgão harmônico e funcional, onde os trabalhadores teriam um papel a cumprir.

“A classe caixeiral do Pará quer se colocar na posição que lhe compete de um dos fatores da civilização e do progresso e há de colocar-se, pois, para isto existe muita dedicação muita robustez de ânimo, entre os seus membros.

Conquistamos o nosso lugar no seio da grande sociedade e o Muro será o solene desmedido do nosso passado e Armação do nosso presente”³⁵⁷

“A República.

À Saldanha Marinho.

Eis-nos livre, enfim, velha monarquia;

Chegou-nos, finalmente o desejado dia de luz, de paz, de amor, de louro e de glória!

Podemos escrever em nossa bela história Uma página mais em letras de ouro e luz:

Nossa Pátria — O Brasil — a antiga Santa Cruz. É República, enfim, e tem seus filhos bravos

Depois de ter quebrado a algema dos escravos. E tudo isso na paz — entre prazer e flores,

Sem ódio, sem canhões, sem sangue. sem rancores. — Que pasmem a Europa e veja o exemplo desta terra, que faz revolução sem ódio e sem guerra! Que passem de nos ver — um povo heróico e franco Que libertem em um ano — o preto e no outro — o branco. E que nos de a França, essa nação gloriosa Um aperto de mão de irmão forte e extremosa que o nosso santo amor à pátria nos renove Já que ela nos une este elo — Oitenta e Nove.

352 BARATA, Manoel de Melo Cardoso. “**Formação histórica do Pará**”; edição comemorativa do sesquicentenário da Adesão do Pará à Independência do Brasil. Belém: UFPA, 1973.

353 Órgão dos empregados do Comércio, jornal de publicação semanal com escritório à Rua S. Vicente n.º 3.

354 A Voz do Caixeiro, 9 fev., 1890, p. 4

355 A Voz do Caixeiro, 7 jan., 1890, p. 2

356 A Voz do Caixeiro, 9 fev., 1890, p. 1.

357 A Voz do Caixeiro, 15 dez., 1889, p. 1.

E — povo brasileiro, anos compete ainda muito trabalho e esforço; a luta não é finda;
 É preciso assentar em bem profundas bases, com trabalho sem par, e lutas mui tenazes
 O edifício do mar, da vida e da paz pública, o desejado tempo heróico da República.
 E embora esteja entregue a vida da nação. A benéfica luz desta constelação:
 A Deodoro e Constam, Quintino e Rui Barbosa, é necessário então que a pátria pressurosa,
 Entregue seu talento e amor e atividade. Trabalhe para erguer o templo à Liberdade
 E faça desta terra um corpo imaculado, rico, heróico, feliz, honesto e respeitado;
 Enfim, que o nosso povo o mais feliz dos povos — Contemple extasiado os horizontes novos
 E possa entre as nações futuras ter ingresso. Conduzindo o pendão da ORDEM E DO PROGRESSO”.³⁵⁸

Podemos observar que estes dois jornais estariam no campo político do “Sindicato Reformista”, que defendia uma forma de fazer política que não confrontava com o poder. Procuravam acordos com os governos republicanos em relação a pequenos pontos de sua pauta reivindicatória.

“A Classe Caixeira.

A união entre os membros de uma comunhão qualquer, é o elemento mais forte e poderoso que garante a permanência e estabilidade da mesma, o prolongamento lisonjeiro de sua propriedade.

Sem esta união impossível se toma o prestígio e a força necessária para que o próspero seja o futuro que preparam-lhe os seus membros.

Unificados em um só pensamento, mirando o mesmo ideal, dedicando-se cada um com o mesmo interesse para que satisfeitas sejam as necessidades da comunidade, devem todos que a ela pertencem calar os seus particulares desejos, sopitando tudo que perturbar possa a saúde do grande corpo do que fazem parte.

Assim, pode-se dizer que nas sociedades em que predomina a força da união as individualidades que a elas pertencem, pensam por uma só cabeça, sentem por um só coração.

A ofensa feita a um dos indivíduos que fazem parte da agremiação que se chama associação, importa eu um ultraje feito aos demais companheiros; as flores que engrinaldam a frente do que vencem em nomes dos seus irmãos, derramam todo o perfume sobre as cabeças destes; há enfim uma reciprocidade total na maniere de ver. de sentir, de pensar, reciprocidade que forma o grande princípio de inquebrantabilidade de união.

Tal acontece nas classes operárias da Inglaterra, onde o chamado espírito de classe é um dogma social tanto mais respeitados quanto os caprichos dos donos de fábricas chegam a ofender aos interesses da burguesia, do proletariado.

As greves entre os operários são as armas terríveis com que conquistam vitoriosas e nelas é que bem se acentuam do valor do princípio da união”.³⁵⁹

Só haveria prosperidade pela união, via classe. Só a classe unida em um só pensamento “mirando o mesmo ideal”

era a segurança de dias melhores. A classe era um grande corpo, uma só cabeça, um só coração. Observa-se que a utilização de termos biológicos para explicação social é um recurso usado pelo jornal, demonstrando uma tendência do pensamento socialista da época de pensar o social como um órgão biológico, influência sem dúvida de um certo darwinismo social.³⁶⁰ A classe teria uma maneira de ver, de sentir, de pensar e de construir uma relação de pertencimento. Os caixeiros seriam uma classe ativa e laboriosa:

“Em boa hora dizemos a classe caixeira! do Estado do Pará, é uma só; ela forma uma cruzada de modestos, mais, sinceros soldados que se espaçam na conquista de luzes para os espíritos com o mesmo calor e vida com que os peregrinos da idade medievais buscavam em lugares Santos.”³⁶¹

O jornal critica a utilização da greve e indica o caminho da harmonia entre as classes para garantia de direitos. A referência ao trabalho honesto e a construção da imagem do caixeiro como homem simples, humilde e laboriosa é um argumento político para utilização em momentos chaves na hora de “pedir” ou “exigir” direitos. Os caixeiros adentram no próprio discurso republicano para tentar arrancar melhorias nas condições de trabalho. São republicanos, trabalhadores laboriosos, não propõe o confronto e sim a harmonia entre as classes, não tem a greve como objetivo de luta e mantém relações amistosas com o poder constituído, ou seja, não se contrapõem ao poder do Estado. Nestes termos, estão no campo de um sindicalismo, muito em voga nos fins do século XIX no Brasil:

“Agora, que, reconhecemos a apatia em que jaziam, mais que nunca nos achamos animados a colocar a classe caixeira’, no lugar honroso que lhe compete, como principal parte auxiliar de um dos mais fortes motores da civilização e do progresso; não devemos por forma alguma esquecer a prática desta proveitosa doutrina.

(...)

Acabamos de receber do novo poder governativo que em tão boa hora nos rege, o pronunciamento sincero e perfeito do auxílio que nos dispensa, sempre que dele necessitamos, por um princípio moral, numa medida prudente e justo”.³⁶²

358 A Voz do Caixeiro, 5 mar., 1890. p. 1.

359 A Voz do Caixeiro, 16 fev., 1890. p. 1

360 SCWARCZ, Lilia Mediu. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e a questão racial no Brasil.** (1870 - 1920). São Paulo: Companhia das Letras. 1993. p. 56.

361 A Voz do Caixeiro, 16 fev., 1890. p. 2.

362 **A Classe Caixeira**, no Pará. In: *A voz do Caixeiro*. 2 mar., 1890. p. 1.

No número 4 de A Voz do Caixeiro, o editorial “A classe caixeiral”, discute a relação patrão e empregado e prega a necessidade dos caixeiros ganharem a estima dos seus empregadores, seus “superiores”. O editorial reconhece que o empregador tem direito, e via o caixeiro como agente da civilização por serem “filhos do trabalho”.³⁶³ Para o jornal, eles eram na sua grande maioria portugueses, trabalhavam como aprendizes, como criados e viviam parte do mundo dos patrões.

“Quase sempre é moço, bem ou mal apessoado, bonito ou feio, que um bigode, quando os tem, tendo permissão ou sorte insano trabalho e fadiga durante seis dias da semana, para descansar, quando descansa, no sétimo, o que está de acordo com o que nos conta a bíblia sobre a formação deste mundo”.³⁶⁴

Na construção desta identidade de classe o caixeiro era um trabalhador honesto, temente às leis e ao governo. Buscavam sempre o apoio do poder para pedir seus direitos. Nos dois jornais as felicitações aos dirigentes municipais e estaduais são frequentes e a relação com a República era instrumento político para garantia de direitos. O discurso era o de colaboração, buscavam a aceitação e davam aos governos uma visão dos trabalhadores caixeiros como homens morigerados. Houve encaminhamento das lutas via legalidade. Não havia a organização de movimentos grevistas nas páginas dos jornais. As reivindicações eram encaminhadas às autoridades, ficando explícito o reconhecimento dos governantes como elementos representativos da sociedade para administrar e resolver conflitos.

O movimento pelo fechamento das portas foi conduzido para pedir aos poderes públicos a criação de uma lei. A noção da legalidade é fundamental no movimento que pensa a lei como instrumento coercivo frente aos patrões. A referência aos governos republicanos foi sempre no sentido de os denominarem como delegados superiores de um povo. Assim a autoridade do governo foi reconhecida e reclamaram do não cumprimento da lei por parte dos comerciantes.

A junta do Governo Provisório:

“Considerando que é legítima a pretensão das classes trabalhadoras de repousarem aos domingos.

Considerando que tais dias são consagrados ao culto ou ao descanso em todos os países civilizados.

Considerando, enfim, que antigas posturas municipais e em especial nesta capital condenam e punem o trabalho que os patrões impõem a seus prepostos e seus operários.

Decreta:

É expressamente proibido aos domingos e em todo o território do Estado do Maranhão.

Todos os armazéns do comércio em grosso e a retalho, lojas, oficinas industriais, quitandas e outros, conservar-se-ão fechados aos domingos, sob pena de multa de 200:000 réis aos donos dos estabelecimentos, e mais prisão por 15 dias em caso de reincidência Excetuando-se de tal regra os hotéis, restaurantes, farmácias, padarias e açougues, estas últimas só até ao meio dia

É igualmente proibido sob pena de multa de 30:00 réis, vender nos referidos dias e ruas ou praças das cidades e vilas do Estado, quaisquer mercadorias de qualquer natureza inclusive doces, alféloas, frutas e outras sujeitas a mercancia Pena de prisão por 15 dias em caso de reincidência Publique-se João Luiz Tavares.

Nada mais acenado do que esta medida e nós, como órgão da classe que infelizmente ainda se vê oprimida, saudamos a classe caixeira! do Maranhão e folgamos em poder registrar este ato de um governo moralizado e justiceiro.

Honra ao Governo provisório do Maranhão, que soube compreender que o descanso também se fez para todas as classes.

Que nos dera que o Sr. Dr. Justo Chennont imitasse o seu colega!”³⁶⁵

Com esta notícia de “A Voz do Caixeiro” comenta a lei de fechamento das portas decretada no Maranhão e inicia um movimento pelo fechamento das portas no Pará.

“Assim não sucedeu, nem sucederá, visto que, há nele homens que pela completa falta de educação não estão em condições para bem desempenhar quaisquer cargo de baixa categoria, como seja, o de criado de servir ou outras de idêntica espécie, quanto mais o de proprietário de um estabelecimento comercial, para o qual é indispensável enoito tino e euterio bastante.

Para esses comerciantes quase analfabetos, as nossas boas intenções são completamente nulas, porque eles não admitem nada por maneiras delicadas, querem a força, porém a força bruta, quer o direito da força, mais nunca, a força do direito, por isso é necessário que providenciéis com energia, para eles poderem compreender que a época dos abusos já está completamente extinta.

De fato é de um rigor extremo ser um homem obrigado a conservar-se durante um domingo inteiro, por uma imposição superior, encenado em casa, só, isolado, como há muito acontece, sem uma distração eficiente, num embotamento de espirito psicologicamente condenável.

Com isso nada mais consegue aqueles de quem dimana essa exigente imposição, que tolher-lhe a liberdade de que ao menos nesse dia todas as mais classes gozam.

Bem sabemos que muitas vezes há necessidade da parte dos Srs. aviadores de prolongarem por mais algumas horas o expedientes de suas casas, pela urgência em aprontarem para a expedição as suas mercadorias, atenta a pouca demora que neste porto tem certos vapores que navegam para o interior deste Estado. Dado este caso, é de plena justiça que assim o pratiquem, e nem se tornem odiosos aos olhos da classe, nem tampouco o seu procedimento é censurável”.³⁶⁶

363 BATALHA, Cláudio. Op. cit., 1999. p. 23.

364 A Voz do Caixeiro. n. 36. 19 out., 1890. p. 3.

365 A Voz do Caixeiro, 15 dez., 1889, p. 2.

366 Idem.

Na tentativa de construir uma imagem negativa destes comerciantes os membros da *A Voz do Caixeiro* revelam os seus preconceitos em relação a categoria de criados domésticos. Os comerciantes para eles eram quase analfabetos, sem boas intenções e violentos. Esta imagem é construída para justificar a solicitação de uso da força para o cumprimento da lei.

A lógica dos caixeiros na defesa de seus direitos foi a lógica de garantia de direitos pelas leis, as quais deveriam ser cumpridas por um governo da ordem e da moralidade, e só pelo cumprimento a consolidação da República no Brasil seria possível. As denúncias sobre as condições de trabalho nas casas comerciais de Belém era um elemento para justificar a fiscalização do poder público.

Contrapondo-se à imagem dos patrões a classe caixeiral foi exposta nas páginas de *A Voz do Caixeiro* como fiel cumpridor de seus deveres e lutadora pela liberdade de suas ideias e autonomia de seus atos. Seus patrões foram pintados como retrógrados que exigiam dos caixeiros o plantão no comércio e, portanto, não defensores dos direitos dos trabalhadores. Para *A Voz do Caixeiro* se constituía em direito, descansar ou reservar o domingo para outras atividades, discordando que este dia fosse “empregado em libertinagem viciada”.

“Reconhecemos que muitas casas pelo gênero de seus comércios, mesmo debaixo de todo asseio e limpeza, a que devem ser obrigados seus proprietários, não será isso ainda assim, bastante a isentá-las totalmente da exalação, de miasmas prejudiciais á saúde daqueles que infelizmente são forçados a absorver urna atmosfera reconhecidamente nociva.

(...)

Não é raro ouvirmos censuras proferidas pelos negociantes, que teimosos em nos manter de pé as velhas rotinas, reprovam, cheios de aspereza, que o caixeiro jogue bilhar, que vá ao Marco em grupo jovial; que se escreva em sociedade dançante; que, não podendo ser membro de uma dessas sociedades, frequente pagodes; que, enfim procure divertir-se por onde pode, e conforme o ordenado lhe permite.”³⁶⁷

“Mas, tem lá seu lado útil: “O caixeiro folga; e não tendo divertimento que o atraia, correm todos os templos, todos os restaurantes, todos os botequins, vai ao jardim das Mercês, ao bosque, às avenidas do Largo da Pólvora, ao Pinheiro, Mosqueiro e.... No dia seguinte bem diz o 120 e maldiz as suas conseqüências”.”³⁶⁸

Havia a possibilidade dos caixeiros terem um mundo à parte e o movimento das portas discute o medo dos patrões de perderem o controle de seus caixeiros para o “mundo do vício”. Este medo era argumento para não respeitar a lei. Neste sentido era instrumento moral contra os caixeiros. Alguns patrões eram exaltados pelos caixeiros por cumprir a lei, revelando que as

negociações diretas entre patrões e empregados foram práticas eficazes para a garantia de seus direitos. Provavelmente também a congratulação aos “bons patrões” era uma tentativa de divisão do inimigo colocando os que desafiam a lei como retrógrados. Ao mesmo tempo os redatores de *A Voz do Caixeiro* abriam possibilidades de negociações dentro da própria lei, na medida em que permitiram a abertura das portas em algumas situações.

O *Diário de Notícias*³⁶⁹ publicou notícia retirando o apoio ao fechamento das portas por entender que os vapores partiam do porto de Belém aos domingos e as tabernas, lojas e botequins teriam que prestar serviços a quem embarcasse. Outro argumento utilizado foi que os roceiros e os seringueiros que habitavam perto da capital vinham a Belém no domingo fazerem suas compras e não poderiam encontrar as portas fechadas. Argumentava também que trouxe desgostos ao povo da cidade o fechamento das portas. Os moradores estavam habituados a comprar o café, a manteiga e a água, vendidas nas tabernas e nas mercearias. Havia uma disputa pela venda e os donos das tabernas criticavam a postura municipal por permitir que as padarias abrissem aos domingos. Os donos dos botequins reclamaram também dos hotéis e restaurantes que continuavam abrindo.³⁷⁰

O medo de perder a freguesia, o controle do mercado de trabalho e ver quebrada a relação paternalista estabelecida com seus caixeiros, fez com que os comerciantes de Belém mandassem um abaixo-assinado solicitando as mudanças na lei, para Câmara Municipal. O mercado de trabalho não possuía ainda uma regulamentação e as relações se estabeleciam a partir de uma lógica de concessão de favores pagos com prestações de serviços.

No fim do século XIX, esta lógica paternalista começara a ser questionada, assumindo estas contestações uma feição pública, um caráter coletivo que expunha as relações de trabalho construídas no espaço privado das mercearias, das tabernas e botequins. As discussões das condições do trabalho exaustivo e do direito ao lazer foram cada vez mais debatidas com um maior número de pessoas e a solicitação da intervenção dos poderes municipais no mundo do trabalhador foi vista como uma solução possível para garantia de direitos por parte de uma parcela dos trabalhadores em Belém.

367 Idem

368 Reflexões do Compadre Tinoco. In: Correio Paraense, 19 ago., 1892. p. 2.

369 Diário de Notícias, 31 jan., 1989, n. 25.

370 Diário de Notícias, 01 de fevereiro de 1890.

Queremos ressaltar que a postura de garantir direitos, mesmo que para isso fosse por interesse do Estado, foi o caminho buscado pelos caixeiros de Belém. Este caminho constituiu-se um avanço em relação às ações coletivas desenvolvidas pelas associações beneficentes, na medida em que já incorporava uma luta, pelo direito da melhoria das condições de trabalho e de defesa da saúde e do tempo livre do trabalhador. Se observarmos que o discurso dos direitos dos trabalhadores foram construídos junto com uma visão de crença no progresso, na civilização e na República podemos pensar que os trabalhadores se inseriam no movimento de desenvolvimento do capitalismo, buscando expor seus “males” para melhorar as relações de trabalho no seu interior.

Podemos pensar que os imigrantes em Belém, no período estudado, tiveram atuação importante nos movimentos de contestação das posturas municipais, fazendo greves e se contrapondo às leis. Ao mesmo tempo em que uma parcela considerável destes imigrantes que trabalhavam nas tabernas e mercearias utilizou-se do discurso da lei e da autoridade dos governos municipais para poder exigir que seus direitos fossem atendidos.

A forma como articularam suas lutas foram diferentes, mas o que gostaríamos de ressaltar é que utilizaram o que tinham como noções de direito seus para ora questionarem as leis, ora exigir o cumprimento das mesmas. Desta forma diferenciam-se daqueles que pensavam as leis como expressão de direitos. Nestas lutas expressaram também noções de Estado e poder quando questionaram as posturas municipais, repudiavam a interferência do Estado no mundo do trabalho e quando exigiam a interferência do Estado, como no caso do movimento do fechamento das portas, passam uma noção que o Estado não é um modelo absoluto de estrutura pré-definida de como governar. Não estavam discutindo o Estado liberal ou Estado interventor e sim perceberam o Estado como governo. O Estado deveria defender os interesses dos seus cidadãos, no caso os interesses deles que eram a maioria em relação aos patrões.

A luta pelo fechamento das portas continuou por muito tempo. Um dos motivos das mobilizações dos trabalhadores do comércio em 1913, neste momento reforçada pela luta de oito horas de trabalho semanais desenvolvida pelos anarquistas, ainda era o “fechamento das portas”.

“O, leitor que desejar conhecer o Sr. Taberneiro A, poderá procurá-lo aos domingos, à tarde, na rua Dr. Assis de Vasconcelos, no seu traje rigoroso de verdadeiro luxo, tamancos sem meias e com o botão superior da camisa desabotoado, gozando, satisfatoriamente a delícia de ver passar o bonde, o que o seu empregado também procura gozar através das frestas das portas pintadas pela gordura de jabá deteriorado (...)

Conta-nos ainda, que o Sr. Taberneiro A é aquele rato de praia, do Porto do Sal, que faz levantar os seus empregados as cinco horas da madrugada para ciganarem com os canoieiros do Capim e do Guarná, não lhes dando depois o descanso equitativo para seu repouso, que a ganância desenfreada fez perturbar. Depois, porque o Sr. Taberneiro A não procede como tantos outros colegas que encerram também os botequins a hora regulamentar de fechamento das mercearias? Se nesta quadra calamitosa, não pode sustentar mais um empregado, não é justo também que sacrifique os seus auxiliares da taberna no serviço do botequim, quando a lei protetora os procurou beneficiar com algumas horas de liberdade. Sempre queríamos que o Sr. Taberneiro A nos provasse, cabalmente, que já deu algum dia liberdade ao seu empregado as sete horas da noite, ou lhe facultasse nos domingos ao meio dia! Nem o Sr. Taberneiro A nem quase a totalidade dos outros (...).³⁷¹

Este artigo, publicado em 1913, dentro de um debate sobre horário de trabalho, deixa transparecer o que pensavam alguns jornalistas sobre os donos de botequins e mercearias em Belém, pelo artigo bastante irônico por sinal, os autores constroem uma imagem bastante jocosa do dono do negócio. O dono do botequim/mercearia é descrito como um capitalista, que só pensa em acumular riquezas a custa da exploração dos seus empregados e que também não liga para luxos, não gasta consigo, mas que obriga os caixeiros a terem uma lógica no trabalho, onde o tempo para o lazer e para o descanso era suprimido em nome da disciplina e de servir a sociedade.

Neste artigo, o debate sobre horário de trabalho era o central, indica que os caixeiros já às cinco horas da manhã eram obrigados a ficarem de pé e que não tinham o descanso considerado justo para repor suas energias. Parece que a cultura criada por imigrantes portugueses de trabalho exaustivo estava sendo questionada. A defesa de um princípio fundamental do homem que era ter direito ao seu tempo de descanso para o seu lazer que lhe dava liberdade para construir relações fora do espaço do trabalho. Este direito não era respeitado pelos portugueses donos de padarias e botequins que sentiram toda a pressão do movimento dos caixeiros em Belém, principalmente, após a deflagração das jornadas de lutas por oito horas de trabalho.

371 Jornal **A Capital**, 23 jan., 1913. n. 374, ano 2. p. 1. Apud. POZZEBON, Sandra Elizabeth. **O papel das mercearias na distribuição de gêneros alimentícios à população de Belém na Segunda década do século XX**. TCC em História/UPPA, 1990. p. 115.

Houve um impasse entre os retalhistas e o Conselho Municipal de Belém, em 1913, sobre a abertura de bares anexos a mercearias. Ocorreram manifestações pelo jornal *A Capital* assinados pelos diretores da Plemix Caixeira! e um proprietário de mercearia. Respondendo aos donos de mercearias Arthur Borges Telles e José Antônio Alves, membros da Plemix Caixeiral – agremiação recreativa e cultural que congregava os trabalhadores do comércio retalhista declararam:

“Acima da liberdade cá que o patriótico Conselho Municipal veio atenuar o fadigoso trabalho dos caixeiros daqueles estabelecimentos, estão os sórdidos taberneiros gananciosos”.³⁷²

O taberneiro que no artigo tinha assinado pelo codinome A, responde aos membros da Plemix Caixeiral, assumindo sua condição de capitalista e que “as tabernas eram unia das mais fortes fontes de receitas para o município” o debate continua em um artigo assinado pelo senhor bino Typ. , ainda no jornal *A Capital* elogia a Plemix Caixeiral pela defesa de melhores condições de trabalho dos empregados do comércio retalhista e censura alguns donos de mercearias que obrigavam os “dedicados caixeiros” a urna jornada de dezoito horas de diárias, sem folga nos domingos, sem tempo para o divertimento e descanso.

5.6. AS GREVES E OS ANARQUISTAS.

“Aos 8 dias do mês de abril do ano de 1914, nesta cidade de Belém do Pará, em casa n.º 53 à Praça da República foi dado busca na quitanda ali existente e de propriedade de Antônio da costa carvalho que se achava presente e apreendido o seguinte: dezesseis folhetos intitulados ‘A Anarquia’ perante os tribunais, dezesseis ditos, ditos ‘O Evangelio do Hora’, doze ditos ‘Geórgicas do trabalho Rural’, um dito ‘Os bastidores das guerras’, um estatuto da sociedade de União Beneficente dos estivadores do Porto do Pará, um dito e regulamento da União dos Chauffeurs, dois ditos da União dos Operários de sapateiros, um dito do sindicato dos carroceiros, um dito da humanitária, um folheto intitulado

Sindicalismo e Parlamentarismo, um talão de receber ao jornal ‘A lanterna’, um jornal, digo, um número de Jornal ‘A luta social’, dois ditos A Lanterna’, um dito ‘A -voz do trabalho’, um maço de boletins à diversas associações, um caderno a manuscrito de jornais, resistas e associações, dois manuscritos do regulamento interno do Sindicato dos Estivadores, uma subscrição promovida por Amaro Fen:eira, quatro listas de mancôns, uma poesia à manuscrito, uma carta dirigida a Antônio Domingues, uma cópia de um discurso assinado por Angelo Pereira, unia carta dirigida a Amazonas River, urna subscrição assinada, por sessenta e cinco pessoas, um oficio dirigido ao gerente da Port af Pará, por uma comissão de trabalhadores, uru dito à sociedade sindicato dos estivadores por Jorge Martins da Costa, um oficio dirigido a Joaquim da Silva Fontelles, fiscal dos gaiolas, uma carta assinada por José Sabino da Frota, um oficio assinado pelo fiscal João Gomes Pereira, dois oficios da Confederação Operária Brasileira do Rio de Janeiro, um dos guias dirigidos à Antônio da Costa Carvalho, uma faca punhal e um pente com nove balas para pistolas. E como nada mais disse (...).”³⁷³

Este auto de busca e apreensão de diversos documentos na residência de Antônio da Costa Carvalho, tido pela polícia como principal “cabeça das Greve” dos carroceiros, sapateiros e estivadores, demonstra a repressão feitas pelo estado em relação aos movimentos grevistas ocorridos em Belém em 1914. Antônio Carvalho era um português anarquista e dono de quitanda.

Neste auto, é possível discutir a quitanda de Antônio Carvalho como espaço de convivência de vários trabalhadores, por se localizar na Praça da República, uma das praças mais movimentadas de Belém, o que deve ter possibilitado à Antônio discutir suas idéias libertárias com pessoas de várias categorias.

No material apreendido na casa de Antônio encontramos propaganda anarquista, o que demonstra que ele era um propagador e “formador” dentro do movimento operário de Belém. Demonstrando também, uma rede muito grande de relações com o Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Ceará, Amazonas e o exterior. O auto anexa um documento listando “direções de jornais, revistas e associações das idéias modernas e associações econômicas”, nesta encontramos várias citações de jornais da França, Itália, Argentina, Portugal, México, Espanha, Uruguai, Estados Unidos e Brasil.

As correspondências entre Antônio e Portugal era com redatores de jornais anarquistas de Lisboa e do Porto. A correspondência com o Brasil o colocava em contato com Astrogildo Pereira, do Rio de Janeiro, e recebia o jornal a Guerra Social,³⁷⁴ de São Paulo, correspondia-se com o grupo *Aurora*

372 Idem.

373 APEP-Chefatura de Polícia. Autos de 1914. Cx. 342. Auto de Busca e Apreensão de diversos papéis e documentos procedidos na residência de Antônio da Costa Carvalho, principal cabeça da greve dos carroceiros, sapateiros e estivadores.

374 Semanário Anarchista - Astrogildo Pereira, Rua do Senado n.º 69, Caixa Postal 1427. Rio de Janeiro.

e *Libertus*³⁷⁵, *A Terra Livre*³⁷⁶, *A Bataglia*³⁷⁷, *A Lanterna*³⁷⁸, *O Proletário*³⁷⁹ e a *Luta Anarquista*³⁸⁰, de Porto Alegre. Assim como, a *Voz da Estiva*³⁸¹, do Rio Grande do Sul e do Ceará, *Estudo de Pedagogia*³⁸². Havia também, vários estatutos de sindicatos, uniões operárias, panfletos, ofícios dirigidos a autoridades, abaixo-assinados e ofícios da Confederação Operária Brasileira dirigidos à Antônio Carvalho. No auto da apreensão, a acusação que pesa sobre ele era de ser um dos dirigentes das greves ocorridas em Belém.

Ele era assinante de *A Lanterna*, pois o número apreendido tinha seu nome na etiqueta de assinante. Foi encontrado dentre os papéis apreendidos pela polícia, carta dirigida à ele, enviado pela *Luta Social*, confirmando assim que havia uma grande articulação de Carvalho com o mundo sindical de Belém e do Brasil, pois, havia ofícios da Confederação Operária Brasileira do Rio de Janeiro, dirigido à ele, assim como, vários escritos anarquistas indicados no jornal *A Lanterna*³⁸³ foram apreendidos pela polícia.

Em poder de Antônio foram apreendidos alguns panfletos, que foram anexados no auto de apreensão. Nestes encontramos um panfleto dirigido “Aos Cigarreiros”. Este panfleto acusa as máquinas como responsáveis pelo desemprego, na medida em que eram introduzidas na indústria cigareira. Já no panfleto denominado “Companheiros Estivadores”, a discussão para mobilização da categoria foi a questão e a demissão da comissão salarial. O panfleto dos Cigarreiros convida “todos os companheiros” para uma reunião da “classe” na sede da União Geral dos Trabalhadores. Os estivadores deveriam ter um grau maior de organização, na medida em que o panfleto já tratava da “Comissão Salarial” que foi reprimida por tentar discutir o salário e foi assinado pela “Comissão Salarial”.

Estes dois panfletos indicavam graus diferente de organização e diferente formas de organizações do processo de trabalho. Os cigarreiros deveriam estar sofrendo com a introdução das máquinas no processo de trabalho, revelando também, a relação que os trabalhadores fizeram entre máquinas e desemprego dando portanto, outro sentido para introdução das máquinas no processo produtivo. Provavelmente, os trabalhadores estavam perdendo cada vez mais o controle de produção e as fábricas de cigarros deixando de empregar o trabalho artesanal de inúmeros trabalhadores que no início do século em Belém, limpavam, secavam e enrolavam os cigarros em casa.

A análise dos livros e jornais apreendidos na quitanda de Antônio Carvalho permite-nos compreender um pouco mais do momento histórico, do movimento operário no Pará e da história do anarquismo no Brasil. O número de *A Luta Social* apreendido traz a manchete “Viva o Operário Livre” e conclama os operários a lerem o jornal e pedem que o jornal fosse dado para os “vossos camaradas!”. O jornal dava um conselho a todos. “Interessai-vos pelo estudo das questões sociais se queres a vossa emancipação e afastai de voz toda a opressão que vos possa corromper”³⁸⁴.

Neste mesmo jornal havia matérias sobre a “Luta Social”, “Somos Operários”, “A Luta das Classes”, “A Aurora Proletária” e “O Salarizado”. Assinada por P. Kropotkin, além de uma sessão de “Contos Infantis”. A parte local era preenchida por matérias dos trabalhadores de Manaus, com artigos como “Apelo aos Trabalhadores de Manaus” e “Em volta d’uma Greve”. Havia também, uma parte internacional onde notícias dos movimentos grevistas de Londres eram destaque. O interessante é que a data do jornal era de um mês anterior da prisão de Antônio Carvalho, o que demonstra uma correspondência com os anarquistas de Manaus atualizada e forte, se levarmos em consideração que o n.º 3 deste jornal deu notícias sobre as greves ocorridas em Belém e sobre as prisões e deportações dos anarquistas.

O exemplar de número 233, do jornal *A Lanterna*, apreendido e datado de 7 de março de 1914.³⁸⁵ Havia uma etiqueta que indicava o nome de Antônio Carvalho com sua caixa postal de Belém. Provavelmente, esta era a etiqueta do correio, o que demonstra que ele era assinante do jornal.³⁸⁶

375 Astrogildo Pereira. Seminário Anarchista. Rua do Senado n.º 69. Rio de Janeiro.

376 Terra Livre – Largo da Sé, 5. Sala 6- São Paulo.

377 Encontramos dois Jornais com esta Referência a “4.ª Bataglia” Semanário Anarquista, Caixa Postal 547 - São Paulo. “A Bataglia Sindicalista”. Rua Boulevard Magenta. 10 – França.

378 Anti-Clerical Anárquico, E’dgard Leuenroth. Largo da Sé, 5 (sobrado) - São Paulo.

379 Rua Amador BINITIO 115, Santos - São Paulo.

380 Caixa Postal 85 (Fone Alegre).

381 Órgão da Sociedade Unian dos Estivadores: Redação R. Marech 211 Floriam 134- Rio Grande do Sul/Socialista

382 Francisco Ferrer. Terra e Liberdade de Instrução Proletária, diretor Moacir Caminha Rua Senador Pompeu, 241- Fortaleza Ceará.

383 Jornal Anti — Clerical Anarquismo. E’dgard Leuenroth. Largo da Sé, 5 (sobrado), Vi mar., 1914 n. 233, São Paulo.

384 A Luta Social- órgão operário livre, redator responsável: Técie Miranda. te 1, mo 1, Manaus (Brasil).

385 A Lanterna. 07 de março de 1914.

386 Procurei do arquivo E’dgard Leuenroth em Campinas a relação dos assinantes do jornal e não encontrei. Mas a etiqueta pregada no nnizo exemplar apreendido nos -permite concluir a assinatura

Dos seus livros apreendidos na quitanda, encontramos dois deles indicados na cessão da “Biblioteca da Lanterna” os jornais, são eles: “O Evangelho da Hora”³⁸⁷ e “Geórgicas”.³⁸⁸ A edição de Geórgicas é da redação do jornal *Terra Livre* de Lisboa, a composição e impressão das oficinas gráficas do jornal O Zé também de Lisboa. *O Evangelho da Hora* era da edição de São Paulo, da tipografia Fioratina, editado pelo grupo “Aurora” e “Libertas”, “A Anarquia Perante os Tribunais”³⁸⁹, também editado em Portugal, assim como, o “Socialismo e Parlamentarismo”³⁹⁰ publicação da “Novos Horizontes”.³⁹¹

As leituras de Antônio Carvalho, passavam pelo anti-parlamentarismo, pela denúncia dos tribunais e pela crítica ao sistema de representação. Pela análise dos livros e documentos apreendidos, podemos concluir que ele era um anarquista muito articulado nos meios sindicais de Belém. E, sem dúvida era referência para o movimento anarquista no Pará. Esta influência esteve presente nos momentos das greves de 1914 em Belém e no movimento da organização dos sindicatos em 1913. Tentaremos provar que as greves de 1913 e 1914 em Belém tiveram orientações anarquistas e que vários imigrantes eram portugueses.

A prisão de Antônio Carvalho Costa foi denunciada pelos anarquistas e noticiada no jornal “A Luta Social” n.º 3³⁹², juntamente com José Quintana e Antônio Domingues denunciaram a prisão ilegal e a deportação dos imigrantes portugueses. Neste jornal, o papel de Antônio Carvalho é assumido pelos anarquistas como orientador das classes em luta.

Somente em 20 de março de 1915, na Folha do Norte, publicam uma nota declarando que o Dr. Caio Montenegro teria obtido uma ordem de Habeas Corpus em favor dos operários Antônio Costa Carvalho, Antônio Dominguez, Manoel Bastos, Manoel Martins e Gentil da Cunha Santos, que a polícia já havia deportado alguns tempos para Europa.³⁹³

Encontramos outro auto datado um dia após a prisão de Antônio Carvalho. Este auto fala das prisões de vários trabalhadores por causa da greve dos carroceiros. Nestes autos de inquéritos policiais “acerca dos distúrbios praticados pelos grevistas”³⁹⁴, encontramos informações sobre a greve dos carroceiros e a invasão da polícia na sede da Sociedade dos Sapateiros. Neste auto, João Marques da Silva³⁹⁵ declara que foi à sede da Sociedade dos Sapateiros para uma reunião dos carroceiros em greve, onde encontrou “para mais de duzentas pessoas” e que ficou no andar de baixo aguardando na escada

a pedido de João Carubão, um carroceiro conhecido, residente ao Largo do Chafariz.

Seu trabalho foi de avisar se alguém pretendesse subir, deveria também, avisar se a polícia invadissem o prédio abaixando a alavanca do registro de luz e levantando-a imediatamente. O capitão Cruz, subprefeito de polícia, chegou à sede da Sociedade dos Sapateiros e João Marques deu o aviso, desceram treze pessoas para falar com o capitão e houve a invasão da sede com disparos de tiros. No processo crime, consta que ouvia-se gritos de “morras à polícia” e que houve: “aglomeração no meio da rua em atitude dos grevistas, vendo-se as autoridades obrigadas a força para dispersar os amotinados”.³⁹⁶

João Marques foi preso dentro de um quarto e não denunciou os outros companheiros que estavam na reunião. Outro trabalhador preso e inquirido neste auto foi o espanhol Domingues Gonçalves³⁹⁷ declarou que foi comunicado por um outro horteleiro de nome Eduardo, que morava na travessa de Conceição e que pediu para ele avisar os demais horteleiros, para que eles abandonassem o trabalho até novas ordens. Eduardo havia sido comunicado por outro horteleiros chamado Pixo.

Segundo Domingues o boletim com “as mesmas ordens” chamavam para uma reunião da “classe dos horteleiros”, na sede dos sapateiros foi distribuído na manhã do dia das prisões reafirmando as ordens dadas por Eduardo. Domingues foi à sede na data marcada, querendo saber se podia sair com as verduras e, ao chegar à sede da Sociedade dos Sapateiros, viu uma grande aglomeração de pessoas que vinham saindo do edifício da sociedade, juntando-se na frente da mesma.

387 BERTHELOT, Paulo. **O Evangelho da Hora - Fantasia nascida nestas solidões lúgubres (sertões do Goiaz)**. São Paulo. Typ. Fiorentina., Rua S. Ephigenia, 95. 1911. A Última página do exemplar apreendido era datada pelo autor de dezembro de 1909. Havia também uma propaganda dos grupos editores “Aurora” e “Libertas” que deveriam ser pedidos a Pedro Frigerio na ma Almirante Barroso, n.º 42 em São Paulo.

388 VASCO, Neno-**Geórgicas- Ao trabalhador rural**. Oficinas Gráficas do Jornal “O Zé”. Rua do Paço dos Negros 81, Lisboa.

389 GORI, Pedro – **Anarquia perante os Tribunais**. Defesa do Dr. Pedro Gori no processo dos anarquistas de Gênova. Tradução de Bento Faria Porto, Tipografia Peninsular. Rua dos Mercadores, 171.

390 P. KOPOTKINE. **Sindicalismo e parlamentarismo**. Novos Horizontes. Portugal. Tipografia Costa Sanches, 1913.

391 Seja menos de dois meses antes da prisão de Antônio Carvalho o que demonstra sua correspondência com anarquistas portugueses era atualizada.

392 Luta Social. n.º 3.

393 Folha do Norte, 20 mar., 1915.

394 Fonte: APEP. Chefatura de Polida. Autos 1914. Autos de inquéritos policiais acerca dos distúrbios praticados pelos grevistas carroceiros.

395 Carroceiro, paraense de 30 anos, solteiro e não sabia ler e escrever.

396 Idem.

397 Espanhol, 40 anos, solteiro e sapateiro.

Neste depoimento, o texto do auto chama os grevistas de “amotinados” e o movimento grevista de “alterador da ordem pública”. Theodoro Soares, sócio da “União dos Sapateiros”, “foi à Sede afim de assistir a uma reunião da classe dos carroceiros que ali se realizava” e Adriano Soares, foi também à sede, encontrou muita gente que deram vivas ao povo e a união dos Operários quando chegou a polícia.

O depoimento de Oscar Correia³⁹⁸, informa que os sapateiros estavam reunidos na sede para discutir a não colocação de vários sapateiros, que após a greve teriam sido desempregados. Novamente o texto do depoimento reafirma que as autoridades tinham “ido a sede para manter a ordem” e que os conflitos resultantes daí não foram culpa dos feridos. Theodoro Soares³⁹⁹ declarou que sendo sócio da “União dos Sapateiros”:

“A fim de assistir a uma reunião da classe dos carroceiros que ali se organizava, que as vinte e unia horas mais ou menos havia ali muita gente reunida, tanto fora como dentro do edifício da Sociedade e o respondeste sabe que devido a exaltação dos ânimos se estabeleceu um conflito sendo presos alguns indivíduos”.⁴⁰⁰

Foi preso também, o sapateiro português Adriano Campos⁴⁰¹ que afirmou terem todos se retirados da sede dando vivas e dirigindo-se ao Largo da Pólvora⁴⁰². No texto legal observamos que a interferência das autoridades na hora de escrever os depoimentos foram fundamentais por justificar a defesa da invasão policial à sede da “União dos Sapateiros”.⁴⁰³

Outro preso foi José Rodrigues que refere-se aos sapateiros como classe pertencente a mesma arte, e que não sabia quem dirigia os carroceiros que estavam em greve. Este foi preso junto com outros operários. Em seu depoimento ele declarou que não conhecia os grevistas carroceiros que estavam em reunião no mesmo prédio.

No texto legal, as imagens dos grevistas eram de amotinados, desordeiros, perturbadores da ordem e de agressores. Segundo o texto, a violência teria partido dos grevistas. Provavelmente a interferência das autoridades policiais presentes durante os depoimentos e a própria situação do depoente, que foi preso por desordeiros e grevistas, fez com que no texto legal, suas respostas às perguntas fossem reelaboradas pelo escrivão. Mas podemos recolher informações sobre a greve dos carroceiros e dos horteleiros.

A partir destes depoimentos, podemos perceber que as greves eram construídas com a participação de vários membros

das categorias, e que havia uma rede de comunicação entre os trabalhadores. Eles criaram mecanismos de informações sobre o movimento através dos boletins das greves.

A *União Geral dos Trabalhadores* – UGT, tinha o mesmo endereço do *Sindicato dos Operários Sapateiros* e ficava nos altos do mesmo prédio.⁴⁰⁴ A imprensa divulgava a invasão da sede da UGT, justificando a ação para a apreensão de armas, munição e bombas de dinamite. Uma guarnição da cavalaria ficou em frente ao prédio para impedir a aglomeração e obstruir qualquer reunião que tivesse por “móvel o alastramento da parede”.

Os autos de inquérito policiais indicam uma articulação muito grande entre os carroceiros no momento de fazer sua greve em 1914. A chamada para reunião foi feita por via direta, a reunião contava com mais duzentas pessoas, com um esquema mínimo de segurança e havia uma articulação entre várias categorias no momento da invasão da rede dos sapateiros. No auto havia vários motivos para reunião na sede dos sapateiros. No nosso entendimento, estas justificativas usadas frente a polícia podem ter escondido o motivo da reunião das autoridades policiais, ou seja, da articulação de várias categorias para discutir a prisão dos anarquistas.

Percebe-se que havia uma articulação entre as associações pois, a sede dos sapateiros recebeu os carroceiros e horteleiros em greve. Havia também, uma preocupação com os grevistas desempregados, o que demonstrava a constituição de um vínculo forte de solidariedade de classes e a presença das organizações de resistência na condução do movimento.

398 GUNZBURG, Carlo. **O inquisidor como antropólogo**. In: Revista Brasileira de História. n. 21. v. 11. São Paulo. ANPUH/ Masco Zero. set. fev., 1990/1991. (Oscar Corrêa: Paraense, trinta e oito anos, solteiro e sapateiro). Neste artigo Guinzburg discute a possibilidade do texto legal ser usado como fonte para história e nos ensina como ler textos produzidos perante autoridades judiciais/eu policiais e abstrair informações sobre os sujeitos inqueridos.

399 APEP. Chefatura de Polícia. Autos 1914. Autos de inquéritos policiais acerca dos distúrbios praticados pelos grevistas carroceiros. (Theodoro Soares: Paraense, branco de quarenta anos, solteiro e sapateiro).

400 APEP. Chefatura de Polícia. Autos 1914. Autos de inquéritos policiais acerca dos distúrbios praticados pelos grevistas carroceiros.

401 Português, branco de vinte e três anos, solteiro e sapateiro.

402 O largo da Pólvora era o antigo nome da Praça da República, nome dado após o 15 de novembro de 1889. O Largo da Pólvora tinha este nome por ter tido existir na praça um depósito de pólvora no século XVIII. IN: Cruz, Ernesto. Ruas de Belém (significado Histórico de suas Denominações). Belém: Governo do Estado do Pará, 1970. p. 21

403 A “União Operária dos Sapateiros” foi fundada em 20 abr., 1911 Ver estatuto da União dos Operários Sapateiros. Cidade de Belém – Pará. Typ. Delta. Rua da Independência, nov., 1913. IN: Nota 123.

404 Folha do Norte, 9 abr., 1914.

As críticas nos jornais anarquistas ressaltavam o caráter centralizador e autoritário do Estado, mas indicava também, um debate que questionava a subordinação da classe operária às orientações político-ideológicas que a imprensa de grande alcance queria impor aos trabalhadores. Os anarquistas questionavam os marcos da institucionalidade e a greve era vista como um direito frente a exploração.

Na *Luta Social*,⁴⁰⁵ o artigo intitulado “As Greves em Belém do Pará”, parabeniza a união e solidariedade do “povo proletário” que apesar da pouca vida das organizações, organizaram várias greves e buscavam a emancipação do povo. Para eles, o povo consciente se preparava para sua libertação, pelo enfrentamento com seus opressores. Neste artigo foi denunciado, a prisão de mais de 40 grevistas.

“Os últimos movimentos têm sido férteis em episódios, como a greve dos sapateiros a quem a autoridade perseguia, a ponto de prender 40 e tantos companheiros que atravessando as ruas da cidade, cantando a Intencional e passando em frente ao palácio do governo um dos grevistas empunhando um pão de 100 reis e dirigindo-se ao governador, que tinha assenado à janela a seguinte frase: É por isso que nós lutamos. São palavras rudes mais são verdadeiras.

A greve dos carroceiros apesar de ser pacífica, que era única e simplesmente devido a exorbitância dos impostos municipais, teve o seu epílogo ontem, com plena vitória para a classe interessada”.⁴⁰⁶

“Foi por isso que no Pará se dera várias greves, chegando-se a declarar greve geral a favor das 8 horas de trabalho, reclamação fundamental. Humanitária, porque dava emprego à colocação de muitas dezenas de operários desempregados G.). Os construtores civis do Pará, com a solidariedade de algumas classes, suas co-irmãs, em luta, declararam a greve geral. Cigarreiros, sapateiros, construtores, bradaram a liberdade e o grito repercutindo-se noutras classes, que deram o seu apoio moral e material aos operários grevistas”.⁴⁰⁷

A partir desse artigo, tomamos conhecimento do destino de Antônio Carvalho. Ficamos sabendo que junto com José Quintana e Antônio Domingues, ele ficou incomunicável durante cinco dias em “calabouço infecto, pelo horrível crime de orientarem as classes em luta”.⁴⁰⁸ O jornal assume que Costa Carvalho era um dos dirigentes dos grevistas e dá informações que a sede da UGT foi invadida, um dia após a prisão deste, sendo que está foi destruída tendo suas portas arrancadas, armários danificados quando diversos membros estavam deliberando sobre que “atitude tomar para liberarem os companheiros”. Diferente do texto dos autos crimes, o relato da invasão da sede foi descrita, pela *Luta Social* como uma invasão violenta, com “tiros a esmo”. A sede dos sapateiros teve seus papéis remexidos e levados para

a polícia. A invasão contou com participação da cavalaria e “80 e tantos companheiros”, teriam sido presos depois de feridos na cabeça e em diferentes partes do corpo. “Foram estes companheiros metidos no xadrez, policial aonde já estavam alguns, quando o lugar não podia comportar mais que 20 homens”⁴⁰⁹.

A menção a Internacional era reveladora como símbolo anarquista na passeata dos sapateiros. A passagem desta em frente ao palácio dos governos demonstram que os grevistas sabiam o simbolismo da sede do governo, como representante do poder, assim como, permitiu mostrar-se para cidade e dar um sentido de tomada do espaço urbano. No nosso entendimento, esta foi a forma de questionar a ordem estabelecida. Cantar a Internacional e erguer o pão foram formas simbólicas escolhidas pelos grevistas para demonstrar a exploração capitalista, ou seja, fizeram parte de um ritual que afirmava outra identidade e outra forma de ver o mundo.

As denúncias das violências do Estado pela força armada foram feita pelos anarquistas, questionando os governos da República que não respeitavam um princípio sociológico seu que era o de auxiliar os trabalhadores para alcançar a paz e a harmonia social. Neste momento, se questiona a não aplicação das máximas de Augusto Conte, tão decantada pelos republicanos, em relação ao trabalho industrial e seu valor para o alcance da civilização.

Denunciaram que os governos paraenses não cumpriam as Leis que a república instituiu, que estas não eram iguais para todos, que constituir associações não era visto como um direito, que o lar não era inviolável, que o indivíduo não era livre e que a locomoção não foi entendida como um direito dos trabalhadores. Colocavam a contradição do discurso legalista dos republicanos e a partir disso, pretenderam aprofundar a descrença das leis entre os operários.

O governo do Estado do Pará, deportou para Europa os anarquistas presos depois de tê-los deixados incomunicáveis na Ilha das Onças⁴¹⁰, “cinco anarquistas, cinco militantes dos mais conscientes”⁴¹¹. Os anarquistas questionavam a deportação de “trabalhadores que queriam ser livres”, reafirmando também,

405 *Luta Social*, n. 31, jul., 1914.

406 *A Luta Social*, n. 31, jul., 1914.

407 *A Luta Social*, n. 31, jul., 1914.

408 *Idem*.

409 *Idem*.

410 Ilha localizada em frente a cidade de Belém, atravessando a Baía do Guajará que banha a cidade. Era “costume” levar os “criminosos” para a ilha Este “costume” perdurou até os anos sessenta quando do início do regime militar.

411 *A Luta Social*, n.º 3, 1º jul., 1914.

a necessidade do Brasil de “homens de ações” de “arte e de indústria nascente” desta forma, expressaram suas noções sobre o mercado de trabalho em formação no Pará e da importância dos trabalhadores estrangeiros para a constituição de uma “nacionalidade que precisava destes homens”.

A afirmação de uma identidade operária era permanente nos jornais anarquistas e boletins dos grevistas. O trabalho foi entendido como sem pátria e a nação dos trabalhadores era o mundo. Negaram as fronteiras das nacionalidades ao mesmo tempo que usaram a necessidade de constituir uma nacionalidade dos trabalhadores no Brasil.

“Nós operários não somos brasileiros, nem ingleses, nem franceses, nem alemães.

Não! Somos homens somente!

E como homens temos direito a reclamar a nossa felicidade (...) O trabalho é universal!”⁴¹²

Constroem a identidade pelo trabalho e como homens que vivem do trabalho não se vêem divididos por nacionalidade. Contrapondo-se a identidade pelo trabalho os governantes são denunciados como parasitas que vivem “às custas do tesouro do povo e do seu trabalho”, e desta forma acabaram por expressar sua visão de mundo que pensava os homens divididos entre produtores e os que viviam do trabalho alheio.

A riqueza era o resultado do trabalho que não era respeitado pelo Estado. “Entre os deputados, que foram presos, uns na União Geral e outros à saída de suas casas, está o nosso amigo Costa Carvalho, que com os outros camaradas. Foi embarcada no ‘Hildebrandt, a 27 de maio’.”⁴¹³

Encontramos o destino que foi dado à Antônio Costa Carvalho, lendo a “Luta Operária”, mas não encontramos o processo criminal que determina a deportação.⁴¹⁴ Ficamos sabendo também, que os operários da construção civil continuaram em greve após as prisões. Os jornais de Manaus começaram chamar a atenção de indivíduos perigosos que viriam do Pará para Manaus, para organizarem a greve o que indicava uma articulação entre os órgãos policiais e a imprensa.

O operário José Gabilano Rodrigues denunciado como agitador que iria para Manaus, foi preso no momento de invasão da sede dos sapateiros e da UGT. Ele estava na sede dos sapateiros na rua Lauro Sodré onde compareceu afim de visitar e “auxiliar com seu voto seus companheiros de arte”, que ali estavam reunidas para acordar certas medidas tendentes à classe”.⁴¹⁵ O jornal *A Luta Social*⁴¹⁶ denuncia que a sede da UGT foi invadida no momento que membros da

União “estavam reunidos” para libertarem os presos, entre eles Antônio Carvalho.

Querendo conhecer um pouco mais deste contexto para refletir sobre a presença de militantes anarquistas em Belém, fizemos uma pesquisa nos jornais e encontramos uma conjuntura rica em protestos com ações operárias. Diferentemente das ações de protestos do início do século, as greves dos anos 1913/1914, em Belém, demonstraram uma mudança de orientação política e afirmou a presença organizada de anarquistas nas lutas dos trabalhadores. Não devemos esquecer que os carroceiros fizeram greve em 1907, pelo não pagamento da taxa de matrícula, a greve dos vendedores ambulantes, em janeiro de 1908, e dos motoneiros e condutores, em agosto do mesmo ano.

Os trabalhadores cigarreiros da fábrica Rosa Cruz, a maior fábrica de cigarros de Belém e que tinha o maior número de operários, grevaram e chegaram a envolver oitocentos operários. A greve foi por aumento de salários⁴¹⁷, eles exigiram o aumento do milheiro de cigarros fabricados de 2\$800 para 3\$500, demonstrando que o pagamento era por produção, o que deve ter sido um elemento a ser transposto para unificação da greve. Os patrões reuniram e decidiram conceder o aumento.⁴¹⁸ Desta vez não tivemos notícias da sua forma de organização. O *Sindicato dos Cigarreiros e Cigarreiras*, foi organizado cinco meses depois.⁴¹⁹ Um dos assuntos da greve dos cigarreiros era o desemprego e a introdução das máquinas nas fábricas. Lembremos do panfleto apreendido na quitanda de Antônio Carvalho que tratava do mesmo assunto. Assim podemos inferir que Antônio Carvalho participou da organização desta greve.

A “Associação de Marinheiros e Remadores”, em maio de 1913, pediu aumento e iniciaram uma greve e só voltaram ao trabalho quando suas exigências foram atendidas.⁴²⁰ Não

412 Idem.

413 Idem.

414 Só encontramos o Auto de apreensão. A pesquisa no arquivo do Tribunal do Estado não foi possível ser mais detalhada pois o arquivo estava em fase de organização.

415 Autos, de Inquéritos Policiais acerca dos distúrbios praticados pelos grevistas carroceiros. Chefatura de Polícia – Autos 1914. Fonte APEP.

416 *A Luta Social*, n.º 3, 1914, p. 2.

417 *Folha do Noite* 12. nov., 1912.

418 Idem.

419 Estatuto dos Sindicatos dos “Cigarreiros e Cigarreiras”, fundado em abril de 1913.

420 *Folha do Norte* de 10 mai., 1913.

houve unificação da categoria e as organizações dos marítimos não conseguiram se organizar. A “Associação de Marinheiros e Remadores”, a “Associação de Foguistas e Marinheiros” além da “Associação Beneficente dos Práticos da Amazônia”. A greve foi assumida posteriormente pela “Associação de Foguistas e Marinheiros” e organizaram um piquete no vapor nacional “Moacyr” no galpão do Port of Pará. O piquete da greve impediu o embarque de passageiros e tripulação.

Este tipo de piquete foi repetido no vapor “Cidade de Gurupá”, a polícia entrevistou na greve e a imprensa acusou os grevistas de portarem armas. A imprensa noticiava frequentemente o enfrentamento com a polícia. Os *meeting* foram proibidos e a polícia acusava os marinheiros de serem vítimas de um imigrante português vindo do sul de nome João Gonçalves de Munir

“Esteve ontem na Folha, uma comissão (...) composta dos marinheiros Luiz Felipe da Silva, Godofredo Duarte, Gonçalves Duarte, Raimundo Barroso Virgolino e André Moreira, para declarar-nos que não é verdadeiro o conceito que a polícia forma a respeito do Sr. João Gonçalves de Munir.”⁴²¹

Nos últimos dias de novembro de 1913, entraram em greve os varredores de rua reivindicando salários atrasados. Houve a contratação de novos trabalhadores em substituição aos grevistas, na noite de 29 de novembro do mesmo ano. Os grevistas e os novos contratados se confrontaram em várias ruas de Belém. Estes atacaram no mesmo horário em diferentes pontos da cidade, quebrando as vassouras dos seus substitutos.⁴²² O italiano Francisco Culesi foi preso no momento de um dos conflitos com os novos contratados e foi acusado de ser o cabeça dos grevistas. A Folha do Norte afirmou que a greve era pela substituição dos varredores italianos por varredores nacionais, mas não deu maiores informações sobre o assunto.⁴²³

No ano de 1914, houve greve de várias categorias de trabalhadores. Em janeiro entraram em greve os operários estivadores das grandes empresas de navegação: da Boothline, Lloyd Brasileiro, Amazon River, Comércio e Navegação, Casa Solheiro Mora Cia, etc.

“Receando qualquer violência por parte dos grevistas, que são em número de 800 mais ou menos, os gerentes da Booth e Port of Pará, antes de atracar o ‘Dominia’ pedira providências ao Dr. Chefe de Polícia”.⁴²⁴

“Nós, abaixo assinados (...) vimos protestar contra a injustiça da redução que essas empresas de navegação fizeram aos nossos salários, já em sinal compensadores dos serviços externamente e exaustivos ao que nos sujeitamos dia e noite”.⁴²⁵

A Folha do Norte informou sobre conflitos entre a classe dos foguistas e carvoeiros da Marinha Mercante com armadores e proprietários dos navios, por questão salarial. A Associação dos Foguistas, impediu que o navio “Contreiras” partisse retirando sete tripulantes do navio, por não pertencerem a Associação levando-os para lugar desconhecido, fazendo com que a polícia fizesse busca atrás dos foguistas retidos.

“Acompanhado de vinte agentes, essa autoridade andou em toda a noite de forma que às cinco horas da manhã conseguiu encontra-los, todos que montavam guarda aos tripulantes do contreiras foram levados presos (...) sendo 30 o número das prisões e efetuadas até ontem a tarde”.⁴²⁶

Houve ameaças dos marítimos envolvidos, pelo Capitão dos Portos. Nesta greve a preocupação com o controle do mercado de trabalho, feito pela Associação dos Foguistas e pela central para os trabalhadores grevistas. A forma que eles encontraram para garantir seus empregos colocando-os em confronto permanente com as autoridades e exigiam uma organização que no local de trabalho que desse conta da movimentação no porto, que tivesse conhecimento também da categoria quase que individualmente. Esta organização deveria ser bastante forte para agir e impedir a saída do navio “Contreiras” e deixar incomunicáveis sete tripulantes. Pelo número de presos podemos perceber que a greve teve uma organização muito ampla. Em março do mesmo ano os sapateiros entraram em greve. As notícias na imprensa davam conta que a greve foi longa e que só foi noticiada quando os sapateiros radicalizaram suas ações. “Agora, fora, devido ao insuflamento de espíritos demagógicos, que infelizmente existe na classe, parece que os movimentos paradiastas tendem a tomar um caráter sério, visto que pretendem enveredar pelos caminhos da violência”.⁴²⁷

Muitos sapateiros foram presos por “perturbarem a ordem”. Houve conflitos na oficina de Antônio Miguel, na rua Santana. “Durante o trajeto até a estação central da polícia os grevistas levantavam vivas à greve, ao operariado e pitava abaixo a tirania”.⁴²⁸

421 Idem. 26 out., 1913.

422 Folha do Norte, 29 nov., 1913.

423 Folha do Norte, 29 nov., 1913.

424 Folha do Norte, 13 jan., 1914.

425 10\$ por dia para 6\$ no dia e 12\$ para 9\$ na noite.

426 Folha do Norte, 3 I jan., 1914.

427 Idem.

428 Idem.

Houve prisões de sapateiros, a invasão da sapataria de Miguel Apollo⁴²⁹ e os grevistas exigiram que seus colegas presos fossem logo soltos, ou todos os grevistas iriam fazer companhia para eles no xadrez. Antônio Domingues, que aparece como delegado e procurador dos sapateiros foi um dos presos. Os grevistas lançaram uma nota na imprensa com o seguinte teor:

“Considerando que a classe dos operários sapateiros se encontra em greve desde o dia 16 de fevereiro do coerente ano (...). Em face disso, retornaremos ao trabalho só nas casas que assinaram o aumento. Mas as casas Lopes, César, Apollo, Cunha, desde que iniciamos a luta, nos vem desrespeitando, ameaçando-nos com maldizeres e cacetes. Além disso, têm se valido da polícia para nos desmoralizar”.⁴³⁰

A greve dos sapateiros reivindicava aumento de salário e regulamentação de horário de trabalho. Esta greve foi um dos motivos da invasão da sede da UGT e Antônio Domingues foi deportado junto com Antônio Carvalho. Os dois se conheciam pois, foi apreendido um ofício dirigido a uma das firmas de sapatos assinada por Antônio Domingues na casa de Antônio Carvalho.

Os estivadores da *Port of Pará* entraram em greve e indicaram o seguinte: “Pegar as 7 horas da manhã e largar as 11:00; pegar a 1 hora da tarde e largar às 5 horas; pegar às 8 horas da noite, largar às 12; pegar à 1 hora da madrugada e largar às 5 (...)”.⁴³¹

Houve paralisação total no serviço de embarque e desembarque na Port of Pará, provocando cancelamento das viagens já marcadas. Não ficou claro o horário que eles trabalhavam. Os estivadores da Booth-Line, assim que souberam da greve pararam suas atividades – na ocasião descarregavam o “Gregory” e o “Rio Grande” – em “solidariedade aos companheiros”.

O auto de busca e apreensão na quitanda de Antônio da Costa Carvalho, indica a apreensão de vários documentos e estatutos de organizações operárias e sindicais. Estatutos como os da *União Beneficente dos Estivadores da Port of Pará* e o regulamento interno do *Sindicato dos Estivadores*. Os anexos dos autos, preservados no arquivo Público do Estado do Pará, não constam estes estatutos.

Se observarmos com atenção o texto do auto, encontramos subscrição e cartas dirigida a Amazons Rivers, um ofício do Sindicato dos Estivadores assinado por Jorge Martins da Costa e um ofício dirigido a Joaquim da Silva Fontelles,

fiscal das gaiolas. Pela documentação apreendida podemos observar que Antônio Carvalho tinha uma presença grande no movimento dos trabalhadores do porto e dos estivadores. Não está especificamente mencionada no auto, mas, nos anexos encontramos um panfleto dirigido aos “Companheiros, Estivadores” e tomamos conhecimento de como a greve da categoria foi sendo organizada. “Companheiro. Estivadores. Os patrões nossos teimam em querer rebaixar os nossos salários e para isso suspenderão do serviço a comissão que andam a tratar dos nossos interesses”.⁴³²

O panfleto trata do mesmo assunto que o abaixo assinado dos estivadores em greve e demonstrara que a greve foi organizada com a participação de Antônio Carvalho. Os ofícios e abaixo-assinados endereçados a companhia de navegação do Pará, reafirmava as articulações feitas por anarquistas com a presença de Antônio Carvalho.

Em 9 de abril, do mesmo ano, iniciou a greve dos carroceiros, que exigiam aumento no preço dos carretos no centro comercial. A paralisação dos carroceiros obrigou que a entrega de mercadorias como cerveja e gelo fosse “garantidas” pela polícia. Houve a prisão de 22 grevistas que segundo a imprensa eram cabeças da greve.⁴³³ A greve dos carroceiros se articulou com a greve dos sapateiros, ou seja, “fez causa comum com os sapateiros”⁴³⁴ que desde fevereiro achavam-se em greve.

No final do mês de maio, manifestaram-se em greve os operários da construção civil. Esta foi organizada por comissões nos canteiros de obras e assumindo pela Federação das Classes da Construção Civil, que lançou na imprensa o seguinte boletim:

“Ao público – A Federação das quatro classes da construção civil resolvendo por unanimidade reclamação o dia de oito horas, para assim podermos empregar os nossos companheiros desempregados, resolveu visto as respostas de alguns patrões não serão favoráveis, declararmo-nos em greve pacífica (...)”.⁴³⁵

Saiu na imprensa a notícia que uma comissão de trabalhadores iria até Manaus para “levantarem todas as classes

429 Folha do Norte, 3 mar., 1914.

430 Folha do Norte, 3 mar., 1914.

431 Folha do Norte, 25 mar., 1914.

432 Antônio Carvalho. Panfleto “Companheiros Estivadores”.

433 Folha do Norte, 13 mar., 1914.

434 Folha do Norte, 9 abr., 1914.

435 Folha do Norte, 9 abr., 1914.

operárias naquela cidade”. Esta comissão seria formada por José Quintana, José Antônio Dias e José Gabilano Rodrigues o que foi comentado pelo jornal *A Luta Social* de Manaus.

“Indivíduos perigosos”

A 27 do mês findo, notificava os jornais desta cidade, que do Pará vinham três operários com o fim de promover a greve na construção civil. Ao mesmo tempo deixava ler as providências adotadas pela polícia. Quer dizer avisava-se as autoridades para que essas criaturas perigosas não desembarcassem”.⁴³⁶

A Luta Social comenta “As greves em Belém do Pará” e louva que o povo “senhor de si” mostra o seu valor perante seus opressores. O redator de “*A Luta Social*” protesta pelo fato das autoridades policiais estarem prontas a intervir, prendendo os “indivíduos perigosos” “apesar de representar diretamente as classes privilegiadas”. A matéria passavam a discorrer sobre o porquê que o movimento operário não deva acreditar na “ação benéfica” da polícia e dos parlamentares.

Técio Miranda afirma desconhecer a chegada dos ativistas do Pará, mas defende o direito de articulação política entre “as classes laboriosas”. Parece que a articulação entre os dois Estados estava organizada e o desenvolvimento das greves em Belém, colocou de prontidão as polícias do Amazonas. Posteriormente, a imprensa de Belém que noticiou José Contana e José Gabilano Rodrigues foram presos como agitadores das greves dos sapateiros. Pela primeira vez foi citada na imprensa a União Geral dos Trabalhadores.

“Para que o movimento fosse ampliado pelo maior número de classe trabalhadoras, as nove horas da manhã efetuou-se na reunião secreta na sede da União Gemi dos Trabalhadores (...), não sendo permitido a presença de pessoa alguma que não fosse reconhecidamente grevista”.⁴³⁷

Os operários da Fábrica Aurora e Tabacaria Matos, entraram em greve e articularam ações conjuntas com os grevistas da construção civil, estes operários comprometeram-se em fumar cigarros somente feitos a mão. A greve dos cigarreiros foi para protestos contra confecção de cigarros por meio de máquinas.

Interessante observar que nos documentos apreendidos na quitanda de Antônio Carvalho havia um panfleto dirigido “AOS CIGARREIROS” que chama atenção nas fábricas. “Companheiros! È tempo de medirmos o estado econômico que estamos atravessando. As máquinas vem invadindo a nossa Indústria e lançam-nos no desemprego! Além disso, há muitos males que atravessamos e que precisamos combater para evitar”.⁴³⁸

Fica claro a participação de Antônio Carvalho na organização da greve. O panfleto chamava para uma reunião na sede da UGT para discutir a introdução das máquinas na fabricação do fumo. A solidariedade dos operários da construção civil com os cigarreiros deixa clara também, que a introdução das máquinas era recente e os cigarreiros percebiam as máquinas como responsáveis do seu desemprego.

O operário Antônio Carvalho, foi preso por insuflar a greve da construção civil. Ele trabalhava na Casa Manoel Pedro & Cia e conseguiu adesão dos companheiros. Nesta greve todas as obras em construção em Belém foram paralisadas, inclusive as construção do Convento dos Capuchinhos e da Basílica de Nazaré ficaram paralisadas.

A participação de Antônio Carvalho na greve dos carroceiros era uma possibilidade muito provável se levarmos em consideração que foram encontradas os estatutos da “União dos Carroceiros” nos documentos apreendidos em sua quitanda. O mesmo podemos afirmar, no que diz respeito às greve dos sapateiros já que o estatuto do Sindicato também foi apreendido na quitanda.

A Folha do Norte noticiou a greve dos manipuladores do pão, em 14 de julho de 1914. Esta iniciou-se depois da “grande reunião” realizada na UGT no dia anterior. A greve foi organizada na assembléia que nomeou várias comissões.

“Assim, em grupos, os principais cabeças do movimento, percorreram a noite, as padarias espalhadas pelos diversos bairros da cidade, ao comunicar aos empregados de tais estabelecimentos a resolução tomada, exigindo ainda a adesão dos mesmos, o qual obtiveram quase a totalidade dos manipuladores do pão”.⁴³⁹

Buscando o convencimento e o estabelecimento de comissões de trabalhadores, expressando uma organização do movimento muito usada pelos anarquistas, do início do século XX. A assembléia estabeleceu comissões para encaminharem a greve, a *Folha do Norte*, reclama do “mudismo” dos grevistas que guardavam uma postura de desconfiança em relação a imprensa, mas, informa que a greve visava o aumento de salário, o recebimento de duas refeições diárias por conta dos proprietários das padarias e o compromisso de fixar em 5\$00 réis o preço do quilo de pão sem que esse preço fosse reduzido.

436 *A Luta Social*, n.º 3, 1 jun., 1914.

437 *Folha do Norte*, 26 mai., 1914.

438 *Jornal Anti – Clerical Anarquismo*, E'dgard Leuenroth. Largo da Sé, 5 (sobrado), 17 mar., 1914 n. 233, São Paulo.

439 *Folha do Norte*, 14 jul., 1914.

O artigo de a *Folha do Norte* procura identificar os “cabeças” do movimento e dá importância a falta de pão na mesa dos habitantes da cidade sem discutir a justiça da greve. Observamos também a tentativa de responsabilizar a UGT pela violência dos grevistas. Em manutenção da ordem o jornal justifica a presença do chefe de polícia e do 1º prefeito o Dr. Luiz Campos, na sede da União.

As “autoridades” buscavam colocar-se como interventores entre os grevistas os patrões e o jornal procurava comprometer os grevistas quando publicavam o “acordo” dos grevistas de não impedir de trabalhar os “fura greves”. O medo de que a greve tomasse ares de violência foi expresso pelo jornal que procuravam chamar atenção para as atitudes pacíficas das autoridades que estavam dispostas ao diálogo. Para o jornal as exigências dos grevistas eram denominadas como “aludidas reclamações”.

O movimento paredista continuou e o proprietário de padarias, pediam por intermédio do jornal o comparecimento de todos em uma reunião, que foi presidida pelo chefe de polícia para discutir a greve. Os padeiros organizaram-se em grupos, espalhando-se pela cidade, na hora da distribuição do pão, impedindo que os outros fossem fazer a freguesia. “Aos que iam encontrando primeiramente convidavam a aderir e aos que não faziam, agrediam, fazendo-os abandonar a distribuição”.⁴⁴⁰

Pelas notícias dos jornais podemos acompanhar o desenrolar da greve e tomamos conhecimento da prisão de vários padeiros⁴⁴¹ no bairro do Umarizal, prisões efetuadas pelo subprefeito. Os presos foram postos em liberdade horas depois da prisão e os jornais passaram a criticar a greve pelo seu aspecto violento. A greve foi forte e várias padarias tiveram seus entregadores de pães forçados a abandonaram a distribuição nas casas.⁴⁴² Segundo a imprensa, o principal formulador do movimento grevista foi o padeiro Augusto Marques dos Santos, o bibliotecário da *União dos Manipuladores de Pão*⁴⁴³. O grevista Manoel Joaquim da Costa era delegado da padaria três Periquitos junto a União dos Manipuladores de Pão.

Os grevistas “prenderam” um menor de nome Manoel Moreira Tavares na ocasião em que distribuía o pão, que foi levado para a sede da União dos Trabalhadores. A greve parece ter se alastrado por todas as padarias da cidade, já que as reclamações contra os grevistas possibilitam perceber a sua atuação nos vários bairros da cidade obrigando os donos de padaria a solicitarem reforço policial para suas casas. Tentando

neutralizar a ação dos policiais, uma comissão dos grevistas procurou o chefe de polícia na estação central para discutir sobre a prisão dos grevistas. O jornal acusa o padeiro Augusto Marques dos Santos de ser o principal fomentador da greve: “Segundo nos informa, o principal fomentador do movimento grevista é o pedreiro de nome Augusto Marques dos Santos, vindo fugido de Manaus, onde chefiou idêntico movimento, tendo desfechado vários tiros de revólver contra seu patrão”.⁴⁴⁴

O jornal afirma que os grevistas haviam se comprometido com a polícia a não praticarem a mais pequena violência e acusa os grevistas de não cumprirem a promessa:

“Começarem a atacar os seus colegas, arrebatando-lhes os cestos e incendiando-os juntamente com o pão”.

“Como esse trabalho se tornou demorado, os penrosos indivíduos resolveram então derramar querosene, creolina e iodofórmio inutilizando todo o pão”.⁴⁴⁵

Os distribuidores voltaram às mercearias e os donos dos estabelecimentos começaram a pedir socorro à polícia. Esta ação dos grevistas foi considerada um abuso. Foram espalhados 31 praças da infantaria e vários agentes, sendo que Américo Henrique Laquete, João da Silva Siqueira, Manoel Joaquim da Costa, Leonildo Carvalho de Moura e Daniel Borges foram presos na subprefeitura do Marca Segundo o jornal, houve disparos de alguns revólveres, dado pelos grevistas quando da prisão.

Os donos de padarias passaram a solicitar acompanhamento de policiais para escoltarem os distribuidores do pão, no que foram atendidos. A greve foi bastante forte, tendo-se notícias da adesão de grande parte da categoria, esta possibilidade fica evidente se analisarmos as padarias cujos donos solicitaram proteção policial.⁴⁴⁶

440 Idem.

441 “Os grevistas presos foram João Marques Veloso, João da Silva Pereira, Manoel Lopes dos Santos, Manoel Lino, Manoel Marques da Silva, Firmino Dias de Oliveira, Alvaro Augusto Ferreira, Álvaro de Matos e Vicente Cerafim dos Santos”. In: *Folha do Norte*, 14 jul., 1914.

442 Foram agredidos e forçados a abandonar a distribuição de pão, os empregados das padarias “Princesa das Flores”, à rua Lauro Sodré, esquina da Travessa Benjamim Consta “A veirense” à Avenida Independência, canto da Avenida 22 de junho, “Hespanhola” à rua Paes de Carvalho, “Figueiredo” à mesma rua, canto da travessa 1.º de Maio, “Ribeiro” à rua Manoel Barata, “Mangueirense” à rua Lúdes Lobo, canto da travessa Santo Antônio, “Cinco de Outubro” à travessa D. Romoaldo de Seixas, esquina da Bernardo Couto, “Bijou” à rua Aristides Lobo, canto da travessa Rui Barbosa, “Apoio” à rua 28 de Setembro, canto da travessa da Piedade. In: *Folha do Norte*, 2º de justo de 1914.

443 Estatuto da União dos Manipuladores de Pão, fundado em 13 abr., 1913.

444 *Folha do Norte*, 28 de jul., 1914.

445 Idem.

446 Idem.

A violência da greve foi entendida como um abuso contra o capital dos donos das padarias. Queimar o pão era uma estratégia dos grevistas que não faziam piquete na porta das padarias; mas, procuravam impedir a distribuição de pães. Esta atitude foi considerada como um ataque à propriedade e a resposta dada pelos patrões foi a prisão, ou seja, a perda da liberdade e a dispensa de todos os grevistas. A polícia colocou-se ao lado dos proprietários na figura do chefe de polícia. “Fez sentir aos representantes dos paredistas que absolutamente não se referiam os mesmos fatos, fazendo manter a ordem, garantindo a propriedade.”⁴⁴⁷

Os proprietários estavam todos exaltados, indignados com a perda de mais de 40 quilos de pão por mercearia, em nome da defesa da propriedade buscaram demonstrar para o público a “perversidade dos grevistas”. Terminada a greve, todos os presos foram postos em liberdade e as notícias que se vinculavam na imprensa dava conta do baleamento do padeiro Francisco Vicente que teria sido agredido por quatro grevistas quando distribuía pães. Augusto Marques dos Santos fez também, publicar na imprensa que não era chefe de greve, que não participou da greve e que também não teria vindo fugido de Manaus.

A greve terminou com um acordo feito entre proprietários e padeiros, onde a preocupação com o limite da produção por padaria de acordo com o número de trabalhadores foi firmado em 18 kg por taberna ou freguesia. O preço do pão ficou definido em 5\$00 réis o quilo com 10% de desconto para as tabernas e hotéis, ficando extinto a venda do pão por patada. Os vendedores com freguesia da casa tiveram um desconto de 20% pagarão líquido 8\$0 réis a cada três massas.

Os grevistas fizeram circular um boletim onde expressam sua visão de mundo. Os títulos dos boletins já diferenciavam o público em geral e as classes organizadas, deixando claro que a estes é que os grevistas se dirigiam passando também, uma visão de mundo dividida em classes, solicitando ao público em geral que não se alarmassem, pois, suas reclamações são justas. Solicitavam também, ajuda nas suas lutas. “Ao bem de dos nossos direitos, até hoje desconhecidos neste rincão e calçados os pés pela ganância e prepotência dos nossos exploradores. A nossa ação será desenrolada dentro da ordem e nos termos assegurados pela lei”.⁴⁴⁸

Os grevistas declaravam o que entenderam por direitos. Direitos de ter uma alimentação suficiente, pelo menos duas

refeições por dia sem desconto no salário, direito de ter um quarto para dormir quando esperavam a massa descansar, direito a mais horas de descanso, direito de redução das horas de trabalho. “Nós não temos alimentação suficiente, pois que durante 24 horas só nos dão comida uma vez, poder-se-á viver assim? Nós não temos quartos para dormir as poucas horas que nos restam do nosso labor”.⁴⁴⁹

Consideravam também, como seu direito receber um “ordenado compensador pelo grande trabalho” que fazem ainda mais levando em consideração que ficavam de “prontidão” na padaria esperando a massa dar o ponto para modelar o pão e depois esperar o pão sair do forno para contabilizar a venda. O horário de trabalho era de dia e de noite.

“Por tudo isso e muito mais que classe de trabalhadores somos nós?... Uns escravos das padarias?”.⁴⁵⁰

“Confiam todos da nossa ação, traçada dentro da paz. Aos nossos companheiros pedimos a mais rigorosa solidariedade dentro da ordem, pois dela somente defende a vitória da nossa luta. Avante! Escravos Modernos! Filhos do Povo!”.⁴⁵¹

A linguagem usada no panfleto já era uma linguagem anarquista. Esta greve pareceu um movimento de crítica à sociedade industrial e aos males do capitalismo. O boletim dos grevistas já os colocava como escravos modernos, um termo muito usado para designar os trabalhadores sujeitos a exploração capitalista. O termo passava a noção de uma formação militar pronta a defender seus ideais e atacar um inimigo comum a todos os que fazem parte da coluna. O termo “filhos do povo e não filhos do trabalho”⁴⁵² parecia confiar que ganharia uma guerra. “Filhos do Povo” poderia ser a tentativa de estabelecer uma identidade de todos aqueles que passavam pelas condições de vida que eles estavam denunciando na greve. Admitiam, desta forma, que a luta que estavam travando era uma luta das classes organizadas.

Seu discurso é endereçado as classes trabalhadoras que deveriam, dentro da visão dos anarquistas, assumiram a luta pela supressão das injustiças sociais. No boletim a identidade do trabalhador era valorizada, buscando criar uma identidade oposta a de seus exploradores. Aparece também a expressão

447 Idem.

448 Folha do Norte. 30 jul., 1914.

449 Idem.

450 Idem.

451 Idem.

452 BATALHA, Cláudio. *Op. cit.* 1999, p. 59.

“escravos das padarias” e estas eram associadas a uma prisão ou como lugar de trabalho exaustivo, ou seja, péssima alimentação e um lugar que “sugava” todas as energias do trabalhador. Os patrões são “prepotentes” e denominado de “nossos exploradores”.

A greve experimentou uma organização descentralizada e tinha como base uma comissão de mobilização por padarias. Não tivemos informação de uma diretoria dirigindo a greve e a comissão que assina o acordo feito com os patrões não constam nem um membro da “União dos Manipuladores de Pão”.⁴⁵³

Em março de 1915, os trabalhadores ambulantes grevaram contra a Empresa Americana de Veículo. Nesta greve houve a quebra de “caranguejos” ou “carrocinhas” e a invasão à garagem da empresa na Avenida Tamandaré.⁴⁵⁴ A greve foi devido a tentativa de controle e cobrança de taxas do serviço de ambulante, especialmente no Ver-o-Peso. Os ambulantes só poderiam vender suas mercadorias nas “carroças” ou “carrinhos” da empresa.

“Desde a madrugada de ontem, a polícia, como a uma provocação irritante continua a exercer violência contra os indefesos operários de todas as classes (...).

Em diferentes bairros da cidade, os asseclas da nossa já desmoralizada polícia civil, espancava desumanamente a cacete todos e conduzia-os presos aos xadrezes que desconfiavam haver tomado parte do assalto”.⁴⁵⁵

Os conflitos com a empresa de veículos Americana permaneceu por longo tempo. No auto de perguntas feitas a Lourenço Tavares Adição, em 1915,⁴⁵⁶ português, branco, de trinta e dois anos de idade, casado, residente à rua dos Mundurucus entre as travessas Dr. Moraes e Serzedelo Corrêa, que sabia ler e escrever declarou que em dez dias passados substituiu o carro anti-higiênico de que servia no serviço da vendagem de hortaliças por outro de tipo moderno, asseado e próprio que tinha comprado este carro no depósito municipal, antiga empresa de veículo.

Afirmou também, que a Intendência não o obrigou a comprar o carro, mas exige que todos os veículos destinados a serviço de venda de gêneros obedeçam ao tipo determinado aprovado pelo município e que, à vista disso, ele resolveu comprar o carro sem se incomodar com os boatos alarmantes que ouviu, de que os seus companheiros de classe estavam dispostos a não consentir essas substituições.

Declarou que não lhe era estranho a existência de um movimento neste sentido, que reunia um grande número de vendedores ambulantes, todas as noites na casa n.º 75 na avenida

Coisas do Brasil, com o “fim de combinar-se os meios - de resistência contra a substituição dos ditos carros” e as medidas de ordem que os amparassem. Disse que ontem por volta das 11 horas da noite na sede dos já referidos ajuntamentos, partiu esse grupo de amotinados em direção ao depósito de veículos. Mas, existindo ali força pública, retrocederam para a Serzedelo Corrêa, onde residia Lourenço, e que quando chegaram romperam em impropérios contra ele ameaçando-os e os censurando por ter adquirido o novo veículo e que ato continuou invadiram a sua horta e a sua vista, puxaram para a rua o cano quebrando tudo e atiraram aos ares os respectivos fragmentos. Lourenço só teria escapado com vida por ter se refugiado em lugar seguro.

Neste auto observamos que a oposição às posturas municipais eram motivados de mobilização entre os vendedores ambulantes até 1915, e que já havia uma identidade de classe construída, tanto que Lourenço se refere aos “seus companheiros de classe”, além de que o hábito de reunir, discutir, mobilizar e defender o que eles avaliavam que era um direito seu, como não aceitaram a imposição da intendência municipal quanto à troca de veículo. Percebemos que o uso da violência se faz presente no movimento de resistência e por duas vezes ela é citada quando tentaram invadir o local onde se vendiam os veículos e no momento quando invadiam a horta de Lourenço, quebram seu carro novo e o ameaçaram de morte, provavelmente havia mais portugueses envolvidos no conflito. O ramo de vendas ambulante é um setor de forte presença de trabalhadores portugueses, que vez por outra enfrentavam o poder municipal. Sua presença é relatada em vários momentos políticos da cidade.

A repressão da polícia atingiu outras categorias e alguns presos foram deportados no “Cassiporé” que partiu para o Oiapoque.⁴⁵⁷ Houve a prisão do diretor do vespertino “O Eicho” e de seu irmão.⁴⁵⁸ A polícia negou informação sobre os presos, e segundo a imprensa da época não permitia o acesso ao prédio da UGT.⁴⁵⁹ Nesta greve a invasão da UGT, organização a qual a “União dos Vendedores Ambulantes”⁴⁶⁰ era filiada e fez parte

453 Folha do Norte- 30 jul., 1914.

454 Correio de Belém, 19 mar., 1915.

455 Folha do Norte, 19 mar., 1915

456 APER Fundo, Chefatura de Polícia do Estado do Pará, 1915

457 Idem.

458 Idem.

459 Folha do Norte, 20 mar., 1915.

460 Folha do Norte, 19 mar. 1915.

do plano de desmonte das organizações anarquistas. A rede da UGT foi invadida por agentes capitaneados pelo subprefeito Ribeiro da Cruz, os móveis foram danificados e os papéis da sociedade foram levados para Central de Polícia e incinerados⁴⁶¹.

Foram presos, no dia 17 de março de 1915, junto com outros operários, os chofeurs Eduardo Guerra, português, Júlio Durval, também português e os espanhóis Adolfo Alonso, alfaiate e José Rocha, horteleiro. Eles foram trancados no P. Corpo de Polícia e transferidos clandestinamente para a Vila de Pinheiros em um trem de conduzir animais. No dia 20 de março, foram transferidos para o Marajó⁴⁶², onde ficaram presos até o dia 31 de março e embarcaram no paquete “Francis” para a Europa.⁴⁶³ A polícia negou a prisão dos estrangeiros,⁴⁶⁴ e as famílias dos portugueses Eduardo e Júlio, procuraram o Cônsul português, em Belém, para pedir à este que os localizem e impedisse a sua deportação. O cônsul negou a ajuda, argumentando que os desaparecidos não eram matriculados no Consulado do Pará. A repressão ao movimento operário se manteve também, pelo argumento que os grevistas eram estrangeiros, a imprensa local os identificava como indesejáveis e desordeiros.

Gostaríamos de ressaltar que houve mudança de postura dos trabalhadores em Belém, no início do século, quando observamos que a imprensa local divulgava crescentes conflitos entre trabalhadores nacionais e estrangeiros, anúncios preferindo portugueses e os movimentos reivindicatórios como os de nacionalidades, como exemplo é o movimento pelo fechamento das portas, das discussões sobre nacionalidades e dos problemas de Portugal. Na década de dez observamos que a composição étnica e nacionalidade não dificultou a cooperação e a organização do movimento operário em Belém.

Quanto às greves que ocorreram em 1913 a participação de imigrantes portugueses e espanhóis foram fundamentais e com consequências para a organização dos operários, pois, a imprensa e os governos do Pará procuravam desacreditar o militante imigrante perante a sociedade, e com isto, depreciar os movimentos reivindicatórios.

Foot Hardmam e Viator Leonardi declararam que “somente nos anos 20 surgiria uma expressão mais significativa do anarco-sindicalismo no Pará”.⁴⁶⁵ Discordamos e tentamos mostrar neste capítulo como foi a história das greves de 1913/1914, assim como, a de 1917, entre elas a dos condutores e motoneiros da Pará-Elétrica, que se estendeu por toda a rua 1º de Setembro e por não cumprir com vários acordos ela retorna até mesmo pela readmissão de grevistas demitidos. Em abril de 1917, a União dos Operários Sapateiros declararam a greve, reivindicando aumento salarial e limitação de horários de trabalho. Em 11 de junho, do mesmo ano, os estivadores entram em greve. Esta teve a solidariedade da “Sociedade Beneficente dos Marinheiros da Amazônia”, “Condutores e Motoristas da Pará-Elétrica” e da “Beneficente dos Boleiros e Carroceiros.” No dia 13 de junho a “União dos Chofeurs” manifestou solidariedade e declarou greve.

Em julho de 1917, Belém vivenciou vários meetings contra a carestia de vida. E na segunda quinzena de setembro, 400 padeiros decidiram grevar e realizaram um meeting com a presença numerosa de sapateiros e operários solidários. A greve foi violenta e todos os grevistas presos eram portugueses. Nesta conjuntura não percebemos que hostilidades entre trabalhadores nacionais e estrangeiros tenham levado ao fracasso das greves. No nosso entendimento os movimentos fracassaram mais por repressão da polícia do que por divergências entre trabalhadores nacionais e estrangeiros⁴⁶⁶, o que nos leva a pensar que as possíveis disputas entre trabalhadores nacionais e estrangeiros não era um problema enfrentado pelo movimento operário em Belém na segunda década do século XX.

“...Em face da carta de Miguel Apoio, inserta no vosso jornal do dia 25 do corrente, na qual pretende demonstrar que nós, sapateiros nacionais, não são adeptos da greve que irrompeu na classe, vimos declarar (...), agora como sempre nos unem os laços da íntima solidariedade aos nossos colegas, sem cogitarmos de cor ou nacionalidade — Os Operários Sapateiros Nacionais.”⁴⁶⁷

461 Idem.

462 Folha do Norte, 19 x., 1915.

463 A Folha do Norte, 5 abr., 1915. Publicou entrevista com quatro deportados já abordo do Francis.

464 A Folha do Norte, 5 abr., 1915. Publicou ofício do chefe de polícia Newton Berlana que ao desembargador presidente do Tribunal Superior de justiça informando “que os indivíduos José Rocha, Júlio Durval, Adolpho Afonso e Eduardo Guerra, não se acha e não tivera presos a ordem da polícia”.

465 FOOT-HARDMAM e LEONARDI, Viator. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil**. São Paulo, Ática, 1991, p. 43.

466 Não encontramos conflitos entre trabalhadores nacionais e estrangeiros, como no início do século XX, nos jornais de Belém.

467 Folha do Norte, 27 mar., 1914.

5.7. OS ESTATUTOS DAS “UNIÕES”

No auto de apreensão na quitanda de Antônio Carvalho, foram encontrados alguns estatutos de organização sindicais, dentre os quais o “Estatuto do Sindicato dos Carroceiros”, “Estatutos e Regulamentos Interno da União dos Chouffeur” e os “Estatutos da União dos Operários Sapateiros”. Somados a estes estatutos analisamos o “Estatuto da União dos Manipuladores de Pão” que chegou em nossas mãos como presente por um padeiro que entrevistamos para dissertação de mestrado, os “Estatutos do Sindicato dos Cigarreiros e Cigarreiras”, “Sindicato dos Carroceiros”, “União dos Vendedores Ambulantes” e “Sindicato dos Carpinteiros” que foram doados pelo sindicalista Jaime Teixeira.⁴⁶⁸

A primeira questão que nos chamou atenção, foi a data de fundação destas organizações, que data de 1913⁴⁶⁹, e impressos na tipografia Delta, na Rua da Indústria n. 11, em Belém. A proximidade das datas podem indicar uma articulação maior entre vários fundadores destas, provavelmente, pertencentes a algum grupo anarquista.

Outro aspecto que nos chamou atenção foi a estética dos estatutos, a forma de divisão das frases e a gravura das capas são idênticas. Estes traziam na contra capa uma espécie de cadastro que solicitava o n.º da caderneta, o nome do “Companheiro”, endereço, data da filiação, a organização, idade e os quadros de meses para cada ano que receberiam o carimbo pelo tesoureiro indicando o pagamento das mensalidades. Outra coincidência era um texto inicial que relacionava as “causas” que levava a necessidade das organizações sindicais devido ao “atual estado da sociedade”. O termo usado era “a classe trabalhadora” e não “classe operária” e indicava como a identidade da classe devia se constituir a partir de um diálogo permanentemente entre seus membros para consolidação dos interesses.

Como anexo ao estatuto, os carroceiros imprimiram uma carta “Aos Trabalhadores”, já os sapateiros anexaram a “Resolução do 1º Congresso Operário Brasileiro realizado nos dias 15 a 20 de abril de 1906, na sede do centro galego na rua da Constituição a.º. 30-32 no Rio de Janeiro”. Os padeiros anexaram “Noções de Sociologia”, de José Lopes Montenegro, incluído nas anotações de Antônio Carvalho.⁴⁷⁰ Todos os anexos expressaram noções anarquistas. Há um anticlericalismo em “Noções de Sociologia” que estabelecia uma forma de expor

essas “noções”. Foram feitas perguntas que eram respondidas gerando novas perguntas. O texto inicia perguntando o que são os seres e/ou coisas divinas? Para começar a falar sobre a necessidade da liberdade da justiça.

A ciência se contrapõe a ignorância e a hipocrisia. A tirania é inimiga da justiça que é composta de ciência, moral e verdade. O crime de “usurpar ou aproveitar-se do trabalho alheio” é apresentado como o maior dos crimes. A existência tem uma ordem física que resulta na vida pela combinação da atração e repulsão. Uma ordem intelectual que usa a ciência, a moral, a verdade e a justiça só seriam exercidas pelas ciências e pela moral. Há também, uma ordem social que tem por base o ateísmo e a solidariedade de que são ensinados pela ciência.

A civilização, estágio que deveriam aspirar uma sociedade e suprime os privilégios abolindo a autoridade, a herança, o interesse, a guerra, a ignorância e a miséria. A política é o governo que legisla e as leis que coagem o direito. Não deveria, portanto, existir “governos políticos de qualquer classe”. Para substituir as religiões e os cultos os trabalhadores deveriam ser ateus e revolucionários, para construir o socialismo.

“Para onde morava a Humanidade? Para o Bem Quem ajuda o socialismo?”

O Progresso.

Quem poderá detê-lo? Ninguém!”⁴⁷¹

Sobre as questões de família matrimônio, prostituição, herança e fraternidade são assuntos presentes nas Nações de Sociologia, também havia discussões dos loucos vagabundos e educação terminando com a discussão sobre o Estado. “E há remédio para tanto mal? Sim: a Associação dos bons (maioria), contra a dos maus (minoria). A Associação dos Povos contra os governos. A Associação dos explorados contra os exploradores”.⁴⁷²

O anexo do estatuto dos sapateiros já demonstra sua

468 Jaime Teixeira era economista e foi durante muito tempo assessor para assuntos sindicais da FASE. Foi um dos fundadores da CUT/Pará, organizou pesquisas sobre o movimento sindical em Belém e no Pará. Cedeu-me exemplares de alguns estatutos, entrevistas e jornais.

469 Interessante que um ano depois os movimentos grevistas em Belém tem a participação estas organizações.

470 Folheto Noções de Sociologia, Rio de Janeiro, de José Lopes Montenegro, dirigindo-se a Astrogildo Pereira, Caixa Postal: 427.

471 Idem.

472 Idem.

vinculação ideológica. A carta aos trabalhadores anexa ao estatuto dos carroceiros também, discute a exploração e a crítica aos governos e as leis. Não há referência nos estatutos à nacionalidades de seus membros, este não era um requisito para tomar-se sócio. Um exemplo de que a questão da nacionalidade não é um problema fundamental discutido nos estatutos, tanto que só ficamos sabendo que Antônio Carvalho era português pelo auto de apreensão e busca realizado em sua quitanda.

Observamos que o termo classe operária foi utilizado: “como o conjunto dos trabalhadores manuais urbanos, do artesão independente até o operário não-qualificado, passando pelos lixeiros, pedreiros, vendedores ambulantes, entre outros”.⁴⁷³

Exemplo disso é a denominação da “União dos Operários Sapateiros” que indicava no seu artigo 1º o termo classe operária como sendo a denominação de todos os trabalhadores. Pela leitura dos estatutos observamos que estes anarquistas defendiam a necessidade da abolição do Estado, a não participação em partidos políticos e ações políticas parlamentares e a oposição a uma organização autorizada. Defendia também, o fim de toda autoridade.

As orientações que partiam dos estatutos das “Uniãos” indicavam a prática de um sindicalismo de ação direta e suas estratégias de negação do Estado, partidos, leis e sindicatos burocratizados. Prezavam uma autonomia e negavam uma subordinação às autoridades.

As classes operárias pensavam como sujeitos capazes de impulsionar sua própria história, com projetos definidos. As greves e os estatutos das “Uniãos” apresentavam uma organização nos locais de trabalho. Revelam-se a existência de uma tradição de organização fundada em comissão de greve por local de trabalho. Estas comissões de greve por local de trabalho revelam uma expressão de ação planejada dos trabalhadores.

Nos autos descritos, podemos observar a rede de comunicação nas categorias. A leitura dos estatutos, nos indica que havia uma organização sindical com base em comissões e delegados por local de trabalho. Suas táticas de organização eram invisíveis aos olhos dos patrões e do controle policial, já que eram feitas fora do espaço do trabalho. No caso da greve dos padeiros observamos que a prática do convencimento ou de repressão aos grevistas só foram possíveis pela organização das comissões por locais de trabalho e que o exercício da paralisação da produção foi possível no momento da venda de

mercadorias o que demonstra o conhecimento do sistema de produção e da venda do pão pelos padeiros grevistas.

As greves não foram somente um ramo da produção de trabalhadores qualificados, o que demonstrava a abrangência das atuações anarquistas, assim como um programa revolucionário nos estatutos. O sindicalismo de ação direta não falava somente à uma minoria militante, eles preocupavam-se com um público mais geral. A leitura dos estatutos indica a vontade de construir um sindicalismo com base em uma escolha livre e conscientiza.

Discutia-se também outros aspectos da vida do trabalhador. Eles se recusavam a aderir ao jogo político institucional e não buscaram aos marcos da institucionalidade e a partir de suas lutas, questionaram o sistema pelas margens, ampliaram os direitos dos trabalhadores na medida em que obrigaram os governos e patrões a cederem parte de seus lucros.

Todas as organizações sindicais eram vista como as melhores formas associativas, de acordo com o nível atual da classe dos trabalhadores, elas eram as formas mais eficazes para unir e irmanar à todos. Todos os estatutos veem na organização sindical uma organização de resistência e de elevação da educação do trabalhador. O objetivo é a organização sindical das classes envolvidas, para defesa do que eles definem como direitos dos trabalhadores. O sindicato, ou seja, as “Uniãos” são pensadas como instrumento para coesão dos trabalhadores.

Os associados poderiam ser todos os trabalhadores vinculados as categorias desde que não explorassem outros trabalhadores. O “Estatutos dos Carroceiros” deixavam bem claro que gerentes e fiscais não poderiam ser sócio, expressando com isso uma visão precisa dos problemas em relação a hierarquia do trabalho nas oficinas e garagem. Não quiseram trazer relações conflituosas e de hierarquia para dentro do sindicato.

A democracia interna de todos os estatutos colocam a Assembléia Geral com o fórum máximo, sem diretoria que foi substituída por uma comissão administrativa. O mandato da comissão administrativa era de um ano. Havia delegados por locais de trabalho outro elemento interessante é que a fundação da “União dos Manipuladores de Pão”, o “Sindicato dos Carroceiros” e a “União de Operários Sapateiros” foram fundados na sede da Benemérita Sociedade Mecânica Paraense.

473 TOLEDO, Edilene Teresinha. **Em torno do Jornal o AMIGO DO POVO: Os grupos de Afinidade e Propaganda Anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século.** In: Cadernos AEL: Anarquismo e Anarquistas. Campinas: UNICAMP/IFCH, v 8/9, 1998.

Todos os estatutos indicam a preocupação com a instrução de seus membros e para isso planejam, promover palestras e conferências sobre “as ciências e noções de sociologia”, criar escolas profissionalizantes e de ensino fundamental para os filhos dos associados. Havia uma preocupação com o mercado de trabalho, e no caso dos chofeurs, o artigo 5º do estatuto obrigava o associado comunicar para a comissão administrativa onde estavam precisando de chofeurs para que esta tentasse colocar junto as garagem, oficinas e casas particulares um sócio da união.

Nos estatutos não observamos a menção ao nome dos santos padroeiros das categorias e o 1º de maio é citado como dia do trabalhador. Não havia referências a auxílios, benefícios ou assistências, salvo quando sofressem injustiças por parte dos seus patrões.

“Artigo 1º.

§ 1º. — Proteger e Defender os seus associados, prestam fianças gratuita obrigatória e em caso de prisão por motivo do serviço, perseguição injusta ou associados possam vir a ser vítima em defesa da classe”.⁴⁷⁴

Observamos que nos estatutos havia um sentido de crítica à sociedade industrial e aos males do capitalismo, fruto do momento histórico do início do século XX, por que passa a sociedade brasileira e a sociedade amazônica. A visão de que fazem parte de um conjunto maior estava expressa em seus estatutos quando pregam a solidariedade entre as organizações irmãos do Brasil e do exterior e quando articulam greves conjuntas ou prestaram solidariedades a categoria em greve.

“Que máximas devemos recordar para conseguir o que ficou dito? Entre outras, as seguintes:

Deve ser:

Nosso Deus, a Humanidade

Nossa Pátria, o Mundo

Nossa autoridade. o amor

Nossa propriedade, o que produzimos

Nossa liberdade, cumprir direitos e deveres”.⁴⁷⁵

Interessante é que os vendedores Ambulantes quando fizeram seus estatutos no seu artigo 1º declaram que o “Sindicalismo é a melhor forma associativa para a classe operária” mas, que esta organização corresponde a “atual situação”, deixando assim em aberto a possibilidade de em um “outro momento” o sindicato não mais corresponder. Esta ressalva está presente em todos os estatutos analisados e demonstra a discussão entre os anarquistas sobre o papel dos sindicatos. Percebemos também, que não concedia um papel específico para proletariado industrial. A construção de uma

classe trabalhadora era explorada é o eixo explicativo de todos os estatutos e é uma das bases para propaganda anarquista anexas nos mesmos.

Nestes anexos os anarquistas no Pará procuraram dar ênfase também a uma cultura moral entre os trabalhadores. Havia a discussão sobre o matrimônio, sobre a prostituição, críticas ao casamento religioso como uma tirania, ao casamento civil por continuar “subordinando a família à lei ou aos seus agentes do Estado”. Discutia-se também a família, os filhos e as variadas formas de ser filho⁴⁷⁶, para se discutir a igualdade, a liberdade, a revolução como ato de mudança interior humana e necessária para implantação do socialismo. Eles distinguiram-se dos socialistas quando proibiram a participação dos sindicatos em comemorações partidárias e na defesa de uma forma de organização onde a comissão administrativa “sem poder de mando,” desta forma questionou a delegação de poderes e a democracia representativa.

Nas disposições gerais do estatuto da União dos Vendedores Ambulantes” encontramos no artigo 24 a possibilidade de benefícios para os associados que a conselhos do médico tivessem que ir a Europa ou outro Estado do Brasil, este sócio teria um auxílio de 25\$0000 réis. Outro benefício era a possibilidade de pagamento de uma passagem da 3 classe, para o Brasil com o compromisso de reembolso posterior para a União dos Vendedores Ambulantes”.

No estatuto do Sindicato dos Carpinteiros, tinham por fim unir a classe ficando clara a forma de como esta unificação poderia se constituir através da luta pelas 8 horas de trabalho, pelas resistências à exploração, pela luta por aumento de salário e por meio de educação. A propaganda era um meio de ajuda na organização e de conhecimento para reivindicação dos direitos. A solidariedade entre os proletários era um elemento de unificação dos sapateiros e os carpinteiros se confrontaram em fortalecer a Federação das Classes da Constituição Civil.

“Art.º - O Sindicato será filiado à Federação das Classes da Construção Civil, Federação Operária de Belém e a Confederação Operária Brasileira, sempre que estas estejam baseadas de acordo com os fins do primeiro e segundo Congresso Operário Brasileiro e mantenham a orientação espelhada por estes”.⁴⁷⁷

474 Estatuto da União dos Vendedores Ambulantes fundado em 11 jun., 1913. Antônio Carvalho foi eleito secretário nesta União.

475 Estatuto da União dos Manipuladores do Pão.

476 Idem.

477 Estatutos do Sindicato dos Carpinteiros, fundado em 1913.

O anexo do “Estatuto do Sindicato dos Carpinteiros” era: “O dia de 8 horas Queres?” O “Estatuto do Sindicato dos Cigarreiros e Cigarreiras” colocava como uma das obrigações dos sindicatos: defender a classe, prestar fiança em caso de prisão por motivo de greve ou perseguição desde que fosse por “questões sociais”.

Os estatutos sindicais analisados parecem reafirmar os ensinamentos revolucionários que defendiam a participação dos anarquistas nos sindicatos e que estes deveriam ser um instrumento para libertação operária. Fica claro o caminho proposto para que os trabalhadores adquirissem a “consciência da sua exploração”. Este caminho seria pela luta coletiva e pelo exercício da solidariedade.

Percebemos a relação estreita com os ensinamentos anarquistas na forma de organizar os sindicatos, de organizar as greves, de prepararem a ação direta, inclusive, como princípio nos estatutos dos sindicatos. Esta relação entre doutrinas

anarquistas e sindicatos era visível, na medida em que membros das comissões administrativas dos sindicatos eram anarquistas e foram presos e deportados como perigosos. Fica claro que os anarquistas no Pará tinham a concepção ampla de sua luta e não limitavam suas ações a esfera sindical.

Neste sentido, as greves eram experiências, meios educativos, preparação moral que construía uma identidade maior: a identidade de revolucionários. A exigência dos sindicatos para que organizassem bibliotecas, nos parece que era a tentativa de propagandear as ideias anarquistas e preparar a classe pôr dentro da estrutura sindical para o embate pela transformação da sociedade.

A greve geral revolucionária foi pensada em uma nova tática para alcançar a revolução. As greves debateram uma efetiva solidariedade moral que queria se implantar na classe. Nos anexos dos estatutos a busca destas bases eram explícitas. O sindicato se ergueria como um dos sustentáculos para a nova sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar sobre a experiência dos trabalhadores em Belém no período da “Belle Époque” é muito difícil. Esta dificuldade passa pelo verdadeiro “mito” existente no Estado sobre uma “Belém da Saudade”.

Quase toda a historiografia⁴⁷⁸ produzida sobre o período coloca como marco historiográfico a administração do Intendente Antônio Lemos e não questiona as relações conflituosas do seu governo com os moradores da cidade. A historiografia paraense está mais preocupada em demonstrar como o espaço urbano de Belém foi modernizado e como o Intendente foi um grande urbanista. Esta historiografia teima em esquecer o cotidiano das camadas populares e quando se refere a elas é para mostrar a diferença destes sujeitos “fora de lugar”, de uma Belém europeizada. As agruras de trabalhadores urbanos que habitavam a periferia de uma cidade pretensamente moderna não foram o objeto de estudo. A historiografia regional do período procura justificar um discurso civilizador e por isto uma história tendo como sujeitos trabalhadores e seus movimentos contestatórios. Ordens vigentes é inteiramente neofita. Na verdade é política essa “opção” da historiografia que faz com que se eleja símbolos da modernidade e se esqueça outros sujeitos e outras paisagens. Na paisagem da *Belle Époque* não há lugar para discussão das condições de trabalho de imigrantes pobres e contestadores. O descaso com outros temas fez com que a discussão historiográfica sobre os trabalhadores

seja quase inexistente. A partir desta historiografia construiu-se uma tradição inventada⁴⁷⁹ que tem como último filho mais pródigo o Álbum “Belém da Saudade”.

No caminho trilhado pela historiografia local a noção de civilidade, de progresso e de ordem são preciosas para garantir a memória construída. Esta historiografia evolucionista e

478 O levantamento historiográfico sobre o tema é extenso. Veja algumas indicações apontadas por Aldrin Figueiredo na sua Tese de Mestrado: “Entre os viajantes vide Coudreau, Henri. **Les Français en Amazonie**. Paris: Picard-Bernheim et Cie., 1887; Idem, *L'Avenir de la Capitale du Pará*. **Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará**. v. 8. Belém, 1913. Sobre a administração Municipal, vide Carlos Rocque. **Antônio Lemos e sua Época**. Belém, Amazônia, 1973. Leandro Tocantins. **O Velho Lemos**, o transformador da cidade. IN: Santa Maria de Belém do Grão-Pará. 3. ed. Belo Horizonte, Itatiaia, 1987 (1967). Clóvis Corrêa Pinto. **Belém: imagens e evocações**. Rio de Janeiro. (s.ed.), 1968. Vide também os romances de Vick Baun. **Árvore que Chora**: o romance da borracha. Porto Alegre: globo, 1946; Ferreira de Castro. **A Selva Lisboa**. Guimarães, 1949. Sobre as ligações entre a Belle-Époque e a borracha, vide Roberto Santos. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**, São Paulo, 1980; Bárbara Weinstein. **The Amazon Rubber Boom (1850-1920)**; Stanford, Stanford University Press, 1983. Sobre a estética da Belle-Époque Paraense, ver Célia Bassalo. **O art Nouveau no Pará**. Belém: Grafisa, 1984. Sobre os significados do francesismo, vide Gemido Mártires Coelho. **Um pouco aquém da Belle-Époque ou quanto o Francesismo se insinua no Pará Novocentista**. N: José C. Cunha. **Ecologia, Desenvolvimento e Cooperação na Amazônia**. Belém: UNAMAZ/UFPA, 1992 (1990) e Maria de Nazaré Sarges. **Riquezas Produzindo a Belle-Époque: Belém do Pará (1870-1910)**. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 1990”, In: FIGUEIREDO, Aldrin Moura, **Bruxas e Pajés na Belle-Époque: conflitos urbanos e religiosidade popular em Belém do Pará (1870-1912)**. Projeto de Pesquisa. Campinas. 1141CHTUNICAMP 1993.

479 HOBBSBAWN, Eric. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

positivista⁴⁸⁰ não poderia ter produzido uma análise de história social sobre a Amazônia na virada do século XX. Os estudos clássicos sobre a presença portuguesa na Amazônia centram-se na história da empresa colonial portuguesa no Norte do Brasil. Estes estudos analisaram a polarização entre colonizadores e colonizados, e indicam que as maiores fortunas pertenciam a portugueses, que moravam em Belém.

Existe uma discussão sobre as animosidades entre paraenses e lusos residentes no Pará, devido à luta pelo poder no Estado⁴⁸¹. A dominação portuguesa no Estado é o eixo explicativo dos conflitos sociais que construíram os portugueses como dominadores, exploradores e os nacionais como valorosos lutando por sua liberdade.⁴⁸² Esta disputa foi estudada como projetos políticos de grupos homogêneos, sem diferenciação de classe e de cultura e sim como grupos rivais por serem de nacionalidades distintas.

Os autores não fizeram uma diferenciação dentre os portugueses e construíram uma história primando por um discurso nacionalista que não analisa os imigrantes portugueses nas suas diferenciações sociais. A historiografia regional não analisou os instrumentos de sociabilidade – as associações, as beneficentes e os grêmios – como expressões do cotidiano dos imigrantes portugueses e como um dos mecanismos asseguradores de suas identidades sociais, que a partir delas estabeleceram outras identidades e constituíram novas relações sociais.

O livro de Palma Muniz⁴⁸³ sobre a imigração e colonização da Amazônia é uma obra de cunho estatístico que revela a preocupação em informar a entrada dos imigrantes de várias nacionalidades e sua alocação nas colônias agrícolas da região. Muniz não faz uma análise das condições de trabalho e da vida que estes imigrantes enfrentaram. O autor nos revela muitos dados estatísticos, mas, não discute as origens culturais destes imigrantes e os conflitos advindos de sua condição de “novo habitante”. Entretanto, é um trabalho pioneiro ao conter dados estatísticos que permitem uma outra leitura destes imigrantes. Arthur César Ferreira Reis, na sua obra *Aspectos Econômicos da Dominação Lusitana na Amazônia*⁴⁸⁴ relata aspectos do domínio dos portugueses nas atividades econômicas da região, sem fazer uma discussão sobre o trabalho destes imigrantes e suas identidades culturais. Ernesto Cruz em sua obra *História do Pará*⁴⁸⁵ discute sobre a chegada dos portugueses no Maranhão e a disputa pelo território amazônico. Relata as atividades agrícolas que se implantam na região, as lutas políticas entre portugueses e

nacionais – pelo poder no Pará, as missões religiosas e a catequese dos índios, as lutas pela independência política sobre a Cabanagem e uma certa “evolução” histórica do Estado. Assim, Ernesto Cruz e Arthur César Ferreira Reis representam, a partir da segunda metade do século XX, a historiografia paraense preocupada com a síntese da história política do Estado, cujos sujeitos disputavam, em momentos variados, o aparato do poder estatal. Esses historiadores trabalharam essencialmente com documentos oficiais, elaborando explicações históricas que excluía importantes sujeitos sociais, como os trabalhadores imigrantes portugueses.

Podemos afirmar que há um único livro sobre o pensamento político revolucionário no Grão-Pará⁴⁸⁶ que discute uma história das ideias políticas contestatórias ao capitalismo desde o tempo da Cabanagem. Neste livro encontramos informações sobre associações beneficentes, sindicatos, greves, manifestações de protestos dos trabalhadores, notícias sobre os jornais de oposição, etc. O que nos dá bastante informações sobre vários assuntos, mas não é um livro que tenha como sujeitos os trabalhadores urbanos e suas formas de organização no Pará. A discussão sobre processo de trabalho, sobre a formação da mão de obra urbana é outro assunto que é esquecido. Roberto Santos⁴⁸⁷ discute dentro de uma análise estatística sem discutir os movimentos sociais dos trabalhadores e as condições de reprodução social da sua força de trabalho.

Avalio que a discussão que tratávamos contribuiu para que se tomasse conhecimento dos vários projetos imigrantistas em disputa no Estado, diferenciando-os dos projetos desenvolvidos principalmente no Estado de São Paulo e com isto acrescentamos um pouco mais de conhecimento sobre a Região Amazônica e suas especificidades históricas.

480 CRUZ, Ernesto. **A Estrada de Ferro de Bragança**. Belém: SPVEA, 1955; Idem. **As Obras Públicas do Pará**. Belém: Governo do Estado do Pará, 1967.

481 ver: ARANHA, Bento de Figueiredo Ferreira. **Cenas da Cabanagem no Amazonas (Província do Grão)**. RIHGP. Belém 1(1): 20 — 25, 1900; BAENA, Antônio Ladislau. **Compendio das Eras da Província do Pará**. Belém: UFPA, 1969; BARATA, Manoel. **A Antiga Produção Exportação do Pará**. Belém: tipografia da livraria Güilet, 1915; BOITEX, Lucas Alexandre. **Marinha Imperial Versus Cabanagem**. 1º ed. - Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1943; As disputas entre portugueses e Nacionais é ainda relatada a nível do conflito armado (HURLEY, Jorge. **A Cabanagem**. Belém: Livraria Clássica, 1936).

482 Ver: BORGES, Ricardo. **Vultos Notáveis do Pará**. Belém: Conselho Estadual de Cuiatras, 1970. pag. 69.

483 MUNIZ, João de Palma. **Imigração e Colonização – História Estatística 1616-1916**. Belém: Imprensa Oficial 1916.

484 REIS Arthur Lesar Ferreira. **Aspectos Econômicos da Dominação Lusitana na Amazônia**. 1972. pag. 21.

485 CRUZ, Ernesto. **História do Pará**. v. 2. Belém/UFPA; Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1963. pag. 43.

486 SALLES, *Op. cit.*, 1998.

487 SANTOS, Roberto. *Op cit.* pag. 197.

Tentamos demonstrar que a propaganda desenvolvida pelos primeiros governos republicanos foi com o objetivo de construir uma imagem da região como uma terra possível de ser civilizada ao mesmo tempo em que pregava o mito do espaço vazio. Nosso interesse neste assunto foi demonstrar como os vários argumentos foram organizados em um discurso científico que tinha como objetivo a atração de imigrantes para a região. Não bastava saber que o objetivo dos governos era a atração de mão de obra estrangeira.

Queríamos entender como vários discursos científicos foram “encaixados” dentro de uma visão de Região Amazônica. Neste sentido a análise do *Álbum do Pará em 1900*⁴⁸⁸ foi fundamental para compreendermos como os homens de letras pensaram a Amazônia no início do século XX.

Busquei mostrar neste trabalho que o sindicalismo de ação direta foi uma opção política dos trabalhadores urbanos de Belém na segunda metade do século XX e que se fez presente em vários movimentos grevistas, portanto, não esteve restrito aos grupos anarquistas do Pará. Assim como em Teixeira⁴⁸⁹, os trabalhadores da construção civil de Belém primaram por um sindicalismo de ação direta, baseado em militantes conscientes. Junto com vendedores ambulantes, cigarreiros, sapateiros, padeiros, estivadores e carroceiros formaram a base do movimento operário em Belém e deram um sentido amplo as suas lutas sindicais. Ousaram sonhar com a anarquia e enfrentaram o Estado por esta ousadia. Busquei mostrar que eram os imigrantes portugueses que estavam a frente destes movimentos. Os espanhóis aparecem em menor escala, mas diferentemente do que afirmam, alguns historiadores, no Pará os portugueses não se forjaram como “fura greves”. Não pretendi construir uma imagem de trabalhadores portugueses revolucionários, prontos para a guerra. Por isto enfatizei o movimento dos caixeiros.

Na verdade pretendi demonstrar que os imigrantes portugueses trilharam dois caminhos opostos, um indicando o confronto com o Estado republicano brasileiro e propondo a sua destruição e outro propondo uma convivência com este Estado por mais que em alguns momentos conflituosa. Pretendi demonstrar que no início do século XX havia uma conjuntura de luta mercado de trabalho onde os imigrantes portugueses se debateram com trabalhadores nacionais e com as posturas municipais e que essa conjuntura era outra na década de dez do século XX. Nos anos de 1912 e 1914 podemos observar organizações sindicais de cunho anarquista questionando o Estado e a ordem.

Em nosso entendimento um dos fatores que levaram a esta mudança de postura de uma parte dos trabalhadores imigrantes e nacionais foi a experiência advinda do mundo do trabalho que criou uma certa cultura do trabalho que identificava como exploração a forma como se dava as relações trabalhistas em Belém. Mais precisamente busquei demonstrar que no início do século a cultura de um trabalhador urbano era diferente da que existe hoje e estas diferenças podem ter criado bases para uma postura libertária de alguns trabalhadores na década de dez do século passado.

Viver junto, morar junto, comer junto e se divertir junto podem ter criado um sentido de coletividade, de identidade, de irmandade e companheirismo que provavelmente deram abertura para a identificação com um discurso anarquista.

Busquei também demonstrar que esta cultura do trabalho foi a base em um primeiro momento para disputas acirradas entre os trabalhadores por postos no mercado de trabalho na medida em que esta cultura era utilizada pelos patrões para estabelecer critérios de seletividade da mão de obra. Mas observei que os problemas entre nacionalidades não eram cruciais para os anarquistas de 1913, em Belém. Me pareceu que a constituição de uma classe operária, em Belém, ultrapassou as divergências internas de cunho nacionais e estava pronta para se mostrar como uma em 1917, 1918 e 1919. Se perderem suas lutas não foi por terem ido a guerra.

A utilização de repressão policial, de um discurso de xenofobia, mudança na organização do trabalho como no caso da greve dos cigarreiros, em 1915, ou da nova greve dos padeiros de 1917, onde além da repressão policial todos os distribuidores foram demitidos e o pão passou a ser vendido só nas padarias e tabernas autorizadas, podem ser fatores que nos permitam pensar como determinantes, para a perda de influência do sindicalismo de ação direta em Belém, mas este é um assunto para outra tese.

Finalmente gostaria de ressaltar, que considero este trabalho como abridor de portas. Há vários assuntos que foram tocados e que necessitam de maiores pesquisas. É um mundo que se abre e que eu espero tocar possíveis leitores para novas empreitadas.

488 *Op. cit.* 1900.

489 TEIXEIRA, Fernando da Silva. **Operários sem Patrões: da Barcelona à Moscou Brasileira (Trabalho e Movimento Operário em Santos no Entreguerras)**. v. 2 Tese de Doutorado. CAMPINAS-SP: IFCH/UNICAMP, 2000.

FONTES

1. Arquivo e Mapoteca do Itamarati Rio de Janeiro.

Planta da cidade de Belém do firm-Pará. Levantada por Edmund Compton, 1881.

2. Arquivo Histórico do Itamarati

Representações diplomáticas estrangeiras no Brasil — livro 288.

Missões diplomáticas brasileiras — Código 215. 1. 3

Ministério da Justiça Avisos — Código 303. 1. 7.

3. Arquivo Público do Estado do Pará

a) Processos Criminais

APEP. Arquivo Público do Estado. Fundo: Autos de Chefatura de Polícia, 1899. doc. n. 15.

APEP. Arquivo Público do Estado. Fundo: Secretaria de Polícia da Província. doc. n. 13. 12 de Junho de 1881.

APEP. Chefatura de Polícia. Fundo: Auto de Chefatura de Polícia, anos de 1897 a 1900.

APEP. Chefatura de Polícia. Fundo: Auto de Chefatura de Polícia. Doc. n° 42. Auto de perguntas feitas a Victório Manoel Partins. 1904.

APEP. Chefatura de Polícia. Fundo: Auto de declaração que fez Antônio Dias Lourenço. 1902.

APEP. Chefatura de Policia. Fundo: Auto de delegacia policiais procedidos à cerca dos ferimentos leves e Rosa Golbert. 1906.

APEP. Chefatura de Policia. Fundo: Auto de diligências policiais procedidas à cerca do espancamento de Eduardo Gonçalves. 1906.

APEP. Chefatura de Policia. Fundo: Auto de perguntas feitas a João Pereira. 1906.

APEP. Chefatura de Policia. Fundo: Auto de perguntas feitas a Manoel da Silva Tavares. Doc. n. 6. 1908.

APEP. Chefatura de Policia. Fundo: Auto de perguntas feitas a Miguel Ferreira dos Santos. Auto de 1906.

APEP. Chefatura de Polícia. Fundo: Autos de crimes de diligências policiais relativamente a Ter o português José do Carmo Bathalo da Mota. Doc_ n° 50. 1888

APEP. Chefatura de Policia. Fundo: Autos de diligências policiais procedidas sobre o defloramento da menor Cecilia Souza, 1904.

APEP. Chefatura de Policia. Fundo: Autos de diligências policiais procedidos deferimentos Leves sofridos por Augusto Silva. 1914.

APEP. Chefatura de Policia. Fundo: Autos de perguntas feitas a José Nunes Gomes. doc. 21. 1896.

APEP. Chefatura de Polícia. Fundo: Autos de perguntas feitas a Luis Ferreira e Alexandre dos Santos, 1904.

APEP. Chefatura de Polícia. Fundo: Autos de perguntas feitas a Pedro Peregrino. 28 de novembro de 1903.

APEP. Chefatura de Polícia. Fundo: Autos de Segurança Pública. doc. n° 6; 2 de Janeiro de 1889.

APEP. Fundo de Segurança Pública: Subprefeitura de São Brás. Documento: Livro de Registro de Ofícios Recebidos; 13 de Junho de 1914.

APEP. Fundo: Autos da Chefatura de Polícia, 1908. n. 364

APEP. Fundo: Autos da Chefatura de Polícia, doc. n. 354. 1908.

APEP. Fundo: Autos da Chefatura de Polícia, doc. n. 21. 1908.

APEP. Fundo: Autos da Chefatura de Polícia, doc. n. 26. 1908.

APEP. Fundo: Autos da Chefatura de Polícia, doc. n. 29. 1908.

APEP. Fundo: Autos de Chefatura de Polícia, 1881.

b) Autos Crimes

APEP. Fundo da Secretaria de Segurança Pública. Série: Autos. Período: 1880-1915.

APEP. Fundo de Secretaria da Presidência da Província. Série: Abaixo-assinados. Período: 1880-1900.

APEP. Fundo: Auto da Chefatura de Polícia. Auto de perguntas feitas a Miguel Ferreira dos Santos. 1907.

APEP. Fundo: Autos da Chefatura de Polícia, 1908. doc. n. 21.

APEP. Fundo: Autos da Chefatura de Polícia, 1908. doc. n. 24.

APEP. Fundo: Autos da Chefatura de Polícia, 1908. doc. n. 29.

APEP. Fundo: Autos da Chefatura de Polícia, 1908. doc. n. 354.

APEP. Fundo: Autos de Chefatura de Polícia, 1881.

APEP. Fundo: Autos de Chefatura de Polícia, 1897-1900.

APEP. Fundo: Autos de Chefatura de Polícia, 1908. doc. n. 364.

APEP. Fundo: Autos de Chefatura de Polícia, 1908. n. 364.

APEP. Fundo: Autos de Chefatura de Polícia. Diligências policiais procedidas sobre o defloramento da menor Cecília Souza. 1904.

APEP. Fundo: Chefatura de Polícia, autos de 1914.

APEP. Fundo: Chefatura de Polícia. Auto de perguntas feitas a João Pereira. 1906.

APEP. Fundo: Chefatura de Polícia. Auto de perguntas feitas a Miguel Ferreira dos Santos. 1907.

c) Impressos

Araripe, T Andrade. Dados Estatísticos e Informações para os Imigrantes. Pará: Typ. Diário de Notícias, 1986.

Coleção das Leis da Província do Gram- Pará. Período: 1880 — 1900.

Ofícios da Inspetoria de Saúde Pública. 1884. Caixas — 409.

Pará em 1900. Quarto centenário do Descobrimento do Brasil. Publicação comemorativa feita pelo governo do Estado. Pará-Brasil. 1900. Imprensa de Alfredo Augusto Silva, n. 12, Praça Visconde Rio Branco.

Pará. Actos e Decisões do Governo do Estado — 1895 — 1896. Belém. Typ. Diário de Notícias. Belém, 1896.

4. Arquivo do Tribunal de Justiça do Pará

ATJ. Arquivo do Tribunal de Justiça. Fundo: Auto Crime de ferimento leves Notação Eo6/PO3/Cx04. doc. 1. Ano 1890.

ATJ. Arquivo do Tribunal de Justiça. Fundo: Auto Crime de Homicídio. Notação. E04/PO3/Cx05. doc. n.º L juiz de Direito do 3º Distrito Criminal. Ano de 1895. Réu José Ramos Machado.

ATJ. Arquivo do Tribunal de Justiça. Fundo: Auto Crime de Roubo, 1891. E06/PO01/Cx05. doc. 2. Ré: Romana da Silva Coqueiro.

ATJ. Arquivo do Tribunal de Justiça. Fundo: Auto de Chefatura de Polícia de 1888. doc. n. 50. Autos de crimes de diligências policiais relativamente a ter o português José do Carmo Bathalo da Mota.

ATJ. Arquivo do Tribunal de Justiça. Fundo: Autos Auto de Chefatura de Polícia, 1896. doc. n. 21. Autos de perguntas feitas a José Nunes Gomes.

ATJ. Arquivo do Tribunal de Justiça. Fundo: Autos Crime, 1890. Comarca da Capital Auto Crime de Ferimentos Graves.

ATJ. Arquivo do Tribunal de Justiça. Fundo: Autos Crimes de 1890. Processo n. 5. Novembro de 1894. Comarca da Capital. Ferimentos Graves.

ATJ. Arquivo do Tribunal de Justiça. Fundo: Autos Crimes de Ferimentos Graves. Notação: E03/P03/Cx 03 (1893/96/97/99) doc. 2. Belém, 22 de novembro de 1893.

ATJ. Arquivo do Tribunal de Justiça. Fundo: Autos Crimes de Ferimentos Leves, 1890.

ATI Arquivo do Tribunal de Justiça. Fundo: Autos Crimes de Ferimentos Graves. doc. n. 2. Belém, 22 de novembro de 1893.

ATJ. Arquivo do Tribunal de Justiça. Fundo: Autos Crimes de Ferimentos Graves. doc. n. 2. Belém, 22 de novembro de 1893.

ATJ. Arquivo do Tribunal de Justiça. Fundo: Autos Crimes de Ferimentos Leves. Juiz de Direito da 2º Distrito Criminal. Reis. João Lourenço e Claudiomiro Pires. Pará, 1890.

ATJ. Arquivo do Tribunal de Justiça. Fundo: Autos da Chefatura de Polícia. 1908. doe. n. 364.

ATJ. Arquivo do Tribunal de Justiça. Fundo: Autos de Chefatura de Polícia. 1899 doc. n. 10.

ATJ. Arquivo do Tribunal de Justiça. Notação: E 16/Po2/Cx 01/ doc. 1. Comarca do Grão-Pará (2ª Vara). Crime de resistência. Autora: Justiça Pública. Réus: Manoel Gomes e outros. Ano de 1873.

ATJ. Arquivo do Tribunal de Justiça. Segurança Pública: Chefatura de Polícia. doc. n. 57, 12 de março de 1909.

5. Arquivo do Grêmio Literário Português

Consulado Português. Códices de Habilitações Portuguesas de 1884 a 1911 (n. 6001/8336) e 1913 a 1914 (n. 427/1232).

6. Museu Paraense Emílio Goeldi

PARÁ. Belém. Intendência Municipal. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na Sessão de 15 de novembro de 1902, peio Exmo. Sr. Intendente Antônio José de Lemos, 1897- 1902. Belém, A. A. Silva, 1902.

PARÁ. Falia com que o exm. sr. dr. Miguel José D' Almeida Pernambuco, presidente da província, abril, a 2'. Sessão da 26 legislatura da Assembléia Legislativa Provincial do Pará em 2 de fevereiro de 1889. Pará. Typ. de A. E da Costa, 1889.

PARÁ. Falia com que o exm. Sr. conselheiro Francisco José Cardoso Junior, primeiro vice- presidente da província do Pará, abriu a P. Sessão da 26. legislatura da Assembléia Provincial no dia 4 de março de 1888. Pará. Typ. do Diário de Notícias, 1888.

PARÁ. Falia com que o exm. Sr. conselheiro Francisco José Cardoso Junior, P. Vice-presidente da província do Pará, abriu a T. Sessão da 25'. Legislatura da Assembléia Provincial em 20 de outubro de 1887. Pará. Typ. do Diário de Notícias, 1887.

PARÁ. Governo. João Silveira de Souza, Presidente da Província. Falia dirigida à Assembléia Provincial do Gram-Pará em 18 de abril de 1885. Belém: Typ da Gazeta de Notícias, 1885.

- PARÁ. Governo. João Silveira de Souza. Falia dirigida à Assembléia Provincial do Gram-Pará em 15 de outubro de 1884. Belém: Typ da Gazeta de Notícias, 1884.
- PARÁ. Governo. Joaquim da Costa Barradas, Presidente da Província. Falia dirigida à Assembléia Provincial do Pará em 20 de novembro de 1886. Belém. Typ. Diário de Notícias, 1887.
- PARÁ. Governo. José Coelho da Gama e Abreu, Presidente da Província do Gram-Pará em 16 de junho de 1879. Belém. Typ. Liberal do Pará, 1879.
- PARÁ. Governo. Lauro Sodré. Mensagem ao Congresso do Estado do Pará em 7 de abril de 1895. Belém. Typ. Diário Oficial, 1895.
- PARÁ. Governo. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na segunda sessão da 17a a Legislatura, Presidência da Província. Pará, Typ. do Diário do Grão-Pará, 1871.
- PARÁ. Governo. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, na sessão da 22ª Legislatura em 15 de fevereiro de 1887 pelo Exmo. Sr. Dr. José Coelho da Gama e Abreu. Pará. Typ. Do Diário de Noticias de Costa & Campbell, 1887.
- PARÁ. Governo. Relatório com que ao Exmo. Sr. Conselheiro João Rodrigues Chaves, passou a administração da Província no dia 6 de dezembro de 1882, o Exmo. Sr. Dr. Justino Ferreira Carneiro. Pará. Typ. do Jornal da Tarde, 1882.
- PARÁ. Governo. Relatório com que o Capitão-Tenente Duarte Huet de Bacellar Pinto Guedes, passou a administração do Estado do Pará no dia 24 de junho de 1891 ao Governador Dr. Lauro Sodré, eleito pelo Congresso Constituinte em 23 de mesmo mês. Belém. Typ. do Diário Oficial, 1891.
- PARÁ. Governo. Relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro João Antônio ILY Araújo Freitas Henriques passou a administração da Província do Gram — Pará ao Exmo. Sr. Desembargador Joaquim da Costa Barradas em 6 de outubro de 1886. Pará. Typ. Da República, 1891.
- PARÁ. Governo. Relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro João Rodrigues Chaves, passou a administração da Província ao Exmo. Sr. Dr. Justino Ferreira Carneiro em 24 de junho de 1884. Pará. Typ. do Jornal da tarde, 1882.
- PARÁ. Governo. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. José de Almeida Pernambuco, Presidente da província do Pará, passou a administração da mesma ao Vice-Presidente Exmo. Sr. Dr. João Polycarpo dos Santos, em 18 de março de 1889. Pará. Typ. de A. Fructuoso da Costa, 1889.
- PARÁ. Governo. Relatório com que o Exmo. Sr. General Visconde de Maracajú, passou a administração da Província ao 2º Vice - Presidente Exmo. Sr. Dr. José de Araújo Rosa Danin em 24 de junho de 1884. Pará. Typ. de Francisco da Costa Júnior, 1884.
- PARÁ. Governo. Relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro Francisco José Cardoso Júnior, 1º Vice-Presidente, passou a administração da Província do Pará ao Exmo. Sr. Dr. Miguel J. de Almeida Pernambuco, no dia 6 de maio de 1888, nomeado por Carta Imperial de 24 de março último. Pará. Typ. Diário de Notícias, 1888.
- PARÁ. Governo. Relatório com que o Exmo. Sr. Desembargador Joaquim da Costa Barradas passou a administração da Província do Pará ao Exmo. Sr. Conselheiro Coronel Francisco José Cardoso Júnior. Pará. Typ. Diário de Notícias, 1887.
- PARÁ. Governo. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. José da Gama Malcher, 1º Vice-Presidente, passou a administração da Província do Pará ao Exmo. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho, em 9 de março de 1878. Pará. Typ. Gutternberg, 1878.
- PARÁ. Governo. Secretaria do Governo do Estado do Pará. Relatório apresentado ao Governador do Estado pelo Secretário Manuel Baena em janeiro de 1897. Pará. Typ. do Diário Oficial, 1897.
- PARÁ. Governo. Tristão de Alencar Araripe, Presidente da Província. Falia dirigida à Assembléia Provincial do Pará em 5 de novembro de 1885. Belém. Typ. Diário de Notícias, 1886.
- PARÁ. Governo. Visconde de Maracaju, Presidente da Província. Falia dirigida à Assembléia Provincial do Gram-Pará em 7 de janeiro de 1884. Belém. Typ. do Diário de Notícias, 1884.
- PARÁ. Relatório apresentado à Assembléia Provincial na Segunda sessão da 17a Presidência da Província. Typ. do Diário do Grão-Pará, 1871.
- PARÁ. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Capitão-Tenente Duarte Huet de Barcellar Pinto Guedes, passou a administração do Estado do Pará em 24 de junho de 1891 ao Governador Dr. Lauro Sodré, eleito pelo Congresso Constituinte em 23 do mesmo mês. Belém. Typ. do Diário Oficial, 1891.
- PARÁ. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. João Lourenço Paes de Souza, 1º Vice-Presidente da Província do Pará, apresentou ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Augusto de Carvalho apresentou ao passar-lhe a administração em 16 de setembro de 1885. Pará. Typ. de Francisco da Costa Júnior, 1885.

PARÁ. Relatório com que o Exmo. Sr Dr. José de Araújo Rosa Danin, 2º Vice-Presidente da Província do Pará, passou a administração da mesma ao Exmo. Sr. Conselheiro João Silveira de Souza em 4 de agosto de 1884.

PARÁ. Relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro João Antônio de IY Araújo Freitas Henriques, passou a administração da Província do Pará ao Exmo. Sr. Desembargador Joaquim da Costa Barradas em 6 de outubro de 1886. Pará. Typ. da República, 1891.

PARÁ. Relatório geral da administração apresentado ao Exmo. Sr Dr. José Paes de Carvalho, Governador do Estado, pelo Sr. Augusto Olympio de Araújo e Souza, Secretário de Estado. Belém do Pará. J. Chiatti & Cia, Editores, 1900.

PARÁ. Relatório: com que o Exmo. Sr. conselheiro Francisco José Cardoso Junior, 1º vice-presidente, passou a administração da província, no dia 6 de maio de 1888 ao Exmo. Sr. Dr. Miguel José de Almeida Pernambuco, nomeado por carta imperial de 24 de março último. Pará. Typ. do Diário de Notícias, 1888.

7. Biblioteca Pública Arthur Vianna

a) Jornais Microfilmagem

A Folha do Norte 1880 – 1914.

A Província do Pará 1880 – 1914.

A República 1880 – 1896.

A Voz do Caixeiro 1892 – 1894.

Diário de Belém 1880 – 1892.

Diário de Notícias 1880 – 1898.

O Caixeiro 1892 – 1894.

O Liberal do Pará 1880 – 1896.

b) Jornais Citados

A Capital. n. a 374. Ano 2. 23 de janeiro de 1913.

Diário de Belém. 12 de fevereiro de 1886.

Diário de Belém. 4 de abril de 1886.

Diário de Belém. 5 de outubro de 1887.

Diário de Notícias, 1894.

Diário de Notícias, findado em 1880 por João Campbell e fechou em 1894.

Diário de Notícias. 10 de agosto de 1887. “Entre Colunas”.

Diário de Notícias. 10 de julho de 1887. “Entre Colunas”.

Diário de Notícias. 17 de abril de 1892. pag. 2, 3ª coluna. “Ainda os boleeiros”.

Diário de Notícias. 17 de agosto de 1889. “O Povoamento da Amazônia”.

Diário de Notícias. 17 de julho de 1888. “O Povoamento”.

Diário de Notícias. 3 de outubro de 1887.

Diário de Notícias. 5 de julho de 1887. “O Povoamento”.

Folha do Norte, Sexta-feira, 24 de janeiro de 1896.

Folha do Norte. 24 de janeiro de 1896.

Folha do Norte. Belém, 21 de julho de 1907.

Folha do Norte. n. 4707, 18 de maio de 1890.

O Liberal do Pará. Janeiro de 1888.

8. Literatura de Viagem

AVÉ-LALLEMANT, Robert. No Rio Amazonas - 1859. Trad. Eduardo de Lima Castro. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1980.

BATES, H. W. O Naturalista no Rio Amazonas. Rio de Janeiro: Biblioteca Pedagógica Brasileira. v. 237, 1944.

KIDDER, Daniel Parish. Reminiscências de Viagens e Permanências pelas Províncias do Norte do Brasil. Trad. De Moacir N. Vasconcelos Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1980.

LA CONDAMINE, Charles Marie de. Viagem pelo Amazonas 1735-1745. Trad. De Maira Helena Franco Martins. São Paulo: EDUSP. (Coleção Nova História), 1992.

MOTAES, J. A Leite. Apontamentos de Viagem. São Paulo: Companhias das Letras, 1995.

SPIX e MARTIUS. Viagem ao Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

9. Fotografias

PARÁ. Belém da Saudade: a memória de Belém em cartões postais. Belém: SECULT, 1996.

PORTUGAL. Portugal — Brasil: imigrações e imigrantes, 1850-1930. Lisboa: INAPA, 2000.

10. Dados Estatísticos e Censitários

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. E ESTATÍSTICA, Anuário Estatístico do Brasil 1973. Rio de Janeiro 1973.

_____. Brasil. Fundação IBGE. Censo Demográfico de 1872.

_____. Brasil. Fundação IBGE. Censo Demográfico de 1890.

_____. Brasil. Fundação IBGE. Censo Demográfico de 1920.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADDOR, Carlos Augusto. **A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.
- AGASSTZ, Louis; Agassiz, Elizabeth. **Journey in Brasil**. Boston, 1868.
- ALBUQUERQUE, Marli Brito Moreira de. **Trabalho e Conflitos no Porto do Rio de Janeiro (1904-1920)**. Rio de Janeiro: UFRJ/Depto de História, 1983. (Dissertação de Mestrado).
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. RENOUX, Maria Luiza. **Caras e Modos dos Migrantes e Imigrantes do Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. **Proletários e Escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872**. Rio de Janeiro: Novos Estudos/CEBRAP, 1988.
- ALMEIDA; Conceição. **Imagens negras, Espelhos brancos: um estudo das mulheres negras ao final do século XIX em Belém do Pará (1885-1892)**. Belém: 1994. Monografia (Monografia de Especialização em História da Amazônia). UFPA/Depto. de História; Marco Zero/CNPq, 1994.
- ALVES, Jorge Fernando de. **“Lógicas Migratórias no Porto Oitocentistas”**. IN: *Emigração/ Imigração em Portugal: Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Século XIX – XX)*. Lisboa: Fragmentos, 1993.
- AMARAL, Alexandre Souza. **O Espaço do Trabalho: a vivência urbana dos condutores de bondes na imprensa paraense no final dos oitocentos**. Belém. jul. 2001. Mimeo.
- ANTONACCI, Maria Antonieta M. **Institucionalizar Ciência e Tecnologia: em torno da fundação do Idort (São Paulo, 1918/1931)**. IN: Revista Brasileira de História. v. 7 . n. 14. mar./ago. 1987.
- _____. **A Vitória da Razão(?). O IDORT e a Sociedade Paulista**. São Paulo.
- ANTUNES, Ricardo. **Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil: da revolução de 30 até a aliança nacional libertadora**. São Paulo: Corte; 1982.
- ARANHA, Bento de Figueiredo Ferreira. **Cenas da Cabanagem no Amazonas Província do Grão Pará**. RIHGP. 1 (1). Belém, 1990.
- ARAM :PE, Tnstão de Alencar. **Província do Pará. Dados Estatísticos e Informações para os Imigrantes**. Belém: Brochura publicada pelo Diário de Notícias, 1886.
- ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. **Construindo o Consentimento: corporativismo nos anos 30**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1994 (Tese).
- ASSIS, Brasil. **O Pará e a Colônia portuguesa**. Tip. da Livraria Gillet. Pará, 1920.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Onda Negra, Medo Branco**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- BACELAR, Jeferson. **Galegos no Paraíso Racial**. Salvador: Ianama/ CED/CEAO, 1994.
- BAENA, Antônio Ladislau. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. Belém: UFPA, 1969.
- BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. **Le Syndicalisme “amarelo” à Rio de Janeiro (1906-1930)**. Paris, Univer.sité de Paris I, 1986, 2 volumes (Tese de Doutorado).
- _____. **A historiografia da Classe Operária no Brasil: trajetórias e tendências**. In Freitas, Marcos Cezar (orgs.). *Historiografia Brasileira em Perspectivas*. São Paulo: Contexto, 1998.
- _____. **“Nós, filhos da Revolução Francesa”, a imagem da revolução no movimento operário brasileiro no início do século XX**. Revista Brasileira de História, vol. 10, n.º 20, março-agosto de 1990.
- _____. **O Movimento Operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000
- _____. **Sociedades de Trabalhadores no Rio de Janeiro do Século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária**. IN: Cadernos AEL: Sociedades Operárias e Mutualismo. v. 6 , 10. Campinas: UNICAMP, 1999
- BARATA, Manoel de Meio Cardoso. **“Formação histórica do Pará”**; edição comemorativa do sesquicentenário da Adesão do Pará à Independência do Brasil. Belém: UFPA, 1973
- BEIGLELMAN, Paula. **A crise do Escravismo e a grande imigração**. Lia ed. São Paulo, Brasiliense, 1997.
- BEMERGUY, Amélia. **Imagens da Ilusão: Judeus Marroquinos em, busca de uma terra sem males**. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da PUC-SP.
- _____. **“Imagens Negras, Espelhos Brancos”**. IN: ALVARES. Luzia e D’INCAO, Maria Angela. **A Mulher Existe?**. Belém: GEPEM, 1995.

- BERMAN, Marchal. **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- BEZERRA NETO, José Maia. **Uma História da Escravidão Negra na Amazônia**. Belém: Paca-Tatu, 2001.
- _____. **O Asilo Lyndo e Protetor**: Práticas e representações sociais sobre a educação feminina – Belém 1870-1888. In: Alvares, Luzia Miranda e.
- BOITEX, Lucas Alex. **Marinha Imperial Versus Cabanagem**. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1943.
- BOITO JNIOR, Armando. **O Sindicalismo de Estado no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- BORGES, Ricardo. **Vultos Notáveis do Pará**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970.
- BOSI, Ecléa. **Cultura de Massa e Cultura Popular (leituras de operários)**. São Paulo: Vozes, 1973.
- BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- BRANDÃO LOPES, Juarez Rubens. **Crise do Brasil Arcaico**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- _____. **Sociedade industrial no Brasil**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971.
- BRESCIANI, M. Stelia. (org). **Imagens da Cidade**: séculos XIX e XX. ANPUH/São Paulo: Vozes, 1973. Londres e Paris no Século XIX: O espetáculo da Pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BURKE, Peter. **Cultura popular da Idade Moderna**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- _____. **Historical Antropology of Early Modern Europe**. Cambridge University Press, 1987.
- CACCAVONI, Arthur. **Álbum Descritivo Amazônico de 1898**. Belém. Lomas e Cia, 1899. p.1.
- CARVALHO, João Marques de. **Hortência**. Belém: Fundação Cultural do Estado do Pará Tancredo Neves – CENTUR/Secretaria de Estado de Cultura SEMI Lendo o Pará, 1889.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. **Trabalho, Lar e Botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986
- _____. **Visões de Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990
- CAMPOS, Cristina Hebling, **O Sonhar Libertário**: movimento operário nos anos de 1917 a 1921. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.
- CANCELA, Cristina Donza. **Adoráveis e Dissimuladas**. Campinas: UNICAMP/Dept.º de Antropologia, 1997. (Dissertação de Mestrado).
- CARVALHO, José Murilo de. **Repúblicas e Cidadanias**. Dados. PC Revista de Ciências Sociais. v. 28. n. 2, 1985
- _____. **Os Bestializado**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- CARVALHO, Marques de. **Hortência**. Belém: COUP/SECULT, 1997
- CARVALHO, Marcus. **O Antilusitanismo e a Questão Social em Pernambuco**, 1822- 1848 Emigração – Imigração em Portugal. Lisboa: Fragmentos, 1993.
- CENSO: **1890-1900-1920. Idade da População. A População Núcleo de Estudos Populacionais**. Campinas: UNICAMP, 1922.
- CERTEAU, Michel de. MIJA, Dominique. “**A beleza do Morto: o conceito de cultura popular**” in REVEL, jacques. **A invenção da Sociedade**. Rio de Janeiro: Bertrand/Difel, 1989.
- COELHO, Geraldo Mártires. **Um Pouco Aquém da Belle Époque ou Quando o Francesismo se Insinua no Pará Novecentista**, IN: *Ecologia, Desenvolvimento e Cooperação na Amazônia*. Belém: UNAMAZ/UFPA, 1992
- COSTA, Hélio da. **Em Busca da Memória**: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Scritta, 1995
- COUDREAU, Henri. **Viagem ao Tapajós**. Rio de Janeiro, 1896; Voyage au Xingu. Paris, 1899.
- CRUZ, Ernesto. **História do Pará**. v. 2. Belém/UFPA. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1963.
- CRUZ, Maria Cecília Velasco. **Virando o Jogo**: Estivadores e Carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República. Tese em Sociologia/USP. São Paulo, 1998.
- CUNHA, Euclides da. **À Margem da História**. 6. ed. - Porto: Leio & Irmãos, 1946.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, Estrangeiros**: os escravos libertos e sua volta para a África. São Paulo: Brasiliense, 1985
- DA MATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do Povo**: sociedade e cultura no início da França moderna. Trad. Matiza Corrêa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. (Coleção Oficinas da História).

- DEAN, Warren. **A Industrialização de São Paulo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- DIAS, Edinéia Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto**: Manaus 1890-1920. São Paulo: PUC, 1988. (Dissertação de Mestrado).
- DIAS, Maria Odila Leite da S. **Teoria e Método dos Estudos Feministas**: perspectivas históricas e hermenêuticas do cotidiano. N: OLIVEIRA, A BRUSCO:NI, C. (orgs.). Uma questão de gênero. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- D'INCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (orgs.). **A Amazônia e a Crise da Modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.
- DUARTE, Luiz Fernando D. **“Identidade social e padrões de agressividade verbal em um grupo de trabalhadores urbanos”**. In: Leite Lopes, José Sérgio (org.)
- DUBY, Georges. **A História Continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/ UFRJ, 1993.
- DLTLLES, John W. Foster. **Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.
- _____. **O comunismo no Brasil (1935-1945)**. Rio de Janeiro, nova fronteira, 1985.
- ELIADE, Maria. **O Mito do Eterno Retorno - Arquétipo e Repetição**. Lisboa: Editora 70, 1969
- FAUSTO, Boris. **A Revolução de 30**: historiografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- _____. **Crime e Cotidiano**: a Criminalidade em São Paulo 0880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da USP, 1995.
- _____. **Historiografia da Imigração para São Paulo**. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1991.
- _____. (org.) **Fazer a América**. São Paulo: EDUSP, 2000k
- _____. **O Tenentismo**. São Paulo: Difel, 1975.
- _____. **Pequenos Ensaio da História da República**. Cadernos CEBRAP n.10, 1972.
- _____. **Trabalho Urbano e Conflito Social, 1890-1920**. São Paulo: Difel, 1983.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura. **A cidade dos encantados**: pajelanças, feitiçarias e regiões afro-brasileiras na Amazônia. (1870 - 1950). Campinas: IFCH/UNICAMP, 1996 Dissertação de Mestrado.
- FONTES, Edilza. **Prefere-se Portugueses**: mercado de trabalho, racismo e relações de gênero em Belém do Pará (1880-1890). P4: Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências. Humanas/ UFPA. Belém. n.12. jan./dez. 1993
- _____. **O Pão Nosso de Cada Dia**. Padeiros e Forneiros em Belém do Pará (1940-1954). Campinas-UNICAMP, 1993 (Dissertação) datil.
- _____. **Negras e Galegas**: relações étnicas, relações de trabalho e identidades nacionais em Belém do Pará (1880.1890). Belém, 1994. Mimeo.
- FOOT-HARDMAN, Francisco e LEONARDI, Vctor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Mica, 1982
- FORTES, Alexandre. **Como era Gostoso meu Pão Francês**: a greve dos padeiros de Porto Alegre (1933-1934). IN: Anos 90. na, 1997
- _____. **Revendo a Legalização dos Sindicatos**: metalúrgicos de Porto Alegre (1931 1945). IN: Fortes, Alexandre. Et al. Na Luta por Direitos. Estudos Recentes em História Social do Trabalho. Campinas- Editora da UNICAMP, 1999
- _____; e NEGRO, Antônio Luigi. **Historiografia, Trabajo y Ciudadanía em Brasil**. *Entrepasados*. Buenos Aires. n. 15, 1998
- FREIRE, João. **Anarquistas e Operários. Ideologia. Ofício e Práticas Sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940**. Porto: Afrontamento, 1992.
- FRENCH, John D. **O ABC dos Operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1990-1950**. São Paulo/Prefeitura de São Caetano do Sul: Hucitec, 1995.
- FULLER, Cláudia. **Amazônia Século XVIII e XIX, Realização do Projeto Integrado**. IN: *TRABALHO E SOCIEDADES*. Encontro 1. (mimeo).
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- GITAHY, Maria Lucia Caíra. **Porto de Santos**. IN: Prado, Antônio Arnoni (org.). *Libertários no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. **Os Trabalhadores do Porto de Santos**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1986 (Dissertação de Mestrado).
- _____. **Ventos do Mar**: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914. São Paulo: Editora da UNESP/Prefeitura Municipal de Santos, 1992.
- GOMES, Angela Maria de Castro. **Burguesia e Trabalho**. Política e Legislação Social no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- _____. **Confronto e Compromisso no Processo de Constitucionalização (1930-1935)**. v3. IN”: Boris, Fausto (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- _____. **Invenção do Tralhismo**. Rio de Janeiro: VérticellUPERJ, 1988.

- _____. **Política Brasileira em Busca da Modernidade:** na fronteira entre o público e o privado. v.4. IN: Swarcz, Ulla Moritz (org.). *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. **Temas Clássicos, Temas Novos, Perspectivas Renovadas.** IN: Araújo, Angela M. C. (org.). *Trabalho, Cultura e Cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997.
- GRAHAM, Sandra. **Proteção e obediência Criadas e seus Patrões no Rio de Janeiro (1860-1910).** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- GRENDI, Edoardo. **Repensar a Micro-história.** IN: Revel, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- GRIBALDI, Maurizio. **Escala, Pertinência, Configuração.** IN: Revel, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- GUINZBURG, Carla. **O Inquisidor como Antropólogo.** IN: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero, 1984.
- HALL, Michael McDonald. **Emigrazione Italiana a San Paolo, 1880 e 1920.** v.25. Quaderni Storici, 1974.
- _____. **A Introdução do Trabalho Livre nas Fazendas de Café de São Paulo.** *Revista Brasileira de História*. São Paulo. v. 6, 1984.
- _____. **Os Chapeleiros:** notas e hipóteses. (s. 1.). ago. 1988. (datil.)
- _____. **Corporatism, Fascism, and the Origins of Brazilian Labor Law.** Paper Apresentado na Brazilian Studies Association, King's College: Cambridge. set., 1996
- _____. **Prefácio.** IN: Fortes, Alexandre Et. al. (orgs.). *Na Luta por Direitos. Estudos Recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999
- _____; e GARCIA, Marco Aurélio. **Urban Labor.** IN: Conniff, Michael e McCann (orgs.) *Modern Brazil: elites and masses in historical perspective*. Lincoln, University of Nebraska press, 1989
- _____; e Pinheiro, Paulo Sérgio. **Alargando a História da Classe Operária:** organização, lutas e controle. IN: *Arremate de Males*. Campinas: UNICAMP/Depto. de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem. 5 fev., 1985
- HARDMAN, Francisco Foot. **Trem Fantasma:** a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- HOBBSAWN, Eric. ORANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- _____. **Era dos Extremos:** o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. **Os Trabalhadores.** Estudo sobre a História do operariado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. **Rebeldes Primitivos.** Estudos sobre as formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX_ Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural.** São Paulo, Martins Pontes, 1992. LA.
- HURLEY, Jorge. **A Cabanagem.** Belém: Livraria clássica, 1936.
- JAMES, Daniel. **O que há de novo, o que há de velho?** Os Parâmetros Emergentes da História do Trabalho Latino-Americana. IN: Araújo, Angela M. C. (org.). *Trabalho, Cultura e Cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997.
- KLEIN, Herbert. **“A Integração dos Imigrantes Portugueses no Brasil nos Fins do século XIX e no Século XX”.** IN: *Análise Social*. XXVIII (121).
- _____. **A Imigração Espanhola no Brasil.** São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1994.
- _____. **“A Integração Social e Econômica dos Imigrantes Portugueses no Brasil nos Fins do século XIX e no Século XX”.** IN: *Revista Brasileira de Estudos de População*. VII, 1989.
- _____. **Migração Internacional na História das Américas.** IN: Fausto, Boris. *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- LARA, Sílvia Honnold. **Trabalhadores Escravos.** IN: *Revista Trabalhadores*. Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas/FAC. n. 1, 1986.
- _____. **Blowin in the Wind:** Thompson e a experiência negra no Brasil. Mimeo.
- LE GOFF, Jacques. **“Memória”.** História e Memória. Campinas (SP): 3.ª ed., Editora da Unicamp, 1994.
- LEITE, Joaquim da Costa. **O Brasil e a Imigração Portuguesa (1855-1914).** IN: Fausto, Boris. *Fazer a América*. São Paulo: Editora da USP.
- LEITE LOPES, José Sérgio. **Sobre os Trabalhadores na Grande Indústria na Pequena Cidade:** crítica e resgate da Crise do Brasil Arcaico. IN: *Cultura & Identidade Operária*. São Paulo: Marco Zero. (s. d.).

- LEPETIT, Benard. **Sobre a Escala na História**. IN: Revel, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- LEVI, Giovanni. **Comportamentos, Recursos, Processos**: antes da revolução do consumo. IN: Revel, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- _____. **Sobre a Micro-história**. Burke, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- LINEBAUGH, Peter. **Todas as montanhas atlânticas estremeceram**. Trad. Célia Marinho Azevedo, IN: Revista Brasileira de História, n. 6, São Paulo, Marco Zero, 1984.
- LOBATO, Júlio. **Notas de Repórter de Folha do Norte. A Vida Dum Repórter – Reportagens nos Hotéis e Padarias de Belém**. Tipog. de F. Lopes, 1916.
- LOBATO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro**: do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Rio de Janeiro, 1989.
- _____. **Portugueses en Brazil en el siglo X.X**. Madrid: Mapfre, 1994.
- _____. **Imigração Portuguesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2001
- LOPREATO, Christina da Silva Roquette. **O Espírito da Revolta**: a greve geral anarquista de 1917. Campinas: IFCH, 1996. (Tese).
- MARAM, Sheldon L. **Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, 1890-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979
- _____. Urban Labor and Social Change in the 1920s. *Luso-Brazilian Review*, 16:2.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **A População do Brasil em Perspectiva Histórica**. IN: *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: TE/USP, 1986
- MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva. **Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência**. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura, 1993
- MATOS, Maria Izilda Santos de. **Trama e Poder**: a trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo, 1888-1934). 2.^a ed. - Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.
- _____. **Na Trama Urbana**: do público, do privado e do íntimo. IN: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduais em História e do Departamento de História da PUC/SP*. n. 13. São Paulo, 1996.
- _____. **Estratégias de Sobrevivência**. A Imigração em Portugal. Actas do Colóquio Internacional sobre Imigração e Imigração em Portugal- século XIXas, OZ. Lisboa: Fragmentos, 1993.
- MATOSO, José. **História de Portugal**: a segunda fundação (1890-1926). v. 6. Lisboa: Estampa, 1988.
- MATTOSO, E. **Álbum do Estado do Pará**. Paris. Imprimerie e Chaponnet. 1908.
- MEDEIROS, Lená de. **Os Indesejáveis**: Desclassificados da modernidade Protesto Crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930). Rio de Janeiro. Ed. UERJ, 1996.
- MEIRA FILHO, Augusto. **Evolução Histórica de Belém do Grão-Pará**. v.1/2. Belém: Grafisa, 1976.
- MELO, Almirante Custódio de. **(Salvador, 1840 Rio de Janeiro)**.
- MENEZES, Lená Medeiros de. **Bastidores**: um outro olhar sobre a imigração no Rio de Janeiro. IN: Acervo. Revista do arquivo Nacional. n. 10. (2), 1997. p. 346.
- MIRANDA, Mauro A. L., **As greves no Período de Lemos**: discurso moderno e prática arcaica (TCC em História/UFGA). 1992, p. 34.
- MOISÉS, José Álvaro. **Greve de Massa e Crise Política**. São Paulo: Polis, 1978.
- MONTEIRO, Miguel. **Migrantes, Emigrantes e Brasileiros (1834-1926)**. Minho: Universidade do Minho, 2000.
- MONTGOMERY, David. **El Control Obrero en Estados Unidos**. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1985.
- _____. **The Fall of the House of Labor**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. **Um Sólido Anzol de Aço**: Estado e Ação Operária na República Velha. IN: Revista Adusp. n. 10 jun., 1997.
- MUNIZ, João de Palma. **Imigração e Colonização – História Estatística 1616-1916**. Belém: Imprensa, 1916.
- NEDELL, J. A. LEITE. **Belle Époque tropical**: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. Trad. Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NEGRO, Antônio Luigi. **Nas Origens de Novo Sindicalismo**: o maio de 59, 68 e 78 na indústria automobilística_ IN: Rodrigues, Iram Jácome (org.). *O Novo Sindicalismo: vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. **A “Via Willyana”**. Industrialização e Trabalhadores do Setor Automobilístico. IN: *Tempo*. n. 7. jul., 1999.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi: **O Brasil dos Imigrantes**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

- PAOLI, Maria Célia. **Labor, Law and State in Brazil: 1930-1950.** Birkbeck College: University of London, PhD.
- _____.; e SADER, Eder e Telles, Vera da Silva. **Pensando a Classe Operária:** os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. IN: *Revista Brasileira de História*. n.6, 1983.
- PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém Estudo de Geografia Urbana.** 2 Volumes. (Col. Amazônica. Série José Veríssimo). Belém, UFPA, 1968.
- PEREIRA, Miriam Halpern. **A Política Portuguesa de Imigração, 1850-1930.** Lisboa: A Regra do Jogo, 1981.
- PERROT, Michelle. **Jeunesse de la Grève:** France 1871-1890. Paris: Moutron, 1974.
- PEZZEBON, Sandra Elkizabeth. **O Papel das Mercarias na Distribuição de Gêneros Alimentícios à População de Belém na Segunda Década do Século XX.** Monografia/TCC em História. UFPA, 1990.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio & HALL, Michael M.. **A Classe Operária no Brasil: 1889- 1930 – documentos.** São Paulo: Alfa Omega, 1979.
- _____. (Org.). **Crime, violência e Poder.** São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. **Estratégias de Ilusão:** a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. **Política e Trabalho no Brasil (dos anos vinte a 1930).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. **Violência e Cultura.** IN: *Lamounier, Bolívar Et. ai. (orgs.). Direito, Cidadania e Participação.* São Paulo, T. A. Queiroz, 1981.
- QUEIROZ, Jonas Marçal. **Trabalho Escravo, Imigração e Colonização no Grão-Pará.** 1998. mimeo.
- RAMALHO, José Ricardo. **Estado Padrão e Luta Operária:** o caso FNM. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- RATZEL, F. **O Solo, a Sociedade e o Estado.** Campinas: IFCH/ UNICAMP, 1980.
- RAYOL, Domingos Antônio. Barão de Guajará. **A Abertura do Amazonas.** Belém: Tipog. do Jornal do Amazonas, 1867. Reprodução de Olhos de Domingos Antônio Rayol. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970.
- RÉBÉRIOUX, Madeleine. **Lugares da Memória Operária.** IN: *O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania.* São Paulo: Dept.º de Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo, 1922.
- REIS, Arthur César Ferreira. **Aspectos Econômicos da Dominação Lusitana na Amazônia, 1972.**
- REIS, João José. **A Morte é uma Festa:** ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991
- REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escalas:** a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. **Cabras e Pés de Chumbo:** o antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930). Dissertação de Mestrado em História. Dept.º da UFF. 2v. Rio de Janeiro, 1987.
- _____. **Por que você veio encher o pandulho aqui?** Os portugueses, o antilusitanismo e a exploração das moradias populares no Rio de Janeiro da República Velha. IN: *Análise Social*. a 127, 1994.
- _____. **Mata-Galegos:** os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha. São Paulo: brasiliense, 1989. Coleção Tudo é História
- _____. **“Ser Português” ou “Ser Brasileiro”?:** considerações sobre o Primeiro Reinado. IN: *Ler História*. n. 27/28.
- _____. **“Brasileiros, vamos a eles! Identidade nacional e controle social no primeiro reinado”.** IN: *Ler História*.
- RITTZMANN, Iracy Gallo. **Belém:** Cidade Miasmática. São Paulo – PUC. Dissertação de Mestrado – Departamento de História da PUC/SP, mimeo.
- ROCHA, Osvaldo Porto. **A Era das Demolições:** cidade do Rio de Janeiro (1870-1920). Rio de Janeiro: UFF, 1983.
- ROCQUE, Carlos. **Antônio Lemos e sua Época:** história política do Pará. Belém: CEJUP, 1996
- RODRIGUES, Edgar. **Nacionalismo & Cultura Social, 1906-1922.** Rio de Janeiro: Laemmert. (s. d.).
- _____. **Trabalho e Conflito:** pesquisa 1906-1937. Rio de Janeiro: Arte Moderna. (s. d.).
- RODRIGUES, Henrique. **Emigração e Alfabetização:** o alto minho e a miragem do Brasil. Viana do Castelo: Governo Civil, 1995
- RODRIGUES, Iram Jácome (org.). **O Novo Sindicalismo:** vinte anos depois. Petrópolis: Vozes, 1999.
- RODRIGUES, Leôncio Marfins. **Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.
- _____. **Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização.** São Paulo: Brasiliense, 1974.

- ROWLAND, Robert. **“Portugueses no Brasil Independente: processos e representações”**. IN: *Revista OCEANOS*. n. 44. out./dez. Lisboa: CNCDP, 2000. p. 254.
- _____. **“Velho e Novos Brasis”**. In: Francisco Bethencourt e N. Chaudhuri (org.). *História da Expansão Portuguesa*. v 4. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- RUDE, George. **O Ludismo**. In: *A Multidão na História: estudos dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1780-1848*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Fluxos de Emigração**. IN: Francisco Bethencourt e N. Chaudhuri (org.). *História da Expansão Portuguesa*. v 4. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SAHLINS, Marshall. **Historical Metaphors and Mythical Realities**. The University of Michigan Press: Ann Arbor, 1985.
- _____. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- SALLES, Vicente. **O Negro no Pará Sob o Regime da Escravidão**. 2.^a ed. – Brasília: Ministério da Cultura/ Belém: Secretaria da Cultura, 1998.
- _____. **Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político revolucionário no Grão-Pará**. Belém: CEJUP, 1992.
- SALVADORI, Maria Ângela. **Capoeiras e Malandros: pedaços de uma sonora tradição popular (1890-1950)**. Campinas: Unicamp, 1990 (mimeio).
- SANTANA, Marco Aurélio. **O Novo e o Velho Sindicalismo: análise de um debate**. IN: *Revista de Sociologia e Política*. n. 10-11, 1998
- _____. **Partido e Militância Sindical: a atuação comunista no sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, 1922**. (Dissertação de Mestrado).
- _____. **Política e História em Disputa: o novo sindicalismo e a idéia da ruptura com o passado**. IN: Rodrigues, Iram Játcome (org.). *O Novo Sindicalismo: vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SANTOS, Luiz Cláudio Machado dos. **A Imigração Portuguesa e a Formação da Comunidade Lusa no Brasil 1850-1930**. Dissertação. Brasília: Universidade de Brasília, 1993.
- SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz. 1980.
- SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: Riquezas Produzindo a Belle - Époque (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2000.
- SCOTT, Ana Silva. **Verso e Reverso da Imigração Portuguesa: O caso de São Paulo entre as décadas de 1820 a 1930**. IN: *Revista OCEANOS*. n. 44. out./dez. Lisboa: CNCDP, 2000
- _____. **Dinâmica Familiar da Elite Paulista 1765-1836**. Dissertação. São Paulo: USP, 1987.
- _____. **Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVIII e XIX)**. v.6. Minho: Universidade do Minho/NEPS, 1999. (Coleção Monografias, Guimarães)
- SCWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e a questão racial no Brasil. (1870 1920)**. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.
- _____. **As Barbas do Imperador**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. **Retrato em Branco e Preto: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SERRÃO, Joel. **A Imigração Portuguesa**. 4.^a ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1997.
- SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço da. **Contribuição a Uma História dos de baixo do Sindicato**. IN: *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS. v.21. n.1, jun., 1995.
- SILVA, Eduardo. **As Queixas do Povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SILVA, Fernando Teixeira da. **A Carga e a Culpa. Os Operários das Docas de Santos: direitos e cultura da solidariedade, 1937-1968**. São Paulo: Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1995.
- _____. **Direitos, Política e Trabalho no Porto de Santos**. IN: Fortes, Alexandre Et. al. *Na Luta por Direitos. Estudos Recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- _____. **Imigração Portuguesa e Movimento Operário no Brasil**. Acervo. IN: *Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. v.10. n.2, jul./dez, 1999.
- _____; e COSTA, Hélio da. **Trabalhadores Urbanos e Populismo: um balanço dos estudos recentes**. In: Ferreira, Jorge (org.). *O Populismo e sua História: debate e critica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil, 1850-1938**. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, 1992.

- _____. **Uma Lacuna na Historiografia Luso-Brasileira:** a imigração portuguesa no Brasil. IN: *II Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. São Paulo, 1984
- SILVA, Moacir. **O desenvolvimento Comercial do Pará no Período da Borracha (1870/1914)**. Niterói. UFF. 1978.
- SILVA, Zélia Lopes da. **A Domesticação dos Trabalhadores nos Anos 30**. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- SILVEIRA, Nedaulino Viana da. **Santa Maria de Belém do Grão-Pará:** Problemática do abastecimento durante o período áureo da borracha (1850/1920). Recife. 1989. Dissertação de Mestrado – Departamento de História da UFPE.
- SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado**. São Paulo: Dominus, 1966.
- SIMÕES, Muno. **O Brasil e a Imigração Portuguesa:** notas para um estudo. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934.
- SIMONSEN, Roberto C. **Evolução industrial do Brasil e Outros Estudos**. São Paulo: Editora Nacional/Editora da USP, 1973.
- TELLES, Vera da Silva. **Anos 70:** experiências, práticas e espaços públicos. In: Kowarivk, Lúcio (org.). *As Lutas Sociais e a Cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988
- THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 77-9
- _____. **Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- _____. **Modos de Dominação e Revoluções na Inglaterra**. IN: *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas: IFCH/UNICAMP, (s. d.)
- TOLEDO, Edilene T. **O Amigo do Povo:** grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1993 (Dissertação de Mestrado).
- _____. **O Sindicalismo Revolucionário e a Federação Operária de São Paulo no Início do Século XX**. IN: *Cadernos de História Social*. n. 2. out. Campinas, 1995.
- _____. **Em Tomo do Jornal O Amigo do Povo:** os grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século. In: *Cadernos AEL*. n. 8-9. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1998.
- TRINDADE, Ronaldo José. **Errantes da Campina:** Belém, 1880-1900. Campinas, 1999.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. **A Imigração Portuguesa 1822-1930**. IN: *Revista OCEANOS*, 2000. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. n.44. out./dez. Lisboa: CNCDP.
- VIANNA, Arthur. **As Epidemias no Pará**. 2.^a ed. Belém: UFPA, 1975. (Coleção Amazônica. Série Camillo Salgado).
- VIANNA, Oliveira. **O Povo Brasileiro e sua Evolução**. In: *Introdução. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil. Ministério da Apicultura, Indústria e Commercio*. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922.
- VITAL DE LA MACETE, P. **Princípios de Geografia Humana**. Lisboa: Cosmos, 1956.
- WEFFORT, Francisco. **Democracia e Movimento operário:** algumas questões para a história do período (1945-1964). IN: *Revista de Cultura Contemporânea*. São Paulo: CEDEC, 1978.
- _____. **Sindicato e Política**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975. (Tese de Livre Docência).
- WEINSTEIN, Bárbara. **A Borracha na Amazônia:** expansão e decadência (1850-1920). Trad. Lolio 1. de Oliveira. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.
- WILLIAM, Raymond. **O Campo e a Cidade:** Na História e na Literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- XAVIER, Regina C. **A Conquista da Liberdade**. Libertos em Campinas na Segunda Metade do Século XIX. Campinas: CMU/Editora da UNICAMP, 1996.





centro de
Memória
da Amazônia - UFPA